

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



# Relatório de Atividades 2014

# GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

## FICHA TÉCNICA

### DIREÇÃO

Manuel Mateus Costa da Silva Couto | *Tenente-General Comandante-Geral*

### COORDENAÇÃO

Paulo Jorge Alves Silverio | *Tenente-Coronel de Infantaria*

### CONCEPÇÃO E REDAÇÃO

(DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS)

Miguel Ângelo Reis Alves Amorim | *Capitão de Administração Militar*

### FOTOGRAFIAS

Divisão de Comunicação e Relações Públicas



## NOTA PRÉVIA

Manuel Mateus Costa da Silva Couto  
Tenente-General  
COMANDANTE-GERAL

Volvido o ano de 2014, chegou o momento de reportar e desenvolver uma cuidada reflexão sobre a intensa atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana no período a que se reporta o presente Relatório de Atividades. Tal tarefa, numa Instituição com a dimensão ímpar da Guarda Nacional Republicana e de cuja ação dependem, em grande parte, a segurança e tranquilidade públicas, o regular funcionamento da sociedade e o bem-estar dos Portugueses, constitui um verdadeiro desafio e um exercício intelectual extremamente importante e fundamental para quem está empenhado em ser cada vez melhor e fazer cada vez mais.

Fazer tal análise de forma rigorosa e detalhada combinando o produto da ação com o esforço e os recursos despendidos, permite realizar uma retrospectiva e recolher dados e ensinamentos vitais para a otimização do desempenho e da afetação, ou reafectação, dos recursos de que dispomos, essenciais para a projeção e planeamento da atividade futura.

O presente Relatório de Atividades consubstancia dessa forma um exercício de autorreflexão que nos exigiu uma grande capacidade de autocritica, refletindo o rigor e transparência – *princípios comuns e indissociáveis de uma boa gestão pública* - que tem caracterizado a forma de atuar da Guarda, numa firme ambição de sermos mais proficientes numa época de grande escassez de recursos.

Nesta conformidade, este relatório espelha o balanço de toda a atividade desenvolvida em 2014, através de um exercício de autoavaliação que incide, essencialmente, na análise à concretização dos objetivos previamente fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2014 e nos demais objetivos estabelecidos no Plano de Atividades de 2014, constituindo uma análise crítica, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, cuja execução foi permanente e rigorosamente acompanhada.

O resultado deste nosso esforço está plasmado no presente Relatório, cuja análise vos dará, estou seguro, uma clara perspectiva das imensas atividades que a Guarda levou a cabo no ano transato e, mais importante, da forma com utilizou, em proveito de todos, os meios humanos, materiais e financeiros que o Governo da República lhe confiou.

Com uma redução considerável de todos os recursos disponíveis, humanos, financeiros e materiais, houve necessidade de apelar ao esforço e empenho acrescido de todos militares e civis que, de uma forma abnegada e profissional, diariamente servem o País na Guarda Nacional Republicana, sempre focada na Sociedade - que constitui o seu centro de gravidade estratégico, em especial, na orientação para o Cidadão e para as Instituições Democráticas, num continuado esforço de garantir «*mais e melhor segurança para a prossecução do interesse público*».

Os elevados índices de desempenho e competência alcançados, demonstram *per si*, no atual contexto económico-social, uma prova inequívoca da dinâmica e vitalidade institucional, corporizada em respostas adequadas e ajustadas a cada um dos novos problemas e desafios que nos têm sido colocados.

Na certeza de que tudo fizemos para melhor servir Portugal e os Portugueses, tanto no plano do desempenho operacional – *onde reforçamos a atuação e a proximidade e confiança mútua com os Cidadãos*, como também no plano da alocação e gestão eficiente dos recursos disponíveis, publicamente manifesto, em nome da Guarda e dos seus militares e civis, o desejo e a firme convicção de continuar a trabalhar para tornar Portugal um País e um destino mais seguro.





Tema de Capa  
200.º RENDER SOLENE DA GUARDA  
PALÁCIO DE BELÉM



## TEMA DE CAPA | 200.º RENDER SOLENE DA GUARDA AO PALÁCIO DE BELÉM

### RENDER SOLENE DA GUARDA AO PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM

Atualmente, o Render Solene da Guarda ao Palácio Nacional de Belém está entre as mais belas cerimónias militares realizadas em Portugal, sendo revestida de grande simbolismo e tradição.

A essência desta nobre cerimónia é dar a conhecer à população o simbolismo da passagem de testemunho entre duas Guardas que se revezam na guarda ao Palácio. Deste modo, a Guarda Nacional Republicana através do Esquadrão Presidencial da Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) promove, ao terceiro Domingo de cada mês, pelas 11:00 horas, no exterior do Palácio Nacional de Belém (Praça Afonso de Albuquerque) a tradicional cerimónia de Rendição Solene da Guarda, que já ocupa uma posição de destaque no roteiro turístico da cidade de Lisboa.

### ESQUADRÃO PRESIDENCIAL...HERDEIRO DE 104 ANOS DE TRADIÇÃO.

O Esquadrão Presidencial, Esquadrão formado por militares de Cavalaria, está aquartelado nas instalações contíguas ao Palácio Nacional de Belém, emerge em 1999 com a particular missão de garantir a segurança permanente à Residência Oficial de Sua Excelência o Presidente da República, bem como desenvolver atribuições de Protocolo de Estado, designadamente a prestação de honras militares e honoríficas aos mais Altos Magistrados da Nação e a todas as Altas Entidades em visitas oficiais a Portugal. Tal missão era cumprida desde 1912—*ano em que o Palácio Nacional de Belém se tornou Residência Oficial de Sua Excelência o Presidente da República*— por militares do antigo Regimento de Cavalaria (RC) da GNR.

O Esquadrão Presidencial, para além da missão geral que decorre da missão atribuída à USHE, tem como missões específicas:

- Garantir a vigilância, proteção e defesa externa das instalações da Presidência da República;
- Garantir a vigilância, proteção e defesa externa à residência de férias de sua Excelência o Presidente da República;
- Executar as Guardas de Honra no Palácio Nacional de Belém aos Chefes de Estado Estrangeiros de visita oficial ao nosso País;



- Executar as Guardas de Honra no Palácio Nacional de Belém, aos Embaixadores Residentes e não Residentes para entrega de credenciais;
- Executar as Guardas Honoríficas, em todos os atos oficiais, solicitados pelos Serviços Protocolares, guarnecendo as escadarias e demais corredores de acesso, aos locais onde terão lugar as Cerimónias;
- Executar as escoltas às bagagens de Sua Excelência o Presidente da República, nas visitas Oficiais ao Estrangeiro;
- Assegurar o Serviço de Estafetas à Presidência da República, na entrega e recepção de correspondência de carácter oficial e urgente e de mensagens com idênticas características;
- Montar sentinela dobrada na entrada da Presidência da República, de acordo com o Regulamento de Continências e Honras Militares e demais disposições em vigor;

O Esquadrão Presidencial, atualmente é constituído por oitenta e quatro militares, tendo como orgânica, Comando, Secretaria, Secção de Apoio, Equipas de Segurança. A este número acrescem três militares do 2º Esquadrão/USHE, que garantem o Serviço de Estafetas e quatro binómios Cinotécnicos do Grupo de Intervenção Cinotécnico da Unidade de Intervenção, que integram a missão do Esquadrão Presidencial na vertente de segurança e na vertente honorífica.

Os militares que o constituem caracterizam-se pela constante busca do perfeccionismo, quer no desempenho do serviço de segurança pela especificidade e sensibilidade que o revestem, quer na prestação de honras militares e componente honorífica, onde o atavio, aprumo e rigor nos movimentos de ordem unida constituem a referência em contexto militar.



## TEMA DE CAPA | 200.º RENDER SOLENE DA GUARDA AO PALÁCIO DE BELÉM (Cont.)

### O 200º RENDER SOLENE DA GUARDA DESDE O NASCIMENTO DO ESQUADRÃO PRESIDENCIAL

A Rendição Solene da Guarda surge, retomando uma velha tradição militar. No ano de 1969 no exterior do Palácio Nacional de Belém - *local onde ainda nos dias de hoje tem lugar*, celebrou-se o primeiro Render Solene da Guarda. Até 1983, a cerimónia era efetuada por militares do RC, estando presentes militares dos vários Esquadrões que o constituíam e que formavam a Guarda Presidencial, também o *Santo-e-Senha* que era composto por um Sargento e três Guardas provenientes dos Esquadrões a cavalo. Integravam ainda a cerimonia, a Fanfarra do Regimento de Infantaria, a Banda de Musica da GNR e quatro Binómios homem/cão da Companhia Cinotécnica. A partir de 1983, com a intensão de revestir o cerimonial de maior dignidade e dimensão, o *Santo-e-Senha* passou a ser escoltado por um Pelotão a cavalo, acompanhado pela Charanga a cavalo.

Em 1999, com a formação do Esquadrão Presidencial, a rendição das Guardas deixou na prática de se efetuar, em virtude de se tratar de um Esquadrão autónomo e com efetivo próprio. Contudo, o Esquadrão Presidencial, dando continuidade à longa tradição de que é herdeiro, celebra simbolicamente o Render Solene da Guarda.

Desde então, a Guarda Presidencial presente na cerimónia passou a ser constituída exclusivamente por militares desse novo Esquadrão de cavalaria, que tem dado continuidade a essa nobre tradição, perfazendo no corrente mês de Abril de 2015 e desde a sua formação, o seu 200º Render Solene da Guarda.

Este evento constitui mais um marco importante para o Esquadrão Presidencial, enaltecido pela presença do Chefe de Estado, contando com a atuação especial da Banda e Fanfarra, a atuação da Reprise da GNR e a apresentação do novo carrossel da Charanga a cavalo.

### O RENDER SOLENE DA GUARDA

Na cerimónia participam 160 militares os quais integram as Guardas ao Palácio, a Banda de Música e a Fanfarra da GNR, os Chameleiros, um Pelotão a cavalo que escolta o portador do *Santo-e-Senha* e a Charanga da GNR.

A cerimónia tem início na varanda do palácio, onde o terno de clarins anuncia o início do Render Solene da Guarda. De seguida, a Guarda que vai ser rendida sai do Palácio, precedida pela Fanfarra.



A Guarda que vai render, aproxima-se do local e cumprimenta a Guarda que será rendida.

Após as duas Guardas estarem formadas é dado o «*toque de Presidente*» e é executado o Hino Nacional. Nesse momento os Comandantes das Guardas cumprimentam-se pessoalmente e transmitem indicações relativas ao serviço.

Enquanto as Guardas estão formadas no exterior do Palácio Nacional de Belém, a Guarda que é rendida está «incompleta», estando em falta uma Esquadra que ainda se encontra no interior do Palácio a garantir a segurança às instalações e as sentinelas honoríficas. É neste contexto que se realiza a rendição do Turno de Sentinelas e se garante a continuidade permanente do serviço.

Após a rendição do turno de sentinelas, o portador do *Santo-e-Senha*, escoltado por um pelotão a cavalo e acompanhado pela Charanga, faz a entrega do *Santo-e-Senha* no interior do Palácio, enquanto no exterior a Banda e a Fanfarras executam o *Brinco da Banda*.

Com o término da referida atuação da Banda de Música e Fanfarras, o então portador do *Santo-e-Senha* abandona o Palácio de Belém com a sua Escolta, acompanhado pela Charanga. Deste modo aproxima-se o final da cerimónia, o Turno de Sentinelas rendidas integra a Guarda rendida e após a mesma estar completa e dividida por esquadras, as Guardas efetuam as Saudações Finais, culminando com a Guarda rendida a abandonar o local e a Guarda que rende a entrar no Palácio, acompanhadas respetivamente pela Banda e Fanfarras.

Terminada a cerimónia, o público presente é convidado a assistir a uma atuação da Charanga a cavalo no Jardim Vieira Portuense, onde a Charanga brinda os presentes tocando trechos musicais, enquanto, em simultâneo executam um carrossel com várias evoluções, nomeadamente, passo, trote e galope.

Eduardo Nuno Henriques Mendes

Capitão de Cavalaria

COMANDANTE DO ESQUADRÃO PRESIDENCIAL

---

**Referências bibliográficas:**

MENDES, Bernardo Joaquim de Jesus, *O Último Regimento a Cavalo em Portugal*, pp. 170 a 180, Lisboa, 2011.

ANDRADE, Nuno, *100 Anos – Guarda Nacional Republicana (1911-2011)*, p. 264, 1ª edição, 2011.

**Sítios da Internet:**

<http://www.presidencia.pt/>

<http://www.museu.presidencia.pt/>





## ÍNDICE

15	Capítulo I NOTA INTRODUTÓRIA
43	Capítulo II ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO
65	Capítulo III AUTOAVALIAÇÃO
197	Capítulo IV RECURSOS INTERNOS
217	Capítulo V BALANÇO SOCIAL
221	Capítulo VI AVALIAÇÃO FINAL
225	Capítulo VII ANEXOS

A1 — AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO  
A2 — PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS  
A3 — PUBLICIDADE INSTITUCIONAL  
A4 — MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA  
A5 — BALANÇO SOCIAL 2014



## GLOSSÁRIO

AD	Avaliação de Desempenho
ANOG	Associação Nacional de Oficiais da Guarda
ANSGNR	Associação Nacional de Sargentos da Guarda
AOG	Associação dos Oficiais da Guarda
AP	Administração Pública
APG	Associação Sócio-profissional da Guarda
ARS	Administrações Regionais de Saúde
ASOR	Associação Sindical dos Oficiais dos Registos e Notariado
ASPIG	Associação Sócio-profissional Independente da Guarda
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAAC	Curso de Atualização e Aperfeiçoamento em Investigação Criminal
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CARI	Comando de Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CEC	Curso Específico de Cavalaria
CEDD	Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina
CF	Classificação Funcional
CFG	Curso de Formação de Guardas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CHAVE	Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível da EUROGENDFOR
CLS	Contratos Locais de Segurança
CO	Comando Operacional
CPA	Código de Procedimento Administrativo
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPCB	Curso de Promoção a Cabo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CPSA	Curso de Promoção a Sargento Ajudante
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSG	Conselho Superior da Guarda
CTAFMI	Centro de Treino e Aprestamento de Forças para Missões Internacionais
CTER	Comando Territorial
D.R.	Diário da República
DAC	Destacamento de Ação Conjunta
DAF	Destacamento de Ação Fiscal
DCC	Destacamento de Controlo Costeiro
DCQI	Divisão de Controlo da Qualidade e Inovação
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas



DCSI	Direção de Comunicações e Sistemas de Informação
DD	Direção de Doutrina
DF	Direção de Formação
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGAI	Direção-Geral da Administração Interna
DGE	Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGO/MF	Direção-Geral do Orçamento/Ministério das Finanças
DGV	Direção-Geral de Veterinária
DHCG	Divisão de História e Cultura da Guarda
DI	Direção de Informações
DIE	Direção de Infraestruturas
DIC	Direção de Investigação Criminal
DJD	Direção de Justiça e Disciplina
DO	Direção de Operações
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DRF	Direção de Recursos Financeiros
DRH	Direção de Recursos Humanos
DRL	Direção de Recursos Logísticos
DSAD	Direção de Saúde e Assistência na Doença
DSEPNA	Direção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
DT	Destacamento Trânsito
DTERR	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
EII	Equipas de investigação e inquérito
EMA	Empresa de Meios Aéreos
EP	Esquadrão Presidencial
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
EUROGENDFOR	Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia
FCAAT	Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Trânsito
FF	Fonte de Financiamento
FFAA	Forças Armadas
FR	Formação em Fiscalização Rodoviária
FRTAAT	Formação sobre Resposta Tática a Incidentes com Armas de Fogo em Estab. de Ensino
FTP	Formação Técnica e Policial
GGCC	Gabinete do General Comandante-Geral
GHE	Grupo de Honras de Estado
GIC	Grupo de Intervenção Cinotécnica
GIOP	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPO	Gestão por Objetivos
GS	Grupo de Segurança



IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção-Geral da Guarda
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
IGF	Inspeção-Geral das Finanças
INA	Instituto Nacional de Administração, IP.
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
JSS	Junta Superior de Saúde
LAOS	Sistema de Controlo de Costa
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
LPIEFS	Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MSU	<i>Multinational Specialized Unit</i>
NAT	Núcleos de Apoio Técnico
NCS	Núcleo Comércio Seguro
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NICAV	Núcleo de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação
NIS	Núcleo Idosos em Segurança
NMUME	Núcleo Mulher Menor
NPE	Núcleo de Programas Especiais
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
NTP	Núcleo Técnico-Pericial
ONU	Organização das Nações Unidas
OOTW	<i>Other Operations Than War</i>
OSCD	Órgãos Superiores de Comando e Direção
OSCE	<i>Organization for Security and Cooperation in Europe</i>
OTAN	Organização Tratado Atlântico Norte
PJ	Polícia Judiciária
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PTER	Posto Territorial
QREN	Programa Operacional Fatores de Competitividade
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAFE	Reforma Administrativa e Financeira do Estado
RAMMGNR	Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa



SAMMGNR	Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCOT	Sistema de Contraordenações de Trânsito
SEE	Setor Empresarial do Estado
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SFETC	Secção de Formação Específica e Treino de Cavalaria
SFT	Secção de Formação e Treino
SGBD	Sistema Gestor de Base de Dados
SGG	Secretaria-Geral da Guarda
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho da Administração Pública
SIADMGNR	Sistema de Avaliação de Desempenho dos Militares da GNR
SIC	Sistema de Informação Contabilística
SIGLOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPESS	Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIIOF	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIISPA	Sistema Integrado de Informação sobre Perdidos e Achados
SINAVIF	Sistema Nacional de Vigilância Florestal
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SIS	Serviço de Informação e Segurança
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa
SNCP	Sistema Nacional de Compras Públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOIRP	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas
SQE	Sistema de Queixa Eletrónica
SRF	Secção de Recursos Financeiros
SRH	Secção de Recursos Humanos
SRL	Secção de Recursos Logísticos
SSI	Sistema de Segurança Interna
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TAS	Taxa de Álcool no Sangue
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSP	<i>Tourist Support Patrol</i>
UAF	Unidade de Ação Fiscal
UAS	Unidade de Apoio de Serviços
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
UTIS	Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis





# Capítulo I

## NOTA INTRODUTÓRIA



## I. NOTA INTRODUTÓRIA

O atual quadro de reformas assume a rutura com uma Administração Pública essencialmente burocrática, fruto do primado do Direito, dando lugar a uma nova visão, orientada para a «Gestão da Administração Pública» alicerçada na performance dos resultados, na sua economia, eficiência, eficácia e, sobretudo, em padrões de qualidade e excelência, conceitos que até então apenas se utilizavam nas instituições privadas ou em instituições do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Neste contexto de uma Nova Gestão Pública, despertou a preocupação de dotar as organizações públicas de conceitos, instrumentos, práticas e lógicas de gestão com créditos firmados no mundo empresarial, que culminou com a adoção na AP de uma cultura baseada na Gestão por Objetivos e cujo instrumento estratégico de medição da performance assenta no SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Administração Pública, considerado o pilar fundamental da Reforma da Administração e da Gestão Pública portuguesa.

O Plano e o Relatório de Atividades constituem, em tal contexto, dois pilares fundamentais e complementares do enquadramento e controlo da atuação das organizações, sem os quais não é possível, nas organizações modernas, garantir uma gestão eficiente à semelhança do que acontece nas organizações modernas.

Se através do Plano de Atividades se define a estratégia, se hierarquizam as opções, se programam as ações e se afetam e mobilizam os recursos disponíveis, para que se possam cumprir a missão e as múltiplas atribuições de uma forma eficiente, o Relatório de Atividades relata todo um percurso efetuado na gestão dos recursos, em função da missão e atribuições, com identificação dos desvios relativamente a todas as atividades programadas no início do ciclo de gestão anual, mediante uma avaliação circunstanciada da eficiência, eficácia e economicidade das medidas adotadas e dos resultados atingidos. Assim se permite estruturar um conjunto de informação de gestão relevante para o futuro próximo da organização.

O presente Relatório de Atividades, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, e do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, assente na nova estrutura definida pelo Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços, enquadra e realça as atividades da GNR no que concerne à gestão económico-financeira desenvolvida no ano 2014, com o objetivo de avaliar os resultados das ações definidas no Plano de Atividades, encerrando ainda uma vincada preocupação no que diz respeito à performance e aos resultados de Autoavaliação.

A elaboração do Relatório de Atividades, numa instituição com uma dimensão ímpar, pela implantação a nível nacional e multiplicidade de atribuições e valências, especialmente quando a sua atividade é exercida num quadro de contenção e rigor orçamental, é uma tarefa complexa, difícil e simultaneamente estimulante. Salienta-se que a Guarda apenas em 2009 produziu o seu primeiro Plano de Atividades, em obediência ao Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, documento de importância singular e que constitui o primeiro instrumento de planeamento e gestão das atividades que sustentam as múltiplas atribuições desenvolvidas e cuja análise de execução aqui se realizará.

Com a apresentação deste Relatório, é encerrado o ciclo de planeamento e gestão das atividades desenvolvidas pela Guarda no ano transato, o qual permite identificar os desfasamentos entre o que foi programado e o que foi efetivamente realizado, bem como analisar e avaliar os desvios verificados, permitindo que, no futuro, se otimizem as ações a desenvolver, visando a prossecução da estratégia delineada por esta Força de Segurança.

O presente Relatório e a autoavaliação que o integra, embora seguindo, no essencial, o esquema definido pela Tutela, não podem deixar de refletir a dimensão da Guarda Nacional Republicana, o vasto leque das suas atribuições, a multiplicidade de ações desenvolvidas e o importante papel da Instituição, através dos militares e civis que nela servem, para o reforço da segurança, da liberdade e da justiça, tanto em Portugal como além fronteiras.

Evidenciam-se, assim, os resultados alcançados e os desvios verificados, explicitam-se os recursos humanos, financeiros e materiais que a Guarda teve ao seu dispor para o cumprimento da missão e apresenta-se, de forma clara e simples, a informação relevante sobre as atividades e os projetos desenvolvidos, nos termos do Plano aprovado, sem perder de vista os constrangimentos referidos e tendo como pano de fundo a consciência dos efeitos decorrentes da crise



financeira e económica bem como das profundas transformações a que a Guarda foi sujeita, por força da implementação e consolidação da sua nova Lei Orgânica, que operou a maior alteração à estrutura e ao modelo de funcionamento da Instituição, ao longo dos seus 104 anos de existência com a atual denominação.



## I.A. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

### 1. ORIGEM E HISTÓRIA

#### 1.1. GUARDA REAL DE POLÍCIA

A Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada, em 1801, pelo Príncipe Regente D. João, sob proposta do Intendente da Polícia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, toma por modelo a *Gendarmerie* francesa (1791). Idênticas organizações militares surgem posteriormente na Europa: a *Marechaussee* na Holanda (1814), os *Carabinieri* em Itália (1814), a *Gendarmerie Nationale* na Bélgica (1830) e, mais tarde, a *Guardia Civil* em Espanha (1844).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército, como tropa de linha. A sua composição inicial (642 homens e 227 cavalos) revela-se a breve trecho insuficiente para o cabal cumprimento da Missão, na área geográfica a que está adstrita. Apesar de alguns pequenos aumentos de efetivos em anos seguintes, socorre-se frequentemente da ajuda de patrulhas dos Regimentos de Cavalaria e de Infantaria, aquartelados na Capital. Superando aquela dificuldade estrutural, o Marechal General Beresford procede, em 1810, à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia, articulando-a em 10 Companhias de Infantaria e 4 de Cavalaria, num total de 1.326 homens e 269 solípedes, ficando instalada no Convento do Carmo a 7.ª Companhia de Infantaria.

A exemplo da Guarda Real da Polícia de Lisboa, são criadas a Guarda Real da Polícia do Porto e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro.

#### 1.2. GUARDA MUNICIPAL

Em fins de maio de 1834, na sequência da guerra civil, D. Pedro, assumindo a regência em nome de sua filha D. Maria II, dissolve as Guardas Reais da Polícia de Lisboa e Porto. Porém, cerca de um mês depois, cria a Guarda Municipal de Lisboa, com idênticas características. No ano seguinte surge a Guarda Municipal do Porto. Ambas as Guardas, sofrendo, como as anteriores, de falta de meios humanos, tentam colmatá-la com uma rigorosa seleção de pessoal, em todos os escalões de comando.

Em 1868, as duas Guardas são colocadas sob um comando único - o Comando-Geral das Guardas Municipais - sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa, sendo-lhes introduzidas alterações de organização, de molde a compatibilizá-las com a organização do Exército, em matéria de disciplina e promoções. No que à Segurança Pública respeita, continuam subordinadas ao Ministério do Reino.

#### 1.3. GUARDA REPUBLICANA

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório, que, a título transitório - enquanto não se organiza a Guarda Nacional Republicana, como "um Corpo de Segurança Pública para todo o país"-, determina a criação, em Lisboa e no Porto, de Guardas Republicanas, sem qualquer alteração fundamental relativamente às suas antecessoras. Tratou-se de uma mera alteração de nome, de molde a fazer ressaltar o cariz do regime emergente.

O pessoal das antigas Guardas transitou maioritariamente para as novas Guardas. O Comando-Geral permaneceu no Carmo, em Lisboa, e a sua subordinação continuou como do antecedente.

#### 1.4. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A Guarda Nacional Republicana (GNR) foi criada a 3 de maio de 1911, «para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção das propriedades públicas e particulares de todo o país», conforme se dispunha no artigo 1.º do Decreto com força de Lei, publicado no Diário do Governo do dia seguinte.



Nos termos do disposto no artigo 1º da sua atual Lei Orgânica (LOGNR) - Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro -, a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.



**GUARDA REAL DE POLÍCIA**  
10 de Dezembro de 1801



**GUARDA MUNICIPAL**  
Maio de 1834



**GUARDA REPUBLICANA**  
12 de Outubro de 1910



**GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**  
3 de Maio de 1911

A circunstância de a GNR ser integrada por militares organizados num corpo especial de tropas, permite compreender que ela colabore na execução da política de defesa nacional e, bem assim, coopere com as Forças Armadas, no âmbito das missões que lhe forem cometidas (Cfr. alínea i) nº2 artigo 3 LOGNR).

Na verdade, e como se sabe, esta situação não é inédita, sendo idêntica à que se passa, por exemplo, com a *Guardia Civil*, em Espanha, a *Gendarmerie Nationale*, em França, a *Marechaussee*, na Holanda, ou os *Carabinieri*, em Itália.

Dada a sua natureza militar, a GNR encontra-se sujeita a uma dupla dependência:

- Do membro do Governo responsável pela área da administração interna;
- Do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento, na medida que as suas forças são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência (Cfr. artigo 2.º da LOGNR).

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, pelo que se considera mais correto designá-la por Força Militar de Segurança.



Figura 1– Dupla dependência ministerial



## 2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

### 2.1. AMBIENTE INTERNO

#### 2.1.1. DEFINIÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

#### 2.1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos da sua Lei Orgânica<sup>1</sup>, a Guarda Nacional Republicana é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas”, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial, dependendo “do membro do Governo responsável pela área da administração interna”. As suas Forças “são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

Para além da sua Lei Orgânica, do seu Regulamento de Disciplina, Regulamento Geral do Serviço, Estatuto e Regulamento de Avaliação do Mérito dos seus militares, constituem traves mestras do enquadramento jurídico-constitucional da Guarda, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Segurança Interna, a Lei da Organização da Investigação Criminal, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Apesar de ter, ao longo da sua história, sofrido os reflexos diretos dos períodos de crise ou de ameaça à ordem e à segurança nacionais, vendo aumentados ou diminuídos os seus efetivos, com variações de amplitude da ordem dos 8 mil militares, a Guarda manteve-se, contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, nomeadamente a sua organização militar e a dupla dependência governamental, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, e a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a Guarda encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, constituindo-se assim como uma Instituição numa posição de charneira, entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR é uma força especialmente apta a cobrir, em permanência, todo o espectro da conflitualidade, em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais e nas mais diversas situações, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao tempo de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, como externo.

Em situação de normalidade, a Guarda executa, fundamentalmente, as missões típicas de polícia, embora, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, lhe possam ser cometidas missões militares.

Em situações de estado sítio ou de emergência, face à sua natureza, organização, equipamento, armamento e formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição, entre as Polícias e as Forças Armadas, caracterizando-consolidando a sua posição como uma Força de Segurança de Natureza Militar.

<sup>1</sup> Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro



De igual modo, num mundo em mudança, em que as novas ameaças fazem esbater os limites entre a segurança interna e a segurança externa, a polivalência e as mais-valias da Guarda tornam-se ainda mais evidentes, colocando a Instituição na primeira linha da resposta nacional em matéria de Segurança e Defesa.



Figura 2– Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo seu dispositivo de quadrícula, que ocupa todo o território nacional, pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas. De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas «*crisis response operations*» (anteriormente designadas por OOTW - “*Other Operations Than War*” - Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição às fases de manutenção e consolidação da paz, em complemento das Forças Armadas, com principal relevância para as fases pós-conflito, e ainda, as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.

### 2.1.3. MISSÃO LEGAL

No âmbito, dos sistemas nacionais de segurança e proteção, a GNR tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei. A área sob responsabilidade da Guarda é atualmente de cerca de 94% do território nacional (86.597.4 Km<sup>2</sup>), na qual residem cerca de 53,8% da população portuguesa (5.756.027 habitantes).

### 2.1.4. ATRIBUIÇÕES

Constituem atribuições da Guarda<sup>2</sup>:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;

<sup>2</sup> Artigo 3.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



- Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Constituem, ainda, atribuições da Guarda:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;



- Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;
- Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

#### 2.1.5. MISSÕES PARCELARES

Das atribuições da Guarda, decorrem as seguintes missões parcelares:

##### **MISSÕES POLICIAIS**

Compreende as missões de Polícia Criminal e de Polícia Administrativa Geral e Especializada, onde, por sua vez, as ações são desenvolvidas, com vista a assegurar a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada e a garantir a segurança e ordem públicas, a fiscalização e ordenamento da circulação rodoviária, o combate às infrações fiscais-aduaneiras e a vigilância das fronteiras.

##### **Polícia Criminal:**

Como Órgão de Polícia Criminal, a Guarda desenvolve um conjunto de ações que visam prevenir a criminalidade em geral e efetuar as diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, e a sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções.

##### **Polícia Administrativa:**

Neste âmbito, a Guarda desenvolve todo um conjunto de atividades com vista a garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

É pois muito amplo e variado o campo de atuação dos militares da Guarda Nacional Republicana, abrangendo, praticamente, todas as possíveis infrações de natureza administrativa, não obstante a existência, nalguns serviços administrativos, de órgãos com competências policiais (inspeção e fiscalização) específicas.

No âmbito da Polícia Administrativa, destacam-se ainda os seguintes tipos de missões específicas, para algumas das quais a Guarda dispõe de unidades ou forças especializadas:



- Segurança e Ordem Pública;<sup>3</sup>
- Fiscalização e Ordenamento da Circulação Rodoviária;<sup>4</sup>
- Polícia Fiscal e Aduaneira;<sup>5</sup>
- Proteção da Natureza e do Ambiente.<sup>6</sup>

### MISSÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO

As missões de proteção e socorro são desempenhadas por todas as Unidades da Guarda e inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade.

Nestas circunstâncias, a Guarda, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, pode executar as seguintes missões:

- Isolar e garantir a manutenção da Lei e da Ordem nas áreas afetadas;
- Garantir o controlo do tráfego, a abertura de corredores de emergência e o controlo de acesso às áreas afetadas;
- Coordenar as operações de movimentação das populações;

3 Neste tipo de missões englobam-se todas as ações, com emprego de efetivos mais ou menos volumosos, que visam garantir a segurança e tranquilidade públicas e o restabelecimento da ordem quando alterada. Estas ações são realizadas pelas forças locais da Guarda, muitas vezes, pelas simples patrulhas dos Postos Territoriais, por forças empenhadas nas guardas de guarnição e por forças de intervenção dos Comandos Territoriais ou da Unidade de Intervenção. Está incluído nesta atividade, o denominado Serviço de Guarnição, que se determina pela segurança permanente ou eventual de inúmeros Edifícios Públicos, Altas Entidades e Estabelecimentos Prisionais. Neste âmbito, a Guarda executa Operações Estáticas de Segurança e Escoltas. Nestas últimas, destacam-se as realizadas aos movimentos de valores do Banco de Portugal, a obras de arte ou a pessoas. No que se refere à Ordem Pública, a necessidade de a manter ou restabelecer, abarca problemas complexos e melindrosos, que se escalonam desde a simples rixa de aldeia, que normalmente é resolvida pronta e eficientemente pelos limitados efetivos do Posto local da Guarda Nacional Republicana, até às situações que, para controlo ou dispersão de manifestações volumosas, organizadas e agressivas, determinam a intervenção e o empenhamento de efetivos numerosos, articulados em unidades táticas especializadas, por vezes em conjunto com outras forças policiais. Compete ao Comandante de qualquer força da Guarda utilizar todos os meios ao seu alcance, ditados pelo bom senso, pela proporcionalidade e pela prudência, para dissuadir os amotinados, persuadi-los a dispersar e restabelecer a ordem.

4 As ações de fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, pelas quais se visa, em primeiro lugar, garantir a segurança dos utentes das estradas do País, são desempenhadas em todo o território continental pelas Unidades nas suas respetivas zonas de ação e por uma unidade especializada da Guarda - a Unidade Nacional de Trânsito (UNT).

5 Sem embargo do cumprimento da missão geral, existe uma unidade especialmente vocacionada para o cumprimento da missão fiscal e aduaneira - a Unidade de Ação Fiscal. À GNR, como órgão de polícia fiscal aduaneira, compete a fiscalização, o controlo e o acompanhamento de mercadorias sujeitas ao regime aduaneiro, bem como a instrução de processos de contraordenação por infrações fiscais e aduaneiras, a aplicação das respetivas coimas e a realização de quaisquer diligências solicitadas pelas autoridades judiciárias.

6 A proteção e defesa do meio ambiente, da fauna e da flora, contra as agressões de que são vítimas, constantes e quase sempre impunes, criaram no homem moderno uma sensibilidade crescente para as questões ecológicas e ambientais.

Procurando dar resposta a mais este desafio, a Guarda criou o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), instituindo no seio das suas Unidades Territoriais, equipas especializadas, dotadas de meios humanos e materiais adequados à vigilância, deteção e tratamento policial das infrações praticadas contra a natureza e o meio ambiente.



- Definir e implementar, em colaboração com as autoridades civis, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro em situação de emergência;
- Colaborar nas ações de mortuária;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres;
- Coordenar as ações tendentes a permitir a movimentação de pessoas e bens através das fronteiras;
- Colaborar nas ações de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta às populações, cedendo, sempre que necessário e possível, meios humanos e materiais;
- Efetuar buscas de pessoas soterradas ou desaparecidas, com recurso às suas equipas cinotécnicas especializadas para este tipo de missões.

Mais recentemente, com a criação do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS), a GNR viu esta área da missão significativamente desenvolvida e qualificada, especialmente no âmbito da primeira intervenção em fogos florestais.

#### MISSÕES HONORÍFICAS E DE REPRESENTAÇÃO DE ESTADO (HONRAS MILITARES)

Consistem na prestação de Guardas e Escoltas de Honra, a Altas Entidades nacionais, a Altas Entidades estrangeiras em visita ao nosso País e aos embaixadores entre nós acreditados, abrangendo, ainda, a representação nacional no estrangeiro, em cerimónias militares.

Integram-se também nestas missões honoríficas, as guardas aos edifícios onde funcionam e se alojam os principais Órgãos de Soberania do Estado, como a Presidência da República, a Assembleia da República e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

São desempenhadas pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), constituída pelo Esquadrão Presidencial, pela Subunidade de Honras de Estado e pela Subunidade de Segurança, para além da Charanga a Cavalos e da Banda da Guarda.

#### MISSÕES MILITARES

Como Corpo Militar que é, desde as suas mais remotas origens, a Guarda, em situações de crise ou guerra, está apta a passar, em qualquer momento, ao controlo operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos consignados na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, a cumprir determinadas missões militares, ordenadas através do seu Comandante-Geral.

Para o efeito, as Unidades de Infantaria e de Cavalaria da Guarda, podem articular-se para o combate, respetivamente, em subunidades de atiradores e subunidades de reconhecimento a cavalo e motorizado.

Sublinha-se que o facto do conhecimento que o efetivo da Guarda tem do terreno, das populações e das infraestruturas existentes, poder constituir um excelente apoio para as forças empenhadas em operações militares no território nacional, para além das valências que pode acrescentar às Forças Nacionais destacadas em operações militares de apoio à paz, onde as características e qualificações da GNR são cada vez mais indispensáveis nos modernos Teatros de Operações.



As missões militares que podem ser confiadas à Guarda são, principalmente, as seguintes: ações táticas limitadas de defesa e ataque; missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; ações no âmbito da segurança da área de retaguarda; ações de contraguerrilha como força de quadrícula; ocupação e defesa de pontos sensíveis; combate de ruas; lançamento de patrulhas de reconhecimento, de ligação e de contra-infiltração; ações no âmbito do controlo de danos; controlo das populações, de refugiados e de transviados; e fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto.

### MISSÕES INTERNACIONAIS

Decorrente das relações internacionais, multilaterais ou bilaterais estabelecidas pela Instituição, diretamente ou através da tutela, podemos, genericamente, dividir o espectro do envolvimento da Guarda, no plano internacional, em missões de gestão civil de crises, de paz e humanitárias e em missões de cooperação técnica e operacional.

No que concerne às primeiras, mercê da sua dupla característica, militar e policial, a GNR está apta a desempenhar um alargado conjunto de missões e tarefas no âmbito das denominadas Operações de Apoio à Paz, que podem ir desde as missões militares, em complemento ou em cooperação com as FFAA, às missões puramente de polícia.

Neste âmbito, a participação da GNR iniciou-se em 1995, no embargo à ex-Jugoslávia, realizado no rio Danúbio, através da presença de um Oficial. Ainda no mesmo ano, em Angola, tomou parte na UNAVEM II, tendo empenhado meios sucessivamente na UNAVEM III e na MONUA, com um contingente que incluiu, para além do 2º Comandante da CIVIPOL, cerca de 65 observadores (Oficiais e Sargentos).

Já no ano 2000, pela primeira vez na sua história, a Guarda projetou para o estrangeiro uma força autossustentada, de escalão Companhia, para a missão de paz em Timor, constituindo-se na Força de Intervenção Rápida da UNTAET.

Em 2003, a Guarda volta a projetar uma força para uma missão de manutenção de paz. O Subagrupamento ALFA integrou-se na *Multinational Specialized Unit (MSU)* da Brigada Garibaldi das Forças de Coligação no Iraque (Portaria 1164/2003, de 10 setembro, 2ª Série).

Ao abrigo da Resolução n.º 1745, de 22 de fevereiro de 2007, do Conselho de Segurança da ONU, a GNR, no âmbito da UNMIT, reforçou o Subagrupamento Bravo, que se encontrava presente em Timor desde a Resolução n.º 1704, de 25 de agosto de 2006, com as missões de policiamento, segurança física e proteção das instalações e pontos sensíveis, operações anti-insurreição, operações de busca e salvamento, captura de indivíduos perigosos e policiamento de áreas sensíveis.

No final de 2007, a Guarda deu início à sua participação na missão militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA). Tratou-se de uma missão no âmbito da EUROGENDFOR, contribuindo a Guarda com um Pelotão de ordem pública, uma Equipa de investigação criminal e cinco militares para o Quartel-General da Força, integrando uma IPU (*Integrated Police Unit*), composta, no seu conjunto, por duas Companhia de ordem pública, uma Unidade de Investigação, uma Unidade de Apoio Logístico e um Quartel-General. Adicionalmente, a Guarda assumiu, em obediência a um critério de rotação acordado entre os países participantes, diversos lugares de comando/chefia na missão, incluindo o comando da IPU, o comando das Companhias de ordem pública e o comando da Unidade de investigação criminal.

Já no final de 2010, iniciaram-se os preparativos para a participação da Guarda numa missão da NATO, neste caso no Afeganistão. Em março de 2011 foi projetada a primeira equipa de formadores e assessores da Guarda para *Wardak*, onde vêm colaborando no esforço internacional de criação e implementação do maior centro de formação de polícia do Afeganistão e o único de dimensão nacional.



Paralelamente, a Instituição vem marcando presença em múltiplas outras missões, quer sob a égide da União Europeia quer sob a da Organização das Nações Unidas, através de participações individuais, em locais tão distantes como o Haiti, a Geórgia ou Timor-Leste.

No quadro da cooperação técnico-policial com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a GNR vem assegurando a realização de múltiplas ações de formação e de assessoria técnica, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Guarda vem, ainda, tomando parte em múltiplas atividades no quadro da cooperação policial Europeia, envolvendo a participação em Grupos de Trabalho e outros fóruns, a presença permanente em algumas Instituições Europeias, como a Europol, e a participação ativa em atividades operacionais comuns, destacando-se, pela dimensão do empenhamento, as Operações coordenadas pela FRONTEX.

Quanto à cooperação a nível multilateral, destaca-se a participação da Guarda na Associação FIEP e na EUROGENDFOR, de cujos destinos foi responsável em 2012, ao acumular as presidências das duas organizações.

### **ASSOCIAÇÃO FIEP**

A Associação FIEP integra Forças de tipo *Gendarmerie* e Polícias Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar, tendo sido criada em 12 de Maio de 1994, pela *Gendarmerie Nationale* Francesa, pela *Arma dei Carabinieri* Italiana e pela *Guardia Civil* Espanhola. Muito embora a Guarda Nacional Republicana apenas tenha integrado a referida Associação no ano de 1996, Portugal é considerado como um dos Países fundadores, como se pode verificar no próprio nome, que consiste num acrónimo composto pelas iniciais dos quatro Países (França, Itália, Espanha e Portugal – FIEP).

Posteriormente, aderiram as Forças da Turquia (1998), Holanda (1999), Marrocos (1999), Roménia (2002), Chile (2005), Argentina (2005), Jordânia(2010) e Qatar (2012) - os *Carabineros* do Chile, a *Gendarmería Nacional* da Argentina e a Força de Segurança Interna do Qatar (*Lakhwiya*) gozam do estatuto de Membros Associados.

A Presidência da Associação FIEP é assegurada pelos vários Países Membros, em regime de rotatividade anual. Neste contexto, durante o ano de 2012, coube à Guarda assegurar a Presidência Portuguesa, tendo sido responsável por conduzir o processo de adesão da *Lakhwiya*, que culminou com a sua entrada formal para a Associação FIEP durante a Cimeira de Comandantes e Diretores realizada em Sintra, no dia 17 de Outubro.

O principal objetivo da Associação FIEP é promover a cooperação e a troca de conhecimentos, boas práticas e experiências entre as Forças de Segurança de natureza militar dos Países que a integram.

Anualmente, para além da Cimeira de Comandantes e Diretores, ocasião em que são tomadas as decisões de alto nível e definidas as linhas diretrizes para o ano que se segue, é promovido o intercâmbio de alunos entre as Escolas e Academias das Forças e são organizadas reuniões de trabalho, das Comissões de Novas Tecnologias e Logística, Assuntos Europeus, Organização dos Serviços e Recursos Humanos, assim como um Seminário Internacional.

Encontram-se, atualmente, a decorrer os processos de adesão das Forças da Moldávia, da Tunísia e da Palestina, sob condução da atual Presidência Francesa da Associação.

### **EUROGENDFOR (Força de *Gendarmerie* Europeia)**

A Força de *Gendarmerie* Europeia (EUROGENDFOR) é uma iniciativa de cinco países da União Europeia (Portugal, Espanha, França, Itália e Holanda), todos com forças de segurança de natureza militar, visando contribuir para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e de Defesa e para dotar a Europa com



uma maior capacidade para conduzir operações de gestão de crises, no âmbito das Conclusões dos Conselhos Europeus de Santa Maria da Feira e de Nice.

Animados de tal objetivo, os países referidos, potenciando as mais-valias das suas Forças de Segurança com estatuto militar, decidiram criar uma Força multinacional, operacional, pré-estruturada (modular), robusta, com capacidade de reação rápida (800 elementos, no prazo de 30 dias, número este que poderá chegar aos 2300), dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, em especial missões de Substituição. A respetiva "Declaração de Intenções" foi assinada em 17 de setembro de 2004, em Noordwijk (Holanda), tendo o Tratado que institui a EUROGENDFOR sido assinado em Velsen (Holanda), em 18 de outubro de 2007.

As Forças da EUROGENDFOR, constituídas para cada missão, têm capacidade para atuar em todas as fases da resposta a uma crise, desde a intervenção militar até à transferência de responsabilidades para as autoridades civis locais ou para uma organização internacional. Estão aptas a desenvolver, em tal contexto e no âmbito de um mandato internacional, todo o espectro de tarefas de polícia, designadamente missões de restabelecimento e manutenção da ordem pública, investigação criminal, vigilância e recolha de informações, controlo de tráfico de ilícitos, polícia de fronteiras, proteção e segurança de pessoas e bens e formação de formadores e de oficiais de polícia.

A EUROGENDFOR está, prioritariamente, à disposição da União Europeia, embora possa atuar mediante requisição e mandato da ONU, da OSCE, da OTAN ou de outras organizações internacionais.

A EUROGENDFOR participou na Missão Militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA), na qual assegurou a componente policial da Missão, na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas no Haiti), garantindo a contribuição da UE para a situação de insegurança pós sismo, e na missão de formação da OTAN no Afeganistão (*NATO Training Mission – Afghanistan*), constituindo o pilar fundamental na formação e capacitação das forças de polícia afegãs.

No quadro da UE, a EUROGENDFOR participa na missão Missão EUCAP Sahel Mali e na Missão EUFOR CAR, na República Centro Africana, e encontra-se em preparação a sua participação na Missão EUBAM Rafah. Já no âmbito das Nações Unidas, a EUROGENDFOR encontra-se a preparar a sua contribuição para a MINUSCA. Por fim, participará, no contexto da NATO, na Operação *Resolute Support*, no teatro do Afeganistão, em continuidade do trabalho desenvolvido no antecedente.

Após a recente concessão do estatuto de Membro à Polónia, que antes era Parceira, a par da Lituânia, integram a EUROGENDFOR, como Membros, para além da Guarda Nacional Republicana, a *Guardia Civil* de Espanha, a *Gendarmerie Nationale* de França, a *Arma dei Carabinieri* de Itália, a *Koninklijke Marechaussee* da Holanda, a *Jandarmeria Româna* da Roménia e a *Gendarmerie Militar Polaca*. A Turquia mantém o Estatuto de Observador e participa nas iniciativas e atividades da Força através da *Jandarma Turca* e a Lituânia constitui-se como Parceira da EUROGENDFOR, através do Serviço de Segurança Pública Lituano.

O Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) é o órgão responsável pelo controlo político e pela direção estratégica da Força de *Gendarmerie Europeia* (EUROGENDFOR), estando-lhe atribuídas, entre outras, as seguintes competências:

- Assegurar a coordenação político-militar entre os países participantes e, quando apropriado, entre estes e os demais países que venham a contribuir para as missões da Força;
- Nomear o Comandante da EUROGENDFOR e o Presidente do Conselho Financeiro;
- Aprovar a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chave deste;



- Aprovar o programa e os objetivos anuais de formação, no âmbito da EUROGENDFOR;
- Decidir sobre a participação da EUROGENDFOR em missões, definindo o seu enquadramento e dando diretivas gerais;
- Designar os Comandantes das Forças, estabelecer o envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de Comando e aprovar a estrutura do Quartel-General e a participação de outros países nas missões;
- Decidir sobre os pedidos de adesão à EUROGENDFOR, bem como sobre a atribuição dos Estatutos de Observador e de Parceiro;
- Analisar e decidir sobre os pedidos de cooperação com a EUROGENDFOR;
- Aprovar o orçamento anual relativo ao funcionamento Quartel-General Permanente e as principais ações de natureza administrativo-financeira.

Têm assento no CIMIN representantes dos Ministérios que tutelam as Forças que integram a EUROGENDFOR e dos Ministérios responsáveis pela política externa dos respetivos países. Portugal é representado no CIMIN pelos Ministérios da Administração Interna (através do representado pelo Comandante-Geral da GNR) e dos Negócios Estrangeiros.

O Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR está localizado em Itália, na cidade de Vicenza. Tem um efetivo de 36 Oficiais e Sargentos das diferentes Forças, sendo Comandado pelo Comandante da EUROGENDFOR, atualmente de nacionalidade Espanhola. A sua missão é, essencialmente, de planeamento operacional, monitorizando cenários de possível atuação, prevendo possíveis modalidades de intervenção e estabelecendo ligação entre os Países e as Organizações Internacionais que tutelam as missões.

#### 2.1.6. ÂMBITO TERRITORIAL<sup>7</sup>:

As atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o Território Nacional e no mar Territorial. No caso de competência atribuídas simultaneamente à GNR e à Polícia de Segurança Pública, as áreas de responsabilidade são definidas por Portaria do Ministro da Tutela, e revistas periodicamente.

Fora da área de responsabilidade territorial definida, nos termos do ponto anterior, a intervenção da Guarda depende do pedido de outra força de segurança, de ordem especial ou de imposição legal, nomeadamente, no que diz respeito ao estipulado pelo Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS.

Em algumas áreas específicas é cometida à Guarda a responsabilidade de atuação em todo o Território Nacional, nomeadamente, em matéria de âmbito fiscal e aduaneiro e de proteção da natureza e ambiente, mas também no que diz respeito à primeira intervenção em missões de proteção e socorro. Sempre que especifica e legalmente mandatada para o efeito, a Guarda pode ainda prosseguir a sua missão fora do Território Nacional, tanto na vertente de atuação puramente militar, como na vertente policial, nas diversas dimensões de polícia geral, gestão de crises, ambiente, área fiscal e aduaneira, e proteção e socorro.

Em 2008 verificou-se um reajustamento relevante na delimitação das áreas territoriais à responsabilidade da Guarda e da Polícia de Segurança Pública. Atualmente, a Guarda tem responsabilidade territorial sobre de 94% do Território Nacional (86.597.4 Km<sup>2</sup>), na qual residem cerca de 53,8% da população (5.756.027 habitantes).

---

<sup>7</sup> Artigo 5.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)

Em épocas festivas ou nos meses de Verão, pela movimentação das populações para os locais festivos ou zonas balneares a percentagem da população nas áreas de responsabilidade da Guarda sobe consideravelmente.

No âmbito rodoviário a Guarda detém à sua responsabilidade a quase totalidade da rede viária nacional (cerca de 97% do Território Nacional, dos quais 99,1% das autoestradas, 96,4% das estradas nacionais e 92,3% das estradas municipais).

A Guarda detém ainda uma vasta responsabilidade no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, que se estende a toda a orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas.

Por referência ao dispositivo e implantação territorial, a que se alia um conjunto diversificado de competências específicas e capacidades operacionais, é a Guarda uma força de segurança, de natureza militar, especialmente vocacionada para atuar em todo o espectro de prevenção e conflitualidade, servindo de forma próxima e desde modo, se legitimando junto da população, através da confiança das populações.

### 2.1.7. ESTRUTURA ORGÂNICA

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprovou a nova Orgânica da Guarda, determinou uma profunda alteração estrutural desde Corpo Especial de Tropas, substituindo o Estado-Maior do Comando-Geral por três Comandos Funcionais (para as áreas operacional, administração de recursos internos e doutrina e formação), transformando as unidades em novas unidades alicerçadas em critérios de especialização e extinguindo um escalão de comando, a Brigada Territorial.

Nesse sentido foram criados os Comandos Territoriais de âmbito Distrital e Regiões Autónomas (Madeira e Açores), as Unidades Especializadas (Unidade Nacional de Trânsito, Unidade de Ação Fiscal e Unidade de Controlo Costeiro), a Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), a Unidade de Intervenção e Reserva (Unidade de Intervenção) e o Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda).



Figura 3– Estrutura orgânica da GNR



### 2.1.8. ENQUADRAMENTO NACIONAL

#### DEPENDÊNCIAS

Nos termos da sua atual Lei Orgânica, a Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional no que respeita à uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

#### LIGAÇÕES FUNCIONAIS PARA A EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA GUARDA

Para o cumprimento da sua missão, a Guarda mantém ligações funcionais com vários departamentos do Estado ou outras instituições, entre as quais avulta a dependência funcional das Autoridades Judiciárias, instituída pelo Código de Processo Penal.

Entre as demais ligações, destacam-se as seguintes:

LIGAÇÕES FUNCIONAIS	ENTIDADES
<b>Âmbito Policial</b> (Polícia Administrativa, Geral e Especializada)	Ministérios responsáveis pelas áreas da Justiça e das Finanças, dos Espetáculos e das Artes, das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo e das Florestas, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e outras Forças e Serviços de Segurança e, de um modo geral, todas as Autoridades Públicas e Autarquias Locais.
<b>Âmbito das Atribuições de Proteção e Socorro</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Cruz Vermelha Portuguesa e o Instituto Nacional de Emergência Médica.
<b>Âmbito das Atribuições Honoríficas</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros - Protocolo do Estado
<b>Âmbito Militar</b>	Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Estados-Maiores dos Ramos

Figura 4– Estrutura orgânica da GNR

Assim, da conjugação destes dois preceitos e com recurso também a outra legislação avulsa, com especial destaque para o Regulamento Geral do Serviço da Guarda, pode-se afirmar que a Missão da GNR se reparte, fundamentalmente, pelas áreas da Segurança, da Proteção e da Defesa Nacional, ou seja, pelo cumprimento de missões e tarefas policiais, militares e de proteção e socorro.



## 2.2.AMBIENTE EXTERNO

Sem prejuízo de uma análise e reflexão mais pormenorizada, apresentam-se a seguir um conjunto de aspetos que caracterizam a envolvente externa à Guarda Nacional Republicana.

Atualmente, já não é possível estabelecer fronteiras entre segurança interna e externa. A dimensão holística e a desterritorialização das ameaças são agora os novos paradigmas de todas as estratégias de combate à insegurança. A globalização acelerada estende as ameaças e os problemas à escala planetária.

Após os ataques terroristas de Nova Iorque, de Madrid e de Londres, assiste-se a uma redefinição das estratégias de segurança, para fazer face a uma nova tipologia de ameaças, caracterizadas pelo esbater dos limites entre os conceitos de segurança interna e segurança externa. Assim, a abordagem do conceito de segurança começa a ser efetuada numa perspetiva alargada, abrangendo não só a indispensável dimensão da defesa, mas incluindo, também, outros domínios como os da política, economia, diplomacia, transportes e comunicações, educação e cultura, saúde, ambiente, ciência e técnica. Procura-se, por um lado, evidenciar a cooperação e a solidariedade entre os vários setores, como elementos essenciais, e, por outro lado, fazer face a riscos e ameaças que ocorram à escala global.

Com efeito, o conceito de Segurança alargou-se, assim, a áreas “não-tradicionais”, como o tráfico de droga e de seres humanos, o crime organizado, os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios desregulados e as catástrofes naturais ou tecnológicas, entre outras, que outrora não eram consideradas no âmbito das políticas de segurança dos Estados e das organizações internacionais.

Na verdade a crescente globalização que se vem verificando na atualidade, caracterizada pela complexidade e multiplicidade de atores e relações sociais, a que corresponde uma premente densificação do conceito de segurança, exige, de modo permanente, da Guarda Nacional Republicana uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens, assegurando a proteção da sociedade como um todo. Este desafio, de sempre, no atual ambiente de governança da segurança, constitui uma preocupação de todos e deve ser um pressuposto inegável do planeamento institucional, nos quadros de resposta nacional e internacional.

Por seu turno, a crise económica e o crescimento do fosso entre ricos e pobres, faz aumentar o número de excluídos e marginais da sociedade, criando condições para a eclosão de conflitos e convulsões sociais graves.

De igual modo, cada vez mais extensas regiões do globo entram em crise social, que, evoluindo amiúde para convulsões e guerras internas, obrigam a Europa a, cada vez mais, intervir no exterior. Portugal, e consequentemente a Guarda não pode ficar alheio a tal resposta e vê, também, desviados significativos recursos humanos e materiais para tais missões, designadamente através das participações em missões internacionais com forças constituídas.

Paralelamente, a crise de valores nas sociedades modernas, com reflexos no coração da estrutura social, o aumento da mutabilidade e o crescente grau de exigência dos cidadãos, fruto de uma maior consciência da cidadania, tornam mais difícil e complexo o papel de quem tem funções de autoridade. Exigem mais conhecimento, novas abordagens, recurso às novas tecnologias e grande flexibilidade e mobilidade.

Pelo contexto internacional em que Portugal se insere, importa ainda referir a permeabilidade das fronteiras, que se traduz numa livre circulação de pessoas, bens e informação, que carrega para o ambiente de segurança inúmeros perigos e ameaças, aproximando as dimensões externa e interna, global e local, que devem conferir à atuação policial um necessário alargamento da área de influência.

O atual contexto da segurança interna caracteriza-se, entre outros aspetos, pelo aumento de algumas categorias de criminalidade (violenta e organizada) e pela crescente mediatização de tudo o que tem a ver com o crime, a polícia e a justiça, originando que o sentimento de insegurança dos cidadãos seja muito superior ao que seria expectável face à realidade criminal do nosso país, cujo combate constitui um dos desafios fundamentais das sociedades modernas.



Na senda, as forças de polícia de natureza militar assumem-se como inegável mais-valia, ao desempenharem a função de forças de charneira, entre as restantes forças e serviços de segurança civis e as Forças Armadas.

Por referência ao largo espectro de intervenção da Guarda, consolidado nas atribuições legais e área de responsabilidade policial, urge a necessidade de continuarem a ser desenvolvidos esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao avanço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção e à aposta em novos processos de coordenação e de cooperação, no plano interno ou ao nível das relações com outros atores e sistemas internacionais, com a finalidade de providir para melhor servir.

Existem, por isso, fatores críticos e ameaças para a segurança individual e coletiva da sociedade portuguesa que se traduzem em novas exigências de reorganização, de flexibilidade e de atuação das forças de segurança, destacando-se as seguintes:

- Crescente possibilidade de manifestações e outras ações de protesto, com repercussões na segurança e na tranquilidade públicas;
- Assimetrias de desenvolvimento regional e a existência de aglomerados periféricos das grandes cidades;
- Concentração sazonal de grandes massas humanas nos espaços turísticos;
- Dimensão dos problemas ambientais;
- Novas formas de criminalidade transnacional (tráfico de drogas e de seres humanos, contrabando, descaminho e imigração clandestina), potenciada pelas crescentes dificuldades na vigilância da fronteira marítima e pela desestruturação do modelo de fronteiras nacionais;
- A permanente evolução das tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, associadas à globalização, servem de desígnio às complexas organizações dedicadas ao crime e ao terrorismo sem fronteiras, reclamando a cooperação europeia e crescente participação de Portugal em missões internacionais.

Este novo ambiente de segurança, caracterizado por novos desafios decorrentes da atual conjuntura económico-financeira, social, tecnológica, ambiental e mesmo político-legal, obriga a um posicionamento inequívoco da Guarda na arquitetura dos sistemas de segurança, proteção e defesa nacionais. Tal, associado a uma necessidade de legitimação social das atuações, pugna por uma forma habitual de moldar estruturas, atitudes e procedimentos, perspetivando os grandes desígnios que redundam nas causas da falta de segurança de modo geral, que quando não são as reais razões, potenciam o sentimento de insegurança.

Nesta senda, a atitude de qualquer instância de controlo formal não pode deixar de ser sagaz e oportuna, aberta à mudança e à adoção das medidas necessárias no âmbito dos conceitos, no plano das estruturas e dos processos, que perspetivem uma resposta mais eficaz aos desafios que se colocam num mundo em profunda alteração de paradigmas. Consequentemente, para fazer face à complexidade do atual ambiente de segurança e às exigências de índole social, económica e informacional do mundo contemporâneo, a Guarda deve guiar-se pela premissa da constante abertura à mudança, ciente de que tanto ao nível da genética organizacional, como no campo estrutural e operacional, a ideia de transformação deve ser uma constante.

Um dos principais desígnios do Comando da Guarda é sedimentar a Instituição como uma referência, através da valorização do vetor humano e da gestão do conhecimento, conjugando esforços que permitam fomentar a coesão institucional, promover a proximidade junto das populações, motivar todos os que integram quadros militares e civis e, na sequência, orientar os objetivos estratégicos, também pela dignificação das funções, em referência à disponibilidade decorrente da condição militar, como fator distintivo para o exercício da atividade policial, que deve ser compensada. Importa, assim, num processo de gestão que se prevê exigente, que seja adotado um conjunto de medidas capazes de garantir a completa articulação entre o Ministério da Administração Interna, a Guarda Nacional Republicana e as demais Forças e Serviços de Segurança, para que as estratégias e as ações a empreender sejam todas realizadas, rentabilizando os recursos disponíveis.

### 3. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E FATORES DISTINTIVOS

Face às atribuições que lhes estão cometidas, torna-se necessário que os serviços públicos identifiquem os serviços que prestam/fornecem e analisem a sua pertinência perante a mutação permanente em que a sociedade se encontra.

Pretende-se, pois, que os organismos respondam, com eficácia, às reais necessidades dos seus clientes, apelando, para o efeito, à capacidade de inovação e à criatividade dos seus profissionais, no sentido de detetarem novos produtos e serviços que vão ao encontro dos interesses dos utentes.

Neste sentido, os serviços devem questionar-se, permanentemente, numa perspetiva de reflexão, quanto:

- À validade do que fazem;
- À relação custo/benefício;
- À oportunidade do que produzem;
- Às potencialidades de que dispõem para a realização de novos produtos.

Deve evitar-se a preocupação de fazer por fazer e de cair em rotinas burocráticas, sem qualquer valor útil para a sociedade.

Neste sentido, a Guarda Nacional Republicana tem readaptado a sua missão, reformulando o que se encontra legalmente preceituado à realidade e às reais necessidades dos seus utentes.

#### 3.1. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- Manter a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade e a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional e europeu;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira



- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas.

### 3.1.1. FATORES DISTINTIVOS

Dada a natureza da GNR, como força militar, esta aporta os seguintes fatores distintivos e/ou diferenciadores:

- **Choque:** Caracterizado pela capacidade de intervenção reforçada ou musculada na totalidade do espectro dos grandes eventos.
- **Massa:** Derivada da implementação territorial, da capacidade e de apoio mútuo entre unidades, o que permite uma rápida concentração de meios no local e no momento adequado.
- **Mobilidade:** Acentua a capacidade de projeção e de apoio logístico de forças em todo o Território Nacional.
- **Flexibilidade e Modularização:** Caracterizada pela capacidade de organização e de articulação de unidades constituídas, permitindo exponenciar a capacidade de manobra e a unidade de comando.
- **Prontidão, Disponibilidade e Disciplina:** Enraizados nos valores e nos deveres inerentes à condição militar.

Exercidos através das seguintes valências:

- **Intervenção Pesada:** Pela utilização de equipamento e armamento militar, bem como de outros meios especiais, dos quais se destacam os NRBQ (Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico).
- **Cavalaria:** Utilização, exclusiva, de forças a cavalo no patrulhamento preventivo e na manutenção e restabelecimento da ordem pública.
- **Cinotecnia:** Reconhecida credibilidade, a nível nacional e internacional, na área da formação e no empenhamento operacional dos meios cinotécnicos.
- **Trânsito e Segurança Rodoviária:** Pela existência de uma Unidade Nacional de Trânsito, altamente especializada no âmbito da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito.
- **Controlo de Fronteiras Externas:** Especialmente através da Unidade de Controle Costeiro, concretizada na vigilância e no patrulhamento e na interceção terrestre ou marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.
- **Fiscal e Aduaneiro:** Através da Unidade de Ação Fiscal, unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda.



- **Informação Criminal:** Elevada capacidade de recolha de informação, face à dispersão territorial do dispositivo.
- **Operações Especiais:** Através da resolução de incidentes tático-policiais, intervenção em ações de contraterrorismo, e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco.
- **Proteção da Natureza:** Combate às agressões ambientais e da natureza, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, uma vez que o seu dispositivo se encontra implementado a nível nacional.
- **Seguranças e Honras de Estado:** Através da proteção e segurança às instalações dos Órgãos de Soberania e pela prestação de honras de Estado.



#### 4. PRINCIPAIS UTILIZADORES / DESTINATÁRIOS / INTERESSADOS (STAKEHOLDERS)

A identificação dos principais clientes, assume especial atenção e relevância na análise do ambiente externo, face à diversidade de atribuições da Guarda. Os *stakeholders*, enquanto pessoas, organizações ou grupos suscetíveis de influenciar ou ser influenciados, constituem-se como partes interessadas nas atividades desempenhadas e/ou nos resultados obtidos pela Guarda na condução da sua missão e das suas atribuições.

O estudo dos *stakeholders*, do qual se apresenta a matriz abaixo, procurou considerar a organização Guarda como pertencente a um sistema aberto, com múltiplas relações de influência, por se entender que estas não são autoindependentes ou autossuficientes.

Assim, identificados e analisados os interessados na atividade desenvolvida pela Guarda, ressalta a existência de pessoas ou de grupos específicos com interesse no produto final. Em face disso, e como se demonstra no quadro abaixo, após uma categorização de cada um dos intervenientes, é possível saber quem são os *stakeholders*, em função do seu nível de poder, que podem obstruir ou impedir o progresso da atividade, bem como quem são os que têm poder ou a influência para contribuir para o sucesso da Guarda.

Por outro lado, importa igualmente analisar os *stakeholders* à luz do seu nível de interesse, pois tal é fundamental para a definição da postura a adotar.

São, pois, estas influências mútuas nas relações existentes que vão atuar, direta ou indiretamente, na escolha da estratégia a ser implementada para a tomada de decisão.

Do vasto, complexo e diferenciado conjunto de *Stakeholders*, destacamos os cidadãos em geral, as entidades públicas, a Tutela – MAI, os Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que integram o mapa de efetivos de pessoal da Guarda e a comunicação social. Existindo outros, estes são os atores que mais interagem com a Guarda e relativamente aos quais a GNR deve ser vista como um interlocutor de competência, confiança e cooperação.



Figura 5 – Stakeholders



Stakeholders	Características	O que esperam de nós	O que esperamos deles	Grau de Poder	Grau de influência	Grau de interesse	
Internos	GCG/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cultura Militar</li> <li>▪ Comandante-geral da GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cooperação sólida e de confiança</li> <li>▪ Gestão eficaz e eficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Orientações específicas</li> <li>▪ Persuasão e influência</li> <li>▪ Interlocutor</li> </ul>	Elevado	Elevado	Elevado
	Oficiais, Sargentos, Guardas e Cíveis/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oficiais, Sargentos, Guardas e Cíveis que integram o Mapa de Pessoal da Guarda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reconhecimento profissional</li> <li>▪ Progressão na carreira</li> <li>▪ Bom ambiente de trabalho</li> <li>▪ Orientações claras e precisas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cumprimento da missão</li> <li>▪ Competência e empenho</li> <li>▪ Espírito de missão</li> <li>▪ Espírito de sacrifício</li> <li>▪ Solidariedade e entajuda</li> <li>▪ Disciplina e coesão militar</li> </ul>	Médio	Elevado	Elevado
	Associações Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associação dos Oficiais da Guarda (AOG)</li> <li>▪ Associação Nacional de Oficiais da Guarda (ANOG)</li> <li>▪ Associação Nacional de Sargentos da Guarda (ANSGNR)</li> <li>▪ Associação Sócio-profissional da Guarda (APG)</li> <li>▪ Associação Sócio-profissional Independente da Guarda (ASPIG)</li> <li>▪ Associação Nacional de Guardas (ANAG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diálogo</li> <li>▪ Sensibilidade para com os assuntos apresentados</li> <li>▪ Defesa dos interesses dos associados</li> <li>▪ Melhores condições de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Espírito crítico construtivo</li> <li>▪ Lealdade e clareza</li> <li>▪ Defesa dos interesses dos associados com objetivos atingíveis</li> </ul>	Médio	Médio	Elevado
Externos	Cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ População residente ou em trânsito nas áreas à responsabilidade da Guarda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garante da Segurança e do bem-estar</li> <li>▪ Proteção</li> <li>▪ Resposta pronta às solicitações</li> <li>▪ Visibilidade e proximidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reconhecimento do trabalho desenvolvido</li> <li>▪ Colaboração</li> </ul>	Médio	Médio	Elevado
	Fornecedores de Bens e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fornecedores</li> <li>▪ Prestadores de serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cumprimento dos contratos</li> <li>▪ Transparência de procedimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prestação de serviços de qualidade</li> <li>▪ Cumprimento das obrigações</li> <li>▪ Flexibilidade</li> </ul>	Reduzido	Reduzido	Médio



Stakeholders		Características	O que esperam de nós	O que esperamos deles	Grau de Poder	Grau de influência	Grau de interesse
	Entidades Públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organismos Governamentais</li> <li>Tribunais</li> <li>Governadores Cívicos</li> <li>Autarquias</li> <li>Forças Armadas</li> <li>Outras entidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Competência</li> <li>Colaboração</li> <li>Confiança</li> <li>Cooperação estratégica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Competência</li> <li>Colaboração</li> <li>Confiança</li> <li>Cooperação estratégica</li> </ul>	Médio	Elevado	Elevado
	Entidades Privadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>ONG</li> <li>Associações</li> <li>Clubes</li> <li>Outras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proficiência</li> <li>Colaboração</li> <li>Segurança e Proteção</li> <li>Resposta pronta às solicitações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Colaboração</li> <li>Confiança</li> <li>Cumprimento dos compromissos</li> </ul>	Reduzido	Médio	Médio
Externos	Tutela – MAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decisor político</li> <li>Disponibiliza serviços partilhados</li> <li>Avaliador</li> <li>Inspeção</li> <li>Define orçamento</li> <li>Define Carta de Missão do Comandante-Geral</li> <li>Aprova QUAR/Objetivos</li> <li>Aprova o Mapa de Pessoal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento da missão e das diretivas e instruções</li> <li>Gestão criteriosa e racional dos recursos</li> <li>Prestação de um serviço de qualidade</li> <li>Cooperação estratégica</li> <li>Competência</li> <li>Disciplina</li> <li>Prontidão</li> <li>Lealdade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de objetivos claros e exequíveis</li> <li>Disponibilização dos recursos necessários</li> <li>Defesa dos interesses institucionais e do pessoal</li> <li>Cooperação estratégica</li> <li>Apoio</li> <li>Reconhecimento</li> </ul>	Elevado	Elevado	Elevado
	Outras Forças e Serviços de Segurança Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Polícia de Segurança Pública</li> <li>Polícia Judiciária</li> <li>Serviço de Estrangeiros e Fronteiras</li> <li>Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo</li> <li>Serviços de Informações</li> <li>Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação</li> <li>Confiança</li> <li>Partilha de Informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação</li> <li>Confiança</li> <li>Partilha de Informação</li> </ul>	Reduzido	Médio	Elevado
	Outras Forças e Serviços de Segurança Estrangeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>Guardia Civil (Espanha)</li> <li>Gendarmerie Nationale (França)</li> <li>Arma dei Carabinieri (Itália)</li> <li>Royal Marechaussee (Holanda)</li> <li>Gendarmerie Romena</li> <li>Jandarma Turca</li> <li>Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação</li> <li>Confiança</li> <li>Parcerias</li> <li>Formação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação</li> <li>Confiança</li> <li>Parcerias</li> <li>Formação</li> </ul>	Reduzido	Médio	Elevado
	Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>Televisão</li> <li>Rádio</li> <li>Jornais</li> <li>Revistas</li> <li>Outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Colaboração</li> <li>Transparência</li> <li>Transmissão oportuna de informações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Confiança</li> <li>Respeito</li> <li>Reconhecimento</li> </ul>	Médio	Elevado	Elevado

Figura 6 – Análise dos Stakeholders



## 5. METODOLOGIA

Este relatório possibilita, aos níveis mais elevados da hierarquia, uma visão integrada da atividade da Guarda desenvolvida em 2014, permitindo realizar uma avaliação global do desempenho das suas Unidades Orgânicas, face aos objetivos superiormente fixados.

A base documental a que se socorreu, para além da legislação que regula a organização e funcionamento da Guarda, contemplou ainda os seguintes elementos:

- Programa do XIX Governo Constitucional;
- Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 - XIX Governo Constitucional
- Relatório Anual de Segurança Interna – RASI 2014 - Orientações Estratégicas
- Orçamento de Estado para 2014;
- Proposta de Orçamento de Estado para 2014;
- Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto);
- Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de futuro;
- Objetivos Estratégicos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2012-2017.

A existência de um QUAR aprovado para o ano económico de 2014, permite a adoção de uma metodologia na elaboração do presente relatório de atividades, em moldes semelhantes à estrutura do plano de atividades para 2014, procedendo-se à divisão de Projetos/Atividades em concorrentes e não concorrentes para os objetivos operacionais, alinhados com os objetivos de nível estratégico, cuja vigência se estende a médio prazo (entre 3 a 5 anos).

O presente Relatório de Atividades foi elaborado em obediência ao Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, tendo por objetivo identificar projetos, atividades e ações programadas e desenvolvidas, no sentido do cabal cumprimento da missão e atribuições da Guarda, dando especial enfoque aos recursos utilizados para a sua concretização.







# Capítulo II

ENQUADRAMENTO

ESTRATÉGICO

## 1. MISSÃO RESTABELECIDADA

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

## 2. CENTRO DE GRAVIDADE

O Centro de Gravidade Estratégico da Guarda é a Sociedade e incorpora:

- As **Pessoas** – focalizado nos Cidadãos;
- O **Território** – compreendendo de forma direta o Território Nacional e o mar territorial e, subsidiariamente, o espaço estratégico de interesse nacional conjuntural;
- Os **Movimentos** – determinados designadamente ao nível da utilização da rede viária e na orla costeira;
- As **Instituições Democráticas** – enquanto garante da Soberania do Estado, compete-lhe garantir o seu normal funcionamento, a sua segurança, representação e honras de Estado.



Figura 7 – Centro de Gravidade

## 3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

## 4. NÍVEL DE AMBIÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição de natureza militar, moderna, responsável e respeitada e, no âmbito das suas atribuições e na área geográfica de responsabilidade, constitui uma força de amplo espectro operacional,



presente e próxima que age de forma proactiva, integradora e orientada para a proteção dos Cidadãos, das Instituições Democráticas e dos seus bens, prevenindo e reprimindo a criminalidade, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de segurança, consolidando as sinergias criadas com a Sociedade, em especial com as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança nacionais e estrangeiras.

## 5. VALORES

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência.

Os valores a seguir apresentados têm como pressuposto fundamental a condição militar, que representa uma entrega total, pelo que encerra uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Ser-se militar é, mais do que uma profissão, uma condição.

Os valores Institucionais representam as crenças e convicções dominantes, constituindo-se como elementos motivadores para um esforço conjugado que representará unidade e coerência na prossecução do serviço público. Enquanto elemento singular no quadro do Sistema de Segurança Nacional - por sua vez composto pelos subsistemas de Segurança Interna; de Segurança do Estado (Serviços de Informações); de Proteção Civil e de Defesa Nacional – a Guarda Nacional Republicana constitui-se como uma Instituição verdadeiramente **ÚNICA**, caracterizada pela constância dos valores institucionais alinhados com esta unicidade.



Figura 8 – Valores

Entre outros, constituem valores institucionais:

- **União (Coesão)** – na relação de compromisso entre os seus membros para com a própria Instituição, no cumprimento da missão. A união entre os elementos da Instituição assegura a superação das dificuldades no cumprimento da missão, inexequíveis se a atuação decorrer de forma isolada;
- **Disciplina** – na exata observância das leis e regulamentos, bem como das ordens e instruções emanadas pela cadeia hierárquica em matéria de serviço, em obediência aos princípios inerentes à condição de militar;
- **Conhecimento e Inovação** – na aquisição de conhecimento essencial para um “desenvolvimento inteligente” vocacionado para a melhoria da segurança e liberdade dos Cidadãos, promovendo a inovação no



desenvolvimento da atividade policial, antecipando ameaças e riscos que comprometam os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados;

- **Competência e Isenção** – no saber agir consciente e reconhecido, sempre com *independência em relação a interesses ou a pressões de qualquer índole, implicando a mobilização, a integração e transferência de conhecimento, recursos e aptidões que agreguem valor à organização e aos seus elementos.*
- **Lealdade e Responsabilidade** – na obrigação do desempenho de funções em subordinação aos objetivos do serviço e na prossecução do interesse público, na absoluta observância das leis do Estado. No velar pelo seu cumprimento, no respeito pelas autoridades que têm por missão assegurar a execução dessas mesmas leis e na plena obediência às ordens por elas emanadas. A responsabilidade traduz-se no exercício responsável da autoridade, no compromisso perante a sociedade, moldando a atuação por critérios de rigor, transparência e isenção, aos quais se associa a presença constante de superiores padrões morais e éticos.

## 6. PRINCÍPIOS

Além dos valores institucionais, deve ainda a conduta institucional nortear-se, em permanência, pelos seguintes princípios:

- **Cultura Militar e de Segurança** – são as referências essenciais na atitude profissional de permanente aprendizagem para melhor servir o Cidadão em geral pugnano pelo estrito cumprimento dos deveres militares, segundo elevados padrões de disciplina, lealdade e espírito de camaradagem e disponibilidade que aglutinam a Instituição, fomentando o espírito de corpo;
- **Qualidade e rigor** – pela competência no serviço público de proximidade e permanente aprofundamento do conhecimento, constante avaliação de resultados e divulgação de boas práticas de prevenção e pro-atividade em busca da sublimidade;
- **Responsabilidade “accountability”** – como conduta ética e símbolo de responsabilidade objetiva perante a sociedade;
- **Transparência** – traduz-se na clareza, lisura e equidade como a Instituição desenvolve a atividade de prestação de um serviço público, procurando fortalecer a legitimidade social da sua ação, bem como o reconhecimento do seu valor estratégico nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- **Integridade Institucional** – por referência às pessoas, ao território, aos movimentos e às instituições democráticas, para alcançar:
  - A excelência, pela eficiência, eficácia e pioneirismo no serviço de segurança;
  - A cooperação, balizada pela ética, através da partilha de competências e ideias com os restantes atores;
  - A valorização das pessoas, pelo serviço direcionado às competências e capacidades individuais e pela realização pessoal dos militares e civis que servem na Instituição;
  - O comprometimento perante a sociedade, de modo resiliente em relação às atribuições legais institucionais, e para com os militares e civis que servem na Guarda em relação aos objetivos comuns, por referência a elevados padrões éticos e respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático.



Figura 9 – Princípios

## 7. DEONTOLOGIA MILITAR

Trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da condição militar, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não porém ao nível das prescrições legais, mas sim das exigências da sua natureza enquanto homem (cultura institucional e valores éticos).

### Código de Honra do Militar da Guarda

- O militar da Guarda observa em todas as circunstâncias as características da condição militar e cumpre, rigorosa e responsabilmente, os seus deveres militares e estatutários.
- O militar da Guarda, como "soldado da lei", impõe-se à consideração, respeito e simpatia das populações, através de uma ímpele integridade de caráter, reconhecida a honestidade, esmerada educação, exemplar comportamento moral e cívico, boa conduta nos procedimentos da sua vida pública e privada e respeitável ambiente familiar.
- O militar da Guarda como agente da força pública, atua sempre de acordo com a autoridade em que está investido, só recorrendo ao uso da força nos casos expressamente previstos na lei, quando absolutamente necessário e apenas na medida exigida pelo cumprimento das suas funções.
- O militar da Guarda só utiliza as armas para repelir uma agressão iminente ou em execução, em defesa própria ou de terceiros e para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter o princípio de autoridade, após intimação formal aos resistentes de obediência e esgotados todos os outros meios para o conseguir.
- O militar da Guarda cumpre sempre o dever que a lei impõe de servir a coletividade e de proteger todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o alto grau de responsabilidade que a sua profissão exige.
- O militar da Guarda respeita a dignidade humana e defende e protege os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- O militar da Guarda não comete, instiga ou tolera, qualquer ato de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, inumano ou degradante, nem invoca ordem dos seus superiores ou circunstâncias excepcionais para os justificar.



- O militar da Guarda vela para que a saúde das pessoas à sua guarda esteja plenamente protegida e toma imediatamente medidas para que os cuidados médicos lhe sejam dispensados sempre que tal se imponha.
- O militar da Guarda não só não comete quaisquer atos de corrupção, como deve rigorosamente combatê-los e opor-se-lhes quando deles tenha conhecimento.
- O militar da Guarda diligencia permanentemente pelo cumprimento da sua missão em condições morais, profissionais e psicológicas que protejam a imparcialidade, a integridade e a dignidade da sua função, face às prescrições legais respeitadoras dos direitos humanos fundamentais.
- O militar da Guarda é pessoalmente responsável pelos atos e omissões que tenha executado ou ordenado e que sejam contrários aos direitos fundamentais da pessoa.
- O militar da Guarda mantém sigilo quanto aos factos e matérias de carácter confidencial de que toma conhecimento no exercício das suas funções, a menos que exigências do serviço ou necessidades da justiça tal não permitam.
- O militar da Guarda respeita a lei e opõe-se, em todas as circunstâncias e com toda a sua capacidade, a todo e qualquer ato que a viole, agindo prontamente quando este puder provocar prejuízo imediato ou irreparável, ou, caso contrário, esforça-se por impedir as suas consequências e a sua repetição, informando hierarquicamente.
- O militar da Guarda tem a preocupação permanente de dignificar este corpo militar através do seu aprumo e da forma como se apresenta uniformizado.
- O militar da Guarda tem sempre como lema a honra pessoal e o engrandecimento da pátria.

### Código de Conduta do Militar da Guarda

É dever de todo o militar da Guarda:

- Cumprir a Missão de acordo com a Causa Pública, o Interesse Público e a Lei.
- Servir a Coletividade Nacional e proteger todas as pessoas contra os atos ilegais.
- Respeitar e proteger a dignidade humana.
- Defender e proteger os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- Só aplicar a força em último caso e quando for exigido pelo cumprimento das suas funções.
- Só recorrer às armas de fogo em legítima defesa, quando o presumido delincente opuser resistência armada e se não for possível a utilização de outros meios.
- Não divulgar informações de carácter confidencial a não ser no cumprimento das suas funções ou quando as necessidades de justiça o exigirem.
- Não infringir, instigar ou tolerar atos de tortura ou de qualquer outro tipo de castigo cruel, inumano ou degradante.
- Não praticar o abuso da autoridade.
- Combater e opor-se vigorosamente a todos os atos de corrupção.



## 8. SÍMBOLOS<sup>8</sup>

A Guarda e as suas Unidades, incluindo as Unidades constituídas para atuar fora do território nacional e o estabelecimento de ensino, têm direito ao uso do Estandarte Nacional. A Guarda tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino, marcha, selo branco e condecoração privativa (Medalha de D. Nunes Alvares Pereira – Mérito da Guarda Nacional Republicana).

As Unidades da Guarda têm direito a brasão de armas, selo branco a bandeiras heráldicas, que, nas Subunidades, tomam a forma de guião de mérito.

O Comandante-Geral tem direito ao uso de galhardete.

Os símbolos e a condecoração referidos, bem como o regulamento de atribuição desta, são aprovados por Portaria do Ministro da tutela.

O Dia da Guarda é comemorado a 3 de maio, em evocação da Lei que criou a atual instituição nacional, em 1911.

As Unidades da Guarda têm direito a um dia festivo para a consagração da respetiva memória histórica, definido por despacho do Comandante-Geral.

## 9. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

### Análise SWOT

Para delinear a estratégia, adotou-se a análise *SWOT*, que permite identificar os fatores críticos, articulando a análise das vulnerabilidades e das potencialidades da Instituição e, simultaneamente, a análise do ambiente interno e externo, nomeadamente dos fatores que se constituem como principais ameaças e oportunidades. A matriz *SWOT*, permite-nos balancear o jogo de forças entre os pontos fracos e fortes da Instituição, por um lado, e as ameaças e oportunidades, por outro.

### SWOT – Potencialidades

- Elevada coesão e cultura institucional decorrente da sua natureza militar;
- Forte Identidade e vocação gendármica<sup>9</sup>;
- Amplo espectro de atuação operacional (no âmbito da segurança interna, das missões militares e da gestão civil de crises);
- Implantação e presença efetiva em todo o TN;
- Inserção simultânea nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- Capacidade de projeção e articulação de forças/unidades constituídas de polícia;

<sup>8</sup> Artigo 7º e 8º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)

<sup>9</sup> Decorre da expressão francesa *Gendarmerie* que pretende sintetizar os elementos identitários comuns às forças de segurança de natureza militar, caracterizados por um espectro alargado de competências nos domínios da segurança interna, proteção e socorro, bem ainda como no âmbito da defesa nacional.



- Forças de Intervenção em elevado nível de prontidão, com capacidade de deslocamento e emprego em todo o TN;
- Capacidade de intervenção rápida, conjunta e combinada, nas diferentes áreas do espaço estratégico de interesse nacional (permanente e conjuntural);
- Referência nacional nos domínios da fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, com capacidade operacional para assegurar a responsabilidade na rede viária;
- Capacidade especialmente vocacionada para a segurança dos Órgãos de Soberania, e infraestruturas críticas e, supletivamente, para a prestação de Honras de Estado;
- Referência nacional no emprego operacional de solípedes e canídeos;
- Capacidade fundamental no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, da orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas;
- Competências exclusivas no âmbito fiscal e aduaneiro;
- Referência nacional/valência exclusiva nas áreas da proteção da natureza e ambiente;
- Agente determinante no domínio da 1.ª intervenção em missões de proteção e socorro em TN;
- Capacidade de inspeção judiciária subaquática;
- Elevada qualidade da formação dos RH, nos domínios técnico-científico, físico, ético e comportamental, com formação em contexto militar;
- Cooperação reforçada com forças congéneres nos espaços regional, mediterrânico, europeu e internacional;
- Prestígio e reconhecimento internacional alcançado por via das boas-práticas internas e do desempenho externo;
- Ampla experiência e credibilidade em operações internacionais *jus post bellum*.

### SWOT – Condicionamentos

- Crescente complexidade da gestão de recursos e dos mecanismos de decisão;
- Interoperabilidade dos diferentes sistemas de gestão;
- Infraestruturação e migração para a RNSI;
- Intermitências na afetação e emprego dos recursos disponíveis;
- Perda gradual de efetivos e aumento das atribuições institucionais (missões/responsabilidades operacionais);
- Avaliação do desempenho na Categoria de Guardas;
- Desgaste do parque imobiliário, automóvel e afeto ao serviço marítimo;
- Meios operacionais sujeitos a elevado desgaste;
- Limitações em infraestruturas vocacionadas para o treino tático-policial;
- Limitações em meios adequados para operação no mar territorial em condições adversas de navegação;
- Limitações na capacidade de gestão operacional integrada;
- Envelhecimento tendencial dos recursos humanos;
- Assimetria das qualificações escolares entre gerações, com impacto nas expectativas dos recursos humanos mais qualificados;
- Capacidade de cibersegurança em fase de desenvolvimento inicial.



## SWOT – Desafios

- Mediatização do fenómeno securitário e crescente consciencialização da opinião pública sobre os assuntos da segurança;
- Implementação de novos modelos de policiamento;
- Ponderação sobre o justo balanceamento entre a exploração de alternativas de gestão dos recursos (procura de ganhos de eficiência por via do outsourcing), com a manutenção da autossuficiência de serviços essenciais definidores da Instituição Militar;
- Evolução da *Governance* da segurança e fomento de parcerias locais, regionais e internacionais;
- Políticas de racionalização e modernização administrativa;
- Acesso a fundos estruturais e de investimento no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020;
- Participar na formação de forças congéneres, integrar a rede europeia de escolas de polícia e partilhar lições aprendidas;
- Otimizar as condições para criação de um Centro de Excelência para formação e treino de unidades constituídas de polícia;
- Afirmação e consolidação, no quadro de atuação da NATO, ONU e UE, das forças de cariz gendármico;
- Integrar organismos internacionais e participação em operações no âmbito da componente externa da Segurança Interna;
- Participação ativa em fóruns internacionais nos domínios da segurança;
- Reforço da cooperação com instituições e agências europeias e internacionais;
- Reforço da cooperação com as Forças e Serviços de Segurança da CPLP;
- Reforço dos laços e parcerias entre membros da EUROGENDFOR e FIEP;
- Normalização e certificação de processos e procedimentos;
- Desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas com impacto na eficácia operacional;
- Requalificação e modernização de infraestruturas e equipamentos das FSS;
- Participação na operacionalização da estratégia nacional de desenvolvimento sustentado em matéria ambiental e de ordenamento do território;
- Desenvolvimento permanente da estratégia genética;
- Aprofundamento da presença nos quatro pilares da Segurança Nacional (Defesa Nacional; Segurança de Estado; Segurança Humana; e Segurança Interna);
- Alinhamento do processo de formação dos RH segundo o paradigma da formação por competências;
- Exploração das dimensões subjacentes à utilização do espaço aéreo, subaquático e subsolo para ações nos domínios da proteção da natureza e ambiente, proteção e socorro, controlo costeiro, segurança rodoviária e ordem pública;
- Assegurar a presença e atuação progressiva no mundo *ciber*, afirmando a Guarda como determinante no mundo real e no mundo virtual;
- Obter mais-valias operacionais do desenvolvimento e utilização de novas tecnologias.

## SWOT – Constrangimentos

- Complexidade das questões relacionadas com a segurança, aumento das assimetrias sociais e da evolução demográfica;
- Desterritorialização, mobilidade e sofisticação da criminalidade;
- Criminalidade associada ao novo quadro de ameaças globais;
- Fenómenos de criminalidade associados às novas tecnologias;
- Dimensão da criminalidade transnacional organizada;
- Deficiente interoperabilidade dos sistemas de informação existentes nas diferentes FSS;
- Insuficiente coordenação entre os diversos atores dos sistemas ligados à segurança nacional;
- Impacto da crise económica e financeira mundial na ordem interna dos Estados;
- Impacto no sentimento de insegurança da população decorrente da redução dos apoios sociais;
- Riscos associados à retração da presença do Estado em Território Nacional;
- Ausência de referenciais que enformem uma cultura forte de segurança e cidadania por parte das populações;
- Aumento do sentimento de descrença das populações nas instâncias de controlo formal;
- Défice de pensamento estratégico estruturado e de continuidade, no âmbito da segurança interna;
- Atuação das FSS sujeita a um forte escrutínio mediático;
- Crescente competição institucional entre FSS;
- Complexidade do Sistema de Segurança Interna, com impactos ao nível da coordenação e articulação de esforços nos patamares estratégico e operacional;
- Emergência de novos delitos e formas de violência e crescente desenvolvimento do fenómeno das incivildades (perda de autoridade);
- Fenómeno da urbanização/metropolização da sociedade gerador de assimetrias regionais potenciadoras de insegurança.

## 10. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS PARA 2015

### 10.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

Visando a prossecução do modelo prefigurado na Missão e Visão institucionais, norteados pelos valores que caracterizam a Guarda Nacional Republicana, elegeram-se quatro Linhas de Orientação Estratégica que visam a orientação do esforço coletivo da Instituição Guarda Nacional Republicana, no sentido da concretização da visão do Comandante-Geral para o período 2015-2020.

A definição deste horizonte visa garantir, através do alinhamento entre os instrumentos estratégicos e os demais instrumentos de gestão, a estabilidade e sustentabilidade das políticas e estratégias organizacionais, bem como o inequívoco compromisso dos diferentes níveis de Comando e Direção/gestão organizacional com as estratégias e objetivos organizacionais de médio prazo.

Constituem Linhas de Orientação Estratégica da Guarda Nacional Republicana:



### **“Força de Segurança Presente e Próxima” - Reforçar a Confiança dos Cidadãos na Instituição**

Uma força de segurança com a dispersão e presença territorial da Guarda obriga-se a procurar a proximidade ao Cidadão, para através de uma melhor interação criar uma relação de confiança mútua com a população, legitimando-se socialmente. Nesse sentido, constitui desígnio da Guarda o reforço do patrulhamento comunitário e de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos.

Neste domínio, importa consolidar uma atuação que tem sido caracterizada pelo sucesso alcançado junto das populações, quer pela utilização das tecnologias de informação potenciadoras de uma maior interação Guarda-Cidadão, quer sobretudo pelo impacto dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), numa orientação que tem primado pelo sucesso do patrulhamento de proximidade e segurança comunitária.

Importa ainda fortalecer a cooperação e colaboração com as diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, mostrando, em permanência, abertura ao estabelecimento de parcerias com entidades locais e com atores relevantes da sociedade civil.

Constituirá prioridade da Guarda uma abordagem proactiva e disponibilidade permanente na defesa e salvaguarda dos direitos fundamentais do Cidadão, privilegiando domínios como a integridade da vida humana e a proteção do património. Ainda neste domínio importará assegurar uma resposta célere e eficaz no âmbito de todas as atribuições da Guarda, mantendo o vigor na prevenção, consciencialização e repressão de comportamentos de risco. Em razão da natureza militar, posicionamento no sistema de forças nacional, implantação territorial, espetro missionário e atuação específica da Guarda em todo o território nacional, deverão ser potenciadas as sinergias que decorrem da articulação das diferentes valências operacionais, pro bono da segurança interna e, no necessário, quanto à defesa nacional.

### **“Otimizar para criar Valor” - Otimizar os recursos criando valor**

Cientes da complexidade da conjuntura que o País atravessa, teremos que assumir as inerentes limitações e encarar a obrigação de aplicar os recursos de forma racional e criteriosa, com o mesmo rigor que tem caracterizado a vida e a gestão da Guarda, contudo, procurando manter elevados padrões de operacionalidade. Num contexto económico-financeiro de crise, caracterizado por acrescidos esforços de contenção orçamental, é fundamental garantir novas formas de financiamento, através do concurso a linhas de financiamento comunitárias direcionadas para projetos de modernização, de equipamentos, de tecnologias e para a qualificação dos recursos humanos.

O aproveitamento e obtenção de recursos disponibilizados através de fundos estruturais, de investimento ou específicos para o domínio da segurança interna constitui uma oportunidade e um desiderato fundamental para erguer novas capacidades e valorizar as existentes, possibilitando uma resposta operacional mais eficiente e, simultaneamente, mais qualificada.

Nesta conjuntura, a aprovação de uma nova Lei Orgânica permitirá inequivocamente corrigir alguns constrangimentos identificados e que urge superar de forma a conferir à Guarda a eficácia e a funcionalidade necessárias. Uma tal reorganização permitirá melhorar significativamente o Comando, Coordenação e Controlo das unidades operacionais, e um controlo, gestão, e supervisão mais eficaz na áreas de apoio à atividade operacional.

Também ao nível do dispositivo territorial, importa garantir a sua adequação e efetivo operacional ajustados às necessidades de policiamento público de proximidade e de visibilidade junto das populações, mediante o incremento de afetação dos recursos humanos ao desempenho de valências operacionais, com especial enfoque em zonas consideradas de maior risco e sujeitas a flutuações sazonais. Nesta linha, a otimização da



capacidade do dispositivo, visa assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas das populações.

Importará igualmente ter uma visão abrangente dos parques imobiliário e automóvel, racionalizando, beneficiando e renovando os meios que permitam à Guarda garantir e melhorar os níveis de eficiência operacional, bem como garantir as condições adequadas de trabalho aos profissionais da Instituição que diariamente exercem a exigente atividade de segurança junto das populações.

### **“Modernizar, Inovar e Simplificar” - Modernizar, inovar e simplificar, garantido a celeridade e eficiência dos processos**

A modernização de procedimentos deve ser o referencial para simplificar a vida do Cidadão e permitir redirecionar os militares para o que é a essência da sua missão – a atividade em prol da segurança dos cidadãos. Com efeito, neste âmbito importa privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, mantendo a aposta na inovação tecnológica ao serviço da segurança, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando processos e simplificando procedimentos, para requalificar os serviços operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança. Neste particular, a Guarda aspira a firmar-se como uma Instituição de vanguarda, apostando em áreas vitais como a investigação e desenvolvimento (I&D) direcionadas para as áreas core business, afetando para o efeito os seus recursos humanos mais qualificados, mantendo uma firme aposta numa sólida formação técnica e comportamental, num espírito de *«learning organization»* assente nas premissas «aprendizagem, renovação, inovação e partilha do conhecimento».

Entre um conjunto diversificado de medidas possíveis neste domínio, importa manter o esforço de consolidação do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e privilegiar a partilha de informações operacionais entre as Forças e Serviços de Segurança, via Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC).

No contexto das políticas de racionalização e modernização importa manter a opção pelo Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP), sistema que permitirá, a par de outras medidas de simplificação e monitorização administrativa, prestar ao Cidadão um serviço policial de excelência, conferindo maior capacidade operacional no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros que contribuem para a segurança nacional e internacional.

Também ao nível das atividades de apoio e de gestão estratégica organizacional importa garantir a interoperabilidade e a comunicação entre os diversos sistemas de informação – necessariamente entre sistemas ligados à área operacional e às atividades de apoio - que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

Neste domínio, afirma-se igualmente essencial continuar o desenvolvimento dos sistemas de informação para apoio à Decisão, concluindo a operacionalização do SIGFORM no âmbito da formação e a desmaterialização do processamento da Informação ao nível do Comando-Geral e dos Comandos Funcionais, na senda da sua simplificação, celeridade e desburocratização.

Decorre da obrigatoriedade de adoção de medidas de modernização administrativa, a necessidade de incidir num conjunto de domínios prioritários de atuação no âmbito dos programas de reatividade ao utente e que devem enquadrar a conduta da Guarda nesta matéria, designadamente ao nível da racionalização e simplificação de formalidades, melhoria de instalações e equipamentos que constituam infraestruturas ao atendimento incidindo igualmente ao nível da formação do atendimento ao público, privilegiando a adoção de sistemas, métodos e técnicas inovadores que potenciem uma pronta resposta às solicitações legítimas dos utentes, visando o aumento da qualidade e impacte dos serviços prestados.



Neste domínio, a Guarda deverá ainda ter presente a possibilidade de o futuro lhe reservar responsabilidades adicionais face à retração de serviços do Estado de algumas partes do TN. Tal probabilidade, só por si realça o relevante papel dos postos territoriais junto das populações, enquanto unidade basilar do dispositivo territorial da Guarda.

### **“Qualidade – Cooperar para Melhorar” - Incrementar a cooperação e articulação com outros organismos procurando melhorar a qualidade do Serviço**

A cooperação e articulação entre os diferentes organismos que concorrem para o mesmo objetivo constituem desígnio da Guarda Nacional Republicana. A garantia da cooperação institucional é não só um dever de todos os agentes do Estado, como um elemento fundamental para um Portugal mais seguro e tranquilo.

Constitui escopo fundamental da estratégia institucional, a cooperação e coordenação com os diferentes atores que integram ou estão ligados aos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa, bem como os demais atores que diariamente interagem com a Guarda, condição essencial para obter sucesso no plano da segurança nacional.

Na mesma linha, é fundamental afirmar o empenhamento Institucional na execução da política externa, através da participação, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais.

No âmbito dos compromissos internacionais assumidos, cientes da importância para a Segurança Interna nacional da presença de uma força de segurança de natureza militar nos mais relevantes fóruns europeus e internacionais, a Guarda manterá uma postura proactiva no relacionamento e participação enquanto membro fundador de instituições como a FIEP, a Força de Gendarmerie Europeia - EUROGENDFOR e a agência FRONTEX. No caso específico da EUROGENDFOR, a Guarda manterá a disponibilidade para participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais, sempre que as circunstâncias o determinem.

A nível externo, é fundamental manter a vitalidade das relações de cooperação com os países da CPLP, essenciais para fortalecer os laços de comunhão que a língua portuguesa encerra, bem como a sua afirmação no espaço lusófono no Atlântico Sul. O salutar relacionamento entre a Guarda e as forças congéneres dos países lusófonos, permitem potenciar a partilha de experiências e de conhecimento, imprescindível para a capacitação e requalificação dos recursos humanos.

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a *Guardia Civil*, continuará a merecer uma atenção especial sobretudo pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito da «Iniciativa 5+5 Defesa - vertente gendarmeries» importa incrementar a cooperação entre os países da orla costeira do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a França, Itália, Portugal, Espanha, e Malta (da margem norte) e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia (da margem sul), visando assegurar condições de estabilidade, de confiança e de franca colaboração que respondam às preocupações comuns na área da segurança, designadamente em matéria de vigilância marítima, proteção civil, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, de armas e de estupefacientes.

Para os próximos anos a Guarda pretende estreitar relações com os Países da União Europeia, da CPLP, com os Reinos de Espanha e de Marrocos, preconizando para o efeito as seguintes iniciativas:

- Incrementar uma maior e mais profunda troca de informações policiais em resultado da permanente evolução dos métodos e formas da criminalidade;

- Reforçar os contactos a nível central e local entre os Oficiais de Ligação nas áreas temáticas de Operações, Informações, Investigação Criminal, Trânsito, Controlo Costeiro, Fiscal e Proteção da Natureza;
- Aumentar o intercâmbio na área da Formação com a participação de militares em cursos realizados nas Congéneres, contribuindo para a uniformização de procedimentos e de formas de atuação;
- Potenciar os intercâmbios de informação através dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), visando adquirir um conhecimento mútuo da delinquência e criminalidade transfronteiriça;
- Desenvolver ao nível dos serviços marítimos a possibilidade de troca de dados de navios.

Do ponto de vista da estratégia organizacional, reputa-se como essencial a afirmação da Guarda no domínio da cooperação internacional, em particular nas questões de foro criminal, no âmbito da UE, de acordo com a incorporação na legislação interna das diretivas comunitárias nesta matéria.

A participação da Guarda nos diversos fóruns a nível europeu – de entre as quais se destacam a EUROPOL , FRONTEX , OLAF e o CEPOL – e a nível internacional – a INTERPOL e AMERIPOL – permite potenciar a ligação para continuar a fomentar a partilha de informação e de boas práticas de investigação entre pares, constituindo escopo fundamental na luta contra a criminalidade, nomeadamente a caracterizada como violenta e grave, permitindo ainda um conhecimento mais alargado sobre a mobilidade e organização dos grupos criminais de âmbito transnacional.

No plano interno, constitui desígnio a adoção de métodos que visem assegurar a avaliação da performance organizacional, dando voz ativa aos seus stakeholders, percecionando as expetativas e anseios perante aquela que deve ser a resposta eficiente, firme e ajustada da Guarda face aos desafios que lhe estão cometidos. Com efeito, é fundamental garantir um papel renovado da Inspeção da Guarda, mais proactivo na procura da satisfação das legítimas expetativas das populações, intervindo e adotando dinâmicas de qualidade.

Os vetores estratégicos definidos, naturalmente transversais a toda a Instituição, traduziram-se em objetivos, de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o farol para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos, em sede de elaboração de Plano de Atividades para o ano 2015.

Os objetivos plurianuais e anuais da Guarda, estratégicos e operacionais, coerentes com os desígnios do programa do XIX Governo Constitucional, das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna e das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), integrarão o Quadro de Avaliação e Responsabilização da GNR para 2015.

Nesta definição de objetivos, foram ainda considerados os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, apresentados adiante.

Importa contudo salientar que, numa instituição com a dimensão e as atribuições da Guarda, cujas responsabilidades são exercidas em praticamente todas as áreas do sistema alargado de segurança, proteção e defesa, os objetivos e as metas são, muito mais vastos, não se podendo confinar apenas aos objetivos definidos no QUAR.



Estratégia de Segurança Interna da União Europeia  
UE 2010

**Princípios:**

- Reforço da justiça, liberdade e segurança e respeito dos direitos fundamentais, a proteção internacional, o Estado de direito e a privacidade;
- Proteção de todos os cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, dando especial destaque às vítimas da criminalidade, nomeadamente o tráfico de seres humanos ou a violência baseada no sexo, bem como ainda as vítimas do terrorismo;
- Reforço da transparência e a obrigação de prestar contas nas políticas de segurança
- Integração, a inclusão social e a luta contra a discriminação;
- Solidariedade entre os Estados -Membros face aos desafios que não podem ser enfrentados pelos Estados -Membros isoladamente ou onde uma ação concertada se traduz em benefícios para a UE no seu conjunto;
- Confiança mútua chave do sucesso da cooperação.

**Diretrizes estratégicas de ação:**

- Uma abordagem ampla e integral da segurança interna
- Garantir a supervisão democrática e judicial real das atividades em matéria de segurança
- Prevenção e antecipação: uma abordagem proactiva e baseada na informação
- Elaboração de um modelo global de intercâmbio de informações
- Cooperação operacional
- Cooperação judiciária em matéria penal
- Gestão integrada das fronteiras
- Uma aposta na inovação e na formação
- Dimensão externa da segurança interna/cooperação com países terceiros
- X. Flexibilidade para se adaptar aos futuros desafios

Figura 10 – Estratégia de Segurança Interna da União Europeia

Programa do Governo  
XIX Governo Constitucional

Coordenação, cooperação, partilha de informações e articulação dos atores do sistema de segurança interna;

Promoção de medidas que propiciem uma maior articulação entre as forças e serviços de segurança, confirmando a opção pela existência de um sistema de segurança dual, assente numa vertente civil e numa vertente militar;

Clarificação de responsabilidades de cada área específica de intervenção – informações, segurança pública, investigação criminal, estrangeiros e fronteiras e proteção civil;

Racionalização dos meios existentes dispersos pelos vários intervenientes do atual sistema de segurança;

Consagração de soluções que garantam um acréscimo de rigor e de eficácia no planeamento e na execução de operações;

Valorização do papel das informações;

Programa do Governo  
XIX Governo Constitucional

Reforço, renovação e reafecção dos efetivos em setores prioritários, concentrando os efetivos nas valências operacionais e no policiamento de proximidade;

Valorização do papel e do estatuto das forças de segurança, incentivando a eficiência, a formação e a mobilidade interna;

Incremento da presença e a visibilidade das forças de segurança, em ordem a aumentar a perceção de segurança das populações;

Alteração da Lei de Programação de Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança, revendo as suas provisões e modo de financiamento e elaborar um plano, a médio/longo prazo, de reconstrução dos equipamentos mais carenciados;

Garantir uma efetiva participação nacional nos organismos de gestão de fluxos fronteiriços;

Definição de mecanismos permanentes de colaboração e articulação entre os ministérios responsáveis pelas áreas da segurança interna, da justiça e da defesa;

Reforçar o sistema de proteção civil articulando e intensificando o aproveitamento das sinergias decorrentes de uma atuação conjunta entre a área da segurança interna e a área da defesa nacional;

Concretização da reforma do sistema de saúde das forças policiais, garantindo um apoio de qualidade aos seus utentes e um aproveitamento completo da capacidade instalada;

Dar prioridade ao combate à sinistralidade rodoviária, procedendo a uma rigorosa avaliação do sistema atualmente existente e reforçando, a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.

Figura 11 – Programa do XIX Governo Constitucional

Grandes Opções do Plano (GOP)  
2012-2015

**3.ª Opção — Cidadania, solidariedade, justiça e segurança**

Administração interna

Redução da complexidade operacional e o reforço dos laços de proximidade entre as forças de segurança e a sociedade civil

- Implementação de medidas legislativas, administrativas e operacionais de combate à criminalidade;
- Reforço e racionalização do efetivo policial;
- Melhoria das condições de trabalho com um inerente aumento da qualidade do serviço prestado;
- Valorização do papel e estatuto das forças de segurança junto da sociedade civil;
- Reforço do sistema da proteção civil e do combate à sinistralidade.

Política de imigração e controlo de fronteiras

- Reforço das parcerias internacionais na área da gestão dos fluxos fronteiriços;
- Luta contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos;
- Reforço das relações com os Estados membros da União Europeia, especialmente em decisões que resultem do ajustamento do Tratado de Schengen.

Igualdade de género, violência doméstica e integração de populações imigrantes e das comunidades ciganas

**4.ª Opção — Política externa e de defesa nacional**

Evoluir nas relações bilaterais e multilaterais

Política de defesa nacional

Figura 12 – Grandes Opções do Plano 2012-2015



## Grandes Opções do Plano (GOP) - Lei n.º 82-A/2014 de 31 de dezembro

2015

Ancoradas em cinco vetores prioritários, as Grandes Opções do Plano para 2015 apresentam as iniciativas conducentes à transformação estrutural da economia portuguesa, bem como as medidas setoriais prioritárias, respeitando o caminho que assegura a sustentabilidade das finanças públicas e a promoção contínua das políticas de solidariedade, cidadania, justiça, segurança, política externa e de defesa nacional. Considerando a natureza transversal da atividade desenvolvida pela Guarda relativamente aos diversos sectores da sociedade, consideraremos as prioridades inscritas nas seguintes opções (GOP2015):

**3.ª Opção – Cidadania, justiça e segurança**

## 3.1. Cidadania

## 3.1.2. Modernização administrativa

- a) Modernização administrativa e a administração eletrónica;
- b) Desburocratização e a simplificação administrativas

## 3.1.4. Igualdade de género

- a) V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação (V PNI);
- b) V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG) - inclui o III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, e III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (III PNPCTSH)
- c) II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014-2018).

## 3.1.5. Política migratória: integração e captação

- a) Resposta à mobilidade internacional, captando e acompanhando os novos perfis migratórios.

## 3.3. Administração interna

- a) Clarificar domínios de atuação de forma a evitar incertezas e duplicações de recursos;
- b) Coordenar e promover a cooperação e a partilha de informação entre os intervenientes, de forma a originar economias de escala

**4.ª Opção – Política externa e defesa nacional**

## 4.1 Política externa

## 4.1.1. Relações bilaterais e multilaterais

## 4.1.3. Lusofonia e comunidades portuguesas

## 4.2. Defesa nacional

## 4.2.1. Contribuição para a segurança e desenvolvimento globais

## 4.2.2. Concretização do processo de reestruturação do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas

**5.ª Opção – O desafio do futuro: medidas setoriais prioritárias**

## 5.1. Economia

## 5.1.3. Infraestruturas, transportes e comunicações

## 5.1.4. Turismo

## 5.4. Agricultura e mar

## 5.4.1. Agricultura, florestas e desenvolvimento rural

## 5.4.2. Mar

## 5.5. Ambiente, ordenamento do território e energia

## 5.5.1. Ambiente

**Grandes Opções do Plano (GOP) - Lei n.º 82-A/2014 de 31 de dezembro**

2015

5.5.2. Ordenamento do território, conservação da natureza e cidades

5.8. Fundos europeus estruturais e de investimento – o novo período de programação 2014-2020

5.8.2. QREN 2007-2013

5.8.3. O novo período de programação 2014-2020

Figura 13 – Grandes Opções do Plano 2015

**RASI****ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | 2014**

Reforço da articulação, coordenação e cooperação entre forças e serviços de segurança.

Intensificação do combate à criminalidade violenta e grave.

Aposta nos Programas de Policiamento de Proximidade, de Prevenção Situacional e de Segurança Comunitária.

Reorganização dos organismos tutelados pelo ministério da Administração Interna e o aumento da eficácia na utilização dos recursos existentes.

Reforço, renovação e requalificação do efetivo policial das forças de segurança.

Reabilitação de infraestruturas e adaptação do dispositivo territorial às necessidades das forças de segurança e dos cidadãos.

Modernização dos equipamentos das forças e serviços de segurança.

Valorização e dignificação da função policial.

Aproveitamento da tecnologia ao serviço da segurança (consolidação):

- Plataforma Integrada de Informação Criminal (SIIC);
- Rede Nacional Segurança Interna (RNSI);
- Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC);
- Sistema Integrado de Redes de Emergência e de Segurança (SIRESP).

Implementação do Centro Nacional de Cibersegurança (decorrente da Estratégia Nacional de Segurança da Informação).

Promoção da regulação dos fluxos migratórios e intensificação do combate à imigração ilegal.

Incremento da cooperação multilateral com os Países da EU e da CPLP e da cooperação bilateral com o Reino de Espanha.

Aproveitamento dos fundos comunitários enquanto potenciadores da Segurança Interna e da Proteção Civil.

Promoção da Segurança Rodoviária.

Consolidação e reforço do Sistema de Proteção Civil.

Figura 14 – Orientações Estratégicas 2014 (in RASI 2013)



## 10.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No que diz respeito aos objetivos para o ano económico de 2015, importa salientar estes decorrem dos que forma definidos na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro**, documento que pela primeira vez na já longa História desta centenária Instituição pretende instituir uma cultura de qualidade e rigor na prestação do serviço às populações assente em modernas ferramentas de gestão de reconhecido valor e utilidade, aliando por um lado a gestão por objetivos à metodologia *Balanced Scorecard*, por outro, a qualidade e responsabilidade social.

Com efeito, o documento **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro** preconiza para a Instituição um compromisso com o futuro, impelindo todos os servidores da Guarda a cogitarem sobre o caminho que a Guarda Nacional Republicana deverá trilhar para se afirmar como Instituição de referência, reconhecida a nível nacional e internacional no domínio da segurança, pela sua postura humana, próxima e de confiança.

Nesse sentido, os Objetivos Estratégicos e Operacionais que seguidamente se apresentam, foram considerados no Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2015 submetido à aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

Têm por referência a Visão e as linhas de orientação estratégicas citadas, coerentes com os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, alinhados com os desígnios do programa do XIX Governo Constitucional, Grandes Opções do Plano e Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) em matéria de segurança interna, apresentados nas Orientações gerais do presente capítulo.

Prevaleceu, na sua definição, alguma ambição, na certeza de que esta poderia funcionar como motor e catalisador do esforço, contribuindo para uma mais rápida adaptação da Instituição às novas exigências e aos novos desafios, numa linha de continuidade com aqueles que haviam sido definidos no ciclo anterior.

Foram assim definidos dez grandes Objetivos Estratégicos, tomando por referência as linhas mestras das políticas públicas apresentadas, considerando os objetivos estratégicos consagrados na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro, bem como ainda** o histórico de objetivos definidos nos Quadros de Avaliação e Responsabilização anteriores (2008-2011), que à semelhança do ciclo anterior, irão nortear a estratégia organizacional da Guarda nos próximos anos, atendendo que a sua vigência se estende a um horizonte temporal de médio prazo:

- OE1.** Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;
- OE2.** Reforçar o patrulhamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;
- OE3.** Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação;
- OE4.** Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas anti-sociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;
- OE5.** Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.
- OE6.** Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;



**OE7.** Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;

**OE8.** Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo articulada com gestão das áreas de apoio operacional, potenciando os sistemas tecnológicos e de informação, de forma a conduzir com eficácia acrescida operações aos níveis tático (Comando Territoriais) e tático-operacional (Comando Operacional);

**OE9.** Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento e específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda;

**OE10.** Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.







# Capítulo III

AUTOAVALIAÇÃO

### III.A. ANÁLISE DE RESULTADOS ALCANÇADOS E OS DESVIOS VERIFICADOS DE ACORDO COM O QUAR

#### 1. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho (AD) de cada serviço assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente, do qual constam: a missão do serviço, os seus objetivos estratégicos plurianuais, os objetivos fixados anualmente (objetivos operacionais), os indicadores de desempenho, o grau de realização dos objetivos, a identificação dos desvios e respetivas causas e, finalmente, a avaliação final do desempenho do serviço.

Os objetivos fixados aos serviços, no respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização, devem relacionar-se com os objetivos fixados aos dirigentes superiores, nas respetivas cartas de missão, contratos de gestão e aos trabalhadores, alinhando desta forma a ação de serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução das políticas públicas<sup>10</sup>.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização da Guarda para 2014 (QUAR 2014) foi aprovado por despacho de 20 de fevereiro de 2014 de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, reportando o seu início a 1 de janeiro de 2014, após ter sido analisado e obtido parecer favorável da Direção-Geral da Administração Interna (DGAI) entretanto integrada na Secretaria-Geral da Administração Interna, cuja validação foi realizada segundo os parâmetros indicados no quadro seguinte:

<i>Os objetivos estratégicos estão alinhados com as políticas públicas</i>	<i>Existe adequação dos objetivos operacionais na prossecução dos objetivos estratégicos</i>	<i>Há equilíbrio nas ponderações dos parâmetros, qualidade, eficácia e eficiência, face à missão do organismo</i>	<i>Os indicadores de desempenho estão adequados aos objetivos que se pretendem medir (qualidade, eficácia e eficiência)</i>	<i>O grau de ambição e credibilidade das metas, face ao histórico do serviço é positivo</i>	<i>As fontes de verificação dos indicadores estão descritas</i>
--	--	---	---	---	---

Figura 15 – Grelha de Validação do QUAR GNR 2014

No decurso do ano 2014, com fundamento na necessidade de avaliação permanente do nível do cumprimento dos objetivos definidos, foram realizadas monitorizações trimestrais, com vista à identificação das principais dificuldades, constrangimentos e eventuais desvios, habilitando o Comandante-Geral a emitir diretivas e a acionar medidas corretivas conducentes à sua integral concretização.

O presente Capítulo encerra, pois, a derradeira etapa do ciclo de gestão, na medida em que permite avaliar o grau de realização dos objetivos definidos no QUAR, identificar os desvios ocorridos na sua prossecução e estabelecer um conjunto de ações que conduzam a um reforço positivo do desempenho.

Nesse sentido, apresentados os Objetivos Operacionais definidos no QUAR 2014 no Capítulo anterior, cumpre neste ponto efetuar uma análise individualizada da sua execução, atentos os fatores conjunturais que condicionaram o desempenho da Guarda.

<sup>10</sup> Vide Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de dezembro



### 1.1.DIMENSÃO EFICÁCIA

Objectivos Operacionais	Órgão Responsável	Metas QUAR		Execução		Grau execução	
		2014	2014	2014	2014		
<b>EFICÁCIA</b>		<b>35%</b>				<b>135%</b>	
<b>OB 1 Ponderação de 20%</b>							
Aumentar as estruturas de investigação de crimes em acidentes de viação e as estruturas de apoio às vítimas particularmente vulneráveis, intensificando a interação com os grupos de risco	<b>Ind 1</b>	N.º de núcleos e de equipas com elementos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE)	CO/DIC	310	311	100,32%	100,19%
	<b>Peso</b>	60%					
	<b>Ind 2</b>	N.º de Subsecções de Criminalística dos CTER criadas	CO/DIC	7	7	100,00%	
	<b>Peso</b>	40%					
<b>OB 2 Ponderação de 30%</b>							
Reforçar a participação da Guarda no âmbito da cooperação policial europeia	<b>Ind 3</b>	(N.º de ações asseguradas/ N.º de ações solicitadas pela Agência FRONTEX) * 100	CO/DO	90%	93,91%	104,35%	108,18%
	<b>Peso</b>	40%					
	<b>Ind 4</b>	N.º de Controlos Móveis efetuados em conjunto com a Guardia Civil	CO/DEO	166	175	105,42%	
	<b>Peso</b>	35%					
	<b>Ind 5</b>	N.º de Operações realizadas no âmbito da TISPOL e ECR	CO/DO	11	13	118,18%	
<b>Peso</b>	25%						
<b>OB 3 Ponderação de 25%</b>							
Otimizar as estratégias de intervenção junto do público-alvo mais vulnerável, nomeadamente no âmbito dos Programas Especiais de Policiamento Comunitário e de Proximidade (PEPP)	<b>Ind 6</b>	N.º de ações de sensibilização e informação junto dos idosos	CO/DO	2.600	3.014	115,92%	123,24%
	<b>Peso</b>	35%					
	<b>Ind 7</b>	N.º de ações de sensibilização e informação junto das crianças	CO/DO	8.000	10.507	131,34%	
	<b>Peso</b>	35%					
<b>Ind 8</b>	N.º de ações de sensibilização e informação junto dos comerciantes e lojistas	CO/DO	5.000	6.116	122,32%		
<b>Peso</b>	30%						
<b>OB 4 Ponderação de 25%</b>							
Contribuir para o incremento da atividade operacional através da alteração da atitude de fiscalização rodoviária, articulada com outras forças e serviços de segurança	<b>Ind 9</b>	Número de militares abrangidos por ações de sensibilização e divulgação ADESNET	CDF/DF	1.500	5.258	350,53%	205,95%
	<b>Peso</b>	40%					
	<b>Ind 10</b>	Número de militares abrangidos por ações de formação ADESNET	CDF/DF	200	212	106,00%	
	<b>Peso</b>	40%					
<b>Ind 11</b>	Número de ações de coordenação e divulgação promovidas com as demais FFSS	CDF/DF	6	7	116,67%		
<b>Peso</b>	20%						

Figura 16 – Dimensão Eficácia - OOp 1 a 4 QUAR GNR 2014

#### 1.1.1. OOP 1. AUMENTAR AS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS VÍTIMAS PARTICULARMENTE VULNERÁVEIS E A CAPACIDADE DE RESPOSTA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

**1º INDICADOR** - *Aumentar as estruturas de investigação de crimes em acidentes de viação e as estruturas de apoio às vítimas particularmente vulneráveis, intensificando a interação com os grupos de risco*

Em 31 de dezembro de 2013, ao longo do dispositivo da Guarda, existiam 275 Núcleos e Equipas com valência IAVE (ou seja, com, pelo menos, um militar com Curso NMUME). À data de 31 de dezembro de 2014 existiam 24 NIAVE e 287 Equipas, perfazendo um total de 311 Núcleos e Equipas, com elementos com

formação NMUME/CIAVE, refletindo a criação, no corrente ano, de 36 novos núcleos e equipas, através da formação de 50 militares que reforçaram ou implementaram novas estruturas, o que, e de acordo com valor proposto para 2014 (situado nas 310 Núcleos e Equipas) significa que a meta fixada se encontra superada. O indicador apresenta uma taxa de execução de 100,32%, correspondendo a um diferencial positivo de 1 estrutura face à meta fixada para 2014.

## 2º INDICADOR – N.º de Subsecções de Criminalística dos CTer

A prossecução deste indicador implicava a readaptação funcional das infraestruturas existentes para o efeito, o apetrechamento de equipamentos específicos e a respetiva formação dos recursos humanos a afetar a estas estruturas. No decurso do ano e apesar dos constrangimentos orçamentais que se arrastam há vários anos e que no ano 2011 determinou a sua não concretização, foi possível no ano em apreço, garantir a criação de duas estruturas de Criminalística com valências de Núcleos Técnico-Periciais (NTP) e Núcleos de Apoio Técnico (NAT). Para o efeito, foi necessário proceder à reorganização de procedimentos e processos de funcionamento de acordo com o Manual de Qualidade de IC-Criminalística, bem como a reafecção dos equipamentos técnico-periciais e materiais de criminalística, colmatando as carências com uma rigorosa seleção dos equipamentos específicos a adquirir.

Assim, em 31 de Dezembro de 2014 existiam 7 Subsecções de Criminalística implementadas nos comandos territoriais de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Santarém e as recém implementadas subsecções de Braga e Faro. Com a implementação das duas estruturas referidas aguarda-se o seu apetrechamento com as Estações AFIS (*Automated Fingerprint Identification System*), que permitirão operar em pleno.

A meta estabelecida para 2012 fixada na criação de duas Subsecções de Criminalística ao nível dos CTer encontra-se atingida, apresentando uma taxa de execução de 100%.

Importa salientar que tratando-se de um indicador que se resume à criação de estruturas extremamente complexas, cuja implementação é resultado de um conjunto diversificado de ações também elas complexas e onerosas, não é possível aplicar ao presente indicador um critério de superação, classificando-o, por esse motivo, apenas como atingido.

**Gradação do OOp 1** – Em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 1 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de 100,19%, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.



### 1.1.2. OOP 2. REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO DA GUARDA NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA

**3º INDICADOR** – *(Nº de ações asseguradas / Nº de ações solicitadas pela Agência FRONTEX) \* 100*

A participação da GNR, em 2012, nas ações levadas a cabo sob a égide da Agência Europeia FRONTEX, foi superior à meta proposta, atingindo-se uma taxa de realização de 93,91 %, o que representa uma superação de 4,35 % face ao limite superior da meta estabelecida para o ano em análise.

**4º INDICADOR** – *Nº de Controlos Móveis efetuados em conjunto com a Guardia Civil*

A meta estabelecida para 2014 foi fixada em 166 ações operacionais de controlos móveis com a Guardia Civil de Espanha (em Espanha). No final de 2014, foram assim desenvolvidas 175 controlos móveis, o que representa uma execução de 105,42% face à meta estabelecida.

**5º INDICADOR** - *Nº de Operações realizadas no âmbito da TISPOL e ECR (Euro Contrôle Route)*

A meta estabelecida para 2014 foi fixada em 11 ações operacionais no âmbito da TISPOL e ECR. No final de 2014, foram assim desenvolvidas 13 controlos móveis, o que representa uma execução de 118,18% face à meta estabelecida.

**Gradação do OOp 2** – Em resultado da conjugação dos três indicadores, o Objetivo Operacional 2 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **108,18%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

### 1.1.3. OOP 3. OTIMIZAR AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO JUNTO DO PÚBLICO-ALVO MAIS VULNERÁVEL, NOMEADAMENTE NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE (PEPP)

**6º INDICADOR** - *Nº de ações de sensibilização e informação junto dos idosos*

A meta estabelecida para 2014 foi fixada em 2600 ações de sensibilização e informação junto dos idosos. No final de 2014, foram assim desenvolvidas 3014 ações de sensibilização e informação, o que representa uma execução de 115,92% face à meta estabelecida.



**7.º INDICADOR** - N.º de ações de sensibilização e informação junto das crianças

A meta estabelecida para 2014 foi fixada em 8000 ações de sensibilização e informação junto das crianças e jovens. No final de 2014, foram assim desenvolvidas 10507 ações de sensibilização e informação, o que representa uma execução de 131,34% face à meta estabelecida.

**8.º INDICADOR** - N.º de ações de sensibilização e informação junto dos comerciantes e lojistas

A meta estabelecida para 2014 foi fixada em 5000 ações de sensibilização e informação junto comerciantes e lojistas. No final de 2014, foram assim desenvolvidas 6116 ações de sensibilização e informação, o que representa uma execução de 122,32% face à meta estabelecida.

**Graduação do OOp 3** – Em resultado da conjugação dos três indicadores, o Objetivo Operacional 3 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **123,24%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

1.1.4. OOP 4. CONTRIBUIR PARA O INCREMENTO DA ATIVIDADE OPERACIONAL ATRAVÉS DA ALTERAÇÃO DA ATITUDE DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA, ARTICULADA COM OUTRAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

**9.º Indicador** - Número de militares abrangidos por ações de sensibilização e divulgação ADESVET

O projeto ADESVET (*Advanced Detection of Stolen Vehicles Training*) tem por objetivo o fornecimento de ferramentas, que permitem aos militares melhorarem os seus conhecimentos ao nível da fiscalização e investigação dos casos de viciação e furto de veículos, crimes graves, cometidos por organizações criminosas de âmbito nacional e internacional, que afetam fortemente interesses legítimos patrimoniais e o sentimento de segurança. Pela pertinência e interesse na temática demonstrado por todos os escalões de comando ao nível operacional e de formação, foi possível superar de uma forma cabal a meta definida para o indicador, sem que do referido aumento tenham resultado maiores recursos envolvidos, antes se rentabilizando uma dinâmica e sinergias criadas em torno da formação e sensibilização dos escalões inferiores com níveis de formação diferenciados (Nível I e II), numa lógica de cascata.

Nesse sentido para o corrente indicador (cuja concretização está fortemente ligada ao indicador 10 que mede o número de militares abrangidos por ações de formação ADESVET – Nível I) a meta estabelecida para 2014 foi fixada em 1500 militares abrangidos por ações de sensibilização e divulgação ADESVET.

Com efeito foram envolvidas 22 unidades da Guarda, ministradas 299 ações de formação e sensibilização abrangendo 5258 militares (161 Oficiais; 668 Sargentos e 4425 Guardas), o que representa uma execução de 350,53% face à meta estabelecida.



Importa realçar que os dados recolhidos na monitorização do 2.º e 3.º trimestre de 2014 não fariam prever uma evolução tão positiva das ações de sensibilização que acabariam por vir a acontecer, numa clara dinâmica de otimização da estrutura de ensino promovida pela Guarda.

#### **10.º Indicador** - Número de militares abrangidos por ações de formação ADESVET

A meta estabelecida para 2014 foi fixada em 200 militares abrangidos por ações de formação ADESVET (Nível I). Recorda-se que o presente indicador está fortemente relacionado com o indicador anterior (ações de formação e sensibilização de Nível II). No final de 2014, foram assim abrangidos um total de 212 militares por ações de formação ADESVET Nível I, o que representa uma execução de 106,00% face à meta estabelecida.

Os resultados atingidos neste indicador e a dinâmica gerada em torno do projeto ADESVET permitiram, durante o ano 2014, alcançar os resultados descritos no indicador anterior (indicador n.º 9).

#### **11.º Indicador** - Número de ações de coordenação e divulgação promovidas com as demais FFSS

A meta estabelecida para 2014 foi fixada em 6 ações de coordenação e divulgação promovidas com as demais Forças e Serviços de Segurança (FSS). Esta atividade esteve a cargo da GNR, através de um oficial nomeado na qualidade de *National Project Coordinator* (NPC).

As ações de sensibilização tiveram lugar na Escola da Guarda com as demais FSS. Entre estas, salienta-se o conjunto de ações realizadas com a Polícia de Segurança Pública (PSP) no decurso da ação *Monitoring, Mentoring and Advising Course* (MMAC), e com a Polícia Judiciária (PJ) durante a ação *Senior police officer planning and command course for crisis management* (SPOPCOP).

Além destas, foram ainda desenvolvidas as ações de divulgação junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), PSP e PJ, e as de coordenação na sequência de reuniões da Equipa de Apoio Técnico da Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC) e do Grupo de Acompanhamento da PIIC.

No final de 2014, em resultado da descrição anterior, foram realizadas 7 ações de sensibilização e informação, o que representa uma execução de 116,67% face à meta estabelecida.

**Graduação do OOp 4** – Em resultado da conjugação dos três indicadores, o Objetivo Operacional 4 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **205,95%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

**Avaliação parâmetro Eficácia** – em resultado da conjugação dos quatro objetivos que compõem o parâmetro de avaliação Eficácia, a Guarda apresenta uma taxa de realização de **135%**.

## 1.2.DIMENSÃO EFICIÊNCIA

Objectivos Operacionais	Órgão Responsável	Metas QUAR		Execução		Grau execução	
		2014	2014	2014	2014		
<b>EFICIÊNCIA</b>		<b>35%</b>				<b>115%</b>	
<b>OB 5</b>		<b>Ponderação de 40%</b>					
Intensificar as ações da Guarda no âmbito da segurança rodoviária e da proteção da natureza e do ambiente	<b>Ind 12</b>	N.º de condutores controlados no âmbito do controlo da velocidade	CO/DO	9.015.000	9.197.173	102,02%	135,00%
	<b>Peso</b>	30%					
	<b>Ind 13</b>	N.º de condutores controlados no âmbito do controlo do álcool	CO/DO	698.500	1.124.116	160,93%	
	<b>Peso</b>	30%					
	<b>Ind 14</b>	Nº de condutores controlados no âmbito do uso dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção de crianças.	CO/DO	1.400.000	1.311.861	93,70%	
	<b>Peso</b>	10%					
	<b>Ind 15</b>	Nº de operações no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)	CO/DSEPNA	2.150	3.350	155,81%	
	<b>Peso</b>	30%					
<b>OB 6</b>		<b>Ponderação de 30%</b>					
Otimizar a resposta em matéria de segurança da Comunidade Escolar	<b>Ind 16</b>	Nº de dispositivos de formação elaborados para Núcleos Escola Segura	CO/DO	3	3	100,00%	101,21%
	<b>Peso</b>	50%					
	<b>Ind 17</b>	Taxa de concretização, das ações de sensibilização a realizar, no âmbito da Comunidade Escolar, face às previstas.	CO/DO	95%	97,30%	102,42%	
	<b>Peso</b>	50%					
<b>OB 7</b>		<b>Ponderação de 30%</b>					
Intensificar o nível de operabilidade do SIIOP, nos CTer onde exista conectividade ao sistema	<b>Ind 18</b>	(Nº de postos conectados ao SIIOP/ Nº de postos previstos conectados ao SIIOP) x 100	CO/DI	95%	95,94%	100,99%	100,99%
	<b>Peso</b>	100%					

Figura 17 – Dimensão Eficiência - OOp 5 a 7 QUAR GNR 2014

### 1.2.1. OOP 5. INTENSIFICAR AS AÇÕES DA GUARDA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA E DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE

#### 12º INDICADOR - N.º de condutores controlados no âmbito do controlo da velocidade

A meta estabelecida para 2014 está compreendida em 9.015.000 condutores controlados. No final de 2014, haviam sido controlados 9.197.173 condutores no âmbito do controlo da velocidade, o que representa uma execução de 102,02% face à meta estabelecida.

Refira-se que para alcançar a meta definida houve necessidade de um grande esforço e dedicação dos militares da Guarda para dirimir os efeitos da redução de efetivos que tem vindo a ocorrer nos anos transatos.

#### 13º INDICADOR - N.º de condutores controlados no âmbito do controlo do álcool

A meta estabelecida para 2014 está compreendida em 698.500 condutores controlados no âmbito do controlo do álcool. No final de 2014, haviam sido controlados 1.124.116 condutores no âmbito do controlo do álcool, o que representa uma execução de 160,93% face à meta estabelecida.



O acréscimo de controlos realizados justifica-se pela crescente preocupação em controlar comportamentos de risco associados à ingestão de álcool e condução sobre o seu efeito, naquela que é uma das principais causas de acidentes nas estradas nacionais.

**14.º INDICADOR** - *N.º de condutores controlados no âmbito do uso dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção de crianças.*

A meta estabelecida para 2014 está compreendida em 1.400.000 condutores controlados no âmbito do uso dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção de crianças. No final de 2014, haviam sido controlados 1.311.861 condutores no âmbito do controlo do álcool, o que representa uma execução de 93,70% face à meta estabelecida.

Apesar dos esforços empreendidos para alcançar a meta definida, os efeitos da redução de efetivos que tem vindo a ocorrer nos anos transatos, impediu que o indicador fosse cabalmente cumprido. Contudo a taxa de execução (apesar de ficar aquém da previsão) possibilita verificar que houve um sério empenho no controlo dos sistemas de retenção de crianças.

**15.º INDICADOR** - *N.º de operações no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA)*

A meta estabelecida para 2014 está compreendida em 2150 operações no âmbito do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente. No final de 2014, haviam sido realizadas 3.350 operações neste âmbito, o que representa uma execução de 155,81% face à meta estabelecida.

**Gradação do OOp 5** – Em resultado da conjugação dos quatro indicadores, o Objetivo Operacional 5 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **135%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

#### 1.2.2. OOP 6. OTIMIZAR A RESPOSTA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR

**16.º INDICADOR** - *N.º de dispositivos de formação elaborados para Núcleos Escola Segura*

A meta estabelecida para 2014 está compreendida em 3 dispositivos de formação elaborados para Núcleos Escola Segura.

Em 2014 a Guarda em parceria com a Microsoft, promoveu ações de sensibilização, com o objetivo de alertar para a necessidade de prevenir os comportamentos de risco inerentes à utilização da internet, tendo para o efeito desenvolvido em conjunto dispositivos e conteúdos, para serem utilizados pelos militares dos Núcleos Escola Segura durante as ações de sensibilização.

Neste domínio a Guarda criou o Programa de Apoio a Pessoas Com Deficiência (PAPcD). No âmbito das diversas linhas de ação deste programa, foi elaborado um dispositivo de formação para utilização dos militares



afetos aos Núcleos Escola Segura nas suas ações de sensibilização, com o objetivo sensibilizar as crianças/jovens para fomentar o respeito pelos direitos e dignidade das pessoas com deficiência.

No âmbito do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, Guarda tem atribuída a responsabilidade de realizar ações de sensibilização e de informação particularmente dirigidas à comunidade educativa, sobre a violência doméstica e de género, abordando em especial os temas do *bullying*, da violência exercida através de novas tecnologias e da violência do namoro, tendo sido desenvolvido conteúdos para ser utilizados nestas ações.

Com efeito, no final de 2014, haviam sido realizadas 3 dispositivos de formação neste âmbito, o que representa uma execução de 100% face à meta estabelecida.

**17.º INDICADOR** - Taxa de concretização, das ações de sensibilização a realizar, no âmbito da Comunidade Escolar (face às previstas).

A Guarda através dos Núcleos Escola Segura, tem realizado diversas ações de sensibilização e informação junto da comunidade escolar, para promover os comportamentos seguros. No decurso do ano 2014, foram desenvolvidas 8757 ações de sensibilização face às 9000 previstas o que representa uma taxa de concretização de 97,30% (superior em 2,42% face à meta definida fixada em 95%).

**Graduação do OOp 6** – Em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 6 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **101,21%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

### 1.2.3. OOP 7. INTENSIFICAR O NÍVEL DE OPERABILIDADE DO SIIOP, NOS CTER ONDE EXISTA CONECTIVIDADE AO SISTEMA

**18.º INDICADOR** -  $(N^{\circ} \text{ de postos conectados ao SIIOP} / N^{\circ} \text{ de postos previstos conectados ao SIIOP}) \times 100$

No decurso do ano 2014, foram conectados pela Guarda 27 postos territoriais, totalizando em 31 de dezembro 307 postos territoriais conectados ao SIIOP face aos 320 inicialmente previstos o que representa uma taxa de concretização de 95,94% (superior em 0,99% face à meta definida fixada em 95%).

No decurso do primeiro semestre de 2015 prevê-se a conclusão do projeto SAMA com a extensão a toda a rede de postos da Guarda.

**Graduação do OOp 7** – Em resultado da concretização do indicador 18, o Objetivo Operacional 7 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **100,99%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

**Avaliação parâmetro Eficiência** – em resultado da conjugação dos três objetivos que compõem o parâmetro de avaliação Eficiência, a Guarda apresenta uma taxa de realização de **115%**.



### 1.3.DIMENSÃO QUALIDADE

Objectivos Operacionais	Órgão Responsável	Metas QUAR		Execução		Grau execução
		2014	2014	2014	2014	
<b>QUALIDADE</b>	<b>30%</b>					<b>120%</b>
<b>OB 8</b>	<b>Ponderação de 25%</b>					
Promover a acessibilidade pública ao acervo bibliográfico e ao espólio museológico e fotográfico da GNR na página eletrónica	<b>Ind 19</b> N.º de conteúdos disponibilizados eletronicamente	DHCG	11.000	11.455	104,14%	125,28%
	<b>Peso</b> 50%					
	<b>Ind 20</b> N.º de interações via plataforma web	DHCG	38.000	55.639	146,42%	
	<b>Peso</b> 50%					
<b>OB 9</b>	<b>Ponderação de 25%</b>					
Assegurar a disponibilidade e qualificar os Sistemas Tecnológicos da Guarda	<b>Ind 21</b> (N.º total de horas de disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração / N.º total horas ano)	CO/DCSI	97%	99,13%	102,20%	102,17%
	<b>Peso</b> 50%					
	<b>Ind 22</b> (N.º total de horas de disponibilidade dos centros de comunicações / N.º total horas ano)	CO/DCSI	96%	98,07%	102,15%	
	<b>Peso</b> 50%					
<b>OB 10</b>	<b>Ponderação de 25%</b>					
Desenvolver o acesso a sistemas de gestão da formação como ferramentas de apoio à decisão	<b>Ind 23</b> Percentagem de módulos do sistema desenvolvidos	CDF/DF	80%	100%	125,00%	126,79%
	<b>Peso</b> 50%					
	<b>Ind 24</b> Grau de Satisfação dos Utilizadores a medir em escala de 0% (taxa mínima de satisfação) e 100% (taxa de satisfação máxima)	CDF/DF	70%	90%	128,57%	
	<b>Peso</b> 50%					
<b>OB 11</b>	<b>Ponderação de 25%</b>					
Identificar Boas Práticas no âmbito das missões da Guarda e promoção da sua difusão pelo dispositivo	<b>Ind 25</b> N.º de Boas Práticas identificadas e difundidas	DPERI	2	3	150,00%	125,00%
	<b>Peso</b> 50%					
	<b>Ind 26</b> N.º de candidaturas a prémios de Boas Práticas a nível nacional e internacional	DPERI	3	3	100,00%	
	<b>Peso</b> 50%					

Figura 18 – Dimensão Qualidade - OOp 8 a 11 QUAR GNR 2014

#### 1.3.1. OOP 8. PROMOVER A ACESSIBILIDADE PÚBLICA AO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E AO ESPÓLIO MUSEOLÓGICO E FOTOGRÁFICO DA GNR NA PÁGINA ELETRÓNICA

##### 19º INDICADOR - N.º de conteúdos disponibilizados eletronicamente

No decurso do ano 2014 foram disponibilizados eletronicamente 11.455 conteúdos, face aos 11.000 inicialmente previstos o que representa uma taxa de concretização de 104,14% face à meta estabelecida.

##### 20º INDICADOR - N.º de interações via plataforma web

No decurso do ano 2014 foram alcançadas 55.639 interações na página eletrónica do Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana (disponível em [www.arquivomuseugnr.pt](http://www.arquivomuseugnr.pt)), face à previsão inicial de 38.000 acessos estimados, o que representa uma taxa de concretização de 146,42% face à meta estabelecida.

**Gradação do OOp 8** – Em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 7 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **125,28%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.



1.3.2. OOP 9. ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E QUALIFICAR OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS DA GUARDA

**21º INDICADOR** - (N.º total de horas de disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração / N.º total horas ano)

No âmbito deste Indicador, a meta foi definida em 97%.

No final de 2014, havia sido atingida uma disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração, cuja medida assenta na relação número de horas/ano, de 99,13%, o que corresponde a uma execução de 102,20% face à meta estabelecida.

Importa, contudo, ter presente que para a execução deste indicador em 2015, devem ser acautelados eventuais períodos de indisponibilidade em consequência das atualizações que serão realizadas no decurso do ano, com as migrações a efetuar para a rede RNSI e ainda a extensão da rede SIOP, fatores que poderão vir a condicionar o regular funcionamento dos sistemas tecnológicos que apoiam toda a estrutura operacional da Guarda.

**22º INDICADOR** - (N.º total de horas de disponibilidade dos centros de comunicações / N.º total horas ano)

No âmbito deste Indicador, a meta foi definida em 96%.

No final de 2014, havia sido atingida uma disponibilidade dos centros de comunicações, cuja medida assenta na relação número de horas/ano, de 98,07%, o que corresponde a uma execução de 102,15% face à meta estabelecida.

**Gradação do OOp 9** – Em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 9 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **102,17%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

1.3.3. OOP 10. DESENVOLVER O ACESSO A SISTEMAS DE GESTÃO DA FORMAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO

**23º INDICADOR** - Percentagem de módulos do sistema desenvolvidos

No âmbito deste Indicador, a meta foi definida em 80%.

No final de 2014, haviam sido desenvolvidos a totalidade (100%) dos módulos do Sistema Integrado de Formação (SIGFORM) para efeitos de elaboração do Plano Anual de Formação (*módulo 1 - Catálogo de Formação; módulo 2 - Diagnóstico de necessidades formativas; módulo 3 - Validação de necessitates formativas; módulo 4 - Avaliação da capacidade formativa das entidades formadoras; módulo 5 - Produção do Documento de Comunicação do Plano Anual de Formação 2015*).



Com efeito, o presente indicador apresenta uma taxa de execução 125% face à meta estabelecida.

**24 º Indicador** - *Grau de satisfação dos utilizadores a medir em escala de 0% (taxa mínima de satisfação) e 100% (taxa de satisfação máxima)*

No âmbito deste Indicador, a meta foi definida em 70%.

No final de 2014, em resultado do inquérito realizado, foi atingido um grau de satisfação de 90%, o que corresponde a uma execução de 128,57% face à meta estabelecida.

**Graduação do OOp 10** – Em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 10 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **126,79%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

#### 1.3.4. OOP 11. IDENTIFICAR BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DAS MISSÕES DA GUARDA E PROMOÇÃO DA SUA DIFUSÃO PELO DISPOSITIVO

**25 º INDICADOR** - *N.º de Boas Práticas identificadas e difundidas*

No decurso do ano 2014 foram identificadas e difundidas três boas práticas, face às duas inicialmente previstos o que representa uma taxa de concretização de 150,00% face à meta estabelecida.

As boas práticas a que se refere o presente indicador serão desenvolvidas adiante neste Capítulo no ponto 3.1.3. *INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS*.

**26 º INDICADOR** - *N.º de candidaturas a prémios de Boas Práticas a nível nacional e internacional*

No decurso do ano 2014 foram realizadas três candidaturas a prémios de Boas Práticas a nível nacional e internacional, atingindo-se a meta inicialmente prevista o que representa uma taxa de concretização de 100,00% face à meta estabelecida.

As candidaturas a prémios de boas práticas a que se refere o presente indicador serão desenvolvidas adiante neste Capítulo no ponto 3.1.3. *INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS*.

**Graduação do OOp 11** – Em resultado da conjugação dos dois indicadores, o Objetivo Operacional 9 do QUAR 2014, apresenta uma taxa de realização de **125%**, o que permite graduá-lo como **OBJETIVO SUPERADO**.

**Avaliação parâmetro Qualidade** – em resultado da conjugação dos dois objetivos que compõem o parâmetro de avaliação Qualidade, a Guarda apresenta uma taxa de realização de **120%**

## 1.4. AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR

Dos onze objetivos operacionais constantes do QUAR/GNR 2014, verifica-se que, apesar dos fatores condicionantes referidos, todos eles apresentam taxas de realização elevadas, o que manifesta o esforço de todas as estruturas da Guarda, para a prossecução das metas estabelecidas junto da Tutela para o ano económico que agora encerra.

Em seguida são apresentados os resultados da avaliação por parâmetros, bem como as ponderações definidas em sede de elaboração do QUAR 2014.

PARÂMETRO	PONDERAÇÃO	TAXA DE REALIZAÇÃO	GRADUAÇÃO DO PARÂMETRO	AVALIAÇÃO FINAL
Eficácia	35%	135%	Superou	123%
Eficiência	35%	115%	Superou	BOM
Qualidade	30%	120%	Superou	

Figura 19 – Avaliação Final QUAR GNR 2014

A análise ao quadro permite verificar a concretização dos objetivos operacionais das dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade, com uma graduação global de Objetivo Superado.

A avaliação final do organismo é, necessariamente, muito positiva, uma vez que apesar dos diversos constrangimentos que foram surgindo, apresenta uma taxa de execução global se situar em 123%.

Considerando este desempenho e tendo a Guarda vindo a atingir, de uma forma sustentada, elevados níveis de performance, tanto nas áreas da missão contempladas nos objetivos do QUAR como em todas as demais, num ano particularmente difícil, sujeito a severas restrições orçamentais, plenamente se justifica a Classificação BOM em sede de avaliação final da performance do desempenho organizacional.

## 1.5. FONTES DE VERIFICAÇÃO DO QUAR

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2014 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no quadro abaixo que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR.

Por razões óbvias, necessariamente por questões de dimensão e de legibilidade, não foram incorporados no presente Relatório de Atividades os documentos comprovativos da execução dos indicadores (compostos por mapas estatísticos, listagens extraídas de sistemas de informação, relatórios e/ou documentos finais), assinalando-se contudo o órgão responsável e a fonte de verificação associada.



OOP	INDICADOR	FONTES DE VERIFICAÇÃO	RESPONSABILIDADE
OBJ 1	Ind 1	Dispositivo de Investigação Criminal	CO/DIC
	Ind 2	Dispositivo de Investigação Criminal	CO/DIC
OBJ 2	Ind 3	Mapa das ações realizadas no âmbito da FRONTEX	CO/DO
	Ind 4	Mapa de controlo móveis transfronteiriços	CO/DO
	Ind 5	Mapa de controlo de operações da TISPOL e ECR	CO/DO
OBJ 3	Ind 6	Relatório sobre Ações de sensibilização	CO/DO
	Ind 7	Relatório sobre Ações de sensibilização	CO/DO
	Ind 8	Relatório sobre Ações de sensibilização	CO/DO
OBJ 4	Ind 9	Registo de Atividades no ADESVET	CDF/DF
	Ind 10	Registo de Atividades no ADESVET	CDF/DF
	Ind 11	Registo de ações de coordenação e divulgação	CDF/DF
OBJ 5	Ind 12	Mapa estatístico de fiscalização rodoviária	CO/DO
	Ind 13	Mapa estatístico de fiscalização rodoviária	CO/DO
	Ind 14	Mapa estatístico de fiscalização rodoviária	CO/DO
	Ind 15	Mapa estatístico da atividade do SEPNA	CO/DSEPNA
OBJ 6	Ind 16	Registo de Dispositivos de Formação (NES)	CO/DO
	Ind 17	Relatório sobre Ações de sensibilização	CO/DO
OBJ 7	Ind 18	Registo de Postos a operar com o SIIOP	CO/DI
OBJ 8	Ind 19	Site do Arquivo/ Museu e da GNR	DHCG
	Ind 20	Site do Arquivo/ Museu e da GNR	DHCG
OBJ 9	Ind 21	Mapa de registo da disponibilidade dos sistemas tecnológicos em exploração	CO/DCSI
	Ind 22	Mapa de registo da disponibilidade dos centros de comunicação	CO/DCSI
OBJ 10	Ind 23	Caderno de Encargos de Aquisição de sistemas de gestão da formação	CDF/DF
	Ind 24	Resultado de Inquérito a promover junto dos utilizadores	CDF/DF
OBJ 11	Ind 25	Relatório de desenvolvimento organizacional - boas práticas	DPERI
	Ind 26	Relatório de desenvolvimento organizacional - boas práticas	DPERI

Figura 20 – Listagem das Fontes de verificação QUAR GNR 2014

## 2. APRECIACÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define os moldes em que deve ser realizada a autoavaliação do Serviço, e cujo detalhe procura aferir com rigor, não só os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR previamente estabelecido, mas também a medida em que esses resultados conferiram uma perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos seus *stakeholders*.

Por esse propósito, a legislação e as estruturas com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, conferem uma importância acrescida à manifestação de satisfação dos utilizadores, colaboradores e dirigentes, sugerindo que, em sede de autoavaliação, cada organismo promova a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, bem como a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, indicando-se para o efeito a metodologia utilizada, período de realização do inquérito/questionário, dimensão da amostra, taxa de respostas e nível de satisfação apurado.

Contudo, considerando a especificidade da GNR e da função policial, resultante da missão e atribuições, não é evidentemente possível proceder à audição dos utentes/utilizadores nos moldes sugeridos, isto porque a própria realidade dos demais serviços e organismos do Estado é bastante diferente das especificidades de uma organização militar que promove a segurança das pessoas e bens.

Repare-se, a propósito, que a legislação dá particular importância nesta apreciação aos serviços prestadores de serviços a utilizadores externos, numa lógica de fornecedor/prestador de serviços ou bens (que neste caso cumpre ao próprio Estado desenvolver), e, por outro lado, ao cliente/utente/beneficiário, numa relação por norma não conflituante.

No caso específico da GNR, ou qualquer outra força de segurança, a relação entre o prestador e o prevaricador é potencialmente conflituante, pelo que a apreciação deste será tendencialmente negativa em relação ao prestador e ao serviço prestado, de que beneficia, por regra a generalidade da população. Quanto às populações, sabido que as suas opiniões são altamente influenciadas por fatores subjetivos, designadamente pelo sentimento ou sensação de segurança, e sendo certo que tal não tem correspondência direta com o melhor ou pior serviço prestado pelas forças de segurança, não se vislumbra credível a sua auscultação sem o adequado estudo que permita dirimir os efeitos perversos associados.

De igual forma, a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores sugerida, não é passível de aplicação imediata, quer pela própria dimensão da população alvo de amostra (cerca de 23.000 militares e civis em funções), exigindo meios tecnológicos auxiliares para a sua concretização, quer pela necessidade da manutenção da coesão e da disciplina, uma vez que a natureza militar obriga ao exercício da ação de comando, por vezes conflituante com os interesses pessoais dos indivíduos, em prol dos superiores interesses coletivos da Organização e do País.

Acresce referir que para ambos os casos (audição de *stakeholders* internos e externos), a dimensão da amostra é tal que seria incomportável a realização dessa audição com recurso a meios internos, havendo, por esse motivo, necessidade de se recorrer ao mercado especializado para garantir o cumprimento desse pequeno quesito, com os elevados custos que certamente lhe estão associados e que por, força das apertadas restrições orçamentais ao nível da despesa do Estado, a Guarda não possui nem lhe é possível desviar mais recursos financeiros para atividades que são marginais ao seu *core business*.

Importa ainda referir que a própria Tutela tem consciência das dificuldades subjacentes a este exercício de avaliação, o que determinou a dispensa de tal exercício nos Relatórios de Atividades anteriores. Destaque-se aliás o papel determinante da DGAI em organizar diversas iniciativas junto dos parceiros onde necessariamente se incluem as Forças e Serviços de Segurança, no sentido de identificar o conjunto de benefícios, mas também de dificuldades, que a avaliação dos *stakeholders* comporta.

Entre essas iniciativas merecem particular evidência as diversas conferências, seminários, e *workshops* realizados subordinados às complexas temáticas inerentes à «medição do desempenho policial» e «qualidade e certificação dos



serviços prestados pelas Forças e Serviços de Segurança», de onde se extraíram conclusões valiosas para promover à perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos *stakeholders*.

Em tal contexto, e apesar das ações que foram sendo desenvolvidas, compreendendo a importância da apreciação interna e externa dos serviços prestados por qualquer Organização, mas querendo fazê-lo num quadro de rigor e com uma base científica, o Comando da Guarda decidiu, no âmbito do presente Relatório de Atividades não proceder ao exercício de avaliação, por parte dos *stakeholders*, dos serviços prestados pela Instituição.

### 3. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Toda a atividade de gestão exige, para a concretização da sua eficácia, um bom sistema de controlo, sendo ambos os sistemas, o de gestão e o de controlo, indissociáveis. O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

A publicação do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho, veio dar corpo ao sistema nacional de controlo interno (SCI), um sistema progressista e moderno, onde o Controlo Interno ou Administrativo, consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental, em matéria de finanças públicas e outros interesses financeiros público, nos termos da Lei<sup>11</sup>.

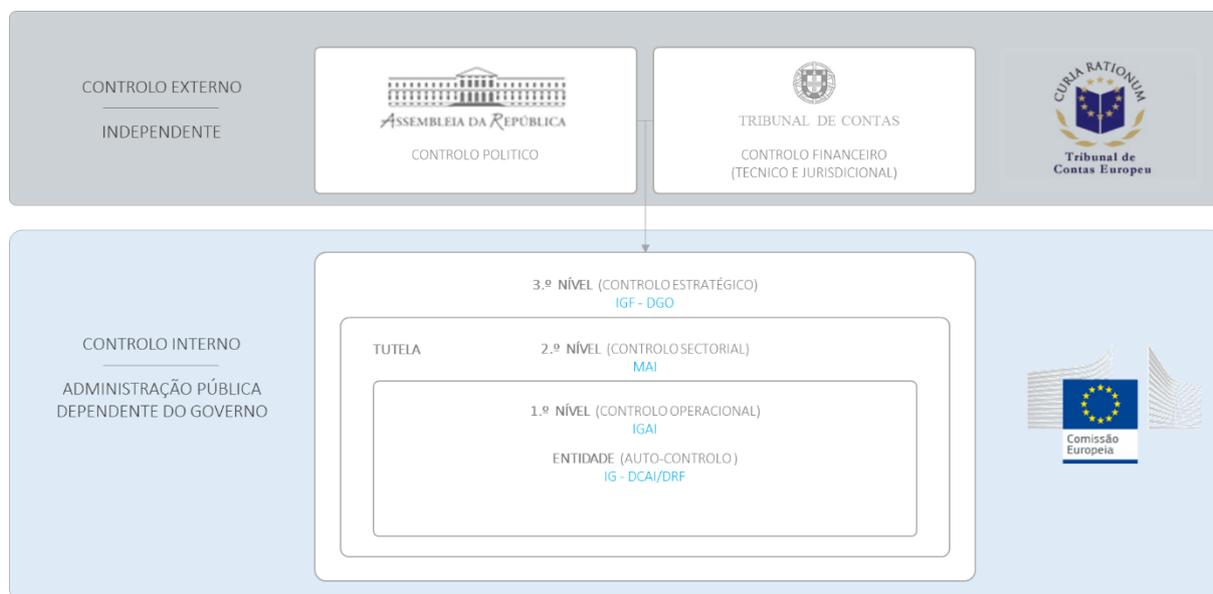


Figura 21 – Sistema de Controlo da AP12 ((adaptado: Manual de Auditoria TC))

O SCI encontra-se colocado na dependência do Governo e em articulação com o Ministério das Finanças, compreendendo o domínio orçamental, económico, financeiro e patrimonial, e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da AP. Está organizado em três níveis, para que cada nível controle o anterior, constituindo-se assim uma rede, que se pretende fiável e exaustiva, de controlo interno.

O 1º nível do controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização, que no caso da Guarda é assegurado pela Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das

11 Cfr. Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/98 de 25 de junho.

12 A articulação dos sistemas de controlo interno e externo constitui um importante meio para assegurar a eficiência do sistema global de controlo e a transparência de processos.



suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Também à Direção de Recursos Financeiros através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna competem determinadas atribuições de auditoria e controlo interno no âmbito administração financeira da Guarda, embora sob a cúpula do Comando de Administração de Recursos Internos (CARI) que por sua vez assegura o comando e direção da atividade da Guarda nos domínios da administração dos recursos humanos, materiais e financeiros.

À Divisão de Controlo e de Auditoria Interna cumpre, entre outras atribuições, nomeadamente promover a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como exercer a autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externa, colaborar ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira dos demais serviços e das unidades da Guarda.

A Lei Orgânica da GNR, estabeleceu ainda um conjunto de órgãos, que apesar de nem todos eles integrarem o SCI, se mostram competentes para exercerem um controlo interno efetivo da atividade prosseguida pela Guarda no quadro da sua Missão e atribuições legais, bem como das atividades cometidas aos militares e civis que nela prestam serviço. Falamos concretamente dos órgãos de conselho - Conselho Superior da Guarda (CSG), o Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina (CEDD) e a Junta Superior de Saúde (JSS), e ainda não menos importante, da Direção de Justiça e Disciplina (DJD), a quem, entre outras atribuições, compete apoiar o Comandante-Geral na administração da justiça e da disciplina da Guarda, sendo por esse motivo, órgãos com uma importância singular na condução e manutenção da disciplina e coesão militar.

Sem prejuízo de no presente ponto se apresentarem as principais atividades desenvolvidas pelos órgãos internos de inspeção e auditoria, será realizado um breve percurso visando a aferição do ambiente de Ambiente de Controlo, Estrutura organizacional, Atividades e procedimentos de controlo administrativo e relativamente à Fiabilidade dos sistemas de informação. Por motivo de dimensão o formulário que caracteriza o anexo 2 da Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009, é tratado no Anexo V.1. - Avaliação do Sistema de Controlo Interno.

### 3.1.AMBIENTE DE CONTROLO

#### 3.1.1. VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE CONDUTA

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência. Decorrente do que anteriormente foi exposto relativamente aos valores prosseguidos pela GNR, importa salientar que estes brotam do seu objeto e têm como pressuposto fundamental a condição militar e a afinidade com a cultura militar, assumindo uma forte cultura organizacional, uma história, tradições, símbolos, condutas e virtudes próprios que diferenciam a Guarda, dos demais Organismos da AP e dos seus congéneres nacionais e internacionais.



Consciente desta realidade diferenciadora, a Guarda aposta na valorização destas condutas éticas à atividade diária dos seus colaboradores, alinhando-os com a sua divisa «Pela Lei, Pela Grei», reforçando a sua cultura organizacional, em busca da excelência na sua atuação na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade, permitindo a concretização do mais alto compromisso assumido na Visão.

A condição militar é significado de uma entrega total, uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

### 3.1.2. CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS

Na moderna gestão pública, a concretização da sua eficácia e um bom sistema de controlo, são indissociáveis.

O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério, verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Na GNR, o órgão com a responsabilidade de assessorar o Comandante do CARI no cumprimento das leis e normas da contabilidade pública, elaborar propostas orçamentais, dirigir e fiscalizar a execução dos orçamentos e, orientar e apoiar tecnicamente todos os órgãos de gestão financeira, é a Direção de Recursos Financeiros (DRF), do CARI.

Através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna (DCAI), a DRF promove a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como o exercício da autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades



internas ou externas, colaborando ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira aos demais serviços e das unidades da Guarda.

### CONTROLOS INTERNOS

Ao nível do controlo interno, por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral é aprovado o Plano Anual de Auditorias Internas da DRF/DCAI. No ano de 2014, o programa de auditorias internas aos órgãos na dependência técnica do Comando de Administração dos Recursos Internos (CARI), estabeleceu os seguintes objetivos gerais e específicos:

Como objetivos gerais das auditorias internas, temos:

- Reforçar o sistema de controlo interno da GNR, procurando assegurar a conformidade, integridade e tempestividade da informação, bem como a salvaguarda dos ativos e ainda a prevenção e deteção de erros e omissões.
- Fornecer apoio técnico e de gestão, garantindo a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos a que a organização se encontra sujeita.
- Proceder a ações formativas “on job”, orientadas para o saber fazer (vertente prática), sempre que na presença de situações não conformes, fosse tecnicamente viável.
- Registrar as boas práticas processuais detetadas, para elaborar um repositório organizacional, com a consequente partilha de conhecimento, por forma a melhorar e normalizar os processos organizacionais.

Os objetivos específicos das áreas auditadas, na dependência técnica do CARI, foram os seguintes:

- Avaliar a conformidade, dos procedimentos e processos desenvolvidos na Secção de Recursos Logísticos e Financeiros e no setor de abonos e descontos, com a lei e com os normativos internos, no âmbito da contabilidade pública
- Apoiar os órgãos auditados nas áreas identificadas como pontos fracos.
- Conferência da documentação de suporte ao processamento de vencimentos.
- Transmitir orientações corretivas.
- Desenvolver metodologias e procedimentos de controlo interno.

Na execução do Plano de Auditorias Internas, aprovado para 2014, foram realizadas, pela DRF/DCAI, as seguintes auditorias internas:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DCAI	Comando Territorial de Viseu
DRF/DCAI	DRF/Divisão de Administração Financeira
DRF/DCAI	Unidade de Intervenção
DRF/DCAI	Comando Territorial de Bragança
DRF/DCAI	Comando Territorial de Setúbal
DRF/DCAI	Comando Territorial de Faro
DRF/DCAI	Unidade de Apoio Geral

Figura 22 – Auditorias internas realizadas pela DRF/DCAI

Na sequência da Recomendação 3, ponto 146, do “Relatório n.º 28/09 – 2.ª S – Auditoria aos sistemas de gestão e de controlo no âmbito dos investimentos da GNR – Ano 2007”, do Tribunal de Contas, o CARI tomou a iniciativa de indicar na resposta àquele tribunal a criação de auditorias multidisciplinares.

No cumprimento do Plano de Auditorias Internas Multidisciplinares de 2014, aprovado por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral, foram realizadas as auditorias internas multidisciplinares – Recursos Humanos, Recursos Financeiros e Recursos logísticos – às seguintes Unidades da Guarda:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Lisboa
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Coimbra
DRF/DRL/DRH	Unidade de Segurança e Honras de Estado
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial do Porto
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Évora
DRF/DRL/DRH	Comando Territorial de Aveiro <sup>13</sup>

Figura 23 – Auditorias multidisciplinares CARI

## CONTROLOS EXTERNOS

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional) e no que concerne ao Tribunal de Contas, importa apenas referir que teve intervenção em termos do controlo prévio nos processos de contratação pública e em termos de controlo sucessivo na apreciação das contas de gerência.

A Guarda, mensalmente, remete para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), como entidade coordenadora do programa orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos que enformam a prestação de contas, no âmbito orçamental e financeiro.

<sup>13</sup> Devidos a constrangimentos no período do fecho do ano económico, a auditoria interna multidisciplinar ao Comando Territorial de Aveiro não foi realizada.



De referir que às ECPO, entre outras competências<sup>14</sup>, colaboram com a Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças (MF) no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso<sup>15</sup>.

Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a Guarda, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

### 3.1.3. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

O plano de formação aprovado pela GNR pretende captar e incentivar os seus colaboradores, militares e civis, nomeadamente aqueles que exercem funções de direção ou chefia das diversas unidades orgânicas, o estudo, análise e desenvolvimento de boas práticas, aliás sentidas no domínio estratégico com a produção de documentos previsionais e prestação de contas com reconhecido valor entre os organismos que integram o MAI.

Apesar do panorama nacional de fortes restrições orçamentais, designadamente no âmbito da Administração Pública, a Guarda promoveu internamente e em parceria com entidades de reconhecida qualificação programas de formação que visam a promoção de competências dos militares e civis afetos às diferentes Unidades, Órgãos e Serviços.

No âmbito do ensino e da formação foram desenvolvidas ações de incentivo ao desenvolvimento de boas práticas mediante a produção e apresentação de estudos de investigação, de reflexão e de análise prospetiva de reconhecido valor informacional no universo da Guarda. Sempre que possível, estes conteúdos eram divulgados ao nível da página eletrónica da Guarda e da Revista da Guarda nas suas publicações trimestrais.

Nesta dinâmica, reconhecendo que a identificação de boas práticas permite alavancar o desempenho organizacional, a Guarda promoveu em 2014 um conjunto de ações direcionadas para a estrutura operacional que visaram essencialmente o incentivo de criação de potenciais conteúdos e práticas que pudessem vir a ser distinguidos e difundidos. Em resultado, após a sua identificação e análise, a Guarda apresentou diversas candidaturas a prémios nacionais e internacionais, dos quais merecem particular destaque os seguintes:

#### PRÉMIO DE DERECHOS HUMANOS REY DE ESPAÑA

##### «Projeto Censos Sénior»



O Prémio em referência tem por objetivo premiar as entidades de natureza pública ou privada que tenham sido distinguidas, em Espanha, Portugal e nos restantes países latino-americanos, na defesa, promoção e realização dos direitos humanos e nos valores democráticos, ou que tenham impulsionado a investigação ou a

<sup>14</sup> Vide Artigo 19º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março.

<sup>15</sup> Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



implantação programas de intervenção com vista à promoção destes valores, conferindo à candidatura vencedora um prémio de € 25.000,00.

A Guarda participou com o Projeto “Censos Sénior” na Sexta edição do conceituado Prémio de Derechos Humanos Rey de España dirigido pelas Instituições Catedra Democracia e Direitos Humanos, pela Universidade de Alcalá e pelo Defensor del Pueblo de España, em prol do dos direitos humanos.

A Guarda, no âmbito dos Programas Especiais Policiamento de Proximidade (PEPP), tem-se destacado no desenvolvimento de atividades com um cunho marcadamente social, em parceria com as mais diversas instituições de apoio social locais, tendo como objetivo a proteção das vítimas mais vulneráveis, nomeadamente os idosos.

Para atingir este desiderato, a Guarda desde 2011 tem vindo a desenvolver o Projeto “Censos Sénior” que tem como principal objetivo fazer o levantamento do número de idosos que vivem isolados e/ou em situações de isolamento, abrangendo todo o território nacional. Assim em 2011, os militares da Guarda registaram 15.596 idosos que se enquadravam no âmbito do Projeto e, em 2012, registaram 23.001 idosos nessas circunstâncias. Em 2013, numa Operação da mesma natureza que decorreu de 15 de janeiro a 28 de fevereiro de 2013, os militares da Guarda sinalizaram 28.197 idosos a viver sozinhos e/ou em situações de isolamento. No decurso do ano 2014, no âmbito deste projeto, a GNR sinalizou 33.963 idosos.

Simultaneamente, este projeto encerra mais dois importantes objetivos. Um deles passa por promover ações de sensibilização, junto desta faixa etária mais desprotegida da sociedade, alertando-a para a necessidade de adotar comportamentos preventivos relativamente aos crimes de que mais frequentemente são alvo, nomeadamente Burlas, Furtos e Roubos. Outro dos objetivos é sinalizar os idosos que se encontram em situações potencialmente mais graves, ao nível sanitário, de higiene e de bem-estar e encaminhar esses casos para as Instituições Locais de Apoio Social, de forma a promover melhores condições de vida a essas pessoas. De salientar que em 2013, a Guarda sinalizou 441 idosos a viver em condições que não dignificam o Ser Humano e deu conhecimento ou promoveu contatos com as Instituições de Apoio Social locais, contribuindo decisivamente para a melhoria das condições de vida desses idosos.

Complementarmente a este projeto e numa perspetiva que se pretende integrada com as restantes iniciativas que a Guarda tem desenvolvido neste domínio, foi implementado no Comando Territorial de Évora, o projeto piloto “Gerações de Mãos Dadas” que se centra na realização de ações de sensibilização e na promoção de ações de natureza educativa e cultural na partilha de experiências e saberes entre a população jovem e a idosa, na consciencialização das condições de vida da população idosa a viver em montes isolados, ajudando também, a combater a criminalidade que se faz sentir na população mais idosa.

Acresce referir que em 2012, por ocasião do Dia Internacional do Idoso, o projeto piloto “Gerações de Mãos Dadas” foi alargado a todo o território nacional, numa iniciativa em que a Guarda fez chegar a sua mensagem a 5.036 idosos, através das 4.751 crianças que integraram o projeto.

As ações de sensibilização são realizadas por crianças do 1.º ciclo (uniformizadas com fardas da GNR e denominados de “Guardinhas”), que se deslocam aos locais isolados onde residem idosos, acompanhados por



militares, sensibilizando por uma lado, os idosos para questões relacionadas com a sua saúde e com a sua segurança e ao mesmo tempo atribuindo competências aos “Guardinhas”, contribuindo para a construção de um cidadão mais consciente e sensível para a problemática do isolamento e solidão dos idosos, conhecendo desse modo uma realidade diferente à do seu dia-a-dia.

O projeto “Gerações de Mãos Dadas” tem, assim, como objetivo quebrar o sentimento de indiferença que cada vez mais se sente nos mais jovens relativamente aos mais idosos, contribuindo também para a redução dos sentimentos de isolamento e de solidão. Desta forma, pretende-se também que as crianças sejam cidadãos mais conscientes, sensíveis e respeitadores, ajudando a pôr um fim ao isolamento e esquecimento dos idosos, reservando-lhes um lugar digno na nossa sociedade.”

Nessa conformidade, considerando os objetivos do Projeto “Censos Sénior” que a Guarda tem implementado em todo o dispositivo, a candidatura ao Prémio em apreciação é um reconhecimento do esforço desenvolvido pelos militares da Guarda em prol da proteção de todos, nomeadamente dos estratos da população mais vulneráveis e desfavorecido, como é o caso dos idosos, tendo sido inclusivamente considerada pelo Conselho Económico Social (CES) a Boa Prática nacional neste domínio, ombreando com práticas internacionais de reconhecido valor.

## PRÉMIO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA

### «Projeto GNR Trail - Famílias Contra a Violência»



A Fundação institui anualmente o “Prémio Manuel António da Mota” distinguindo organizações e personalidades que se destaquem nos vários domínios da sua atividade.

Em 2014, associando-se ao 20º aniversário do Ano Internacional da Família instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1994, o Prémio Manuel António da Mota visou distinguir instituições que atuem no domínio da valorização, defesa e apoio à família nas mais variadas áreas, procurando assim dar o seu contributo para o reconhecimento e notoriedade públicas do trabalho desenvolvido e para a importância dos valores e interesses da família na sociedade portuguesa.

Com efeito a GNR promoveu à candidatura ao conceituado Prémio Manuel António da Mota do «Projeto GNR Trail - Famílias Contra a Violência». O projeto da Guarda constitui um evento solidário que pretende envolver toda a estrutura Familiar (avós, pais e filhos), fomentando a prática desportiva, em contato com a natureza, com o objetivo de apelar às questões sociais, da cidadania e da solidariedade. O fim último deste evento foi a recolha de Bens Alimentares de Primeira Necessidade, para ajudar famílias carenciadas, vítimas de violência e de exclusão social.

O evento consistiu na realização de um Trail de 10km e de uma Caminhada de 5km, onde os participantes puderam desfrutar de uma paisagem magnífica e de explorar caminhos e trilhos no interior da Serra de Sintra e na Vila Histórica, Património da Humanidade.

O evento foi totalmente gratuito para os participantes, podendo os mesmos apenas doar bens alimentares.

Esta ação resultou na recolha de mais de duas toneladas e meia (2,5T) de alimentos, sendo os mesmos distribuídos a mais de cem (100) famílias carenciadas, previamente sinalizadas através de instituições sociais, como Juntas de Freguesia e Camara Municipal de Sintra. Ainda foram atribuídos 10 cabazes de alimentos à Associação Bem-Estar Social de Alcabideche.

Com a organização do evento foi possível ajudar famílias carenciadas, vítimas de violência e de exclusão social, tendo inclusivamente sido atingido o objetivo de fomentar a responsabilidade e a participação dos cidadãos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, da coesão social, cidadania e solidariedade.

De forma simbólica, as famílias que doaram bens alimentares ajudam outras famílias em dificuldades, apelando ao fortalecimento e consolidação dos valores intrínsecos à estrutura familiar, enquanto alicerces da comunidade.

Esta iniciativa da Guarda, bem como outras conexas como o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência *“tem merecido o mais profundo reconhecimento por parte de imensas entidades nacionais e internacionais através de Menções Honrosas”* - citando fonte oficial da Assembleia da Republica Portuguesa.

Segundo a mesma fonte *“a nobre ação dos militares da Guarda (...) irá ser integrada num registo próprio, onde a ONU é parte integrante deste processo que oportunamente passará a ser liderado pela própria Assembleia da Republica e com a envolvimento da própria ONU”*.

Consciente da relevância destas ações, a Assembleia da Republica, integrada nas cerimónias comemorativas do Dia Mundial da Saúde (15 de Abril), enaltecerá a importância do **«Projeto GNR Trail - Famílias Contra a Violência»**, bem como a atuação da Guarda neste domínio.

## PRÉMIO AGIR



### «Projeto Censos Sénior»

O Prémio AGIR é o mais recente compromisso da REN - Redes Energéticas Nacionais - no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa e inserida na sua política de envolvimento com a Comunidade e Inovação Social. O objetivo do prémio é incentivar e apoiar iniciativas que dêem resposta a problemas sociais. A iniciativa tem por assim por objetivo apoiar projetos estruturantes, com impacto real na população e na comunidade.

A seleção dos projetos candidatos é da responsabilidade da REN em parceria com a Bolsa de Valores Sociais (BVS). A BVS é, também, parceira da REN no acompanhamento e monitorização da utilização dos fundos doados a cada projeto apoiado, assim como na avaliação do efetivo impacto social do apoio da REN a cada projeto. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) que virem aprovadas as suas candidaturas ao Prémio Agir da REN terão, também, os seus projetos cotados na BVS, numa plataforma criada para o efeito, por forma a



dar visibilidade acrescida a cada projeto, permitindo a atração de potenciais investidores, que poderão fazer os seus donativos através da BVS.

A plataforma da BVS visa promover a captação de recursos e permite ao investidor acompanhar o progresso do seu investimento, por meio de notícias e relatórios divulgados periodicamente na página da internet da BVS.

Atendendo às preocupações que o referido prémio visa colmatar, a Guarda submeteu a candidatura o Projeto “Censos Sénior” (cujo teor é idêntico ao apresentado no *Prémio de Derechos Humanos Rey de España*).

A candidatura deste projeto visa a obtenção formal de reconhecimento nacional à atuação da Guarda neste domínio, bem como tem subjacente a tentativa de integrar a citada Bolsa de Valores Sociais.

Ainda inserido na corrente secção de Boas Práticas, importa salientar que a Guarda desenvolveu em 2014 os projetos de Telemedicina, Telespécologia e Apoio Religioso, cuja implementação decorreu no primeiro trimestre de 2015. Estes projetos inovadores destinam-se prioritariamente a satisfazer as necessidades de acompanhamento médico, psicológico e religioso aos militares em missão oficial no estrangeiro onde estas especialidades essenciais não se encontram normalmente acessíveis, através de contacto à distância por videochamada através de aplicações *skype* e *gmail*.

Nesta dinâmica, reconhecendo que a identificação de boas práticas permite alavancar o desempenho organizacional, a Guarda promoveu em 2014 um conjunto de ações direcionadas para a estrutura operacional que visaram essencialmente o incentivo de criação de potenciais conteúdos e práticas que pudessem vir a ser distinguidos e difundidos. Em resultado, após a sua identificação e análise, a Guarda apresentou diversas candidaturas a prémios nacionais e internacionais, dos quais merecem particular destaque os seguintes:

### **PROJETO TELEMEDICINA**

O conceito Telemedicina significa o uso de informação médica trocada por via eletrónica de forma a melhorar a condição clínica de um doente. O termo inclui um crescendo de aplicações e serviços que usam plataformas de vídeo bidirecional; correio eletrónico; *smartphones*; ferramentas *wireless* e outras ferramentas de telecomunicações.

A Telemedicina não é uma especialidade médica em separado. É mais uma forma de se conjugar aconselhamento médico diferenciado, procurando maximizar a tecnologia atualmente disponível para obter um serviço clínico de qualidade a um custo acessível. As vantagens deste serviço tornam-se particularmente evidentes quando consideramos grandes distâncias de um centro de referência como é o caso dos militares deslocados em missões internacionais. Neste âmbito, muitas propriedades de um serviço de saúde podem ser aproveitadas sem ser necessário deslocar fisicamente as equipas médicas.

Neste projeto-piloto, irá ser utilizado o mecanismo de ligações ponto-a-ponto, recorrendo a aplicações de videochamada pela internet. Considera-se que é o meio mais rápido e fácil de ser implementado, com custos mais reduzidos e com carácter polivalente. Isso não invalida que num futuro próximo se possa evoluir para



outros mecanismos como, por exemplo, a interligação direta com Hospitais Role 3 e Role 4 ou serviços de telemetria em tempo real.

De uma forma geral, os serviços que podem ser providenciados na Telemedicina são:

- Cuidados de Saúde Primários e Referenciação a Consulta por Especialista – na prática significam consultas onde é estabelecido um possível diagnóstico com aconselhamento específico. Orientado o doente ou o Comandante sobre a situação em questão.
- Monitorização remota – Uso das ferramentas eletrónicas para distribuição e interpretação de dados (ex.: envio de um Eletrocardiograma a um especialista para relatório; avaliação de Análises Clínicas para uma segunda opinião; etc.)
- Educação Médica – utilização das ferramentas referidas para distribuição de artigos; apresentações e outros produtos de informação na educação contínua de militares em áreas remotas, adaptando-os à realidade dinâmica da missão.

### TELEPSICOLOGIA

O apoio psicológico a militares no estrangeiro é atualmente efetuado através de e-mail ou telefone.

A Telepsicologia permitirá efetuar o apoio psicológico direto, com interface visual, aos militares quando estes se encontrem em missões no estrangeiro, havendo ainda vantagens em estender o serviço aos militares em Território.

O apoio psicológico através da imagem permite uma melhor observação do estado emocional do militar e melhor avaliar o seu comportamento e a sua condição psicológica.

### APOIO ESPIRITUAL

O recurso à internet possibilita que os contactos sejam realizados com acesso a imagem em tempo real, resultando da interação a sensação de proximidade e havendo uma referência mais humanizada da ligação, o que se crê potenciar a ajuda espiritual pretendida.



#### 3.1.4. COMUNICAÇÃO E ALINHAMENTO ENTRE A ALTA DIREÇÃO E DIRIGENTES DAS UNIDADES ORGÂNICAS

A GNR possui uma estrutura organizacional definida pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro.

A anterior Lei Orgânica da GNR definia exaustivamente toda a organização do comando -geral, no qual se incluíam o estado-maior geral ou coordenador e o estado-maior especial ou técnico, com as respetivas repartições e chefias de serviços, num total de 20. As principais mudanças operadas pela nova lei refletem o objetivo de promover a racionalização do modelo de organização e da utilização dos recursos da Instituição.

Assim, no que concerne ao comando, foi criada uma estrutura que compreende, para além do Comando da Guarda e dos respetivos órgãos de inspeção, conselho e apoio, três órgãos superiores de comando e direção, que asseguram o comando funcional, respetivamente, das áreas de operações (Comando Operacional), dos recursos humanos, materiais e financeiros (Comando da Administração dos Recursos Internos) e da doutrina e formação (Comando de Doutrina e Formação). Esta nova organização da estrutura de comando da Guarda concretiza-se a dois níveis: a lei define, além dos órgãos de inspeção, conselho e apoio do Comando da Guarda, quais as áreas abrangidas pelos órgãos superiores de comando e direção e o respetivo nível de enquadramento, habilitando o Governo a definir o número, as competências e a estrutura interna dos serviços destes órgãos, bem como o posto correspondente à respetiva chefia.

A estrutura orgânica concretizada com a reestruturação da GNR, permitiu concentrar os cargos de direção superior e de direção intermédia nas diversas unidades orgânicas do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, bem como disseminar pelo dispositivo territorial (unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino), cargos de direção intermédia sob a autoridade técnica do Comando Operacional.

Esta estrutura permite, dentro do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, um alinhamento estreito entre os dirigentes superiores e os dirigentes intermédios responsáveis pelas unidades orgânicas, embora a própria dimensão desses órgãos possa criar algumas dificuldades na concretização das suas atribuições parcelares.

Também ao nível do exercício da autoridade técnica exercida pelos OSCD, nomeadamente o CO, por este se encontrar fisicamente distanciado das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino, poderá significar a existência de constrangimentos pontuais.

Apesar dos constrangimentos, uma vez que a estrutura orgânica tem um carácter vincadamente funcional, permite-se potenciar a comunicação e o alinhamento entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas, realizando-se com frequência reuniões intercalares, nomeadamente quando estão em causa projetos de singular importância para a instituição GNR.

#### 3.1.5. CONTROLOS EXTERNOS E CONSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLO DA LEGALIDADE

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional).



A Guarda, mensalmente, remete para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), como entidade coordenadora do programa orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos que enformam a prestação de contas de âmbito orçamental e financeiro.

De referir que às ECPO, entre outras competências<sup>16</sup>, colaboram com a Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças (MF) no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso<sup>17</sup>.

Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a Guarda, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

### 3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

#### 3.2.1. OBEDIÊNCIA AO DIPLOMA ORGÂNICO

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, definiu a missão, as atribuições e as bases da organização interna da Guarda Nacional Republicana, que compreende, nomeadamente, a estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.

No desenvolvimento do referido diploma legal, o Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, definiu o número, as competências, a estrutura interna e o posto correspondente à chefia dos serviços de apoio diretamente dependentes do comandante-geral, e dos órgãos superiores de comando e direção, estabelecendo ainda o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da estrutura de comando, definidas através do Despacho n.º 9634/2011, de 19 de julho, que estabeleceu ainda as suas atribuições e competências.

Passados que são cerca de oito anos sobre a reestruturação operada na estrutura geral da Guarda, e identificados os constrangimentos, bem como os pontos fortes, é na perspetiva da Guarda, o momento oportuno para se proceder às alterações dessa estrutura, numa lógica de melhoria contínua.

Para o efeito o Comando da Guarda submeteu à apreciação superior do membro do governo responsável pela área da administração interna uma proposta de alteração à estrutura geral da Guarda.

<sup>16</sup> Vide Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro.

<sup>17</sup> Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



### 3.2.2. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Com vista ao regular funcionamento das instituições democráticas, confere a lei aos atores do direito público diversas competências decorrentes das próprias atribuições das pessoas coletivas, revestindo estas competências a forma de poderes jurídicos.

São diversas as disposições legais que estabelecem de forma generalizada e transversal as competências próprias dos diversos serviços e organismos do Estado e ainda as disposições cuja aplicação se cifra apenas no próprio serviço e organismo como é o caso das respetivas Leis Orgânicas ou Estatutos (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da Guarda ou o Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, que aprova o Estatuto dos Militares da GNR).

Neste sentido, refere-se que a Lei n.º 67/2007, de 6 de novembro, estabelece as competências próprias do Comandante-Geral, alicerçadas nas atribuições da Guarda. Saliente-se, a esse propósito, que o n.º 3, do artigo 23º, da LOGNR, além de conferir determinadas competências próprias específicas ao Comandante-Geral da GNR, reforça as competências próprias inerentes ao exercício dos cargos de direção superior de 1.º grau e, neste âmbito, o Comandante-Geral exerce ainda as competências que lhe forem delegadas e subdelegadas pelos membros do Governo responsáveis pela área da administração interna.

Em 2014, à semelhança dos anos anteriores, foram, no momento do provimento de funções, realizadas diversas delegações e subdelegações de competências, prática corrente e convenientemente sedimentada na GNR, reportam-se sobretudo aos Comandantes dos Comandos Funcionais e Comandantes das Unidades e dos Comandos Territoriais em exercício de funções.

### 3.2.3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS COLABORADORES (MILITARES E CIVIS)

A Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro; 55-A/2010, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.

O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à administração pública, prevendo no entanto mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

Desde 01 de janeiro de 2013, que a avaliação dos trabalhadores (SIADAP 3) tem carácter bienal e respeita ao desempenho dos dois anos civis anteriores, iniciando-se o processo com a contratualização dos parâmetros de avaliação (Resultados e Competências), durante o mês de fevereiro do ano civil em que se inicia o ciclo avaliativo, sendo a avaliação efetuada durante os meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo.



Na prossecução das suas atribuições a GNR integra colaboradores militares, integrados em corpos especiais, e como tal sujeitos a um regime disciplinar e de avaliação próprios, e colaboradores civis, sujeitos e avaliados desde 2004 segundo o SIADAP - entre 2004 e 2007 através da Lei n.º 10/2004, de 22 de março, e desde 2008 segundo a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

O sistema específico de avaliação dos militares da GNR, aprovado pela Portaria n.º 279/2000 (2.ª série), designa-se Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana (RAMMGNR) e define o sistema de avaliação do mérito dos militares da Guarda Nacional Republicana (SAMMGNR) e os princípios que regem a sua aplicação.

Preceitua a citada disposição legal que nas carreiras de regime especial e corpos especiais que disponham de um sistema de avaliação de desempenho específico que ainda não tenha sido adaptado, esta se efetue de acordo com o respetivo sistema específico, até à sua adaptação nos termos do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Para o efeito, a situação descrita agrega ainda colaboradores civis de carreiras especiais e como tal sujeitos a regimes de avaliação próprios, nomeadamente pessoal da carreira médica, docentes e técnicos de diagnóstico e terapêutico.

Neste sentido, o sistema de avaliação específico da GNR enquanto corpo especial, mantém-se em vigor até à sua revisão para adaptação à filosofia estabelecida no SIADAP, a qual deveria ocorrer até 31 de dezembro de 2008, sob pena de caducidade, tendo aliás a sua avaliação ocorrido mediante aquele sistema de avaliação específico. Contudo, as especificidades da organização militar impuseram que se fizesse uma profunda reflexão e estudo para a criação de um sistema de avaliação específico que não condicione a atuação da GNR nem fomente focos de instabilidade que afetem a coesão e a disciplina militar. Nesse sentido, após realizado esse estudo, o projeto de sistema de avaliação específico foi alvo de uma análise objetiva e crítica à luz do quadro jurídico definido Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Desenvolvido esse mecanismo foi remetido à Tutela o projeto de Sistema de Avaliação de Desempenho dos Militares da GNR (SIADMGNR), prevendo-se que em breve a GNR possa aplicar ao universo de militares da Guarda o novo modelo de avaliação e de gestão do desempenho.

Com a publicação da Portaria n.º 359/2013, de 31 de dezembro, foram aprovados novos modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho para dirigentes intermédios e trabalhadores, bem como avaliação com base nas competências. Foram também aprovados os modelos de fichas de monitorização do desempenho e de reformulação de objetivos.

Assim, durante ciclo avaliativo 2013 / 2014 foram sujeitos a avaliação os civis, distribuídos pelas respetivas carreiras, constantes na seguinte tabela:

CARREIRA	EFETIVOS
T. Superior	20
A. Técnico	75
C. Técnico	2
Informático	5
A. Operacional	330



CARREIRA	EFETIVOS
C. Florestal	336
Total	768
<b>TOTAL</b>	<b>768</b>

Figura 24 – Avaliação dos quadros civis (subsistema SIADAP 3)

O processo avaliativo dos militares, no ano 2014, decorreu dentro da normalidade. Foram sujeitos a avaliação anual, 673 Oficiais e 2.285 Sargentos, distribuídos pelos postos a seguir indicados:

CATEGORIA	POSTO	EFETIVOS	AVALIADOS	N/AVALIADOS
Oficiais	Coronel	55	21	34
	Tenente-Coronel	163	141	22
	Major	84	66	18
	Capitão	261	244	17
	Tenente	134	131	3
	Alferes	82	70	12
SUB-TOTAL		779	673	106
Sargentos	Sargento-Mor	69	65	4
	Sargento Chefe	427	416	11
	Sargento Ajudante	720	667	53
	Primeiro Sargento	644	619	25
	2º Sargento	573	518	55
SUB-TOTAL		2433	2285	148

Figura 25 – Avaliação dos militares da GNR (RAMMGNR)

Quanto aos oficiais e sargentos não avaliados, foram justificados os motivos da não avaliação pelas respetivas Unidades, nos termos do RAMMGNR. Acresce ainda referir que nos termos do referido regulamento de avaliação, os guardas não estão sujeitos a avaliação individual.

#### 3.2.4. POLÍTICA DE FORMAÇÃO

O desenvolvimento e a atualização dos conhecimentos e das competências individuais dos militares e civis da Guarda são condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional, sendo por isso fundamentais para a sustentação de uma organização inteligente, adaptativa e socialmente responsável.



A política de formação prosseguida pela GNR tem em linha de conta as necessidades de médio e longo prazo e atua sobre áreas técnicas carenciadas, em evolução ou áreas emergentes. As necessidades são apuradas e definidas soluções de formação para as carências, permitindo o reforço positivo das competências individuais dos colaboradores militares e civis da GNR, em prol da melhoria contínua da sua atuação em defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade.

Ciente da importância da formação para o desenvolvimento da Guarda, a política de formação alinhada com as orientações estratégicas da Guarda Nacional Republicana e orientada para a prestação de um serviço público e socialmente relevante, assenta entre outros, nos seguintes pilares:

- Desenvolvimento individual o qual é alcançado através da participação e empenho de todos os interessados na aquisição e desenvolvimento de capacidades e competências individuais, tirando o melhor partido das oportunidades e meios disponíveis;
- Responsabilização da Guarda através da garantia desta no que respeita ao acesso à formação para aquisição e atualização do conhecimento e reforço de capacidades e competências;
- Alinhamento entre as necessidades de formação do efetivo com a Missão da Guarda, o qual apenas é alcançável através da definição precisa de itinerários e planos de formação sustentados em perfis funcionais devidamente caracterizados.
- Gestão de conhecimento - Maximização do capital intelectual na organização através da promoção de comportamentos de partilha;
- Interação contínua com a sociedade, através do incentivo ao estabelecimento de relações de cooperação com as comunidades em que a Guarda se insere, visando a partilha de recursos e o acesso à informação e conhecimento.
- Diversificação das áreas pedagógicas de qualificação individual proporcionando as adequadas condições de valorização aos militares e civis afetos a todas as áreas de atividade da Guarda, com especial incidência na vertente operacional;
- Monitorização e auditorias da formação assentes em critérios de evidência definidos para uma correta identificação de eventuais desvios aos processos pedagógicos e introdução de medidas corretivas necessárias à melhoria contínua do sistema de formação da GNR.

### 3.3.ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO

#### 3.3.1. REGULAMENTAÇÃO DO DIPLOMA ORGÂNICO

Na sequência da publicação do diploma que aprovou a orgânica da Guarda, foi aprovada a respetiva regulamentação que, sempre que tal se tem justificado, tendo em consideração a sua dimensão, complexidade e múltiplas atribuições, tem sido objeto de alteração e adaptação para melhor cumprir a missão da Guarda.



Neste âmbito, e à semelhança do que ocorreu em anos anteriores, atenta a necessidade de adequar a orgânica do Destacamento Territorial de Loulé do Comando Territorial de Faro à realidade operacional e características próprias do meio em que se insere, o Posto Territorial de Quarteira foi dotado dos necessários meios humanos e materiais, passando ainda a comando de oficial subalterno, passando a integrar o escalão subdestacamento.

### 3.3.2. MANUAL DE CONTROLO INTERNO (DIFUSÃO DE CIRCULARES, NOTAS CIRCULARES, NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE E REGULAMENTOS INTERNOS)

A realização de um Manual de Controlo Interno, tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos, procedimentos de controlo e planos de organização a estarem presentes nas atividades desenvolvidas pela GNR, que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira viável e fidedigna.

A função controlo aqui patente, traduz um conjunto de ações destinadas a confrontar uma ação principal (controlada) com os seus objetivos ou metas e com os princípios e regras a que deve obedecer, caracterizado por englobar as seguintes fases:

- Verificação crítica de conformidade ou desconformidade a um certo referencial;
- Avaliação das respetivas causas e consequências; e
- Eventual revisão ou ajustamento dos programas ou dos objetivos da ação programada.

Para que o controlo acrescente valor às organizações, o mesmo deve fornecer, tempestivamente, elementos fiáveis sobre o que está e o que virá a acontecer, pelo que o controlo do e no tempo são essenciais para assegurar o sentido de oportunidade. O controlo deve ainda basear-se em padrões objetivos, precisos e adequadamente configurados, para além de se preocupar mais com os desvios e as exceções do que com as atividades normais.

Entre as várias formas e tipos de controlo destaca-se o controlo interno, que consiste na verificação, no acompanhamento e na informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público, assente nos princípios e objetivos do Sistema Nacional de Controlo Interno (SCI), já abordado no ponto 3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno que integra o presente Capítulo em análise.

É neste contexto que surge a necessidade dos serviços possuírem um manual de controlo interno, que lhes permita assegurar, em primeira instância, a boa gestão dos domínios orçamental (controlo da execução orçamental das receitas e despesas), económico (controlo da execução das atividades e dos programas), financeiro (controlo dos pagamentos e dos recebimentos) e patrimonial (controlo do património). Mas este manual visa, ainda, consagrar no plano interno o princípio da “*accountability*”, ou seja, o fornecimento de explicação e justificação pela execução ou cumprimento eficiente de uma responsabilidade atribuída, para além da assunção de consequências dos resultados da execução ou cumprimento.

Com a implementação da ferramenta padronizada GeRFiP, foi necessário reconfigurar todos os procedimentos da área financeira e logística, pelo que estão a ser ajustados os respetivos manuais de procedimentos. Este projeto traduz-se



numa verdadeira reengenharia de processos, pelo que, só depois dos novos procedimentos se encontrarem devidamente estabilizados, consolidados e apreendidos será viável elaborar o respetivo manual de controlo interno.

A sua implementação está, no entanto, condicionada pela definição da estratégia a prosseguir quanto à integração e interação entre as áreas operacionais (atividade operacional por excelência) e as áreas de apoio administrativo-financeiro (em particular as áreas financeira, patrimonial e de recursos humanos) e, necessariamente, a integração e interação entre estas e a componente estratégica a qual obviamente encerrará uma filosofia de gestão previsional alicerçada em objetivos estratégicos e operacionais na sequência do SIADAP I, bem como a opção por metodologias consagradas a nível nacional e internacional, designadamente o *Balanced Scorecard* (BSC) e a *Common Assessment Framework* (CAF).

Nesse sentido, enquanto não for devidamente estabilizado o modelo de apoio administrativo logístico que se pretende implementar na Guarda, que garanta o indispensável alinhamento entre as áreas operacional, de recursos internos (recursos humanos, financeiros e materiais) e estratégica, não será possível desenhar e definir todos os processos de suporte e desenvolver um manual que permita executar e monitorizar o controlo interno.

Importa, contudo, referir que, no âmbito da autoridade técnica conferida aos OSCD, têm sido difundidas diversas Circulares, Notas Circulares e, ainda, Normas de Execução Permanente (NEP) que regulam e enquadram a execução de tarefas e procedimentos em toda a latitude de atribuições cometidas à Guarda. A exemplo dessa prática, podemos enumerar as que foram produzidas no âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente, nas componentes de gestão de recursos humanos, financeiros e logísticos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

ENTIDADE	TIPO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF	Circular	N.º 01/DRF/14 - Confirmação da Boa Receção dos Bens, Prestação de Serviços e Empreitadas de Obras Públicas
DRF	NEP	Anexo - Tabela de Taxas a cobrar pelo Bloqueamento, Remoção e Depósito de Veículos
DRF	Circular	Anexo - Tabela de Taxas a cobrar pelo licenciamento de fogo-de-artifício
DRF	Circular	Anexo – Tabela de Taxas a Cobrar pelos Atos de Secretaria

Figura 26 – NEP, Circulares e Ofícios-Circulares produzidos

### 3.4.FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

#### 3.4.1. INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E EXISTÊNCIA DE MECANISMOS QUE GARANTAM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS OUTPUTS DOS SISTEMAS

A integração e a interoperabilidade de aplicações informáticas existentes na Guarda constituem uma prioridade, na medida em que a sua concretização proporciona a fiabilidade e a qualidade de informação, a agilização dos processos de trabalho, e uma racionalização dos recursos afetos às diversas atividades.

A realidade dos Sistemas de Informação da Guarda é caracterizada pela existência de várias aplicações, umas desenvolvidas internamente, outras com recurso ao “outsourcing”, destinadas a setores de atividades específicos das diferentes unidades orgânicas, que por vezes exploram mais de uma aplicação em ambiente fechado e com plataformas diversas, sem um contexto de integração comum, potenciando-se redundâncias, erros e pouca fiabilidade, o que acarreta problemas de gestão e manutenção.



Desta forma, um desígnio tecnológico da GNR é proporcionar e facilitar a integração e a interoperabilidade entre aplicações, utilizando sempre que possível formas de interoperabilidade adequadas, podendo fazer uso de tecnologias normalizadas como os denominados “Web Services” ou outros “Data Adapters” que permitam a partilha de instâncias de bases de dados.

Acresce referir que por força das frequentes alterações legislativas, sobretudo ao nível da atividade financeira e a da gestão de recursos humanos, existe a necessidade de promover simultaneamente alterações de conteúdo e a parametrização das respetivas aplicações, as quais implicam normalmente o desenvolvimento imediato de novas funcionalidades. Também neste domínio existe uma preocupação vincada de garantir a fiabilidade dos outputs, mediante uma monitorização contínua por parte dos responsáveis por cada área funcional, promovendo as ações corretivas necessárias em tempo oportuno.

### 3.4.2. UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRODUZIDA NOS PROCESSOS DE DECISÃO

A informação constitui um dos bens mais preciosos de uma organização, pelo que a sua qualidade, fiabilidade e segurança são fundamentais para o processo de tomada de decisão, motivo pelo qual se tem vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias no apoio gradual à atividade operacional e nas ações de controlo e de supervisão.

No âmbito, das plataformas de apoio à decisão e de índole estratégica destacam-se o SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais), o SIGRI (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos), o SIG-SIRESP (Sistema de Informação Geográfico SIRESP), e no plano tático-operacional releva-se o SGO-SITREP (Sistema de Gestão Operacional - SITREP), o SGR (Sistema de Gestão Rodoviária), o SGS (Sistema de informação e Gestão SEPNA), o GNR *Mobile* e o STM (Sistema de Transmissão de Mensagens).

O SIIOP é o sistema que garante o suporte da gestão da informação operacional policial da GNR e permite a interoperabilidade da informação criminal com a PIIC (Plataforma da Interoperabilidade da Investigação Criminal).

O SIG-SIRESP foi desenvolvido com o objetivo de permitir implementar o conceito COP (*Common Operational Picture*) nas salas de situação dos Comandos da GNR, procurando potenciar o processo da tomada de decisão através da georreferenciação dos meios operacionais, em tempo real, possibilitando a intervenção e a coordenação policial mais oportuna e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

Os sistemas SGO-SITREP, SGR, SGS e STM foram desenvolvidos recorrendo exclusivamente a recursos internos da Guarda, permitindo, ao nível policial a gestão centralizada de ocorrências policiais, rodoviárias e ambientais, possibilitando efetuar o controlo, a partir de Salas de Situação, das Operações da Guarda ao longo do seu dispositivo.

O SGO-SITREP é uma aplicação que permite simplificar e agilizar a transmissão e informatização de dados respeitantes à atividade policial diária realizada pelo dispositivo da Guarda. Tendo sido desenvolvida com recursos internos da Guarda, irá funcionar de forma integrada com o Sistema de Gestão das Salas de Situação (SG2S), onde serão registados de forma sumária todos os incidentes em “tempo real” permitindo fazer a alocação e supervisão dinâmica de recursos policiais para a resolução dos incidentes a partir das salas de situação das Unidades. Desta forma o SGO-SITREP e o SG2S potenciam a interoperabilidade e a partilha de informação policial de forma mais eficaz entre os diversos escalões de Comando, possibilitando uma intervenção e coordenação policial mais célere e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

O SGR permite acompanhar a situação rodoviária em “tempo real” tanto no âmbito da sinistralidade diária e grave, como ao nível da fiscalização de trânsito, bem como no âmbito da traficabilidade das estradas e das principais vias, de forma a aumentar a Segurança Rodoviária.

Congregando a informação do SGO-SITREP, SGR e SGS, a GNR também desenvolveu, recorrendo unicamente a recursos internos, o GNR-Mobile. Esta solução móvel permite consultar, de forma descentralizada e, em tempo real os dados alojados nos sistemas já referidos, materializando um instrumento de comando e controlo móvel, que permite



aos diversos escalões de comando reduzir substancialmente o tempo entre o conhecimento dos incidentes e a tomada de decisão policial.

O STM é também uma aplicação totalmente desenvolvida com os recursos internos da Guarda que permite a desmaterialização das mensagens NATO, preconizadas na publicação ACP 127 (*Allied Communications Publications*), garantindo a segurança da conceção, registo, transmissão e receção das mensagens, permitindo o tratamento da correspondência com grau de classificação de segurança com o nível reservado. Este sistema permite uma agilização, e um incremento da eficiência e coordenação da atividade operacional, reduzindo o tempo de transmissão e receção de informação em todo o dispositivo da Guarda através da Rede Interna da GNR. Possibilita, para além de uma economia financeira, a organização e disponibilização atempada de informações relevantes a todos os intervenientes.

No âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente nas áreas financeira e patrimonial, onde a fiabilidade e a segurança da informação no processo de tomada de decisão encerra uma preocupação crescente, desempenham um papel preponderante o GeRFiP (plataforma de gestão de recursos financeiros em modo partilhado) e o SGRé/GNR (Sistema de Gestão da Receita da GNR).

A solução GeRFiP foi desenhada com o objetivo de normalizar os processos e apoiar as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado. Esta solução, desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, faz parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRAll), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

Ainda no âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, com vista à otimização do processo de decisão, a GNR continua a desenvolver uma plataforma integrada de informação, designada de Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), que permite, através da substancial melhoria da informação e dos processos, uma utilização eficiente e oportuna no processo de tomada de decisão, com especial ênfase na gestão dos recursos humanos, no processamento e orçamentação dos vencimentos, bem como na gestão da formação, do património, da assistência na Doença e nos serviços disponibilizados ao Portal Social.

### 3.4.3. REQUISITOS DE SEGURANÇA DE ACESSOS AOS SI, DOS COMPUTADORES DE REDE E NA TROCA DE INFORMAÇÃO

Garantir a Segurança da Informação é absolutamente fundamental para a correta exploração de todos os Sistemas da Guarda, devendo constituir uma preocupação constante na atuação da Guarda, tendo em vista evitar falhas de segurança ou acidentes que afetem o normal funcionamento dos sistemas de informação e de comunicações. Neste âmbito, deve assentar em três pilares essenciais:

- A autenticidade;
- A confidencialidade;
- A integridade;
- A disponibilidade da informação.

Consciente de que um acidente não é completamente evitável, é necessário garantir, em qualquer circunstância, a continuidade das atividades, minimizando os prejuízos, prevenindo e reduzindo o impacto dos acidentes de segurança em duas áreas distintas:

- Segurança física;
- Segurança lógica.



Na segurança física procura-se proteger todo o *hardware* e equipamentos periféricos contra situações de:

- Incêndios;
- Sabotagem;
- Roubos;
- Inundações;
- Acentuadas alterações térmicas;
- Interrupção de energia;
- Falhas em equipamentos;
- Catástrofes naturais.

Na segurança lógica foram privilegiados os aspetos mais importantes, embora seja indubitável que a maioria dos danos passíveis de ocorrer incide sobre os dados. A segurança lógica diz respeito a:

- Segurança na utilização do *software*;
- Proteção de dados;
- Proteção de processos e programas;
- Acesso autorizado dos utilizadores;
- Acesso autorizado dos utilizadores.

Embora seja muito importante considerar a segurança física das TIC, a falta de segurança lógica é a que mais probabilidade tem de ocorrer, podendo afetar os dados e consequentemente a informação crítica da GNR.

Devido a este facto, a Guarda tem procurado em conjunto com o COSI da SGMAI atuar preventivamente, privilegiando os aspetos conducentes à implementação de barreiras que controlem o acesso aos dados.

Em 2014, houve um esforço de continuidade na migração dos computadores da GNR para a Rede RNSI, onde o acesso autorizado é realizado através de um controlador de domínio em que todos os utilizadores se validam para poderem aceder aos recursos locais e de rede tendo em conta o seu perfil de utilizador.



#### 4. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Neste ponto interessa essencialmente promover uma comparação entre serviços que executem serviços e tarefas semelhantes, quer a nível interno quer a nível externo. A nível interno, importa ter presente que, estando a Guarda inserida no Sistema de Segurança Interna nacional juntamente com outras forças e serviços de segurança, existem diversas atividades que se cruzam e se complementam. Contudo o espaço que a Guarda ocupa no Sistema de Segurança Interna e no sistema de forças nacional, por razões inerentes à sua natureza e especificidade, forçosamente se distingue das demais forças e serviços, que não sendo congêneres, partilham atribuições no domínio da segurança das populações. Pelos motivos expostos não parece possível tecer comparações concretas e fidedignas que permitam posicionar o seu desempenho relativamente às demais, até porque se tratam de realidades substancialmente diferentes não só no que respeita a funções executadas, mas também no que respeita às áreas de atuação, cobertura territorial e populacional.

Além dos factos aduzidos anteriormente, e ainda que fosse possível realizar tal comparação, não seria exequível integrá-la no presente Relatório de Atividades, porquanto os resultados do desempenho dos organismos eventualmente comparáveis, são apresentados também nos seus relatórios de atividades os quais apenas em 15 de abril serão tornados públicos.

A nível externo, apesar de também a realidade ser substancialmente distinta, condicionada por fatores geográficos, cobertura territorial e populacional e fatores culturais, a existência de congêneres europeias de cariz gendármico, impõe que se estabeleçam comparações a nível da sua organização e funcionamento.

Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos no sentido de, nesta etapa, se proceder à comparação com forças congêneres (interessando estabelecê-la com a *Guardia Civil*, a qual constitui, à semelhança da GNR, uma força de natureza militar e de cariz gendármico), a inexistência, à data, do Balanço da Evolução da Criminalidade do Reino de Espanha referente a 2014 (*Balanza da Evolucion de la Criminalidad 2014 – Ministerio del Interior*), impossibilita tal exercício.

Em todo o caso, nas comparações estabelecidas nos anos anteriores, foi possível verificar que a congênera espanhola da GNR (*Guardia Civil*), tem observado nos últimos anos um incremento sucessivo ao nível dos seus recursos humanos bem como ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado, que apenas em 2010 sofreu uma queda após seis anos de progressivas subidas, situação que se estende às demais forças de segurança espanholas. Nessa comparação, as forças e serviços de segurança nacionais, em particular a GNR, a situação é substancialmente diferente, verificando-se uma tendência de diminuição quer nível dos seus recursos humanos, quer ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado, conforme será possível analisar no Capítulo II.C. Afetação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros.

Reportando também esta análise à comparação entre unidades homogêneas da Guarda Nacional Republicana, apesar de ter sido criado em 2011 um sistema caracterizado por um conjunto de indicadores de gestão ligados à atividade operacional, as assimetrias regionais associadas a questões de diversa ordem que caracterizam e diferenciam cada área de responsabilidade onde atuam os 20 Comandos Territoriais da GNR, não permitem por si só, desenvolver uma



análise do desempenho operacional por comparação entre Unidades, sem que os fatores subjetivos se sobreponham à evidência (sempre questionável) dos resultados estatísticos.

## III.B. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO PLANO, E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 1. ATIVIDADE OPERACIONAL

#### 1.1. BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2014

Relativamente a este ponto será realizada uma análise global das ações desenvolvidas pela Guarda Nacional Republicana e que contribuíram para a Execução das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna, relativamente às medidas de âmbito estratégico nele inscritas, sem prejuízo daquelas, que pela sua natureza específica, foram tratadas nos pontos respetivos do presente relatório (áreas recursos humanos, materiais e tecnológicos abordados nos pontos 5 – Formação de Recursos Humanos, 6 - Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento e, por fim, 7 - Sistemas e Tecnologias de Informação, ambos situados neste capítulo).

#### **REFORÇO DA ARTICULAÇÃO, COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA**

Cada vez mais a posse de informação e a celeridade com que se acede à mesma são fundamentais para as organizações. A sua fiabilidade e segurança, essenciais para o processo de tomada de decisão, têm motivado a utilização de novas tecnologias no apoio à atividade daquelas organizações.

Em matéria de cooperação e coordenação entre as Forças e Serviços de Segurança, salienta-se o funcionamento da Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC). A PIIC é uma plataforma de pesquisa que otimiza a investigação criminal através da integração de diferentes fontes de informação heterogéneas de diferentes órgãos de polícia criminal (OPC's).

Embora já se encontre em funcionamento, a PIIC ainda não se encontra totalmente implementada, dado as indexações estarem numa fase ainda muito baixa, questão esta a que a Guarda é totalmente alheia. A interoperabilidade da informação criminal com a PIIC é efetuada através do Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP), garante da gestão da informação operacional policial da Guarda.

Ainda que não se encontre em pleno funcionamento, a PIIC revela-se como uma mais-valia, permitindo a partilha de informações com os outros Órgãos de Polícia Criminal e contribuindo para uma maior cooperação em prol da investigação criminal.

#### **INTENSIFICAÇÃO DO COMBATE À CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE**

A criminalidade violenta e grave assume condutas dolosas sobre a vida e a integridade física das pessoas, tendo por isso, um grande impacto no sentimento de segurança dos cidadãos. Esta tipologia de criminalidade e os “modus operandi” a ela associados, com recurso frequente a armas de fogo justificam a adoção de medidas de prevenção e investigação especiais, que contribuam para a sua dissuasão.



Com efeito, salienta-se uma grande proximidade entre a estrutura de investigação criminal da Guarda e o Ministério Público, a partilha de informação entre as autoridades policiais nacionais e internacionais e a participação em projetos internacionais, tais como, o EMPACT (*“European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”*) no âmbito da criminalidade itinerante e o POL-PRIMETT no âmbito do furto de metais não preciosos.

No âmbito da cooperação policial ao nível da União Europeia, a Guarda participou na Operação Conjunta *“Arquimedes”*, que visou os crimes contra a propriedade praticados pelos *“Mobile (itinerant) Organised Crime Groups”* cuja finalidade consistiu em reduzir a capacidade dos grupos de agentes de crimes itinerantes se envolverem em atividades criminosas, tendo também participado numa Operação Policial Conjunta de recolha de informação sobre o furto de metais não preciosos, a qual visou a fiscalização intensiva do transporte de metais não preciosos e atividades dos Operadores de Gestão de Resíduos.

Foram ainda executadas três Operações Conjuntas no âmbito da RAILPOL: *“7th 24BLUE RAIL ACTION DAY”*, *“8th Rail Action Day - 24BLUE/RED GOLD”*, e *“CLEAN STATIONS”* que visaram realizar controlos simultâneos nas principais linhas ferroviárias europeias, contribuindo para a deteção de situações suspeitas de crimes, tais como o tráfico de pessoas, armas e explosivos, imigração ilegal, furto de metais não preciosos, entre outros.

Ainda como reforço da eficácia da prevenção criminal, foram realizadas em 2014, no âmbito do Regime Jurídico das Armas e Munições, 60 Operações Especiais de Prevenção Criminal.

Foram desencadeadas outras operações, com particular relevância para a prevenção e combate à criminalidade, as quais visaram, cumulativamente, uma abordagem preventiva e de repressão criminal com o intuito de aumentar a segurança e manter a ordem e tranquilidade públicas, tendo sido desencadeadas 6.878 operações, nas quais foram empenhados 37.172 militares.

Num contexto em que as armas e os explosivos assumem a principal fonte de perigo, salienta-se um aumento de 20% na atividade operacional *Explosive Ordnance Disposal (EOD)*, em comparação com o ano de 2013 (de 540 ações para 648), tendo sido apreendidas e neutralizadas cerca de 1274 kg de substâncias, acessórios ou engenhos explosivos incluindo 73.454 munições.

## **APOSTA NOS PROGRAMAS DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE, DE PREVENÇÃO SITUACIONAL E DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA**

Através do modelo de Policiamento Comunitário a Guarda, passou a desenvolver diversos Programas Especiais que levaram à participação e responsabilização da comunidade (cidadãos, entidades públicas e privadas), constituindo diversas parcerias, que trabalhando em rede permitiu contribuir significativamente para o aumento do sentimento de segurança dos cidadãos.



A aposta na prestação de um serviço de qualidade, avaliado necessariamente em função do sentimento de segurança da população local, passa por uma especial atenção aos problemas das pessoas. Esta especial atenção exige disponibilidade para desenvolver, ao nível da estrutura base da Guarda Nacional Republicana, um trabalho permanente de diagnóstico local, através do contacto direto com as forças vivas locais, orientando a atividade desenvolvida pela Guarda para os problemas, necessidades e expectativas dos cidadãos.

Fruto da sua dispersão territorial, do conhecimento que tem das pessoas e dos lugares e do reconhecimento da sua ação no apoio às populações, especialmente às mais carenciadas ou vítimas de qualquer espécie de discriminação, a Guarda continuou a desenvolver os Programas Especiais, enquadráveis neste conceito de policiamento de proximidade, tendo sido chamada a integrar inúmeras parcerias de âmbito local, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, do apoio e proteção a idosos e do combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social.

Neste âmbito, a Guarda tem direcionado o seu esforço em prol dos Programas Especiais implementados e em desenvolvimento em todo o Território Nacional, nomeadamente o Programa Escola Segura, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Campo Seguro. No domínio de cada um dos programas referidos, foram desenvolvidas pelas Secções de Programas Especiais (SPE) da Guarda várias iniciativas que visaram essencialmente estabelecer uma relação de proximidade e de confiança, de modo a transmitir às populações um forte sentimento de segurança. Para além da presença física em locais considerados mais críticos para os cidadãos mais vulneráveis, a prevenção assentou em muito em ações de sensibilização junto dos mesmos, orientando-os e persuadindo-os a adotar medidas de proteção e reação a eventuais situações em que sejam vítimas de crime, de forma a sentirem-se efetivamente mais seguros.

Numa vertente mais direcionada para o apoio social, a Guarda tem colaborado com diversas entidades de apoio locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo-se em várias parcerias de iniciativa de entidades locais e em sinal de reconhecimento claro da qualidade da ação por si desenvolvida.

De entre os protocolos/parcerias desenvolvidos em 2014, salienta-se o Protocolo de Cooperação entre a Guarda e a Microsoft Portugal, o qual apresenta como pontos de interesse comum todos aqueles que contribuem para a promoção e sensibilização, nos domínios da cidadania e segurança digitais, sobretudo os que contribuem para uma Internet Segura.

Para além dos Programas Especiais de iniciativa da Tutela, a Guarda continuou a desenvolver alguns projetos anteriores, tais como a Operação AgriSegur e a Operação Santo António, tendo criado ainda o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência.

Assim, para além dos Programas Especiais que desenvolve, a Guarda continua empenhada em colaborar no âmbito dos Contratos Locais de Segurança, mantendo-se disponível para intervir ativamente nos Conselhos Municipais de Segurança, nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sempre com o objetivo de proporcionar mais e melhor segurança aos cidadãos e, dessa forma, permitir-lhes o pleno exercício dos seus direitos, liberdades e garantias.



## REORGANIZAÇÃO DOS ORGANISMOS TUTELADOS PELO MAI E O AUMENTO DA EFICÁCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS EXISTENTES

Em matéria de reorganização e de racionalização dos recursos existentes, foi concretizada a reorganização dos Centros de Comunicações da Guarda, com ganhos diretos de afetação à atividade operacional de 182 militares da categoria de Guardas.

Foram também desenvolvidos os estudos necessários à realização de uma proposta de alteração à Lei Orgânica e do Estatuto dos Militares da Guarda, considerando-se que qualquer reestruturação terá como princípio a simplificação e racionalização de procedimentos e otimização no emprego dos recursos disponíveis.

## REFORÇO, RENOVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO EFETIVO POLICIAL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

A Guarda promoveu esforços conducentes à consolidação da sua estrutura territorial, nomeadamente nos Distritos com maior incidência e gravidade criminal, reforçando o seu empenhamento nos domínios da prevenção, intervenção, segurança e ordem pública, em coordenação estreita entre os Comandos Territoriais locais, a Unidade de Intervenção (UI) e a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), mediante a projeção de unidades móveis de escalão variável, ajustado em função da complexidade e perigosidade das ações a empreender. Entre as especialidades envolvidas nessas ações destacam-se, nomeadamente, as operações especiais, a ordem pública, a cinotécnica e a cavalaria, as quais permitem, de uma forma eficaz, garantir o reforço do policiamento em zonas turísticas e urbanas, em locais de concentração pontual de multidões e em áreas e bairros críticos, designadamente em determinados períodos do dia ou nos picos de afluência sazonal.

No cumprimento deste desiderato, a Guarda irá continuar a desenvolver ações nos chamados bairros críticos/zonas urbanas sensíveis, mediante a conceção de planos de intervenção e de contingência, a par do desenvolvimento de laços de relacionamento com as comunidades, que permitam não só colher informações para minimizar ou obstar ao cometimento de atos atentatórios contra a ordem e tranquilidade, como reprimir a criminalidade, nomeadamente a violenta e grave.

A Guarda encetou, ainda, inúmeras ações preventivas, em todo o território nacional, visando prevenir, através duma atuação dissuasora, as ações delituosas ou criminosas, contribuindo, de tal forma, para a segurança das populações.

No que respeita ao reforço do efetivo policial, salienta-se que no ano 2014 ingressaram na GNR, 433 guardas os quais concluíram com aproveitamento o Curso de Formação de Guardas e ainda 36 oficiais subalternos que concluíram o Mestrado em Ciências Militares ministrado na Academia Militar.

Tendo em vista o rejuvenescimento e o reforço do efetivo policial junto das populações, a grande maioria dos militares que passaram desde 2014 a fazer parte dos quadros da GNR, foram colocados no dispositivo



territorial. A sua distribuição pelo dispositivo territorial da Guarda obedeceu a critérios determinados por fatores de ponderação indexados à criminalidade participada, área de cada Comando, população e efetivo existente.

Para o ano em curso de 2015, prevê-se o ingresso de 400 guardas, encontrando-se os mesmos em formação, e 33 oficiais subalternos que se encontram neste momento a frequentar os respetivos cursos de formação, prosseguido o Comando da Guarda a mesma política de rejuvenescimento e reforço do efetivo policial, mas também de qualificação e requalificação de recursos humanos.

Em termos globais apresenta-se o seguinte mapa resumo referente às entradas e saídas durante o ano de 2014:

SERVIDORES		INGRESSOS	SAIDAS	SALDO
	Oficiais	36	8	28
MILITARES	Sargentos	73	6	67
	Guardas	433	149	284
CIVIS	Vigilantes Florestais e outros Civis	940	989	-49

No respeitante do reforço qualitativo dos recursos humanos, foi desenvolvida formação interna e formação externa, com o objetivo de apoiar e promover a qualidade e a atuação competente dos militares e funcionários civis da Guarda, em todas as vertentes e missões atribuídas, explorando novos paradigmas de formação.

No âmbito da requalificação há ainda a considerar que foi concretizada a reorganização dos Centros de Comunicação da GNR, com ganhos diretos de afetação à atividade operacional de 182 militares da categoria de Guardas.

### REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E ADAPTAÇÃO DO DISPOSITIVO TERRITORIAL ÀS NECESSIDADES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E DOS CIDADÃOS

Não obstante as condicionantes impostas pelo esforço de consolidação orçamental, durante o ano de 2014 deu-se continuidade ao esforço de reabilitação e adaptação das infraestruturas e dispositivo da GNR, tendo em vista uma otimização dos recursos existentes em prol dum aumento de eficiência e eficácia, efetuando-se o necessário ajustamento às necessidades do cidadão.



Desta forma, e relativamente à construção de infraestruturas, importa considerar que, durante o ano de 2014, foram concluídos e entregues à Guarda 8 novos quartéis, os quais representaram um investimento de 8.613.320€:

- Destacamento Territorial de Palmela;
- Posto Territorial da Lourinhã;
- Posto Territorial de Sernacelhe;
- Posto Territorial de Lordelo- Paredes;
- Destacamento Territorial de Estremoz;
- Posto Territorial de Ferreira do Alentejo;
- Posto Territorial de Penedono;
- Posto Territorial de Telheiro – Reguengos de Monsaraz.

Deu-se ainda início à construção de 9 novas instalações, as quais representam um investimento total de 9.699.122€:

- Destacamento Territorial de Mangualde;
- Destacamento Territorial de Arcos de Valdevez;
- Posto Territorial de Barroelas;
- Posto Territorial de Armamar;
- Posto Territorial de Sátão;
- Posto Territorial de Vila Verde;
- Destacamento Territorial de Fafe;
- Posto Territorial de Castelo de Vide;
- Posto Territorial de Torre Dona Chama.

No que concerne ao investimento realizado em reabilitação e conservação de infraestruturas serão de considerar as seguintes, como as mais significativas, as quais totalizaram o investimento de 966.640,70€:

Remodelação de Instalações para Centro de Comando Controlo Operacional do Comando Territorial de Setúbal;



Adaptação de Sala Técnica para o Projeto “Seahorse Mediterranean” da Unidade de Controlo Costeiro;

Substituição da Cobertura e Reparações Diversas no Posto Territorial de Monção;

Substituição da Cobertura e Reparações Diversas no Destacamento de Intervenção de Almada;

Substituição da Cobertura e Reparações de Fachadas no Posto Territorial de Manteigas;

Remodelação de Instalações Eletromecânicas em Edifício do Comando de Administração de Recursos Internos;

Reparações Diversas no Piso 2 do Centro Clínico – Janelas Verdes;

Reforço Estrutural do Armazém Nº14 no Quartel do Grafanil da Unidade de Intervenção.

#### MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

No âmbito do Plano Anual de Investimento para 2014 no que diz respeito a material de aquartelamento, adquiriu-se algum equipamento administrativo, nomeadamente mobiliário de escritório, perfazendo um investimento total de €31.098.

Quanto à vertente tecnológica, foi adquirido diverso equipamento informático, num investimento de € 204.689,68.

Destaca-se também a aquisição de 5 unidades de radar portátil, bem como sistemas de comunicação para capacetes, perfazendo um investimento de € 85.023,75.

Foi ainda adquirida uma balança de fiscalização rodoviária, no valor de €13.530,00, duas embarcações no valor de €67.453,20 e 3 motores para embarcações no valor de € 72.078,00.

Em 2014, considerando o especial ênfase dado à aquisição de viaturas, há a considerar a entrega à Guarda dos seguintes veículos, no valor de €5.927.955,04:

OBJETO	QUANTIDADE
Viatura ligeira de passageiros - Investigação criminal	25
Viatura ligeira de passageiros - Fiscalização rodoviária	57
Motociclos - Fiscalização rodoviária	15
Viatura Ligeira de passageiros - Fiscalização rodoviária	26
Motociclos - Serviço policial	49
Viatura ligeira de passageiros - Serviço policial/função	100



Importa ainda considerar que encontram-se em desenvolvimento na UMC/SGMAI os seguintes procedimentos referentes à aquisição de viaturas:

AFETAÇÃO	TIPOLOGIA	QT.	CUSTO TOTAL ESTIMADO C/IVA
Serra	Todo-o-Terreno	2	134.283,64 €
Territorial	Pick-Up c/cabine dupla	25	824.218,75 €
Binómios	Pick-Up c/cabine dupla	8	410.798,72 €
Ambiental	Pick-Up c/cabine dupla	28	1.302.276,36 €
Ordem pública	Furgão c/9 lugares	15	920.482,05 €
Instrução	Motociclo (600-750 cc)	8	62.345,28 €
Trânsito	Motociclos (750-900 cc)	23	330.993,00 €
UCC - FEFE	Veic Man Móvel	2	96.387,72 €
UCC - FEFE	Veic Man Tecnológica	2	93.927,72 €
UCC - FEFE	Trator c/Grua	1	239.850,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>114</b>	<b>4.415.563,24 €</b>

### VALORIZAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DA FUNÇÃO POLICIAL

Tendo em consideração as recentes alterações legislativas aplicáveis aos funcionários que exercem funções públicas, em particular a lei geral do trabalho em funções públicas que, em determinados aspetos era aplicável aos militares da Guarda, assim como, o facto de se encontrar pendente uma proposta de lei orgânica, a qual deverá ser harmonizada com o estatuto, complementando e desenvolvendo as competências legais fixadas, tornou-se necessário rever o atual diploma estatutário dos militares da Guarda, aprovado pelo Decreto-lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, retificado pela declaração de retificação n.º 92/2009, de 27 de novembro.

Assim, nesta matéria, assumiu principal destaque os trabalhos desenvolvidos, ao longo do ano de 2014, tendo em vista a apresentação de uma proposta de um novo diploma estatutário aplicável aos militares da Guarda Nacional Republicana, tendo sido assumido, na elaboração do referido documento, como principal propósito a valorização da carreira militar e a salvaguarda das suas especificidades, procurando acautelar a compatibilização deste diploma com o atual contexto legal em vigor.

Será ainda de considerar que, tendo em vista a manutenção de uma estrutura hierárquica apropriada, foram realizadas, em 2014, 2.919 promoções de militares, sendo que 302 ocorreram na categoria de oficiais, 597 na categoria de sargentos e 2020 na categoria de guardas.



Salienta-se também o esforço despendido na continuação da implementação do Regulamento de Uniformes da Guarda Nacional Republicana, aprovado pela Portaria n.º 169/2013, de 02 de maio, com a distribuição de novas peças de fardamento aos militares do seu dispositivo operacional, contribuindo-se assim, de forma significativa para uma moderna imagem da instituição e conseqüente dignificação e valorização dos seus militares.

### APROVEITAMENTO DA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA SEGURANÇA

As novas tecnologias, presentes no dia-a-dia de todos os cidadãos, também no domínio da segurança assumem cada vez mais um papel de destaque. Neste âmbito, estão a ser consolidados e rentabilizados os sistemas de informação, comunicação e vigilância já existentes (destacando-se, neste particular, a Plataforma para o Intercâmbio da Informação Criminal (PIIC), a Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI), o Sistema Integrado de Vigilância Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC) e o Sistema Integrado de Redes de Emergência e de Segurança (SIRESP)) e desenvolvidas ferramentas que contribuam para aumentar a eficácia e eficiência das forças e serviços de segurança, designadamente através da utilização de sistemas de videoproteção, de georeferenciação e de gestão de alarmes.

Do mesmo modo, continua-se a aposta no suporte tecnológico à operação do Centro de Comando Controlo e Coordenação Operacional e Salas de Situação, conjugadas com a criação de ferramentas tecnológicas que apoiem o trabalho operacional das forças e dos serviços de segurança, permitindo melhorar os processos de decisão operacional.

O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), em efetiva operação, incorpora importantes funcionalidades na segurança da costa portuguesa, no âmbito da deteção e o combate a vários fenómenos criminais, designadamente nos domínios da fraude fiscal e aduaneira, terrorismo, tráfico de droga, catástrofes ambientais e combate à imigração clandestina, potenciando o incremento das capacidades de GNR, através das integrações com diferentes entidades nacionais (*Vessel Traffic Services -VTS*, *Automatic Identification System -AIS* e Base Dados Nacional Navegação Marítima - BDNNM da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - DGRM) e integrações em desenvolvimento com outros sistemas externos onde se inclui o sistema de vigilância costeira da vizinha Espanha e entidades comunitárias afins.

Durante o ano 2014, a GNR iniciou o processo de implementação de uma solução de gestão documental para toda a Guarda, prevendo uma significativa redução de custos através da desmaterialização processual. Esta solução é considerada uma medida de simplificação administrativa e estruturante inserindo-se no objetivo do atual governo e dando cumprimento a várias medidas incluídas na Resolução de Conselho de Ministros nº 12/2012.

O MAI continua a apostar na crescente informatização dos postos da GNR, destacando-se o impulso no sentido da conclusão do processo de alargamento da cobertura da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) a todos os postos da GNR continentais, tendo a GNR criado uma ferramenta tecnológica de apoio ao trabalho



operacional para registo e controlo de incidentes, rondas e patrulhas relativas ao âmbito policial, trânsito e ambiental, que está em produção em todo o território nacional.

Na sequência do alargamento da cobertura da RNSI a várias dezenas de postos da GNR, está a proceder-se à continuação da implementação do serviço VOIP através desta Rede, permitindo poupanças significativas em termos de comunicações.

## 1.2. ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2014

### 1.2.1. PREVENÇÃO

A prevenção constitui-se como uma das formas mais eficazes de atuação no que concerne à minimização do sentimento de insegurança da população, pelo que, a Guarda continua a dedicar-lhe uma parte muito importante das suas capacidades e meios operacionais.

### 1.2.2. PROGRAMAS GERAIS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

A GNR tem vindo a destacar-se pelo trabalho desenvolvido no âmbito dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), os quais são orientados para o policiamento de proximidade e segurança comunitária, dedicando-lhe em exclusivo meios e efetivos significativos.

Neste momento, encontram-se afetos em exclusividade aos programas especiais 311 militares, constituídos em 81 Seções de Programas Especiais (SPE), que dependem organicamente dos Destacamentos Territoriais. Os efetivos das SPE têm à sua disposição 176 viaturas ligeiras e 29 motos e, sempre que necessário, são reforçados e apoiados pelos efetivos dos Postos Territoriais e dos Destacamentos de Trânsito, e ainda pela Unidade de Intervenção (UI), Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) e Escola da Guarda (EG).

O policiamento de proximidade, entendido no seu sentido mais amplo como um modelo de policiamento que implica a aproximação às populações e o seu envolvimento na resolução dos seus próprios problemas, continuou, à semelhança de anos anteriores, a ser uma das apostas estratégicas da Guarda em matéria de prevenção e combate à criminalidade.

Fruto da sua ímpar dispersão territorial, do seu conhecimento das pessoas e dos lugares e do reconhecimento da sua ação ao nível do apoio às populações, especialmente às mais carenciadas ou vítimas de qualquer espécie de discriminação, a Guarda continuou a desenvolver os Programas Especiais, enquadráveis neste conceito de policiamento de proximidade, direcionado para a resolução dos problemas, tendo sido chamada a integrar inúmeras parcerias de âmbito local, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, do apoio e proteção a idosos e do combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social.

De entre os protocolos/parcerias desenvolvidos em 2014 destacam-se os seguintes:

- Protocolo de Cooperação entre a GNR e a MSFT (Software para Microcomputadores, Lda - Microsoft Portugal). O referido Protocolo visa integrar programas e projetos de interesse comum que contribuam para a promoção e



sensibilização, nos domínios da cidadania e segurança digitais sobretudo os que contribuam para uma internet mais segura.

Nesta área, a GNR tem direcionado o seu esforço para o sucesso dos Programas Especiais implementados e em desenvolvimento em todo o Território Nacional, como é o caso dos Programas Escola Segura, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Campo Seguro. No âmbito de cada um dos programas mencionados, os militares das SPE da Guarda desenvolveram iniciativas que visaram essencialmente estabelecer uma relação de proximidade e de confiança, de modo a transmitir às populações um forte sentimento de segurança. Para além da presença física em locais considerados mais críticos para as pessoas mais vulneráveis, a prevenção assentou muito nas ações de sensibilização junto das pessoas, orientando-as e persuadindo-as a adotar medidas de proteção e reação a eventuais situações em que sejam vítimas de crime, de forma a sentirem-se efetivamente mais seguras.

Na vertente de apoio social, a Guarda tem colaborado com diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo-se em várias parcerias, de iniciativa de entidades locais e em sinal de reconhecimento claro da qualidade da ação dos seus militares nesta área.

Para além dos Programas Especiais de iniciativa da Tutela, a Guarda continuou a desenvolver alguns projetos anteriores, como sejam a Operação Azeitona Segura, a Operação AgriSegur, a Operação Santo António e criou o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência com as seguintes linhas de ação:

- Sinalização e integração das residências das pessoas com deficiência em situação de maior vulnerabilidade, no patrulhamento de proximidade;
- Realização de ações de sensibilização no âmbito da prevenção criminal para pessoas com deficiência;
- Inclusão nas ações de sensibilização desenvolvidas no âmbito dos Núcleos Escola Segura, de conteúdos que permitam sensibilizar as crianças e os jovens para os direitos da igualdade e não-discriminação das pessoas com deficiência;
- Realização de campanhas de sensibilização para o respeito das regras de trânsito que afetam a mobilidade das pessoas com deficiência;
- Realização de parcerias com entidades com responsabilidades nesta matéria, nomeadamente a Associação Portuguesa de Deficientes.

Para além dos Programas Especiais, os militares da Guarda continuam empenhados no êxito dos Contratos Locais de Segurança e mantêm a sua disponibilidade para intervir ativamente nos Conselhos Locais de Segurança, nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sempre com o objetivo de proporcionar mais e melhor segurança aos cidadãos.

### **ESCOLA SEGURA**

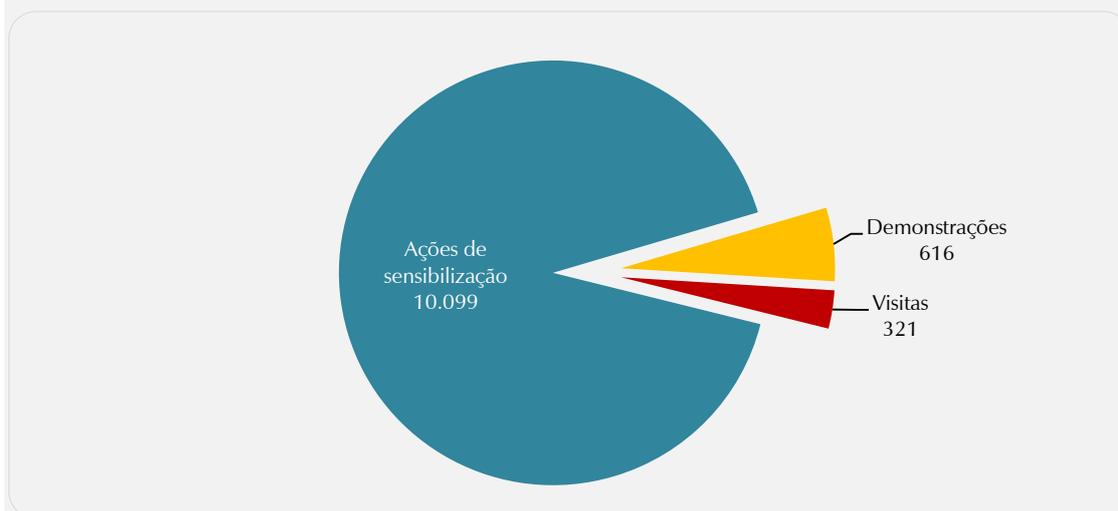
O Programa Escola Segura é de âmbito nacional e está especialmente vocacionado para a segurança de toda a comunidade escolar.



A GNR atenta ao fenómeno da violência no meio escolar, através dos Núcleos de Escola Segura (NES), desenvolveu e reforçou as suas ações junto de toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares de ação educativa), de forma a sensibilizá-la e a envolvê-la nas questões da segurança no meio escolar.

Com este objetivo foram realizadas diversas atividades, nomeadamente ações de policiamento e de sensibilização junto das escolas, complementadas com a distribuição de panfletos alusivos a matérias como a prevenção rodoviária, o bullying, os maus tratos e os abusos sexuais, os direitos das crianças, etc. Estas ações tiveram como público-alvo toda a comunidade escolar.

No âmbito deste programa, em 2014, foram realizadas 11.036 ações de sensibilização sobre várias temáticas, tais como prevenção rodoviária, segurança na rua, prevenção do consumo de estupefacientes, educação ambiental, prevenção da delinquência, maus tratos, bullying e cyberbullying, incluindo 616 demonstrações de meios e visita de 321 escolas aos vários quartéis da GNR, num universo de 5.460 escolas e 707.010 alunos.



Ainda no âmbito do Programa Escola Segura foi realizada a Operação “Regresso às aulas em Segurança” que decorreu de 11 a 17 de setembro, tendo sido empenhados 2.009 militares, abrangendo 1.732 escolas, para 92.064 alunos, onde foram realizadas ações de sensibilização sobre transporte de crianças em veículos automóveis.

**APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA**

Considerando a importância social e o progressivo aumento da população idosa que, na ZA da GNR, vive de forma isolada e/ou em locais isolados, sendo considerada um alvo fácil para a prática de atividades criminosas, é mantido em permanência o Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, o qual contribui para o reforço da segurança e a manutenção do sentimento de confiança na GNR. Os objetivos deste programa são alcançados com base no conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado,



garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas de que possam ser alvo.

Na prossecução destes objetivos, a GNR realiza, através dos Núcleos Idosos em Segurança (NIS), com o apoio dos militares dos Postos Territoriais, diversas ações no âmbito da sua missão de policiamento de proximidade que vão desde o levantamento de situações em que os idosos vivem isolados e/ou em locais isolados, até à realização de ações de sensibilização e informação, visitas, sinalização de casos problemáticos e respetivo encaminhamento para as Instituições de Apoio Social locais e na participação em equipas multidisciplinares de intervenção e acompanhamento.

Estas ações foram realizadas ao longo do ano, mediante contactos pessoais, palestras e distribuição de folhetos, a fim de lhes comunicar os procedimentos de segurança a observar em situações em que sejam alvo de burla, furto ou roubo, quer na forma tentada, quer na forma consumada.

No âmbito do “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança” foram realizadas as seguintes operações:

- Operação “Censos Sénior 2014” que decorreu entre os dias 15 de janeiro e 15 de fevereiro, tendo sido registados 33.963 idosos a residir sozinhos e/ou isolados;
- Operação “Idosos em Segurança” que decorreu de 22 de setembro a 29 de outubro, tendo sido realizadas 2.614 ações de sensibilização para a prevenção de burlas, furtos e roubos, abrangendo 30.883 idosos.

### APOIO À VITIMA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (VD)

Em 2014 foram registadas, pela GNR, 10.659 ocorrências de violência doméstica (dados BDVD, a 27JAN15), tendo-se verificado, que são as próprias vítimas a denunciar os casos e a deslocarem-se diretamente ao Posto Territorial, para apresentar a queixa por VD, sendo este um indicador de confiança na atuação policial da Guarda.

No âmbito do crime de VD foram apreendidas pela GNR, 932 armas, 490 armas brancas, 72 armas de fogo/defesa, 89 armas de caça e 281 armas de outros tipos.

Quanto à existência de iniciativas avaliadas como boas práticas ou projetos inovadores, que decorreram em 2014, podemos referir quatro projetos, onde a GNR esteve envolvida:

O projeto da criação da “Ficha de avaliação de risco de violência doméstica” (2012-2014)

A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SG-MAI), em parceria com a GNR, PSP e Procuradorias Distritais de Lisboa e do Porto e a Procuradoria da República, com o apoio do Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho, conceberam um novo instrumento de avaliação de risco de violência doméstica, previsto no art.º 152º do Código Penal. Este instrumento visa apoiar a decisão



dos profissionais das forças de segurança, através de 20 indicadores, que por sua vez, depois de cotados, correspondem a uma escala de risco (baixo, médio ou elevado), podendo prever futuros comportamentos violentos, bem como, em determinadas condições de tempo e de contexto, estimar a probabilidade de virem a ocorrer novos episódios de violência através do processo de avaliação de risco, propondo medidas de proteção e segurança às vítimas de violência.

Este instrumento entrou em vigor nas forças de segurança em 01 de novembro de 2014.

O Projeto “Manual de policiamento de violência doméstica” (2012-2014)

Em parceria entre a SG-MAI, a GNR e a PSP, foi concebido um manual de policiamento de violência doméstica (MPVD), com procedimentos a adotar pelas forças de segurança de acordo com a sua área de intervenção policial.

Estes dois projetos, estavam enquadrados no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (PNCVD), tendo continuado para o V PNPCVDG 2014-2017, e até 31 de outubro de 2014, foram realizadas pelas forças de segurança e pela SGMAI, ações de formação de formadores para a replicação destes dois produtos resultantes destes projetos, nomeadamente, a ficha de avaliação de risco e o manual de policiamento de violência doméstica, a todos os profissionais destas forças que pudessem vir a ter contactos com situações de violência doméstica.

Assim, na GNR, foram realizadas 5 ações de formação de formadores, com a duração de 45 horas que abrangeram 88 formandos (64 M;24F).

## COMÉRCIO SEGURO

Este programa especial de policiamento de proximidade e segurança comunitária tem como principal objetivo a criação de condições de segurança em estabelecimentos que possuam, como característica dominante, o atendimento ao público. Esta atividade assenta em três pressupostos: a criação de condições efetivas de segurança e proteção aos comerciantes; a rápida intervenção da GNR em situações de roubo, furto ou ameaça grave; o desenvolvimento dum sistema de comunicação e gestão de informação que permita, ainda, o acompanhamento e a prevenção deste tipo de criminalidade.

Neste âmbito, a GNR, através dos Núcleos Comércio Seguro (NCS), com o apoio do efetivo dos Postos Territoriais, realizou diversas ações de sensibilização a comerciantes, com o objetivo de contribuir para uma maior segurança na atividade comercial. Em complemento deste objetivo, a GNR elaborou um folheto para distribuição aos visados pelo Programa, com o título “Prevenir é Proteger”. A GNR continuou a colaborar com a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), no âmbito do protocolo assinado entre essa entidade e o MAI, disponibilizando formadores para ministrar ações de sensibilização aos associados da APED. Para além destas iniciativas, a GNR realizou durante o ano de 2014, uma operação nacional com duas fases



com o objetivo de reforçar as medidas de segurança junto a estabelecimentos comerciais e dissuadir a adoção de comportamentos ilícitos.

A 1.ª fase desenvolveu-se entre 08 e 19 de abril de 2014, tendo consistido na realização de 8.677 ações de sensibilização/informação, as quais abrangeram 9.743 comerciantes. Estas ações tiveram como finalidade a sensibilização do público-alvo para a necessidade de adoção de medidas de proteção preventivas e a divulgação de conselhos práticos contra a ocorrência de incidentes criminais.

A 2.ª fase, que decorreu no período de 15 a 24 de dezembro, consistiu na realização de 1.011 ações de sensibilização/informação as quais abrangeram 1.289 comerciantes. A Guarda reforçou o patrulhamento nas zonas comerciais onde houve maior afluência de pessoas, privilegiando a visibilidade, por forma a garantir um maior sentimento de segurança e tranquilidade aos comerciantes, lojistas e clientes.

### **PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE (PIPP)**

A Guarda não está integrada neste tipo de programa, contudo a criação das Seções de Programas Especiais e a forma coordenada e integrada como está a ser desenvolvida a sua atividade, permite assumir um cariz semelhante ao do PIPP.

### **CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA (CLS)**

Os contratos locais de segurança têm vindo a materializar-se através de protocolos firmados entre o MAI e os municípios que a estes pretendem aderir. Os CLS constituem um instrumento essencial no reforço do objetivo da segurança e do aumento de confiança das populações, através do aprofundamento dos níveis de articulação entre a ação da Guarda e a comunidade, desenvolvendo os programas especiais de policiamento de proximidade, descentralizando as respostas e as competências em termos de segurança no combate à criminalidade e aos comportamentos antissociais.

O policiamento comunitário baseia-se no princípio de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise, discussão e definição de soluções de acordo com as competências organizacionais envolvidas na resolução das diferentes situações.

### **TÁXI SEGURO**

Neste projeto a Guarda tem vindo a colaborar com as empresas e associações nacionais ligadas ao setor do transporte de táxis.



## FARMÁCIA SEGURA

Durante o ano de 2014 a Guarda continuou a sua ação de apoio à Associação Nacional de Farmácias, bem como, às farmácias e farmacêuticos que aderiram ao programa, ministrando ações de boas práticas de segurança.

## CAMPO SEGURO

Para fazer face ao fenómeno do furto de metais não preciosos, o MAI assinou com a EDP – Distribuição, a EDP - Renováveis, a REFER, a EPAL e a PT um protocolo denominado “Campo Seguro”, em 16NOV11. As empresas atrás referidas, entretanto constituíram-se numa associação denominada “Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos” (PSAT). Ainda no âmbito do protocolo, o MAI faz-se representar pelo Adjunto do Comandante Operacional da GNR.

No âmbito deste programa a GNR realizou as seguintes atividades:

Entre os dias 17 e 22 de março de 2014, a GNR levou a efeito a Operação “Campo Seguro”, realizando ações de sensibilização aos agricultores e população em geral em todo o seu dispositivo territorial, através de contactos pessoais, a fim de informar os potenciais interessados sobre as medidas de prevenção do furto de metais não preciosos e reprimindo toda e qualquer atividade ilícita, de forma a criar maior sentimento de segurança junto da população afetada por este tipo de ilícitos. Nesta Operação a Guarda empenhou 1.362 militares, foram realizadas 4.316 ações onde estiveram presentes 5.186 agricultores.

## TRANSPORTE SEGURO DE TABACO

A Guarda colabora, ativamente, com a Associação Nacional dos Grossistas de Tabaco, em estreita coordenação com o Gabinete Coordenador de Segurança do Sistema de Segurança Interna, promovendo ações de formação e sensibilização aos seus associados. Por outro lado, desenvolve ações de proteção e prevenção necessárias à garantia das melhores e mais seguras condições de transporte a este tipo de bens de circulação condicionada.

## SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO SOBRE PERDIDOS E ACHADOS (SIISPA)

Em 2008 foi iniciado o processo de formação dos militares em todas as Unidades da Guarda, com especial incidência nas Unidades Territoriais, onde a rede da Guarda já se encontrava instalada. O SIISPA foi implementado a partir de 31 de janeiro de 2008. À medida que a rede da Guarda se foi alargando até ao escalão Destacamento e Posto Territorial procedeu-se à descentralização deste sistema, permitindo alargar o número de pontos de acesso. Presentemente, o SIISPA está disponível em quase todas as Unidades Territoriais do Continente. Em 2013 decorreu a manutenção corretiva do sistema.



### IGREJA SEGURA

Este Programa, da iniciativa e coordenação do Museu da Polícia Judiciária, sediado na Escola da Polícia Judiciária, em que a GNR é um dos parceiros, tem como objetivo principal desenvolver estratégias de prevenção criminal, de forma a erradicar ou diminuir as práticas de furto de arte sacra em igrejas. Neste âmbito, a GNR continuou a exercer um esforço permanente no esclarecimento dos agentes da Igreja (Párocos e Assistentes), para que adotem as necessárias medidas de segurança preventivas, de modo a evitar este tipo de prática criminal e/ou a minorar os efeitos provocados pelos furtos deste importante património das igrejas que, na sua essência, pertence a toda a comunidade. Em conformidade com o mencionado e em seu complemento, a GNR produziu um folheto para distribuição intitulado “Prevenção do Furto de Metais Não Preciosos nas Igrejas e em Locais Públicos” que alerta para a necessidade de adotar determinados comportamentos preventivos para a proteção do património das Igrejas na sua generalidade.

### SOS AZULEJO

No âmbito de colaboração com a Escola da Polícia Judiciária, a Guarda tem desenvolvido, com acuidade, a missão que lhe foi estabelecida, de proteção da propriedade azulejar, fiscalizando a atividade de comércio ilícito de azulejos e/ou antiguidades onde possam estar a ser comercializados este tipo de bens do património nacional.

### VIDEOVIGILÂNCIA

A videovigilância na área de jurisdição da Guarda tem-se constituído como uma ferramenta fundamental no apoio ao desenvolvimento da atividade operacional, uma mais-valia no controlo e eficiência das ações que são levadas a cabo. Este projeto necessita de ser estendido a outras áreas do território nacional, pois a implementação do mesmo irá melhorar o controlo das atividades passíveis de colocarem em causa a ordem e tranquilidade pública.

#### 1.2.3. PROGRAMAS E AÇÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

##### **OPERAÇÃO “VERÃO SEGURO – CHAVE DIRETA” (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)**

Esta operação, de empenhamento operacional, visando a proteção da propriedade privada, tem vindo a ser executada, desde 2007, através duma maior ação de patrulhamento e vigilância das residências dos cidadãos que solicitam à GNR este tipo de serviço. Anualmente tem-se registado, paulatinamente, um aumento do número de cidadãos que têm vindo a usufruir dela.

No âmbito desta operação, a GNR, entre os dias 15 de junho e 15 de Setembro, vigiou 1.611 residências, não tendo sido registada qualquer ocorrência.



Das 1.611 residências que aderiram ao programa, 156 pedidos foram feitos pela internet e 1.455 pedidos foram feitos diretamente nos Postos da Guarda.

Comparando com o ano de 2013, verifica-se que foram vigiadas menos 423 residências em 2014, correspondendo a uma diminuição de cerca de 21%.

#### **PROGRAMA “TOURIST SUPPORT PATROL” (TSP) (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)**

Este programa visa garantir a segurança de pessoas que se encontram no gozo de férias e dos seus bens, quer nos locais onde se realizam grandes eventos ou em zonas turísticas, proporcionando, não só, o aumento do sentimento de segurança e de proximidade, como também uma imagem de modernidade e de pró-atividade em estreita colaboração com a população.

As equipas TSP atuam em todo o território nacional, em apoio às unidades territoriais, garantindo uma maior visibilidade e mobilidade, fazendo uso de diversos meios, como sejam os meios auto, os meios ciclo e os meios moto.

#### **PROGRAMA “RESIDÊNCIA SEGURA”**

O Programa Residência Segura, direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, das Secções de Programas Especiais dos vários Destacamento Territoriais, com o objetivo de prevenir os assaltos a residências, em particular as habitadas por idosos e em locais isolados. Os procedimentos adotados passam pelo contacto com os idosos registados no âmbito da Operação “Censos Sénior” que residem sozinhos e/ou em situação de isolamento e pela georreferenciação de todas as suas residências, atribuindo-lhes um n.º de polícia, para melhor e mais rápida localização.

Para potenciar a ação foi elaborado um folheto de aconselhamento à adoção de boas práticas de prevenção da criminalidade. Nos contactos com a população, também é disponibilizado o contacto telefónico direto dos militares responsáveis pelo Programa.

O Programa Residência Segura encontra-se atualmente em desenvolvimento por todo o dispositivo. Aderiram ao programa, até ao momento 14.632 residências.

Visando dar uma resposta ao aumento do sentimento de insegurança após vários assaltos perpetrados sobretudo na área do Algarve, os quais envolveram o recurso a alguma violência, foi implementado este projeto, o qual envolve meios humanos e materiais em regime de exclusividade da SPE do Destacamento Territorial de Loulé. Desenvolveu-se um trabalho de prevenção da criminalidade junto das comunidades maioritariamente estrangeiras, residentes em locais isolados, georreferenciando-se as suas residências e atribuindo-se-lhe um número de polícia para melhor e mais rápida localização. Procedeu-se à distribuição de



folhetos bilingues (inglês e português), com conselhos e número de contacto com as equipas responsáveis pelo patrulhamento comunitário.

O projeto “Residência Segura” foi em junho de 2010, considerado como um exemplo de boas práticas, pelo que foi divulgado pelo dispositivo. Em dezembro foi selecionado pelo MAI/DGAI para representar Portugal no Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade, tendo como tema – “Por uma casa segura, numa comunidade mais segura, através da prevenção, do policiamento e da reinserção”.

### **PROJETO “INVESTIGAÇÃO E APOIO A VITIMAS ESPECÍFICAS” (IAVE)**

Tentando ir ao encontro das necessidades, nomeadamente para a problemática da violência doméstica e apoio à vítima, foram criados em 2002 os então chamados Núcleos Mulher Menor (NMUME), os quais passaram a designar-se, atualmente, por Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE).

A Guarda implementou em todo o território continental esta valência, contando assim com 220 equipas de investigação e inquérito (EII), na área à sua responsabilidade. Para complementar e apoiar esta atividade, foram criadas as Salas de Apoio à Vítima, as quais permitem uma maior privacidade no atendimento.

O projeto IAVE foi selecionado pelo MAI para representar Portugal no Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade no ano de 2006. Este projeto tem uma dimensão nacional (atualmente só ao nível do continente) e encontra-se organizado por 24 Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, distribuídos pelos 18 distritos de Portugal continental, sendo que em 6 deles (Aveiro, Braga, Porto, Lisboa, Setúbal e Faro) pela sua dispersão territorial e pelo índice de criminalidade, existem 2 núcleos.

### **OPERAÇÃO “SANTO ANTÓNIO”**

A Operação Santo António decorreu entre 06OUT14 a 19OUT14 e consistiu na realização de um conjunto de ações de sensibilização, através de contactos pessoais dirigidos aos utilizadores de tratores agrícolas, quer nos seus locais de residência quer no local de trabalho, alertando-os para a adoção de medidas preventivas e para os procedimentos a tomar aquando da utilização de tratores agrícolas. Para tal, selecionou o maior número de locais por concelho para a realização das ações de sensibilização com vista à transmissão de uma mensagem de preocupação com este tipo de acidente e de vontade de reduzir a sinistralidade de trator e reduzir os acidentes mortais no meio rural.

### **OPERAÇÃO “AGRISEGUR”**

A Operação “AgriSegur” decorreu entre 01NOV14 e 31JAN15, e visou a intensificação de patrulhamento nas explorações agrícolas, com o objetivo de prevenir a criminalidade em geral e, em particular, o furto de



produtos agrícolas, o furto de cobre e outros metais não preciosos e ainda situações de tráfico de seres humanos. Procurou-se promover, ao nível do dispositivo territorial, ações de informação e sensibilização junto das comunidades rurais, muito especialmente aos agricultores, sobre medidas de prevenção. Assim, foram desenvolvidas ações de policiamento e fiscalização que permitam o desenrolar das diversas campanhas agrícolas num clima de segurança e proteção de pessoas e bens, procurando identificar situações de tráfico de pessoas. Para o cumprimento desta operação a Guarda empenhou 13.370 militares tendo sensibilizado 16.904 pessoal em todas as suas ações.

#### 1.2.4. AÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL

##### OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL

No âmbito das ações de fiscalização direcionadas para a prevenção criminal, foram desencadeadas 60 operações.

##### OUTRAS, DE PARTICULAR RELEVÂNCIA NA PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE

As operações desencadeadas neste âmbito visaram, cumulativamente, não só questões específicas no campo da prevenção, como também de repressão criminal com o intuito de aumentar a segurança e manter a ordem e tranquilidade públicas. Foram desencadeadas 6.878 operações, nas quais se empenharam 37.172 militares.

#### 1.2.5. AÇÕES NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

##### OPERAÇÕES REALIZADAS

A Guarda efetuou 17.115 ações no âmbito da fiscalização rodoviária e empenhou neste âmbito 92.988 militares. Nas operações dedicadas à segurança rodoviária, a Guarda obteve os seguintes resultados:

Operação realizadas em 2014	
N.º condutores fiscalizados	1.312.305
N.º autos levantados	505.488
Infrações por excesso de velocidade	169.380
Infrações por condução sob influência do álcool	26.336
Infrações a cintos de segurança e sistemas de retenção	25.052
Infrações por falta de habilitação legal para conduzir	5.201



Foram elaborados 14.012 autos por crime na condução, destacando-se 10.132 condutores que apresentaram uma TAS  $\geq 1,2\text{gr/l}$ . Dos 5.201 condutores que não tinham habilitação legal para conduzir, 1321 não tinham habilitação suficiente para o exercício da condução e 3.880 não tinham qualquer tipo de habilitação.

Durante o ano de 2014 a GNR planeou e executou 11 operações especiais (sendo 6 delas distribuídas por várias fases ao longo do ano), no âmbito do trânsito e segurança rodoviária. No âmbito da TISPOL (*European Traffic Police Network*) e ECR (*European Control Route*) a Guarda participou em 7 operações que tiveram lugar simultaneamente em 27 dos 28 países da União Europeia. Foram obtidos os seguintes resultados:

OPERAÇÃO	EFETIVOS	VIATURAS FISCALIZ.	INFRAÇÕES	AUTUAÇÕES		CRIMES		
				Excesso velocidade	Excesso álcool	Álcool	Condução sem habilitação legal	Outros motivos
"Carnaval"	6.456	21.061	5.484	1.550	621	225	43	27
"Páscoa"	3.372	15.851	4.156	2.962	292	100	41	23
"Moto"	4.239	11.725	1.114	370	58	17	24	5
"Mercúrio"	1.876	5.684	4.396	5.681	28	8	4	1
"Hermes"	16.777	59.142	20.332	7.710	1506	495	161	26
"Baco"	9.452	46.017	5.655	261	2406	784	93	79
"Anjo da Guarda"	3.230	13.809	3.643	909	50	21	19	4
"Todos os Santos"	3.456	12.988	4.699	1.936	238	108	25	25
"Natal/Ano Novo"	14.604	48.970	15.499	8.350	1017	377	104	41
"Boas Vindas"	122	2.174	400	67	59	23	5	12
"Pesados"	1.155	3.702	636	57	11	7	2	2
"Truck and Bus"	10.352	25.975	5.975	699	52	10	13	12
"Seatbelt"	9.049	34.299	7.845	2.651	147	39	46	27
"Speed"	2.960	12.291	9.328	6.238	10	2	7	2
"Technical Check"	1.924	6.704	2.051	878	23	10	3	11
"Alcohol and Drugs"	7.890	31.193	5.721	1.746	562	163	59	27
"Bus"	314	456	210	56	1	0	0	0
"Fraud and Manipulation"	2.573	6.072	1.825	120	18	4	2	13
Total	99.801	358.113	98.969	42.241	7099	2393	651	337

### AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Nos mais diversos âmbitos foram realizadas ações de sensibilização junto da população, visando não só uma melhor preparação para os cidadãos enfrentarem determinados acontecimentos, como também para os enquadrar e fornecer o apoio e ligação necessários aos elementos da Guarda, numa estreita ligação do que se considera ser o policiamento comunitário e de proximidade.



### 1.2.6. EXERCÍCIOS E SIMULACROS

Foram realizados 55 exercícios e simulacros com outras entidades, designadamente estabelecimentos de ensino e Agentes da Proteção Civil, empenhando 492 militares. Realizaram-se ainda 12 intervenções em buscas subaquáticas em águas interiores e que envolveram 87 militares. Realizaram-se 14 intervenções no âmbito do MP/NRBQ (Matérias Perigosas/Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico) sendo empenhados 93 militares e, ainda, 2 intervenções no âmbito da Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC), sendo empenhados um total de 33 militares.

### 1.2.7. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

#### INQUÉRITOS

AÇÕES DESENVOLVIDAS	INQUÉRITOS	INQUÉRITOS (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL)
Iniciados	160.190	69.950
Pendentes	27.212	13.447
Concluídos	151.185	70.377

Para a concretização destes inquéritos foram realizadas cerca de 2.150 buscas domiciliárias e 1.503 buscas não domiciliárias, as quais resultaram nas apreensões que a seguir se discriminam.

#### APREENSÕES

No âmbito das diligências de investigação criminal procedeu-se às seguintes apreensões:

Ações desenvolvidas	Apreensões	Apreensões (Investigação Criminal)
Armas	3.963	2.552
Veículos	2.300	828
Munições	26.719	37.693
Telemóveis, material informático/eletrónico	3.727	2.359
Tabaco	16.311.858	16.311.858
Numerário (Euros)	613.650,05	613.650,05
Numerário (Dólares)	10.995	10.995



### DETENÇÕES

Como corolário da atividade desenvolvida pela Guarda foram detidas 20.165 pessoas, sendo que 3.397 detenções resultam das diligências de investigação criminal desenvolvidas.

### DILIGÊNCIAS JUDICIAIS

As diligências judiciais e do próprio cumprimento da missão de polícia da Guarda motivaram a realização de pelo menos 72.404 ações, das quais 57.397 foram efetuadas no âmbito da atividade de investigação criminal.

### EXAMES E PERÍCIAS REALIZADOS PELA GNR

Em 2014 registou-se um total de 2.764 pedidos formulados, entre a GNR e Tribunais. Face a 2013 observou-se um decréscimo no número de pedidos de 0,5 %.

Relativamente aos exames e perícias realizados, assinalou-se um aumento de 2,5 %.

### EXAMES E PERÍCIAS NO ÂMBITO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em 2014 foram registados um total de 433 pedidos formulados, entre a GNR e Tribunais, tendo sido realizados 419 exames e perícias.

## 1.2.8. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

### AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE VISITAS E SEGURANÇA DE ALTAS ENTIDADES

A Guarda realizou durante o ano de 2014 cerca de 22 ações no âmbito de visitas e segurança de Altas Entidades, as quais resultaram no empenhamento de 194 militares.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS

Para a manutenção da segurança e ordem pública nos eventos desportivos, mormente os realizados nos recintos desportivos, a Guarda desenvolveu 28.690 ações as quais implicaram o empenhamento de 80.739 militares.



### **AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS OBJETO DE MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, DESIGNADAMENTE, EVENTOS OFICIAIS, CULTURAIS E RELIGIOSOS**

No âmbito das festas, romarias, eventos religiosos e outros em que a Guarda foi chamada a intervir, mercê quer da sua ação ao nível do policiamento geral, quer da necessidade de manutenção da ordem e tranquilidade pública num recinto, em particular, realizou 11.074 ações e empenhou 27.838 efetivos.

### **AÇÕES NO ÂMBITO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO.**

No intuito de se assegurar o exercício do direito de reunião e manifestação, a Guarda interveio em 123 situações, nas quais empenhou 1060 efetivos.

### **AÇÕES DE REPOSIÇÃO DA ORDEM EM ZONAS URBANAS SENSÍVEIS (ZUS)**

Durante o ano de 2014 a Guarda empenhou 289 militares nas 29 ações que desenvolveu nas ZUS situadas dentro da sua área de responsabilidade.

### **INCIDENTES TÁTICO-POLICIAIS (ITP)**

No decurso do ano 2014 foram registados 5 incidentes, nas áreas dos Comandos Territoriais de Coimbra, Guarda, Lisboa, Setúbal e Viseu, nos quais foram empenhados meios desses Comandos, apoiados por Equipas de Negociadores da Direção de Investigação Criminal e por forças da Unidade de Intervenção.

Os incidentes reportaram-se a 5 indivíduos barricados e a uma tentativa de suicídio. Destes ITP não resultaram quaisquer vítimas.

### 1.2.9. ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

No ano de 2014, para o cumprimento da sua missão, a GNR efetuou 977.866 rondas e patrulhas, as quais implicaram um empenhamento de 1.937.935 militares, distribuídos de acordo com os mapas que se seguem:

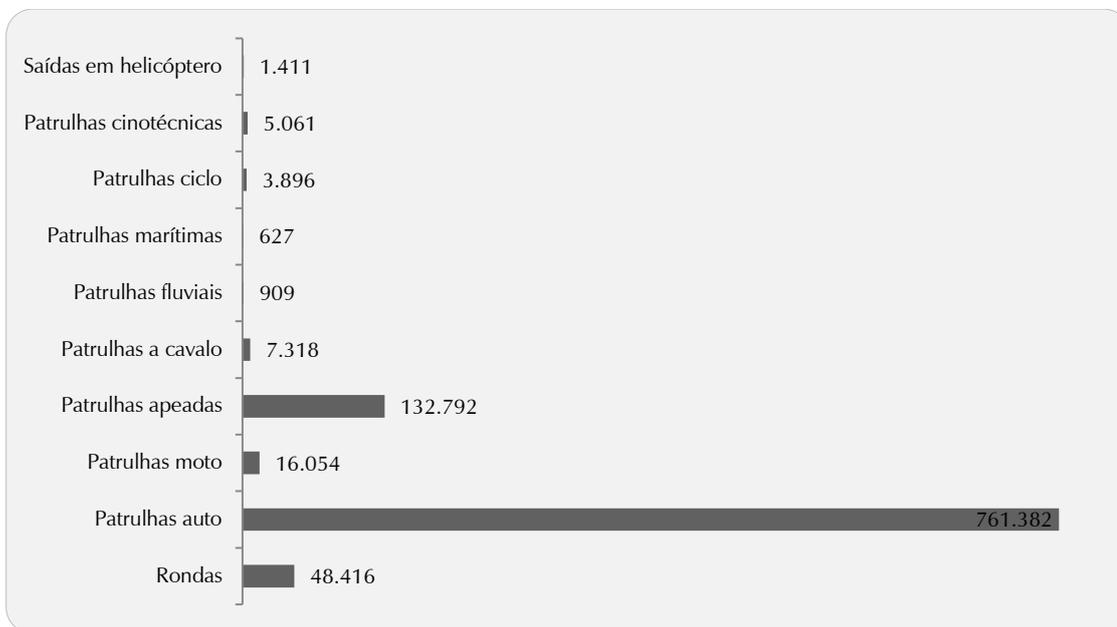


Figura 27 – Patrulhas efetuadas

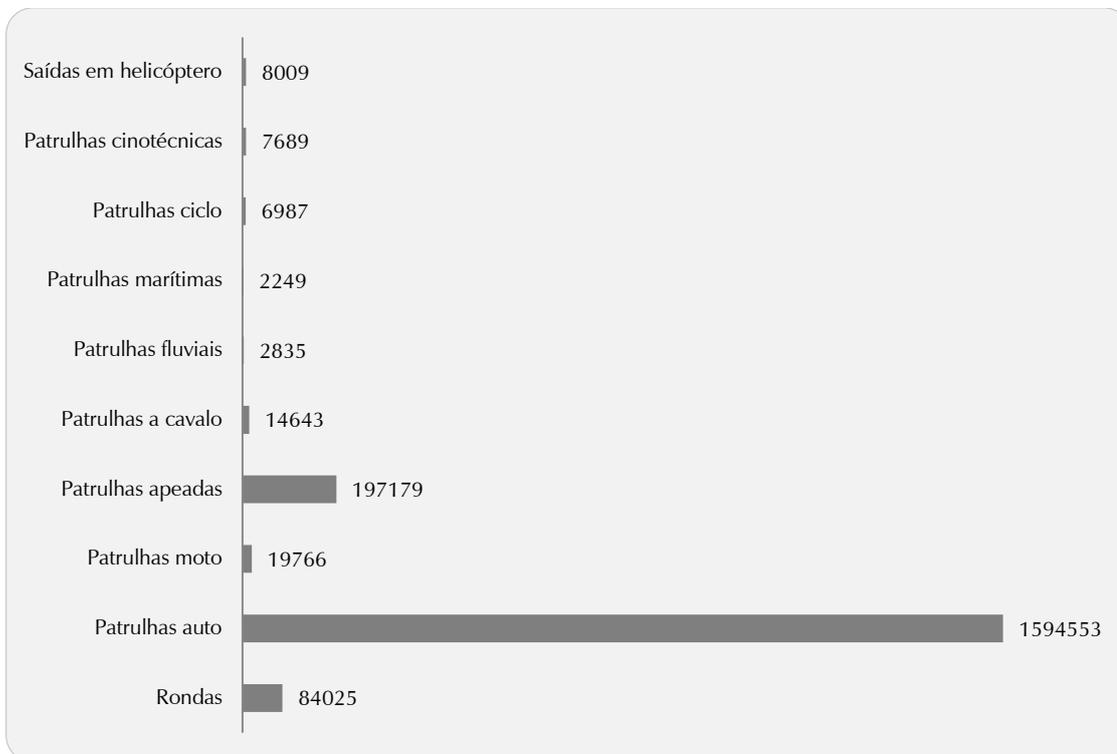


Figura 28 – Efetivos empenhados

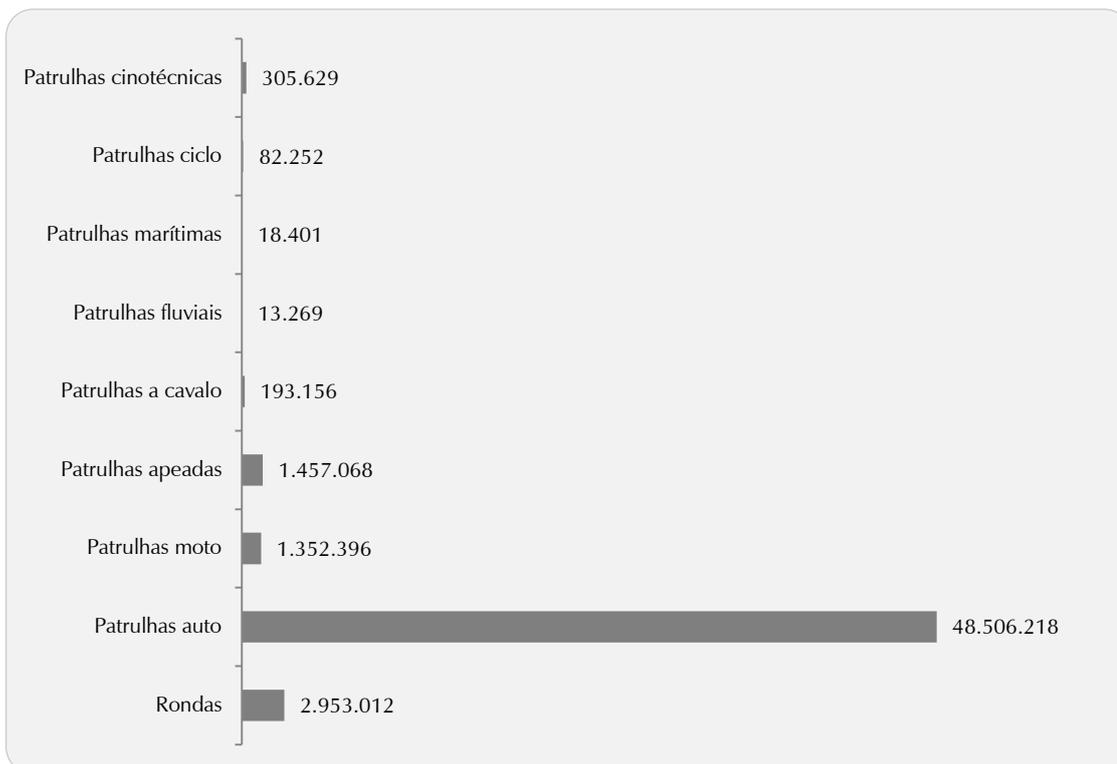


Figura 29 – Quilómetros/Milhas percorridos

Neste mesmo empenhamento, e no que respeita ao tempo despendido na utilização dos meios aéreos – helicópteros, durante 2014, a Guarda efetuou patrulhamentos que se cifraram em 47.792 minutos.

### SEGURANÇA PRIVADA

Na área à responsabilidade da Guarda foram desenvolvidas 4129 operações de fiscalização no âmbito da segurança privada, correspondendo 3523 a estabelecimentos comerciais e 606 a atividades diversas.

### AMBIENTE

Dado o espectro alargado das competências legalmente atribuídas à Guarda no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a sua atuação é exercida a dois níveis, com meios adstritos especificamente à natureza e ambiente e outros meios afetos ao cumprimento da missão geral.

Assim, em relação à Proteção da Natureza e Ambiente foram realizadas 162.462 fiscalizações, num total de 69.530 patrulhamentos, de que resultou o levantamento de 19.890 autos de contraordenação, 3.407 crimes, cuja distribuição consta nas figuras abaixo, efetuando ainda 164 detenções.

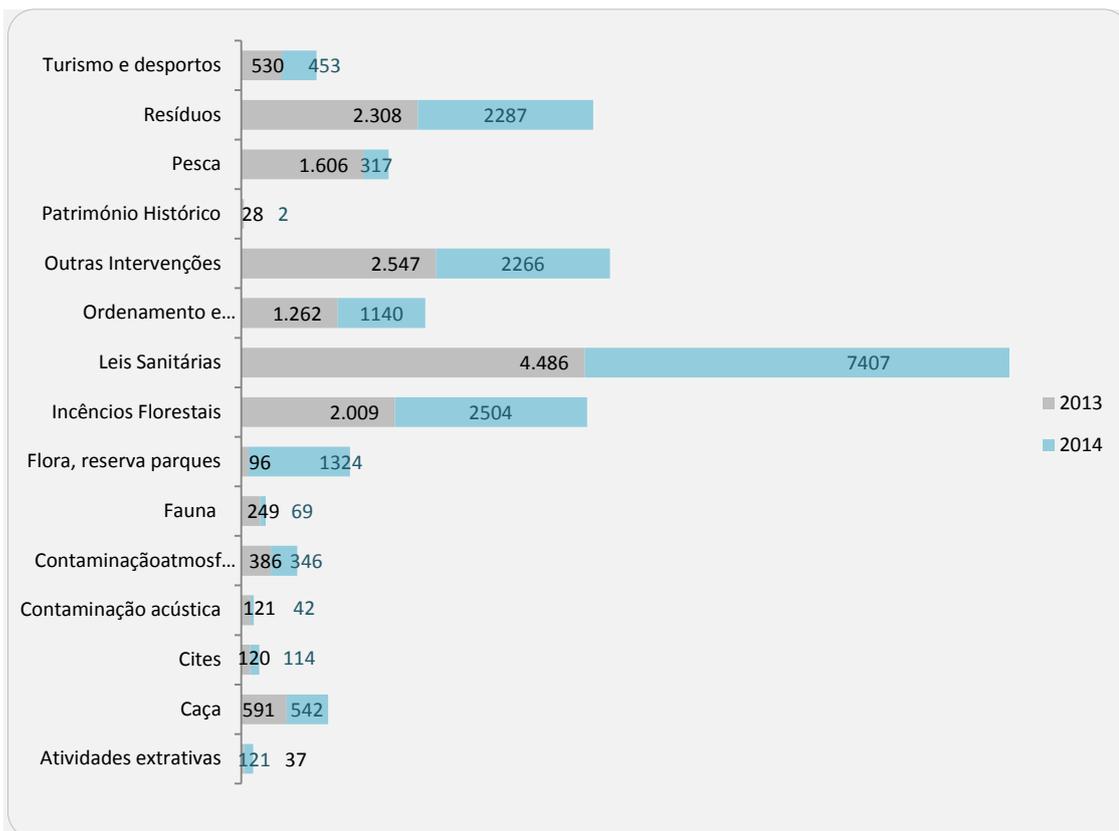


Figura 30 – Contraordenações

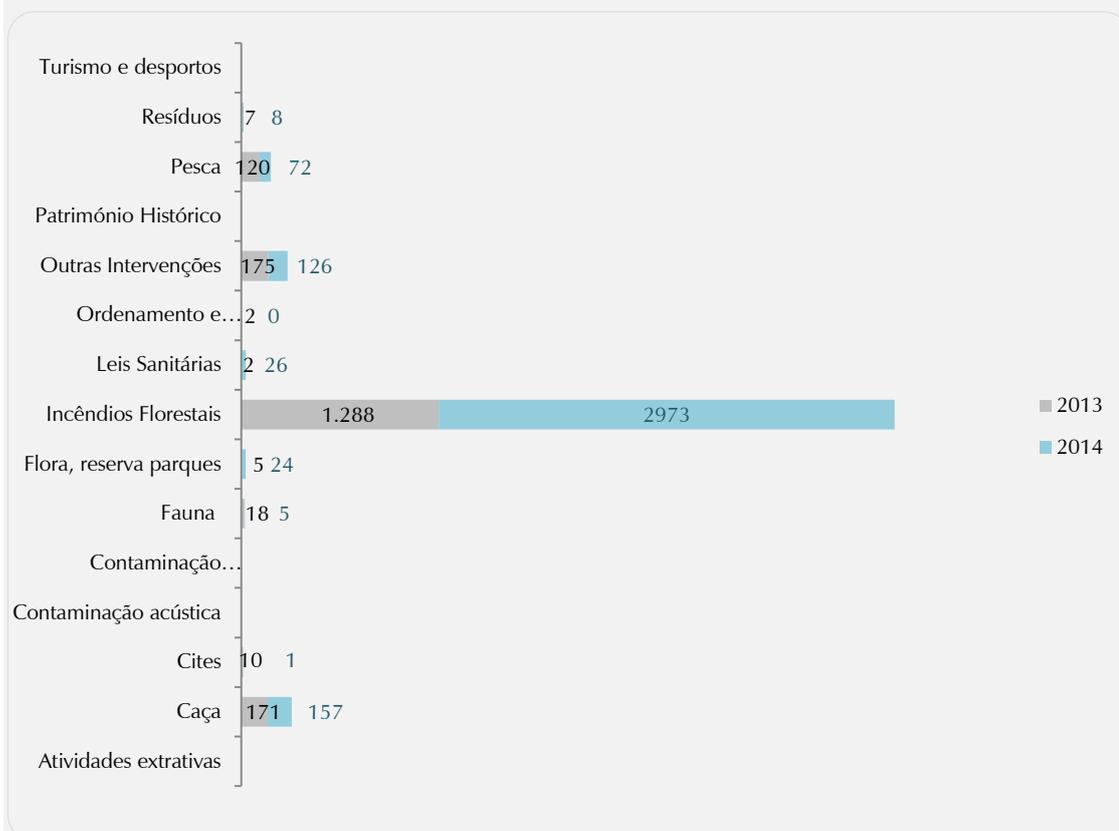


Figura 31 – Crimes



A linha SOS-Ambiente e Território, instalada e sob gestão integral da Direção do SEPNA da GNR, registou um total de 5.923 denúncias, cuja resolução, em articulação com o dispositivo operacional, resultou no levantamento de 1.803 autos pelas infrações detetadas, tendo em consequência sido realizadas 1.815 respostas aos denunciantes (civis e entidades administrativas), dando conhecimento do resultado da denúncia.

Em 2014, no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a GNR desenvolveu ainda um conjunto de atividades visando um aumento da capacidade operacional e a qualificação dos recursos humanos envolvidos, e que seguidamente se descrevem:

Ações de supervisão técnica e de formação em todos os Comandos Territoriais, com especial enfoque para as boas práticas de fiscalização de resíduos (associado ao furto de metais não preciosos), nemátodo do pinheiro e gestão dos recursos hídricos.

Operações de fiscalização ao meixão, à caça, aos resíduos, à CITES (Convention on International Trade in Endangered Species), a animais potencialmente perigosos e nemátodo do pinheiro.

Face às acrescidas exigências de fiscalização decorrentes dos compromissos assumidos pelo Governo de Portugal, objeto de monitorização pela Comissão Europeia – Direção Geral da Saúde e dos Consumidores (DG-SANCO) para avaliar a aplicação da Decisão 2006/133/CE da Comissão, através de auditorias anuais, e tendo como fundamento as medidas extraordinárias de proteção fitossanitária decorrentes da nova legislação que entrou em vigor no ano de 2011, a GNR/SEPNA procedeu a um esforço de fiscalização e controlo da circulação, efetuando 3.104 operações de controlo, fiscalizou 30.304 viaturas transportando madeira e/ou paletes de madeira, tendo sido reportadas 353 infrações.

No âmbito da fiscalização dos animais de companhia, os militares afetos ao SEPNA efetuaram 1.117 fiscalizações a proprietários de cães das raças potencialmente perigosas tendo elaborado 1.230 autos. Na fiscalização das raças de cães não potencialmente perigosas foram efetuadas 13.458 fiscalizações de que resultou a elaboração de 6.631 autos de contraordenação e 15 processos crime.

Uma das áreas também abordada foi a relacionada com a temática da proteção contra os atentados ambientais e a prevenção de incêndios florestais. Neste âmbito, realizaram-se 1.597 ações de sensibilização ambiental direcionadas para a população estudantil e para a sociedade em geral que contaram com 37.257 presenças.

A publicação do DL 83/2014, de 23 de maio, que procedeu à quarta alteração do DL 124/2006, de 28 de junho, veio atribuir novas competências à GNR: a instrução dos processos contra-ordenacionais.

Desse âmbito, resultaram a elaboração de 1.614 autos de notícia por contraordenação e o pagamento de 120.845,00 € relativos a coimas.

### ARMAS E EXPLOSIVOS

Neste âmbito houve um aumento de 20% na atividade operacional *Explosive Ordnance Disposal* (EOD), em comparação com o ano de 2013 (de 540 ações para 648).

Foram apreendidas e neutralizadas pela GNR cerca de 1274 kg de substâncias, acessórios ou engenhos explosivos incluindo 73.454 munições.

### ATIVIDADE VENATÓRIA E PESCA

Pelo dispositivo SEPNA foram realizadas 1.118 operações. Foram detetados 157 crimes e 542 contraordenações relacionados com a atividade venatória.

No âmbito da pesca em águas interiores foram detetados 72 crimes e elaborados 317 autos de contraordenação.

### ILÍCITOS FISCAIS E ADUANEIROS

No âmbito fiscal e aduaneiro foram realizadas 71.148 ações (operações, aguardos, vigilância, etc.), com o empenhamento de 99.072 militares.

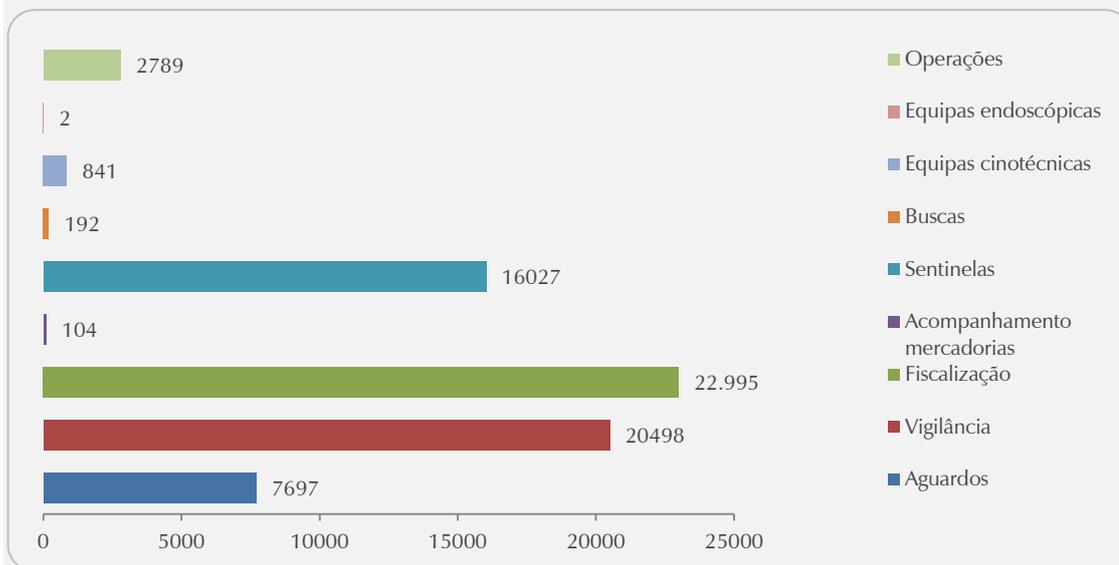


Figura 32 – Crimes

Foram efetuadas 230.622 fiscalizações e detidas 21 pessoas por crimes nesta área, tendo sido detetados 25 crimes aduaneiros e 216 não aduaneiros. Apreenderam-se 1.272 viaturas e 2 embarcações, sendo o valor total da mercadoria apreendida de 9,7 milhões de euros.



**ESTRANGEIROS**

A Guarda, nas fronteiras marítimas e terrestres onde exerce a sua missão, controlou 10.068 pessoas.

**AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EM OURIVESARIAS, CASA DE PENHORES, ANTIQUÁRIOS, ESTABELECIMENTOS**

Esta modalidade de ação não foi contabilizada em termos de fiscalização independente, antes se circunscrevendo ao trabalho desenvolvido em ações de patrulhamento e fiscalização no âmbito da missão geral.

**COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS**

Durante o ano de 2014 foram efetuados 366.988 ações de colaboração com autoridades judiciais e administrativas.

**1.2.10. CRIMINALIDADE**

Em 2014, foram participados à Guarda Nacional Republicana 186.058<sup>18</sup> crimes, o que corresponde a uma descida de 0,93% (menos 1750 crimes) em relação ao ano de 2013. Este valor situa-se abaixo do valor da mediana dos últimos 10 anos, consolidando a inversão da tendência de subida entre 2010 e 2012.

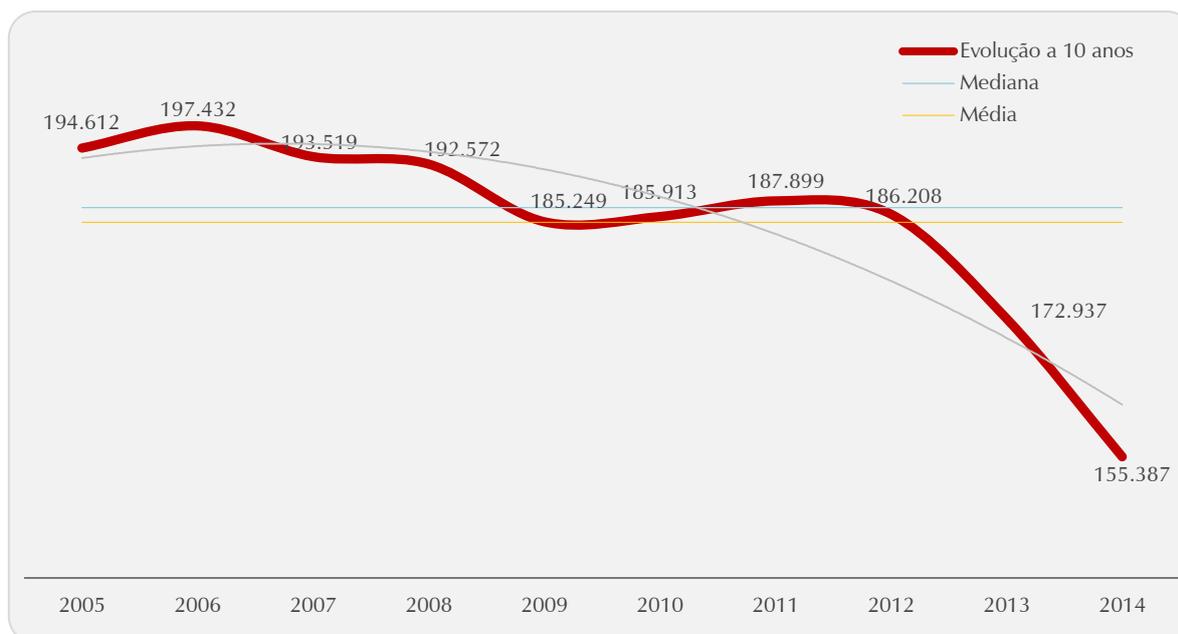


Figura 33 – Evolução da Criminalidade Geral nos últimos 10 anos

<sup>18</sup> Fonte – Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)



### ROUBOS EM FARMÁCIAS

Implica a subtração de bens de uma farmácia, incluindo medicamentos, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

A Guarda Nacional Republicana (GNR) registou em 2014 na sua Zona de Ação (ZA) 12 casos de roubos em farmácias. A maior parte dos roubos foi praticado por um ou dois autores sendo a arma branca e a coação física os meios mais utilizados. A maior parte dos roubos (8 casos) ocorreu entre as 19H00 e as 00H00. Registaram-se 3 casos entre as 13H00 e as 19H00. Verificou-se um aumento de 50% em relação ao ano transato. Os valores roubados orçam em 4.114 euros

### ROUBOS EM OURIVESARIAS

Implica a subtração do património de uma ourivesaria por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.

Nesta tipologia de crime incluem-se as lojas de compra e venda de ouro, uma vez que a motivação para a prática deste crime é idêntica. A Guarda registou em 2014 na sua ZA, 2 casos de roubos em ourivesarias ou lojas de compra e venda de ouro. Um dos roubos foi praticado por 1 autor e outro, por 3 ou mais autores, tendo sido utilizada em ambos os crimes uma arma branca. Um dos casos ocorreu entre as 07H00 e as 13H00 e o outro caso entre as 13H00 e as 19H00.

Os meios de fuga utilizados repartem-se equitativamente entre uma fuga a pé e outra com recurso a viatura ligeira.

Verificou-se um decréscimo acentuado (de 21 para 2 casos) em relação ao registo do ano de 2013. Os valores roubados orçam em 20.450 euros.

### ROUBOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

A Guarda registou em 2014 na sua ZA, 49 casos de roubos em Postos de Abastecimento de Combustível. A maior parte dos roubos foi praticado por 2 autores (21). Em 17 casos o roubo foi cometido por um autor e em 11 casos por três ou mais autores. A arma de fogo (24 casos) e a arma branca (17 casos) foram os meios de coação mais utilizados. A maior parte dos roubos (35 casos) ocorreu entre as 19H00 e as 00H00.

Os meios de fuga mais utilizados repartem-se entre a fuga com recurso a viatura ligeira (22) e a pé (19). Comparado com o registo do ano de 2013, houve um decréscimo de 69% no número de casos.

O valor total do produto destes roubos foi estimado em 26.857 euros.



### ROUBO DE VIATURAS

Foram registados na ZA da GNR 39 roubos de viaturas. Os meios utilizados dividem-se da seguinte forma: em 24 casos foi utilizada a coação física, em 08 foi utilizada a arma branca e em 7 casos a arma de fogo. Destes crimes 17 foram perpetrados por três ou mais intervenientes, 11 por dois intervenientes, 10 por apenas um interveniente e num caso desconhece-se o número de intervenientes.

No respeitante aos meios de fuga por crime praticado em 39 casos foi utilizada a viatura do lesado e em 12 desses casos foi também utilizada, uma segunda viatura ligeira pelos suspeitos em fuga.

No que concerne ao furto e recuperação de viaturas na área de responsabilidade da GNR, os dados encontram-se distribuídos da seguinte forma:

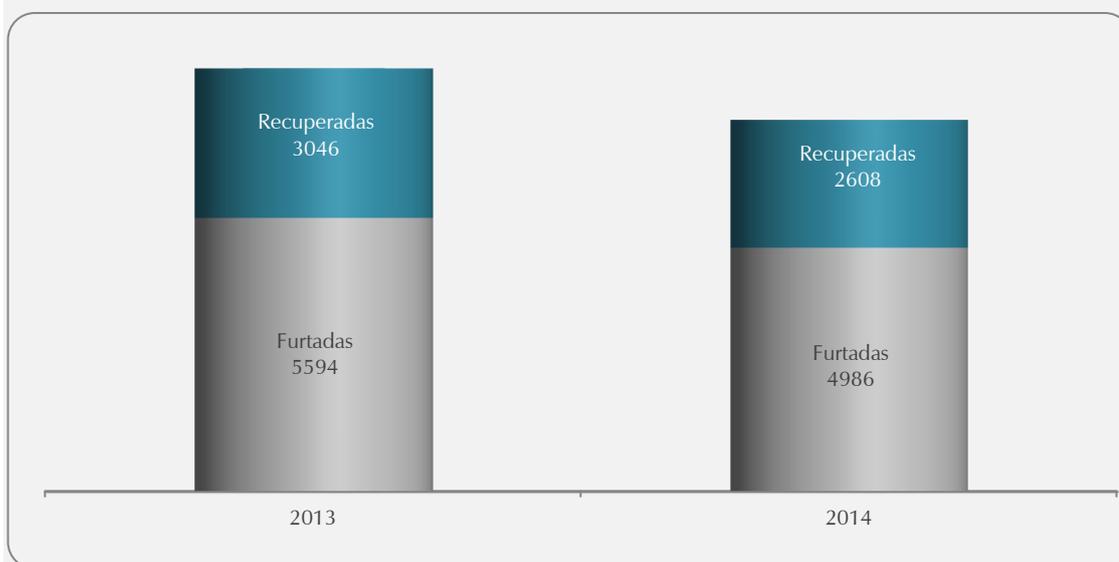


Figura 34 – Roubo de viaturas

Verificou-se uma ligeira diminuição no número de veículos furtados face ao registo de 2013. A taxa de recuperação de viaturas, em 2014 foi de cerca de 52%, ligeiramente inferior à registada em 2013 e que se cifrou em 54%.

### ROUBO EM RESIDÊNCIAS

Foram registadas 275 ocorrências. O modo de atuação comumente utilizado é o de arrombamento seguido de agressões físicas ou ameaça com arma branca (53 casos), arma de fogo (31 casos), sem arma (183 casos), desconhecendo-se o modo de atuação nos restantes casos. O meio de fuga mais utilizado foi a fuga a pé (98 casos).

Em 77 casos foi utilizado o recurso a viaturas ligeiras. O valor dos roubos foi estimado em 375.980,99 euros.



### ROUBO A TRANSPORTE DE VALORES

A Guarda registou apenas uma ocorrência deste tipo no ano de 2014 não tendo sido subtraído qualquer valor.

### FURTO A ATM

A Guarda registou em 2014 um total de 27 casos. Em apenas 11 casos foi possível determinar número de autores (em 4 casos, 2 autores e em 7 casos, 3 ou mais autores).

Em três casos houve recurso a armas de fogo. Destes crimes, 18 ocorreram entre a 00H00 e as 07H00, 8 casos ocorreram entre as 07H00 e as 13H00 e um caso entre as 19H00 e as 00H00.

Em 11 casos o meio de fuga foi o veículo ligeiro e em 16 casos não foi possível defini-lo.

### FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS

A Guarda registou 6.549 ocorrências. Em 6.167 destas, não foi possível determinar o número de autores. Das restantes 382, 185 foram perpetrados por um autor, 115 por dois autores e 82 por três ou mais autores. Não há nenhuma referência à utilização de qualquer tipo de arma associada a este tipo de crime.

Foi utilizado em 265 casos o recurso a viatura ligeira para fuga.

O valor estimado dos bens furtados é de 11.355.683,21 euros. Verificou-se uma diminuição de 38% de ocorrências face ao ano transato.

### ILÍCITOS EM AMBIENTE ESCOLAR

Dentro da atividade que a Guarda desenvolveu no âmbito do Programa Escola Segura, foram elaboradas no ano letivo 2013/2014, 1374 participações de ilícitos em ambiente escolar, incluindo os estabelecimentos de ensino público, bem como os do ensino particular e cooperativo. Destes, 970 foram de natureza criminal.

No ano letivo de 2012/2013 a Guarda registou 1424 ocorrências.

O número de participações no ano letivo 2013/2014 sofreu um decréscimo de 50 casos em relação ao ano letivo 2012/2013.

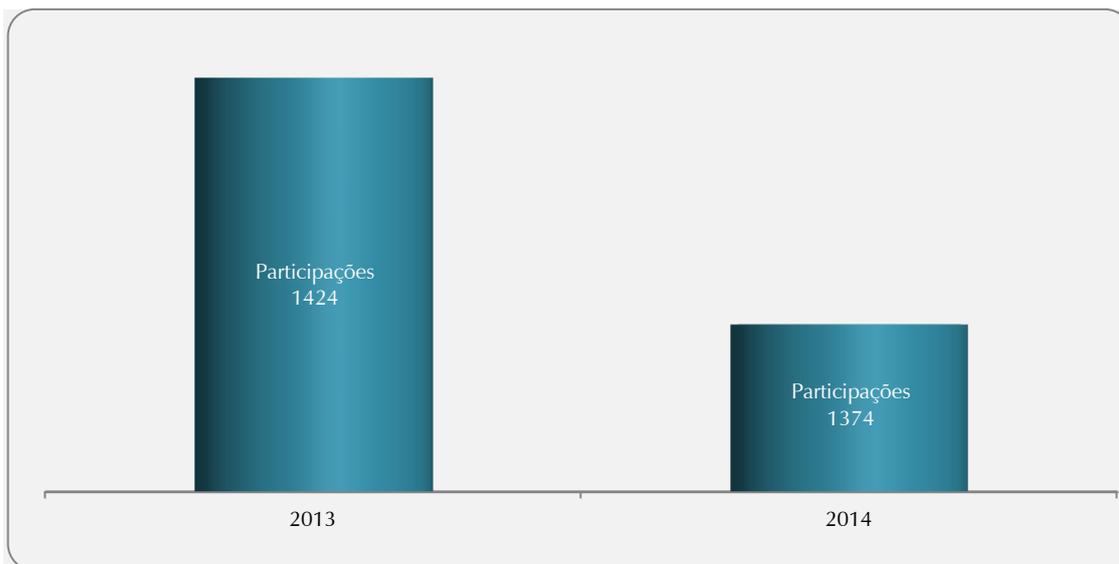


Figura 35 – número de participações no ano letivo 2013/2014

No que respeita ao local das ocorrências de natureza criminal, cerca de 68 % tiveram lugar no interior da escola.

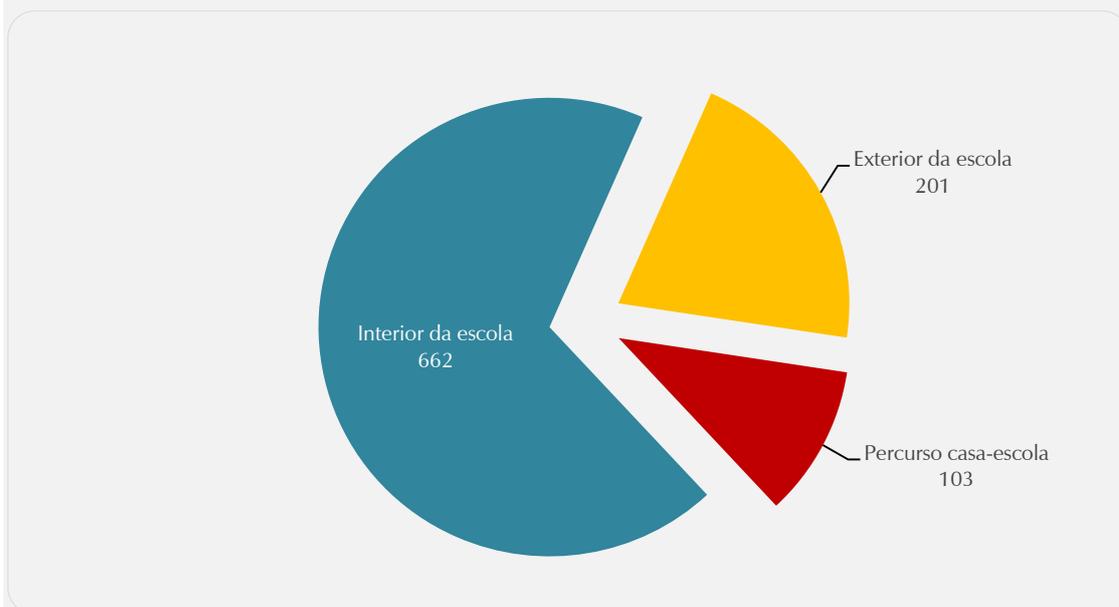


Figura 36 – local das ocorrências de natureza criminal no ano letivo 2013/2014

Da análise do total das participações infere-se que o furto (256) e a ofensa à integridade física (313) são os casos mais frequentes, enquanto a ameaça de bomba (08) e a posse/uso de arma (23) foram os menos verificados.

No que respeita aos ilícitos verificados no interior da escola, o gráfico seguinte ilustra esta realidade.

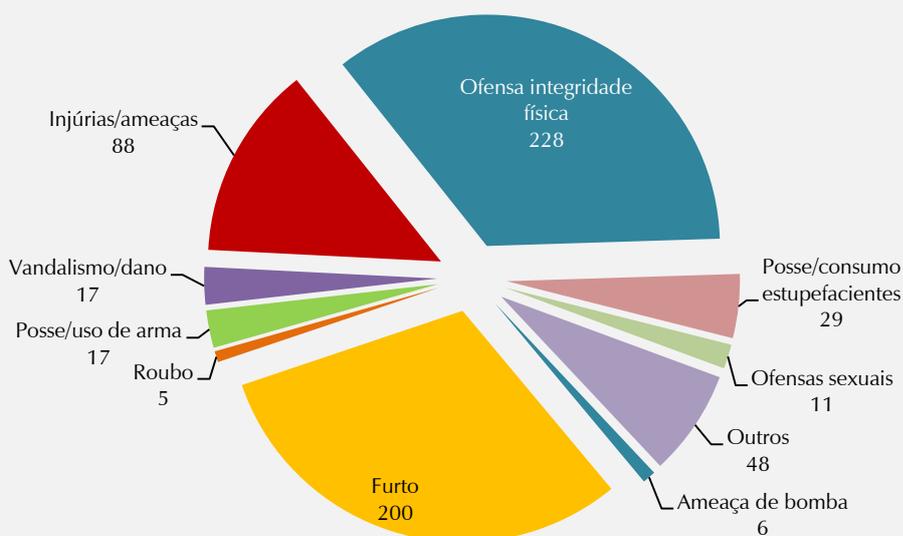


Figura 37 – ilícitos verificados no interior da escola no ano letivo 2013/2014

Já no exterior dos estabelecimentos de ensino, e nomeadamente no perímetro envolvente, os factos verificados são os seguintes:

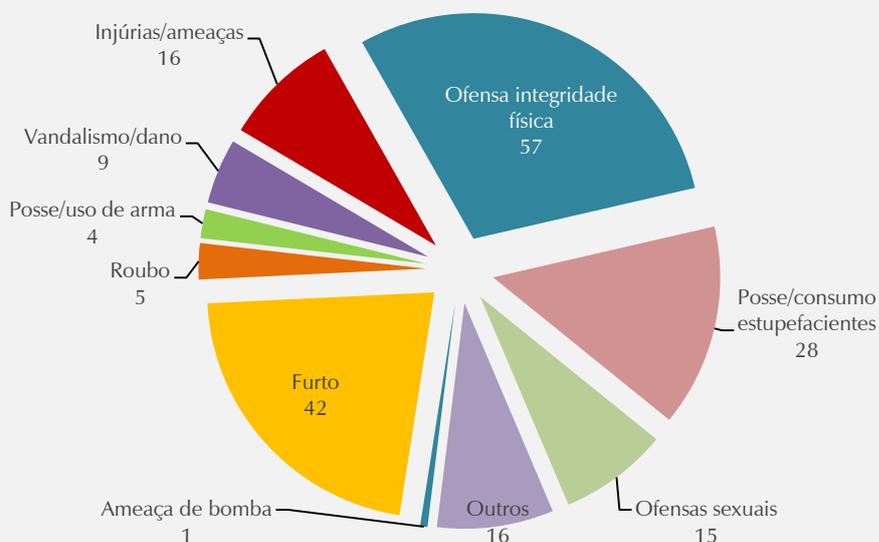


Figura 38 – ilícitos verificados no exterior da escola no ano letivo 2013/2014

A ofensa à integridade física assume-se no exterior da escola (perímetro envolvente até aos 50 metros) como o caso de ato ilícito mais frequente e ameaça de bomba como o menos frequente.

No percurso entre a casa e a escola, os alunos foram mais sujeitos a ofensas à integridade física, com o registo de 28 ocorrências, e ofensas sexuais, com 25 casos.

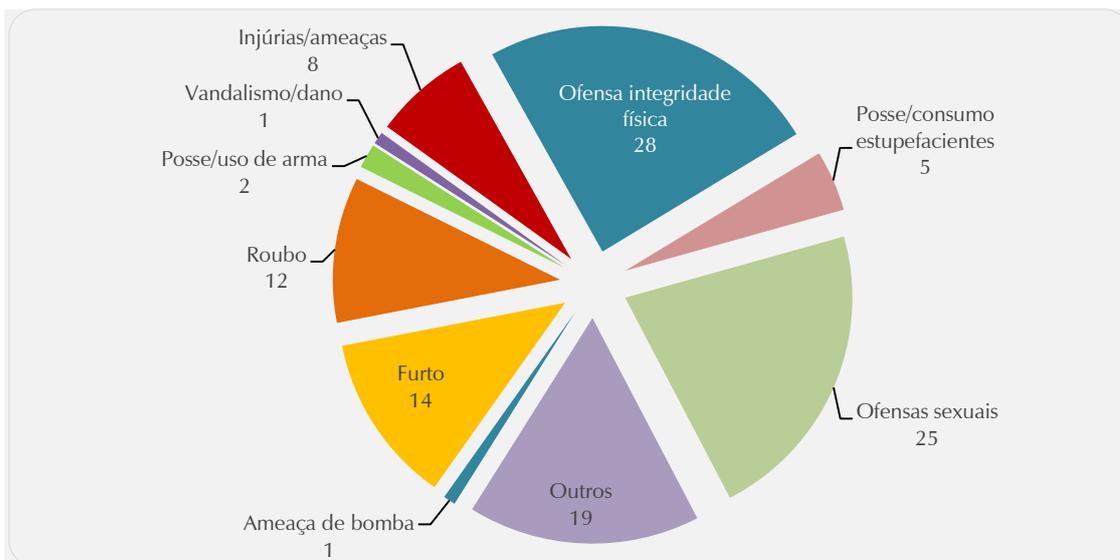


Figura 39 – ilícitos verificados no percurso entre a casa e a escola no ano letivo 2013/2014

Realizando uma análise relativamente à área territorial onde os ilícitos criminais em ambiente escolar ocorrem, constata-se uma maior incidência no distrito de Setúbal, Porto e Lisboa, representando respetivamente 15%, 13% e 13% do total de ocorrências, conforme se pode constatar no gráfico abaixo:

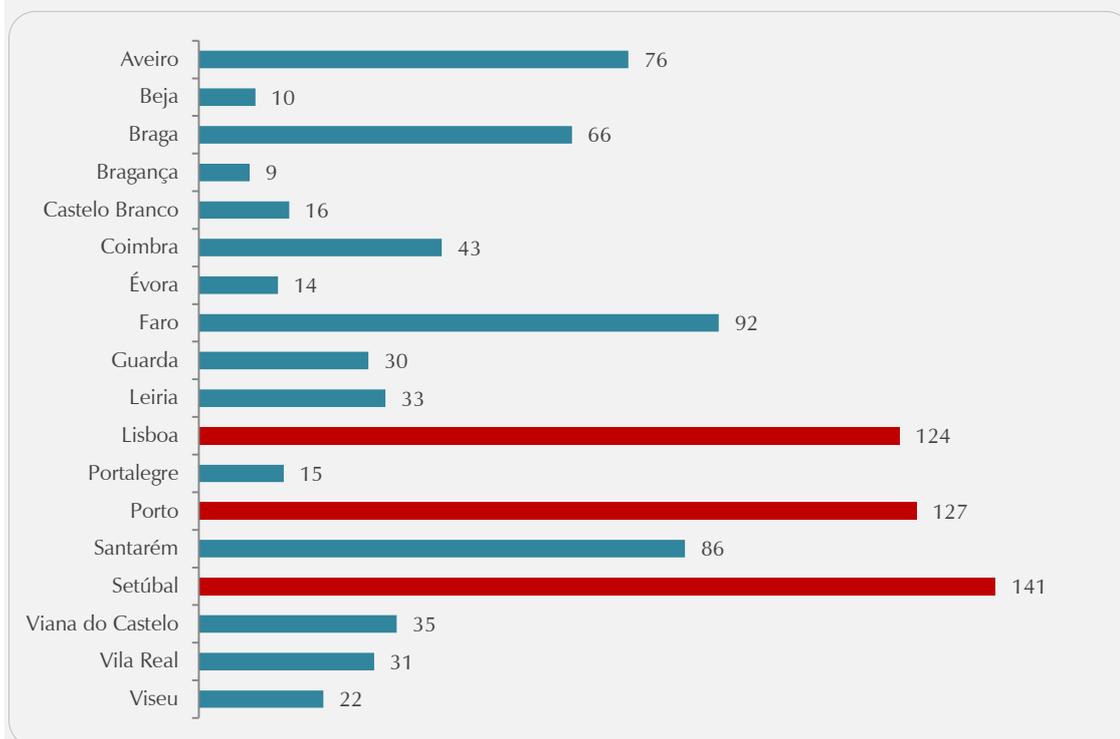


Figura 40 – ilícitos verificados no percurso entre a casa e a escola no ano letivo 2013/2014

### CRIMINALIDADE GRUPAL E DELINQUÊNCIA JUVENIL

A criminalidade grupal sofreu um ligeiro decréscimo de cerca de 9,5%, quando comparada com a situação verificada em 2013 passando de 1455 para 1317 ocorrências, ou seja, menos 138 casos.

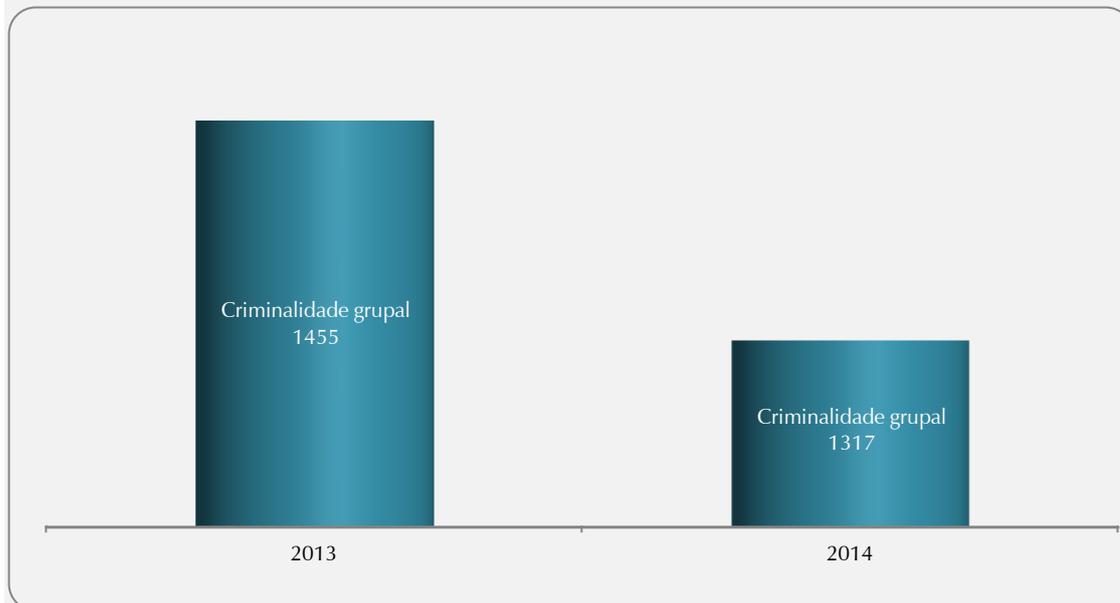


Figura 41 Criminalidade grupal e delinquência juvenil

No que se refere à criminalidade juvenil, os registos apresentam um ligeiro acréscimo, com uma variação positiva de 72 ocorrências (cerca de 8,6 %), passando de 828 para 900 casos.

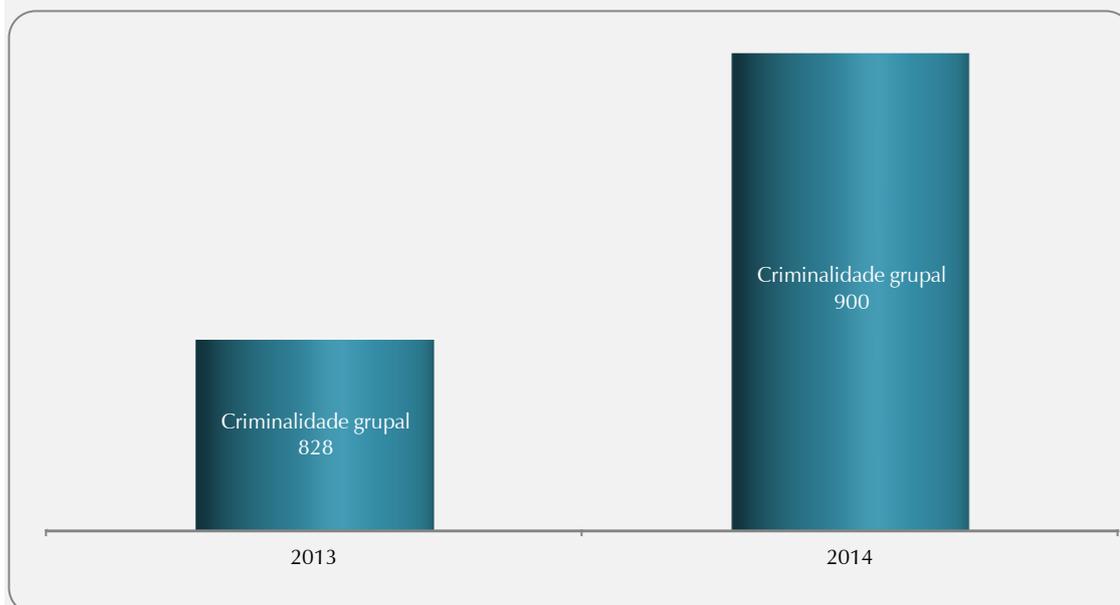


Figura 42 Criminalidade grupal e delinquência juvenil



## INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais constituem-se como um flagelo da floresta em Portugal.

O Governo, para a prossecução dos grandes objetivos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), promulgado em 2006, estabeleceu metas cuja concretização passa pelo empenho de todas as entidades com responsabilidades no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, visando globalmente e num horizonte temporal de 2012 a 2018 a redução da área ardida para valores equiparáveis à média dos países da bacia mediterrânica.

Para a prossecução dos objetivos referidos, durante o ano de 2014 foram acionados meios humanos e materiais visando a proteção da floresta e prevenção de incêndios, com base na Diretiva Operacional Nacional (DON) n.º 2/DECIF de 2014, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, onde se estabeleceu o conceito estratégico do Dispositivo Nacional de Combate a Incêndios para o ano de 2014, procurando assegurar-se a mobilização, prontidão, empenhamento e gestão dos meios e recursos, tendo em vista garantir um elevado nível de eficácia no combate aos incêndios florestais em todo o território nacional.

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, integrada operacionalmente no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, foram registados 2.973 crimes de incêndio e 39 detidos, tendo sido elaborados 2.504 autos de contra ordenação e realizadas 37.442 ações de patrulhamento e vigilância da floresta.

Foram registadas 9.758 ocorrências de incêndios florestais, de que resultou uma área ardida de 22.809 hectares, sendo que dessas ocorrências, foram investigadas 8.335 (85 % das ocorrências).

DISTRITOS	AUTOS CRIME DE INCÊNDIO			DETIDOS		
	N.º 2013	N.º 2014	DIFERENÇA (+/-) N.º	N.º 2013	N.º 2014	DIFERENÇA (+/-) N.º
CTER AVEIRO	378	151	-227	3	0	-3
CTER BEJA	133	169	31	0	1	1
CTER BRAGA	771	175	-596	9	1	-8
CTER BRAGANÇA	83	51	-32	3	5	2
CTER CASTELO BRANCO	370	227	-143	1	10	9
CTER COIMBRA	47	80	33	0	0	0
CTER ÉVORA	71	63	-8	1	0	-1
CTER FARO	271	197	-74	1	0	-1
CTER GUARDA	33	304	271	14	10	-4
CTER LEIRIA	61	23	-38	3	0	-3
CTER LISBOA	237	63	-174	0	2	2
CTER PORTALEGRE	119	37	-82	0	0	0
CTER SANTAREM	106	269	163	1	0	-1
CTER SETUBAL	533	411	-122	0	2	2
CTER VIANA CASTELO	229	48	-181	2	1	-1

DISTRITOS	AUTOS CRIME DE INCÊNDIO			DETIDOS		
	N.º		DIFERENÇA (+/-) N.º	N.º		DIFERENÇA (+/-) N.º
	2013	2014		2013	2014	
CTER VISEU	701	210	-491	1	3	2
CTER VILA REAL	478	382	-96	2	2	0
CTER PORTO	341	113	-228	2	2	0
TOTAL	4966	2973	-1989	43	39	-4

Figura 43 - resultados criminais das ações de vigilância na DFCI

Analisando os dados do Sistema de Gestão de Incêndios Florestais, verifica-se que a área ardida em 2014 (22.809 ha) foi consideravelmente inferior a 2013 (159.758 ha), o que corresponde a um decréscimo de cerca de 700%. No combate aos incêndios florestais, a Guarda utilizou os meios aéreos disponibilizados, tendo obtido o empenhamento operacional que se apresenta no gráfico seguinte:

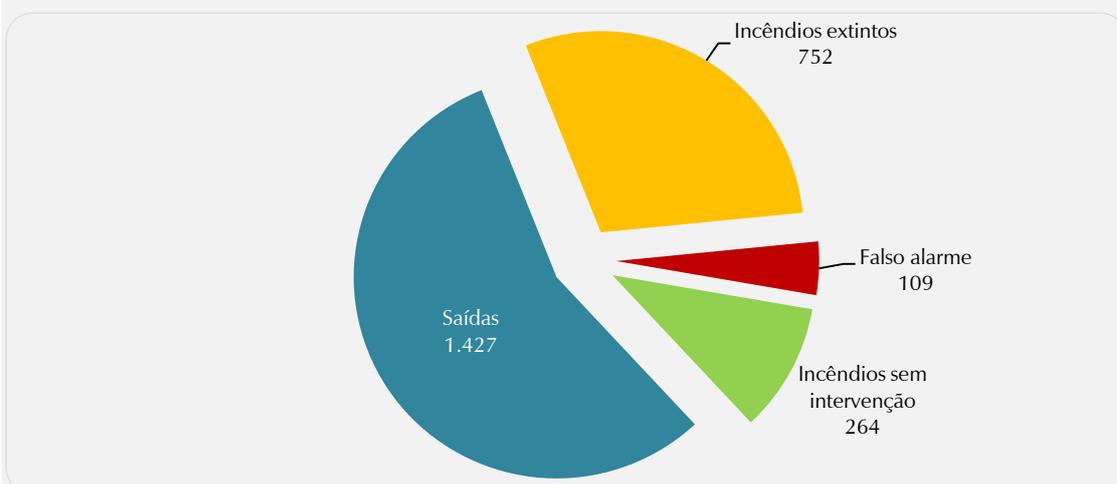


Figura 44 - Empenhamento de meios aéreos – Helicóptero

### 1.2.11. CONSEQUÊNCIAS DA ATIVIDADE OPERACIONAL

#### DANOS PESSOAIS NOS MILITARES DA GNR

Durante o ano de 2014, como resultado do cumprimento da missão foram cometidos 1271 crimes contra a Guarda sendo que em 200 casos, resultaram consequências para os militares, conforme constante no quadro seguinte:

Mortos	Feridos	Feridos com tratamento hospitalar	Feridos sem tratamento hospitalar
0	200	120	80

Figura 45 - Danos pessoais nos militares da GNR



### 1.3.ATIVIDADE INSPETIVA DE CONTROLO À ATIVIDADE OPERACIONAL

Em 2014, através do órgão de máximo responsável pelo controlo e inspeção da atividade desenvolvida pela Guarda no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pela Lei – a Inspeção da Guarda, foram desencadeadas 46 inspeções a Unidades, num claro esforço de melhorar os procedimentos e qualificar o atendimento e a prestação de serviços ao Cidadão.

Durante o período em referência, foram apresentadas 573 reclamações, o que representa um significativo decréscimo (menos 173 reclamações) face a igual período do ano 2013 (que havia registado 746 reclamações).

No quadro que se apresenta em seguida é possível identificar os motivos que determinaram as respetivas reclamações, constituindo prioridade do órgão inspetivo da Guarda reduzir as situações que decorrem de causas imputáveis à atuação dos militares da Guarda no serviço prestado ao Cidadão, dentro do quadro de dinâmicas de qualidade previstas adaptar no âmbito da Estratégia da Qualidade integrante da Estratégia da Guarda 2020.

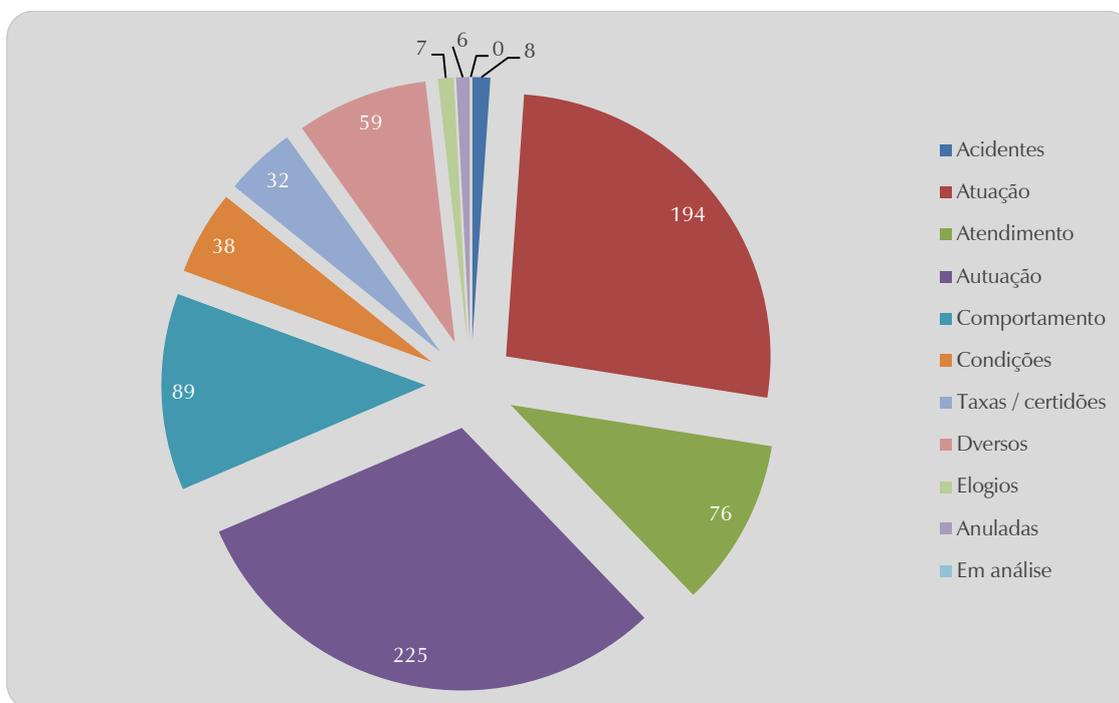


Figura 46 - Danos pessoais nos militares da GNR

## 1.4.ATIVIDADE OPERACIONAL NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 1.4.1. IMPRENSA ESCRITA

Analisada a imprensa escrita nacional foi possível verificar que durante o ano 2014 foram publicadas 8.206 notícias sobre a GNR. Destas, 3 908 foram consideradas neutras, sem qualquer efeito na imagem da Guarda junto da população, 3 858 tiveram um impacto positivo e apenas 440 artigos influíram de forma negativa os leitores.

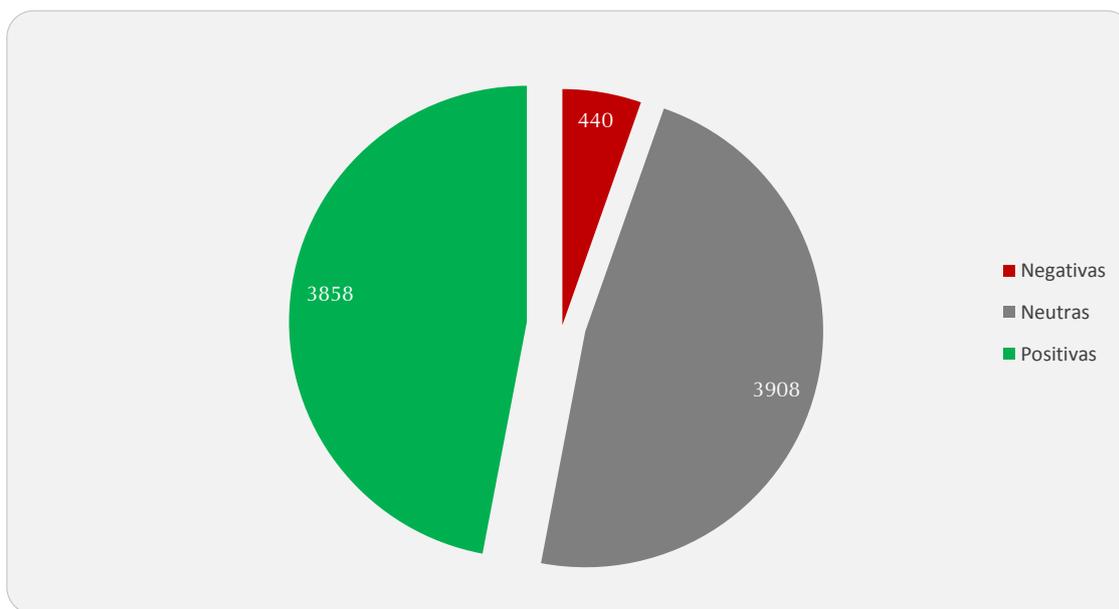


Figura 47 - imprensa escrita

### 1.4.2. REPORTAGENS TELEVISIVAS

Os resultados referentes à televisão foram obtidos através da recolha e visionamento de reportagens televisivas alusivas à GNR. Em estudo estiveram a RTP1, a RTP2, a RTPInformação, a SIC, a SIC Notícias, a TVI e a TVI24.

A análise efetuada permite-nos ter uma perceção do número de reportagens que cada canal de televisão realizou sobre a GNR durante o ano de 2014, bem como os tempos totais de emissão comparativamente com o ano transato.

Em 2014 - *considerando todos os canais televisivos* - a Instituição esteve em emissão contínua sem interrupções um total de 11 dias, 08 horas, 54 minutos e 52 segundos.

Além das reportagens realizadas, destacamos as diversas presenças em estúdio.

Comparativamente ao ano de 2013, em 2014 verificou-se um aumento de 584 reportagens e, conseqüentemente, de um aumento de sete horas, 52 minutos e 25 segundos de tempos de emissão.

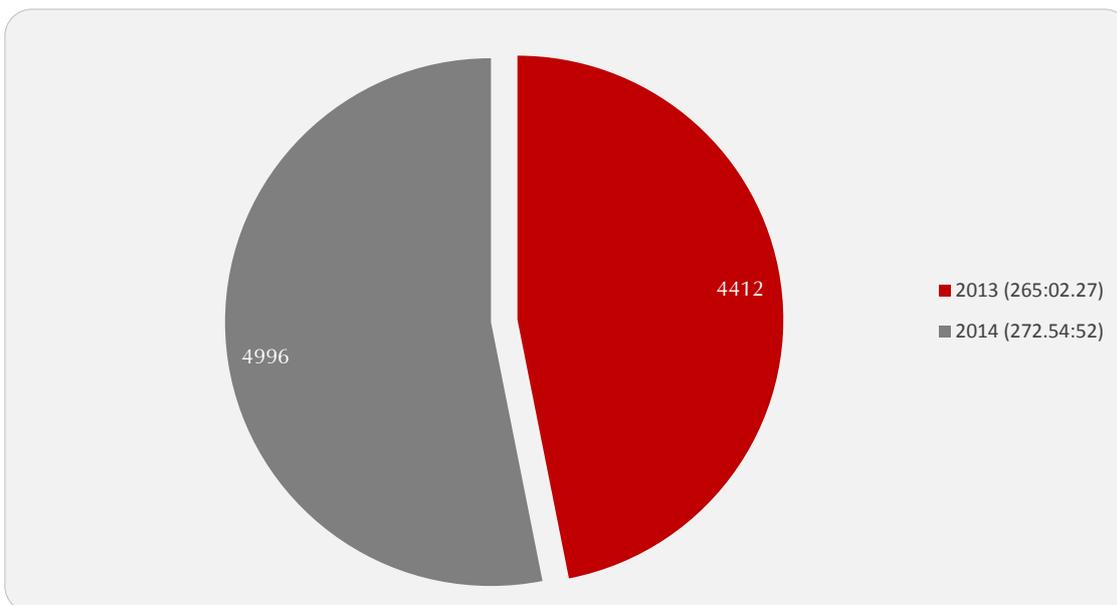


Figura 48 - total de reportagens e tempos de emissão 2013-2014

### 1.4.3. INTERAÇÃO COM O MUNDO DIGITAL

#### PÁGINA OFICIAL

O site oficial da Guarda Nacional Republicana teve 2 379 956 visualizações em 2014, ocupando assim 25º lugar em termos de visitas (2,3 milhões de visitas) e o 39º em termos de páginas visitadas (4,6 milhões de pageviews), em Portugal. No que concerne à visualização e acessos, são apresentados os seguintes dados durante o ano de 2014<sup>19</sup> (2 379 956 Visitas; 978 081 Utilizadores; 4 640 592 Páginas vistas no site; 1,95 Média de páginas vistas; 39,53% Novas visitas):



Figura 49 – acesso via pagina oficial 2014

<sup>19</sup> Dados obtidos via Google Analytics – Solução de análise da Web de nível empresarial (informações sobre o tráfego e a eficácia do marketing).

**PLATAFORMA FACEBOOK**

A Guarda Nacional Republicana está presente no Facebook desde 03 de maio de 2011. A Guarda tem crescido diariamente, contando já com mais de 122 000 fãs na página oficial, ocupando a 3.ª posição nacional a nível de Marcas/Governo e Instituições Públicas<sup>20</sup>. Em apenas de 4 anos de presença, a página do Facebook da GNR atingiu patamares muito positivos, tendo a mesma uma média de 3992 fãs por mês, 932 fãs por semana e 133 fãs por dia.

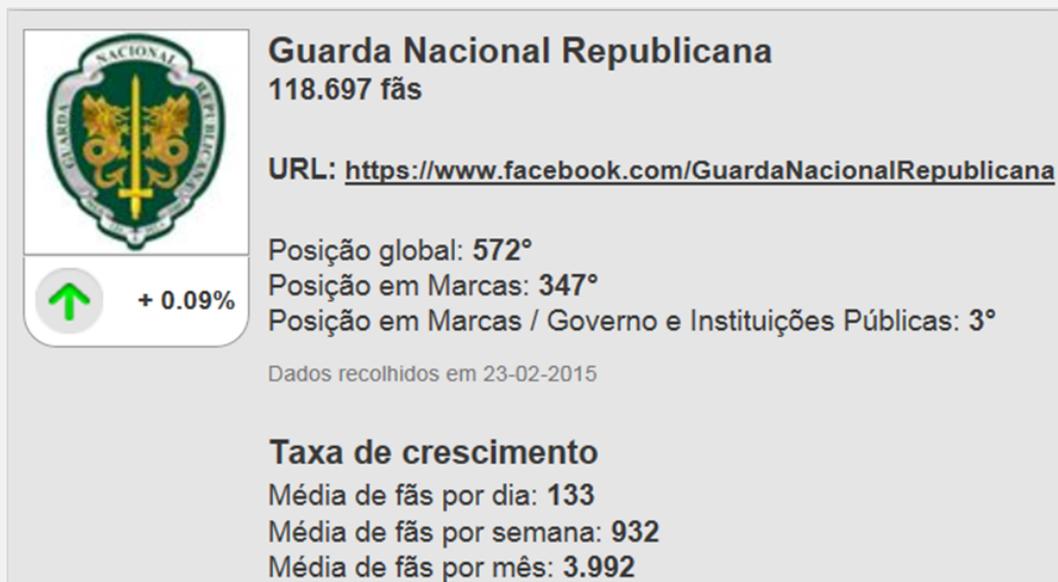


Figura 50 – plataforma Facebook 2014

As publicações efetuadas diariamente, relacionadas com a atividade da GNR, chegam a milhares de pessoas, permitindo assim divulgar as ações da Guarda, contribuindo para o seu prestígio e imagem, garantindo também uma maior proximidade e confiança dos Cidadãos na Instituição.

<sup>20</sup> Dados obtidos via <http://www.fbrankpt.com>.



## 2. PROTOCOLOS E GRUPOS DE TRABALHOS

### 2.1. PROTOCOLOS

A Guarda, no sentido de otimizar a sua resposta às mais diversas situações ou integrando-a com a de outras entidades, promoveu a celebração de um conjunto de protocolos de colaboração e de cooperação.

### 2.2. GRUPOS DE TRABALHO

A Guarda participou em diversos Comitês, Reuniões, Seminários e Grupos de Trabalho de âmbito internacional e nacional, dos quais se destacam os que se descrevem nos pontos seguintes:

- Reuniões do grupo de trabalho (Intra-MAI), com representantes desta tutela (GNR/PSP/SGMAI), de acordo com as medidas de acção do MAI, indicadas no V plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG);
- Reuniões de trabalho com a Secretária de Estado para os Assuntos Parlamentares e da Igualdade, a CIG e restantes representantes das organizações públicas e ONG'S indicados nas medidas do V plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG);
- Reuniões de trabalho com a CIG, indicados nas medidas do III Programa de acção para a eliminação da mutilação genital feminina (PARMGF 2014-2017);
- Reuniões de trabalho do grupo de trabalho (Intra-MAI), com representantes desta tutela da GNR, PSP, SEF, ANSR, PROCIV e IGAI, indicados nas medidas do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação 2014-2017;
- Reuniões de trabalho intra-GNR, com representantes do DIC, DO, DPERI, CARI, CDF e SSGNR, otimizando as medidas indicadas no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação 2014-2017.

#### ÂMBITO NACIONAL

Ao nível do Comando da Guarda foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Reuniões e ações de formação na agência Europeia FRONTEX, no âmbito da ferramenta pedagógica e operacional de deteção de veículos furtados (ADESVET);
- Em parceria com a Universidade do Minho, DGAI, PSP e Procuradoria Distrital de Lisboa e do Porto, no âmbito do Projeto Avaliação de risco para as forças de segurança, foi elaborado um instrumento de avaliação de risco, aplicável a todos os casos de violência doméstica, previsto no art 152º CP, que permite um maior rigor na justificação e suporte das fontes e no apoio à decisão dos magistrados do MP, propondo medidas de protecção e segurança às vítimas de violência. Este instrumento entrou em vigor nas forças de segurança em 01 de Novembro de 2014, tendo sido elaborada a Dop nº 1/DIC 2014.

- Em parceria, com a DGAI, no âmbito do projeto manual de policiamento de violência doméstica, foi desenvolvido um manual a ser utilizado pelos profissionais das forças de segurança com procedimentos a adotar pelas forças de segurança de acordo com a sua área de intervenção policial.
- Elaboração da brochura e folheto sobre a “Mendicidade forçada - A face invisível do tráfico de seres humanos para exploração laboral” com a coordenação do Observatório de tráfico de seres humanos, MAI, e em colaboração com Assembleia da Republica, Cáritas, Centro de acolhimento e proteção a vítimas de tráfico de seres humanos, Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Instituto de Apoio à Criança, Instituto de Segurança Social, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (conteúdo disponível em [www.otsh.mai.gov.pt](http://www.otsh.mai.gov.pt)).
- Colaboração no projeto e-mar, na produção de materiais na área da avaliação e gestão de risco, inovadores e apelativos, enquanto ferramentas de suporte à intervenção dos profissionais e entidades envolvidas nesta área; a Implementação de parcerias, formais e informais; a Realização de ações de formação que contribuam para aprofundar conhecimentos e desenvolver competências; e a Produção de materiais de informação e sensibilização. A GNR colaborou na Produção do Manual Avaliação e Gestão de Risco em Rede e no guia de bolso (ambos disponíveis em <http://www.amcv.org.pt>), em parceria com varias entidades públicas e privadas com intervenção na área da violência doméstica.
- Colaboração no estudo realizado pelo CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – UL) na Avaliação IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação (2011-2013); II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) e Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1325 (2009-2013), no que diz respeito à sua conceção, implementação, resultados, constrangimentos e potencialidades.
- A GNR esteve envolvida no projeto “Mind the Gap”, apoiando o CESIS na conceção e teste do módulo de formação sobre a “intervenção no domínio da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade pelas forças de segurança”. Para o efeito e tendo em vista a testagem do módulo de formação, foram envolvidos 15 militares investigadores das equipas de equipas de investigação e inquérito e dos NIAVE, pertencentes ao efetivo do CTer Lisboa, os quais, no final da formação, sugeriram algumas alterações de melhoria, as quais a equipa responsável pelo projeto teve em devida consideração na conceção e validação dos documentos finais (ppt e manual). Deste projeto resultaram dois recursos, um manual de formação para as Forças de Segurança e uma apresentação em PPT, tendo sido divulgados a todos os Comandos Territoriais e disponibilizados para as forças de segurança no site da extinta DGAI.
- Foi realizado um protocolo entre a APCD e a GNR. Este protocolo prevê a colaboração e o apoio entre as duas entidades, nomeadamente, durante as horas mais críticas do desaparecimento e após a localização das crianças, no âmbito das valências que ambas possuem, comprometendo-se a APCD



a fazer chegar toda a informação relevante sobre as crianças desaparecidas. Foram realizadas reuniões de trabalho a propósito do dia 25 de Maio, dia em que comemora a nível mundial as crianças desaparecidas (conteúdo disponível em [www.ap-cd.pt](http://www.ap-cd.pt)).

- Colaboração no Projeto e-maria, através do desenvolvimento de um manual europeu em avaliação de risco, cujo os objetivos são criar ferramentas que permitam um maior nível de eficácia e eficiência na proteção e segurança de sobreviventes; promover a recuperação de sobreviventes e prevenir futura vitimização; promover a colaboração junto de stakeholders envolvidos no suporte e na segurança de mulheres e crianças, bem como desenvolver redes formais e informais. Este manual reflete sobre a avaliação e gestão do risco e o seu papel crucial na melhoria da intervenção da violência doméstica e violência nas relações de intimidade, com a criação de instrumentos que promovam a segurança e proteção das sobreviventes de situações de violência. O público-alvo deste novo manual são todos os profissionais que se encontram na linha da frente dos serviços para as vítimas de violência doméstica bem como as mulheres sobreviventes que terão sessões de formação com o objetivo de acompanhar o seu processo e promover a sua autonomia (conteúdo disponível em [www.amcv.org.pt](http://www.amcv.org.pt)).
- Referência do projeto IAVE, a nível internacional no 3.º Relatório de Atividades da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e no Relatório do Conselho da Europa sobre a Convenção da proteção de crianças contra a exploração e abuso sexual de crianças, intitulado *“General overview questionnaire on the implementation of the Lanzarote convention”*.
- Em 2014, realizou-se a 3ª Ação de Formação para os Chefes dos NIAVE, frequentada por 27 militares, entre os quais estiveram representantes dos Comandos Territoriais da Madeira e dos Açores, bem como da Direção de Operações, na parte dos Programas Especiais. O objetivo inerente consiste em sensibilizar os Chefes dos NIAVE para novas temáticas e investigações académicas no âmbito do fenómeno da violência doméstica, tendo contado com a intervenção de um conjunto de entidades que versaram os temas propostos, relacionados com a violência sobre idosos, as medidas de Teleassistência a vítimas de violência doméstica, o Programa de Vigilância eletrónica de Agressores de violência doméstica, a intervenção da criminalística na violência doméstica, o Programa para agressores de violência doméstica, as Perícias Médico-legais em casos de violência doméstica e o enquadramento legal e direitos das vítimas de violência doméstica.
- Em 2014, Foram realizadas pelas forças de segurança e pela SGMAI, ações de formação de formadores para a replicação de dois produtos resultantes de dois projetos, nomeadamente, a ficha de avaliação de risco (RVD) e o manual de policiamento de violência doméstica (MPVD), a todos os profissionais destas forças que pudessem vir a ter contactos com situações de violência doméstica. Assim, na GNR, foram realizadas 5 ações de formação de formadores, com a duração de 45 horas, e 88 formandos (64 M;24F).



- Em 2014, foram realizadas 396 ações de formação, 2094 horas e formado 7223 militares (6840 masculinos e 393 femininos) no âmbito da Violência doméstica e de género, especificamente na ficha de avaliação de risco e do Novo Manual de Policiamento de Violência doméstica.
- Foram organizadas, em 2014, entre a CIG /SGMAI/GNR e PSP, duas ações de sensibilização para profissionais das Forças de Segurança (sobre “género e envelhecimento” e “orientação sexual e identidade de género”), dando assim cumprimento a duas das medidas plasmadas no V PNI para 2014.

### ÂMBITO INTERNACIONAL

A GNR esteve envolvida em projetos financiados pela União Europeia, mas promovidos por entidades policiais, conforme a seguir se discrimina:

- Formação a 13 elementos da Jandarma Turca (4 mulheres e 9 homens), mais duas civis, representantes do organismo promotor desta formação, sobre “Prevenção da Violência Doméstica contra as Mulheres”, que decorreu de 14 a 20 de setembro de 2014, na Escola da Guarda/Queluz. Nesta formação foram envolvidas as entidades nacionais competentes que têm colaborado com a Guarda no desenvolvimento do projeto de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE), nomeadamente: a SGMAI, apresentado o papel da tutela na coordenação e supervisão das atividades relacionadas com a Prevenção da Violência doméstica; o CEJ, com o enquadramento legal do Crime de Violência doméstica em Portugal; a DRGSP, apresentado o modelo de vigilância eletrónica aplicado no âmbito do crime de VD; a CIG com o serviço de teleassistência a vítimas de VD; a Associação Projeto Criar, com as técnicas de entrevista forense; a Universidade do Minho, Departamento de Psicologia, apresentando o modelo de gestão e avaliação de risco de VD. Para além deste envolvimento, houve também lugar à apresentação do projeto IAVE, e a sua divulgação, em colaboração com a Divisão de Comunicações e Relações Públicas da GNR, bem como dos Projetos Especiais que a Guarda dinamiza, que igualmente cruzam a prevenção da Violência, através do Repartição de Programa Especiais (Direção de Operações) e a visita a um dos Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, no Posto da GNR da Costa da Caparica. Para além desta visita, houve também uma visita à APAV, com uma apresentação da casa abrigo e do papel social que esta organização tem em Portugal no apoio á vítima.
- Formação na Jordânia (1 oficial masculino), entre 09 e 13 de Novembro de 2014, em “Tráfico de Seres Humanos”, fenómeno que afeta significativamente o género feminino, no âmbito do projeto GIMAT /TAIEX (“Gendarmerie Immigration Mobile Assistance Teams – GIMAT” e “Technical Assistance Information Exchange – TAIEX”).
- Participação no Projeto Leonardo da Vinci, durante o ano de 2014 (2 representantes; 1M e 1F), que culminou com a criação de um manual europeu, integrando os instrumentos de avaliação de risco



de VD para polícias de 7 países europeus, Polónia, Reino Unido, Suécia, Portugal, Bulgária, Chipre, Áustria estando disponível <http://eucpn.org>

- No âmbito da cooperação internacional, a realização de uma formação sobre o Curso de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, de 1 a 5 de Dezembro, para a Gendarmerie Royale Marocaine, constituído por três senhoras Oficiais, todas com responsabilidades no seu país na área da violência doméstica e de género. O curso que frequentaram foi todo ministrado em Francês, tendo contado com a colaboração das várias entidades públicas e ONG'S com responsabilidades e competências na área da segurança, justiça, da medicina legal e no apoio psicossocial das vítimas de violência doméstica. Para este curso, foram realizadas visitas ao IAC, com apresentação dos projectos com crianças; à CIG, com a apresentação dos planos nacionais e dos recursos disponíveis em matéria de violência doméstica e de género; ao Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, no Posto da GNR da Merceana, e à APAV, com a apresentação da instituição e do apoio que é proporcionado às vítimas de crime em Portugal. Na Escola da Guarda, a apresentação do CEJ, com o enquadramento Legal da VD, o INMLCF, com as perícias médico-legais nos crimes sexuais e a entrevista forense.
- No âmbito do ciclo político da união europeia, a Guarda participa nos projetos EMPACT ("European Multidisciplinary Platform against Criminal Threats") coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SGSSI. Assumindo a representação nacional no projecto EMPACT/OPC-MOCG ("Organised Property Crime – Mobile Organised Crime Groups"). Em consonância com o Plano de actividade Operacional para o corrente ano, decorrente das áreas que os EM consideram mais sensíveis, do ponto de vista deste tipo de crimes, e dando continuidade aos de 2012, 2013 e 2014, a aposta continua a ser na componente operacional, com a realização de operações destinadas a fenómenos criminais específicos, como o são os furtos de metais não preciosos e aos furtos em habitação.
- Participação no Projeto VISIT – "Visit Support for Identity Theft". Este Projeto, onde a GNR participa como parceiro, será implementado num período de 24 meses e tem como objetivo reunir em 4 sessões de trabalho, seguidas de uma Conferência final para a avaliação do Projeto, peritos ligados às áreas das forças de segurança, meios académicos, sector privado e da comunidade, em geral, com vista a avaliar práticas utilizadas no combate à fraude e cibercrime, num contexto da gestão de risco da informação. A sua relevância reside nas suas duas linhas de intervenção, nomeadamente prevenção e recuperação das vítimas, tendo a GNR a incumbência de dar o seu contributo para um diagnóstico interno sobre o fenómeno em Portugal, complementado pelo contacto com autoridades locais relevantes nesta matéria (ex: CNPD, DECO, PGR, FSeg), a fim de as envolver, no tocante às respetivas atribuições e competências, bem como nos projetos que neste domínio possam ter de alguma forma contribuído para ambas as linhas mencionadas, tudo numa perspetiva de colaboração entre os parceiros.
- Participação da GNR no projeto "Pol-PRIMETT II" ("Police-Private Partnership to Tackle Metal Theft - II"), o qual dá sequência ao seu antecessor, criado e desenvolvido entre 2010 e 2013, e consiste



numa parceria público-privada transnacional, englobando representantes de dez (10) Forças de Segurança e Instituições provenientes de cinco países europeus, a saber; Reino Unido, Espanha, Itália, Grécia e Bulgária, subordinado aos seguintes objetivos. O interesse identificado em aderir a este projeto, face à importância dos parceiros envolvidos, às sinergias promovidas e às estratégias para lidar de forma proficiente com o fenómeno do furto de metal não precioso, face ao impacto do mesmo a nível nacional, em geral, mas sobretudo na zona de ação da Guarda, levaram a que fosse demonstrado junto dos responsáveis a disponibilidade em participar na sua renovação, liderando uma das linhas de ação preconizadas, na figura dos “Working Packages”, dedicado às parcerias público-privadas, face à experiência da Guarda nesta matéria, por via da parceria com a PSAT (“Associação para a promoção da Segurança de Ativos Técnicos”).

O quadro seguinte descreve o conjunto de participações da Guarda nos diversos fóruns internacionais (405 militares envolvidos):

PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUNS INTERNACIONAIS	
<b>AQUAPOL</b>	
<b>Bélgica</b>	Deslocação de Equipa de Assessores da Guarda à na Jordânia Reunião do Conselho - Antuérpia
<b>Espanha</b>	Intercâmbio Militares CNC/EUROSUR com a Guardia Civil
<b>França</b>	Conselho da Aquapol - Paris
<b>Holanda</b>	Reunião do Conselho da AQUAPOL - Roterdão Reunião e Seminário AQUAPOL - Roterdão
<b>ATLAS</b>	
<b>Alemanha</b>	ATLAS SFE Final Meeting
<b>Espanha</b>	Entry Seminar - Guadalajara
<b>Grécia</b>	Fórum de Comandantes da Rede Atlas - Atenas/Grécia
<b>Hungria</b>	Atlas Commander Forum Meeting - Budapeste Atlas Medic Expert Meeting - Budapeste
<b>CARPOL</b>	
<b>Itália</b>	



## PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUMS INTERNACIONAIS

Reunião Carpol - Roma

**CEPOL****Alemanha**

Curso Cepol Policing in Europe - Munster

**Áustria**

Curso 79/2014 - ESDC Strategic Planning of EU Missions and Operations

**Bélgica**

International Conference - Direitos humanos - Bruxelas

**Espanha**

24/2014 - EEODN Explosives and CBRN - Linares

Curso Cepol Policing in Europe - Aranjuez

**Estónia**

Cepol TOPSPOC - Ljubljana

**Finlândia**

Top Senior Police Officers - Tampere

**Finlândia**

Training for SIRENE Officers

**França**

Cepol 64/2014 - "Public Order and Crowd Management" - Lognes

Curso 16/2014 - Organized Property Crime Committed Mobile Org groups

Curso 70/2014 - Community Policing

Joint Investigations and Teams Leadership - Lyon

Policing in Europe - Lyon

**Grécia**

31st CEPOL Governing Board Meeting - Atenas

Illegal Immigration, detecting tackling and repatriating - Atenas

**Hungria**

Inauguração Quartel CEPOL em Budapeste

Kick off Expert Group Meeting on the SPOPCOP Redesign - Budapeste

**Irlanda**

CEPOL TOPSPOC - Dublin

**Itália**

32.º Governing Board Meeting

**Lituânia**

Cepol 03/2014 - European Approach on Trafficking in human Beings -Vilnius



PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

**Países Baixos**

Conferência "Police Integrity Building" - Amesterdão

**Reino Unido**

Social Media Implications in Law Enforcement

**Reino Unido**

Cepol 23/2014 - COUNTER-TERRORISM "STRATEGIC" - Bramshill

Reunião Framework Partner do CEPOL

**Suécia**

Cepol 59/2014 - "Urban Violence" - Estocolmo e Solna

**CLOSEYE**

**Espanha**

Closeye Phase II Kick Off Meeting - Madrid

Joint Evaluation Session - Madrid

Meeting for Milestone - Madrid

Reunião em Madrid/Espanha

Training Session for Evaluators – Madrid

**Conferência**

**Bélgica**

Combate ao Tráfico Ilegal de Espécies da Vida Selvagem

**Espanha**

Conferência Nemátodo da Madeira do Pinheiro - Cáceres

**Espanha**

Congresso "European Resuscitation Council 20142 Bilbao

**Itália**

The Development of th e EU Capabilities for Civilian Crisis Management

**Polónia**

Conferência Anual UEFA - União Europeia - Varsóvia

**Republica Checa**

Congresso 13th AFIB Symposium - Praga

**Cooperação**

**Angola**

Equipa Técnica de sinistralidade Rodoviária - Luanda

**Espanha**

Academia Militar/GNR com a Academia Guardia Civil - Madrid

Cerimónia 170º Aniversário Fundação Guardia Civil - Cáceres



PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

Colaboração com a Guardia Civil de Huelva - Espanha  
 Condecoração do Comandante do Comando Territorial de Bragança  
 Operação EUROPOL - Recolha Info furto metais não preciosos - Espanha  
 Tomada de posse Cmdt Guardia Civil Huelva - CT Beja  
 Tomada de posse Cmdt Guardia Civil Huelva - CT Faro  
 XX Reunião de Coordenação GNR - Guardia Civil - Huelva 26JUN14  
 XXVII Cimeira Luso-Espanhola

**Jordânia**

Acompanhamento dos solípedes à Jordânia  
 Deslocação de Equipa de Assessores da Guarda à na Jordânia

**Países Baixos**

5.ª Conferencia Anual Centros de Cooperação Policial e Aduaneira

**São Tomé P.**

PCTP STP - Ação de Formação à Unidade Fiscal de São Tomé

**Timor-Leste**

Coop BilTimor-Leste – Equipa Multidisciplinar Apoio Processo Seleção da PNTL  
 Cooperação Bilateral com Timor-Leste - Assessoria 2014

**ECGFF**

**Itália**

Fórum de Guardas Costeiras - 6th Plenary Conference

**EFI**

**Itália**

1.ª Sessão do 4.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 1.ª Sessão do 5.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 1.ª Sessão do 6.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 2.ª Sessão do 4.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 2.ª Sessão do 5.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 2.ª Sessão do 6.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 3.ª Sessão do 4.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 3.ª Sessão do 5.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator  
 3.ª Sessão do 6.º Curso "Basic Level Course Economic Financial Investigator

**EMPACT**

**Países Baixos**

Empact Organized Property Crime Meeting -Haia  
 Kick-off Meeting em Haia



PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

**Países Baixos**

Empact Organized Property Crime Meeting -Haia

**EUPST**

**Bélgica**

Reunião European Union Police Training Project - Bruxelas

**Itália**

Reunião Preparatória do exercício do EUPST - Vicenza/Itália

**EUROGENDFOR**

**Espanha**

Reunião do Conselho Financeiro da EGF

**França**

CIMIN da EUROGENDFOR - Paris

Reunião do CIMIN - Paris

Reunião Extraordinário do Grupo de Trabalho da EGF

Reunião Grupo trabalho da EUROGENDFOR - Paris

**Itália**

Reunião Grupo de Trabalho EUROGENDFOR - Vicenza

**Polónia**

Reunião do Grupo de Trabalho da EGF - Varsóvia

**Roménia**

Reunião Conselho Financeiro da EGF

**EUROMED**

**França**

3.ª Conferência Regional do Projeto EUROMED POLICE III

**EUROMED**

**Itália**

Projeto EUROMED III - Roma

Reunião Preparatória terceira reunião Comandantes e Diretores-Gerais

**EUROPOL**

**Haia**

Convenção "European Police Chiefs Convention" - Haia

EUROPOL Reunião OP DECEBALAUS - Haia

**Holanda**

Seminário "6th EU US Explosives Experts" - Haia

**Países Baixos**



## PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUMS INTERNACIONAIS

EUROPOL 2th EU Metal Theft Conference - Haia

Reunião "InviCrimeNet Annual General Meeting"

**Países Baixos**

Reunião EMPACT JAD Planning Meeting - Haia

**EUROSUR**

**Bélgica**

2nd Meeting of the Eurosur Handbook Expert - Bruxelas

3rd Meeting of the Eurosur Handbook Expert - Bruxelas

6th Meeting on EUROSUR Handbook Expert Group - Bruxelas

**Bélgica**

1.º Meeting of the Eurosur Handbook Expert

4.º Meeting of the Eurosur Handbook Expert

5th Meeting of the Eurosur Handbook Expert - Bruxelas

**FIEP**

**Espanha**

Reunião da Comissão de Assuntos Europeus - Madrid

**França**

Intercâmbio de Alunos FIEP

**Itália**

Cimeira de Comandantes e Diretores-Gerais - Vicenza

Comemorações do Aniversário dos Carabinieri e FIEP - Roma

Reunião Preparatória da Cimeira FIEP - Vicenza

**Jordânia**

Reunião da Comissão de Recursos Humanos - Amã

TAIEX - GIMAT Training - Amã

**Marrocos**

Viisita Exmo. Comandante-Geral a Marrocos

**Países Baixos**

200 Aniversário da Royal Marechaussee

**Qatar**

Reunião Novas Tecnologias e Logística

**Turquia**

Visita Exmo. Comandante-Geral à Turquia

**Formação**

**Brasil**



PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

Identificação de Madeiras Tropicais - Manaus

**Chile**

Cursos de Operações Especiais nos Carabineros de Chile

**Espanha**

Curso Básico de Especialistas em Informação - Valdemoro

Curso de Tacógrafos na Guardia Civil - Mérida

Curso Superior de Especialistas de informação -Valdemoro

I Curso de Profesor Intervencion Operativa - Logronho

**Irlanda**

Curso "Homemade Explosives" - Dublin/Irlanda

Homemade Explosives

**Bélgica**

Combate ao Tráfico Ilegal de Espécies da Vida Selvagem

Reunião de Peritos de Segurança Rodoviária

**Espanha**

Curso de Cirurgia Equina - UABarcelona

Curso de Estado Maior Conjunto - Guardia Civil

I Congresso Internacional de Unidades Caninas - Cádiz

**Espanha**

Congresso "European Resuscitation Council 20142 Bilbao

**França**

Reunião de alto nível âmbito G-4

**Itália**

Exercício na EUPST - Vicenza

**Tadjiquistão**

Human Rights in Counter-Terrorism and Border Security Training

**Tajiquistão**

1.º curso Boarder Management da OSCE - Formação

**FRONTEX**

**Bulgária**

Operação Poseidon Land Extension - vertente DogHandler - Elhovo/Bulgária

Operação Poseidon Land Extension - vertente TVV - Elhovo/Bulgária

**Espanha**

1st EPN Common Patrols - Málaga/Espanha

1st EUROSUR Expert Group Meeting - Madrid



## PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUMS INTERNACIONAIS

Frontex - Reunião de Avaliação da JO EPN Minerva - Madrid

**Estónia**

European Course for canine Instructors - 3.º Módulo - Tallin/Estónia

**Grécia**

Operação Poseidon Sea - Vertente CPB - Samos/Grécia

Operação Poseidon Sea - Vertente TVV - Samos/Grécia

Poseidon Sea - Reunião Avaliação 2014 e planeamento 2015 - Atenas

Workshop on Frontex Compatible operational Image - Piraeus/Grécia

**Lituânia**

European Course for canine Instructors - 2.º Módulo - Kaliskiu/Lituania

**Malta**

Conferência "Information Exchange" - Valleta

**Noruega**

European Course for canine Instructors - 4.º Módulo - Kongsvinger/Noruega

**Polónia**

1st EUROSUR ALUG Meeting - Varsóvia

2nd EUROSUR ALUG Meeting - Varsóvia

2nd EUROSUR Expert Group Meeting - Varsóvia

2nd EUROSUR Network accreditation Meeting - Varsóvia/Polónia

3rd EUROSUR ALUG Meeting - Varsóvia

3rd EUROSUR Communication Network Accreditation Meeting - Varsóvia

3rd EUROSUR Expert Group Meeting - Varsóvia

4th ALUG Meeting - 19NOV - Varsóvia

4th EUROSUR Expert Group Meeting - Varsóvia

Common Patrols Follow Up Workshop - Varsóvia

European Day for Border Guards - Varsóvia

Frontex 3rd EUROSUR Application Training - Varsóvia

Frontex Bilateral Talks - Varsóvia

Frontex Press Officers' Meeting - 29/30OUT - Varsóvia

**Roménia**

European Course for canine Instructors - Sibiu/Roménia

Frontex European Course for Canine Instructors - Assessment - Sibiu

**Grupos Trabalho****Bélgica**

EU Explosive Detection Dog working Group - Bruxelas



PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

**Polónia**

EU Explosive Detection Dog working Group - Ludan

**ISITEP**

**Bélgica**

Fórum ISITEP - Bruxelas

**ITACAR**

**Haia**

Joint Operation ITACAR - Haia/ Países Baixos

**LDV**

**Bulgária**

Projeto Leonardo da Vinci - 7.ª e 8.ª Mobilidade

**Polónia**

Projeto Leonardo da Vinci - 9ª Mobilidade - Varsóvia

**NET-KARD**

**Espanha**

Conferência Internacional Projeto NET-KARD - Madrid

**OLAF**

**República Checa**

Conferência Anual do Grupo de Trabalho Task Group Cigarettes

**Outros Fóruns**

**Bélgica**

Reunião de Peritos de Segurança Rodoviária

**França**

Reunião de alto nível âmbito G-4

Reunião INTERPOL - ECEC Advisory Board - Lyon

**França**

Interpol Support Coast Guards in Tackling illegal and associate activities

**Holanda**

Reunião da DSI (Forças de Intervenção)

**Itália**

Pilot Project on Unaccompanied Minors - Roma

**Mónaco**

83.ª sessão da Assembleia-Geral OIPC - INTERPOL

**Suécia**

Enlets and Encounter



PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUMS INTERNACIONAIS	
<b>PERSEUS</b>	
<b>Grécia</b>	<p>General Assembly and Demonstration Event - Atenas</p> <p>II Camapnhas no Leste - Creta</p>
<b>POL-PRIMETT</b>	
<b>Itália</b>	<p>Pol-Primett II - Reuniões em Roma</p>
<b>Reino Unido</b>	<p>Pol-Primett II - Reuniões de Peritos - Londres</p>
<b>RAILPOL</b>	
<b>Alemanha</b>	<p>Reunião do Grupo de Trabalho "Counter Terrorism" Munique</p> <p>Reunião Presidentes dos Grupos de Trabalho da Railpol</p>
<b>Bélgica</b>	<p>Conferência e Aniversário da RAILPOL - Bruxelas</p>
<b>Bulgária</b>	<p>Reunião do Grupo de Trabalho "CRIME" Sofia</p>
<b>Itália</b>	<p>Reunião Grupo de Trabalho RAILPOL "Crime" - Roma/Itália</p>
<b>Letónia</b>	<p>Reunião Grupo Trabalho "CRIME" Riga/Letónia</p>
<b>Países Baixos</b>	<p>Reunião do Grupo de Trabalho "strategic analysys" - Haia</p>
<b>SAGRES</b>	
<b>Bélgica</b>	<p>Reunião Técnica em Bruxelas - Projetos</p>
<b>SEABILIA</b>	
<b>Bélgica</b>	<p>Conferencia Final do Projeto</p>
<b>SEAHORSE</b>	
<b>Espanha</b>	<p>Projeto SEAHORSE Mediterranean Technical Meeting - Madrid</p> <p>Reunião Steering Committee Projeto "SEAHORSE"</p> <p>Reuniões Técnicas Seahorse/Sattelites/NCC - SIVE-SIVICC - Madrid</p>



PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

**SIVE SIVICC**

**Espanha**

Kick Off Meetings Satélites e SIVE/SIVICC - Madrid

Reuniões Técnicas Seahorse/Sattelites/NCC - SIVE-SIVICC - Madrid

**SOMEC**

**Letónia**

Convite participação no Working Group - Riga

**Países Baixos**

Final Clonference - Haia

**TISPOL**

**Bélgica**

Reuniões do Conselho e do Grupo Operacional

**Reino Unido**

Reunião do Conselho da Tispol

Reunião dos Grupos Operacionais

**VISIT**

**Reino Unido**

VISIT - Victim Support for identity Theft Kick Off Meeting - Manchester

**Visitas**

**Bélgica**

Jornadas Temáticas da SAT - Bruxelas

**Espanha**

Comemorações do Dia da Guardia Civil - Huelva

Comemorações do Dia da Guardia Civil - Jerez de los Caballeros

Comemorações do Dia da Guardia Civil - Salamanca

I Congresso Internacional de Unidades Caninas - Cádiz/Espanha

Participação evento cinotécnico Espanha

Reunião de esclarecimento/Formação no âmbito da segurança - Badajoz

Visita à Guardia Civil - Direccion Adjunta Operativa

Visita Comandante Operacional ao CCP - Algeciras

Visita do CPOS/GNR à Guardia Civil

Visita Exmo Comandante-Geral Guardia Civil

Visita Plataforma E-Learning da Guardia Civil

**Israel**

Visita à Sede Empresa IAI -ELTA Systems - Israel



## PARTICIPAÇÕES DA GUARDA NOS DIVERSOS FÓRUMS INTERNACIONAIS

**Países Baixos**

Anúncio Mundial Poliscan da Vitronic - Amesterdão

**Reino Unido**

Visita Farnborough International Airshow 2014 - Reino Unido

**S. Tomé Príncipe**

Visita à Exposição do Centenário da Guarda

Figura 51 – Participações da Guarda nos diversos fóruns internacionais

### 3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O balanço da atuação internacional da Guarda Nacional Republicana, quer com militares isolados, quer com Forças constituídas, em missões internacionais, em ações de cooperação técnico policial ou em cargos exercidos em Organizações Internacionais ou integrados em comissões de Associações ou ainda, adveniente do empenhamento policial combinado, pode ser sumarizado e articulado, nos seguintes pontos:

#### 3.1. GESTÃO CIVIL DE CRISES

##### 3.1.1. PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL EM MISSÕES DA UE/ONU

No ano de 2014, a Guarda integrou as Missões EULEX Kosovo (Kosovo) e a EUMM Geórgia, com um Oficial e uma Sargento. No âmbito da ONU, participou na UNIOGBIS (Guiné Bissau), com uma Oficial.

#### 3.2. COOPERAÇÃO POLICIAL AO NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA (OPERAÇÕES EUROPEIAS)

##### 3.2.1. FRONTEX

No quadro da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), a Guarda, para além de participar em diversas reuniões, seminários e workshops, com o intuito de criar doutrina e promover métodos e instrumentos de formação comuns ao nível da cinotécnica, participou nas seguintes Operações Combinadas:

Operação (designação)	Local	Meios	Datas	
			Início	Fim
Joint Operations (JO) Poseidon Land Extension 2013 - Dog Handler	Bulgária	1 Viatura; 1 Binómio	16-Jan	27-Mar
JO Poseidon Land Extension 2013	Bulgária	1 Viaturas; 4 Militares	16-Jan	27-Mar
JO Poseidon Sea 2014	Grécia	1 Viaturas; 4 Militares	31-Mai	01-Set
JO Poseidon Sea 2014	Grécia	1 Embarcação; 1 viatura; 9 Militares	31-Mai	01-Set
JO European Patrols Network MINERVA – Dog Handler	Espanha	2 Viatura; 4 Binómio	27-Jul	19-Ago

Figura 52 – Operações combinadas Frontex

##### 3.2.2. OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA ITACAR

A Operação ITACAR, organizada pela Presidência italiana, visou o combate ao crime automóvel transfronteiriço. A Guarda empenhou meios na referida operação, de acordo com os trabalhos desenvolvidos no WG CARPOL.

O balanço positivo, para Portugal redundou na fiscalização de 26.555 veículos e 51 detenções.

No âmbito da criminalidade automóvel com repercussões transfronteiras, a Guarda assegurou o exercício da função de Ponto de Contacto Nacional, garantindo a ligação entre as Forças e Serviços de Segurança (FSS) nacionais e congéneres Europeias, no capítulo da troca de informações e do apoio a ações operacionais CARPOL, tendo participado nas reuniões de pontos de contacto Europeus.



### 3.2.3. OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA “FURTO E RECETAÇÃO”

A Guarda participou na Operação Conjunta “Arquimedes”, que visou os crimes contra a propriedade praticados pelos “Mobile (itinerant) Organised Crime Groups”. A finalidade consistiu em reduzir a capacidade dos grupos de agentes dos crimes itinerantes se envolverem em atividades criminosas. A operação decorreu em coordenação com as restantes Forças e Serviços de Segurança e demais organismos com competência na matéria, bem como, em articulação com a Autoridade Tributária (AT) e com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Foram efetuadas 49 ações em locais suspeitos, 113 ações em Operadores de Gestão de Resíduos e 271 ações em meios de transportes, bem como fiscalizadas 769 pessoas e 1.535 viaturas, das quais resultaram 1 detenção, 12 apreensões de viaturas e 57 apreensões de mercadorias.

### 3.2.4. OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA “RECOLHA DE INFORMAÇÃO SOBRE FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS”

A Operação Conjunta, visou a fiscalização intensiva do transporte de metais não preciosos e atividades dos Operadores de Gestão de Resíduos. A Guarda desenvolveu esta operação em coordenação com as restantes Forças e Serviços de Segurança e demais organismos com competência na matéria, bem como em articulação com a Autoridade Tributária (AT) e com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Foram efetuadas 19 ações em locais suspeitos, 139 ações em Operadores de Gestão de Resíduos e 349 ações em transportes, bem como fiscalizadas 678 pessoas e 2.398 viaturas, das quais resultaram 7 detenções e 2 apreensões de materiais.

### 3.2.5. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “RAILPOL”

Foram executadas três Operações Conjuntas no âmbito da RAILPOL: “7th 24BLUE RAIL ACTION DAY”, “8th Rail Action Day - 24BLUE/RED GOLD”, e “CLEAN STATIONS”. Esta iniciativa visou realizar controlos simultâneos nas principais linhas ferroviárias europeias, contribuindo para o aumento do sentimento de segurança nos utentes das redes ferroviárias, para além de ter potenciado a eficácia no combate ao crime.

As operações privilegiaram a atuação para deteção de situações suspeitas de crimes e incivilidades, tais como o tráfico de pessoas, armas e explosivos, imigração ilegal, furto de metais não preciosos (em estações, linhas ferroviárias e sinalização), grafitis em estações e comboios, furtos/roubos em estações e comboios, tráfico de estupefacientes, bem como, através de situações de fiscalização ambiental (nomeadamente transporte ilegal de espécies protegidas e produtos proibidos).

A Guarda executou estas operações em estreita coordenação com a CP, a REFER e a FERTAGUS.

Foram efetuadas 566 ações em Estações Ferroviárias e 746 ações em Comboios, bem como fiscalizadas 8.744 pessoas e 4.341 bagagens, permitindo detetar 31 crimes e 12 situações suspeitas de serem qualificadas de imigração ilegal, as quais resultaram na detenção de 12 pessoas.

### 3.2.6. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “TISPOL”

A Guarda participou em 13 operações internacionais TISPOL: três “TRUCK AND BUS”; duas “SEATBELT”; duas “SPEED OPERATION”; duas “ALCOHOL AND DRUGS”; uma “TECHNICAL CHECK”; duas “BUS” e uma “FRAUD AND MANIPULATION”.



Estas operações visaram a fiscalização da circulação rodoviária, nas principais vias terrestres do país, com o intuito de reduzir o flagelo das mortes nas estradas. Nas operações, foram fiscalizados em Portugal: 117.290 condutores, que redundou no registo de 520 crimes e 30.301 contraordenações.

### 3.2.7. EUROPOL

A Guarda manteve o nível de empenhamento, dando resposta aos pedidos recebidos da Unidade Nacional. No cômputo geral, realizou pedidos e consultas para satisfação das necessidades operacionais, participou em diversos fóruns promovidos pelo Serviço de Polícia Europeu e integrou o ficheiro de análise (AWF) SMOKE, dedicado ao contrabando de tabaco.

No âmbito desta organização, participou ainda na reunião anual de Diretores das Forças de Polícia.

### 3.2.8. CEPOL

No quadro do Colégio Europeu de Polícia (CEPOL), a Guarda assumiu, durante o 2º semestre de 2014 (e até ao final do 1.º semestre de 2015), responsabilidades como ponto de contacto nacional, a par da sua participação em cursos e programas de intercâmbio, da organização de cursos em Portugal e do apoio a ações formativas realizados no estrangeiro.

Nas participações com peritos e formandos nos cursos CEPOL, destacam-se:

- Markets Related to Illegal Immigration Detecting/Tackling/Repatriating;
- European approach on trafficking in human beings;
- Organized property crime committed by mobile organized crime groups;
- Counter-Terrorism (strategic);
- EODN Explosives and CBRN;
- Social media Implications for Law Enforcement;
- Joint Investigation and Team Leadership;
- Policing in Europe - modulo 1, 2 and 3;
- Urban Violence;
- TOPSPOC - module 1, 2, 3 and 4;
- Public order and crowd management - step 1 and 2;
- Community policing;
- The Strategic Planning Process of EU Missions and Operations.
- Nas referidas ações de formação estiveram envolvidos 19 militares.

Em relação à organização em Portugal dos cursos CEPOL, evidenciam-se os seguintes:



- MMA - Mentoring, Monitoring and Advising – Tasks – 29 participantes;
- SPOPCOP - Senior Police Officer Planning and Command Course for Crisis Management – 22 participantes;
- European Internal Security Strategy – 30 participantes.

Nestas ações participaram um total de 75 elementos de forças policiais europeias, de diferentes nacionalidades.

### 3.2.9. FORMAÇÃO E TREINO INTERNACIONAL

Neste quadro específico, destaca-se a participação em projetos internacionais de treino e formação, de onde se evidenciam os projetos EUROMED III, EUPST e Leonardo da Vinci.

O projeto EUROMED III, procurou o reforço da cooperação policial e melhoria da formação, bem como promover a partilha de experiências, conhecimentos e boas práticas com Países e territórios parceiros do European Neighbourhood and Partnership Instrument (ENPI), nomeadamente: Argélia, Egípto, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Palestina, Tunísia e Síria. Na senda, a Guarda organizou em Portugal duas conferências internacionais:

A “4th Conference of Heads of Police/Gendarmerie Academies from South Mediterranean Countries”, subordinada ao tema “Physical training, use of non-lethal weapons”, entre 11 e 13 de fevereiro, com o apoio de outros dois países da UE (Luxemburgo e Holanda) e de um país apoiante do Mediterrâneo Sul (Argélia).

A “4th Information Session for Members of Special Intervention Units”, subordinada ao tema “Attack against sea-borne vessels”, entre 31 de março e 03 de abril, com o apoio de outro país da UE (Espanha) e de um país apoiante do Mediterrâneo Sul (Marrocos).

O projeto EUPST (European Union Police Service Training) visa promover, entre os Estados-Membros da UE e de Estados Terceiros, capacidades para intervir em cenários de crise, em quatro áreas prioritárias: Policial, Estado de Direito, Administração e Proteção Civil. Neste âmbito foi assegurada a participação num curso/exercício internacional em Vicenza (Itália).

O Programa Leonardo da Vinci foi implementado e financiado pela Comissão Europeia, estando orientado para as políticas de formação e aquisição de competências, que habilitem os destinatários ao cumprimento de tarefas de natureza policial.

A Guarda participou, como parceira, no Projeto “PLM International Mobility for Better Skills and Safer European Society”, em cooperação com a entidade coordenadora – a Casa da Educação. O empenhamento da Guarda objetivou-se em três ações de formação, de 15 dias cada, destinadas a capacitar 10 formandos (3 Oficiais e 7 Sargentos), da Gendarmerie Romena, do Condado de Timisoara, para a execução de tarefas de natureza policial (prática e teórica), num total de 30 formandos.

No âmbito deste Programa, foi também concluída a participação no projeto “Standardized tools of domestic violence risk assessment - strengthening the professional capacity of European police officers”, onde a Guarda teve um papel ativo na participação das várias “Mobilidades” (Reuniões e Workshops) previstas no projeto, redundando na caracterização da situação nacional sobre a avaliação do risco de Violência Doméstica, integrada no relatório final e na disseminação do teor do projeto.

### 3.2.10. OUTROS FÓRUNS

A Guarda manteve o seu empenhamento nas atividades da TISPOL (“European Traffic Police Network”), da EODN (“European Explosive Ordnance Disposal Network”), da Rede ATLAS (Forças antiterrorista), do EMPACT (“European



Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”), da POL-PRIMETT (Parceria publico-privada para combate ao furto de metais), da EnviCrimeNet (Environmental Crime network), bem como da Rede IMPEL/TFS (“European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law/Transfrontier Shipments of Waste”), financiada pela UE e dedicada ao controlo transfronteiriço de resíduos.

Relativamente a eventos organizados em Portugal, destaca-se:

- A realização, durante o mês de maio de 2014, da 31ª Strategic Conference, da RAILPOL, que contou com a presença de 32 representantes de 16 países e cuja abertura dos trabalhos foi efetuado pelo Exmo. Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, Dr. Fernando Alexandre;
- Conferência Anual da POLPRIMETT e reunião de peritos, em outubro de 2014, presidida pelo Exmo. Ministro da Administração Interna (à data), Dr. Miguel Macedo.
- De mencionar ainda, a participação da Guarda, através da Unidade de Controlo Costeiro (UCC), na AQUAPOL (Associação de Forças de Polícia com competências nos domínios marítimo e fluvial, que conta com um forte apoio por parte UE, sendo financiada pela Comissão Europeia). A rede visa, genericamente, melhorar a cooperação entre as Forças Policiais Europeias, nos domínios referidos, numa base prática e diária, promove a realização de operações combinadas de controlo e fiscalização, a partilha de boas práticas, a troca de informações, a harmonização de procedimentos e a participação em projetos da UE.
- Ao nível dos Comitês e Grupos de Trabalho da UE, a Guarda manteve uma política de contenção, por motivo das restrições de natureza orçamental, o que reduziu a sua participação em alguns fóruns, procurando assegurar o envio de contributos à Tutela, no âmbito da elaboração das propostas e das respostas nacionais apresentadas.

### 3.3.COOPERAÇÃO AO NÍVEL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Durante o ano de 2014, a Guarda, a par das demais Forças e Serviços de Segurança, integrou o Conselho de Chefes de Polícia da CPLP, coordenando algumas das Comissões de Peritos constituídas, designadamente a de Proteção da Natureza e do Ambiente, da Rede Mulher Polícia e de Gestão Civil de Crises, no âmbito das quais foram realizadas, em Portugal, as seguintes ações no ano de 2014:

- Reunião do Grupo Técnico da Rede Mulher Polícia, no Comando-Geral da Guarda, entre 26 e 28 de Fevereiro, para definição do Plano de Ação até 2015;
- Ação de formação em matéria ambiental, destinada aos Países CPLP, conjuntamente com a Polícia Federal do Brasil e com a colaboração da Interpol, em Lisboa, entre 06 e 10 de Outubro.

No quadro específico dos programas de cooperação técnico-policial, com os países da CPLP, com apoio da Secretaria-Geral do MAI e em coordenação com o Instituto da Cooperação e da Língua, foram executas as seguintes ações:

#### 3.3.1. CABO VERDE:

1 Curso de Ordem Pública - Reciclagem ao Corpo de Intervenção (CI), ministrado por 3 formadores da Guarda, no período de 07 de Setembro a 04 de Outubro, tendo sido frequentado por 32 formados da Polícia Nacional de Cabo Verde;



### 3.3.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:

1 Ação de Formação à Unidade Fiscal e Aduaneira da PNSTP, ministrada por 2 formadores da Guarda, no período de 25 de Outubro a 15 de Novembro e frequentado por 48 formandos da PNSTP;

1 Curso de Formação de Formadores na Área do Trânsito, ministrado por 2 formadores da Guarda, no período de 13 de Setembro a 03 de Outubro, frequentado por 11 formandos desta Polícia.

### 3.3.3. GUINÉ-BISSAU:

1 Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, executado por 2 formadores da Guarda, no período de referência de 29 de Novembro a 23 de Dezembro e frequentado por 20 formandos da Guarda Nacional e da Polícia de Ordem Pública da Guiné Bissau.

### 3.3.4. TIMOR-LESTE

No quadro do Protocolo de Cooperação entre a República Democrática de Timor-Leste e a República Portuguesa, em matéria de Segurança Interna, vem sendo dada continuidade ao processo de formação dos Agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e da Assessoria ao Secretário de Estado da Segurança.

No âmbito da formação, foi prestada assessoria à preparação e execução do 2º Concurso Público de Admissão aos 3º e 4º Cursos de Formação de Agentes da PNTL, à formação do 2º Curso de Formação de Agentes da PNTL e ao planeamento/coordenação, avaliação e controlo do 3º Curso de Formação de Agentes da PNTL, com o empenhamento de dois Oficiais e doze Sargentos.

Na mesma linha, três Oficiais garantiram a assessoria junto da Secretaria de Estado da Segurança, exercendo funções de apoio direto ao Secretário de Estado e a áreas específicas da estrutura da PNTL.

Adicionalmente, um militar da Guarda mantém-se, desde 2011, a desempenhar funções na Secretaria de Estado da Juventude, como preparador/treinador da Seleção Nacional de Atletismo (este projeto foi desenvolvido por iniciativa Presidencial, com vista à preparação da equipa para os Jogos Olímpicos).

Por fim, na sequência de um pedido expresso de Timor Leste, para apoio especializado (recursos humanos e equipamentos técnicos), na área da seleção médica e da execução de testes psicotécnicos a todos os candidatos do 3º e 4º Curso de Agentes da PNTL, foi projetado um grupo de 5 militares no mês de Junho de 2014, por um período de 2 meses.

O planeamento delineado vem sendo cumprido na íntegra e a qualidade do trabalho desenvolvido, assim como os excelentes resultados alcançados, vêm sendo reconhecidos, potenciando a cooperação entre as duas Forças e, especialmente, entre os dois Países.

### 3.3.5. OUTROS

No âmbito da cooperação bilateral com outras Forças de Segurança da CPLP, foram realizadas algumas visitas técnicas, destacando-se, a cooperação com a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e com a Polícia Nacional de Angola (PNA).

Saliente-se, contudo, neste domínio, as inúmeras visitas à Guarda, algumas das quais de alto nível, necessariamente direcionadas para a capacitação e troca de experiências entre as diversas Forças de Segurança dos países desta Comunidade, destacando-se ainda a preparação das Forças de Segurança Brasileiras para a segurança da Fase Final do Campeonato Mundial de Futebol 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

### 3.4.COOPERAÇÃO BILATERAL COM O REINO DE ESPANHA

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a Guardia Civil (GC), merece especial destaque, tanto pelo volume das ações de cooperação e de troca de informações, como pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito do “Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil do Reino de Espanha”, assinado em 31 de março de 2009, em Lisboa, realizaram-se, em 2014, reuniões de coordenação a nível nacional, regional e local, operações de controlos móveis, entre outras operações policiais combinadas, e um sem número de ações de troca de informações, formais e informais, a par de uma intensa cooperação no capítulo da formação, destacando-se, a este nível, o intercâmbio de oficiais entre a GNR e a GC com vista à frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto ministrado por ambos os países.

Destaca-se a operação conjunta desenvolvida no âmbito da final da liga dos Campeões Europeus de Futebol, realizada em Lisboa, a missão conjunta entre a GC e a GNR para resgate de um português desaparecido nos Picos das Europa, bem como a estreita cooperação iniciada entre a JUER (Jefatura de Unidades Especiales y de Reserva) da GC e a Unidade de Intervenção da GNR.

No âmbito da atividade policial de controlos móveis foram desenvolvidas as seguintes atividades:

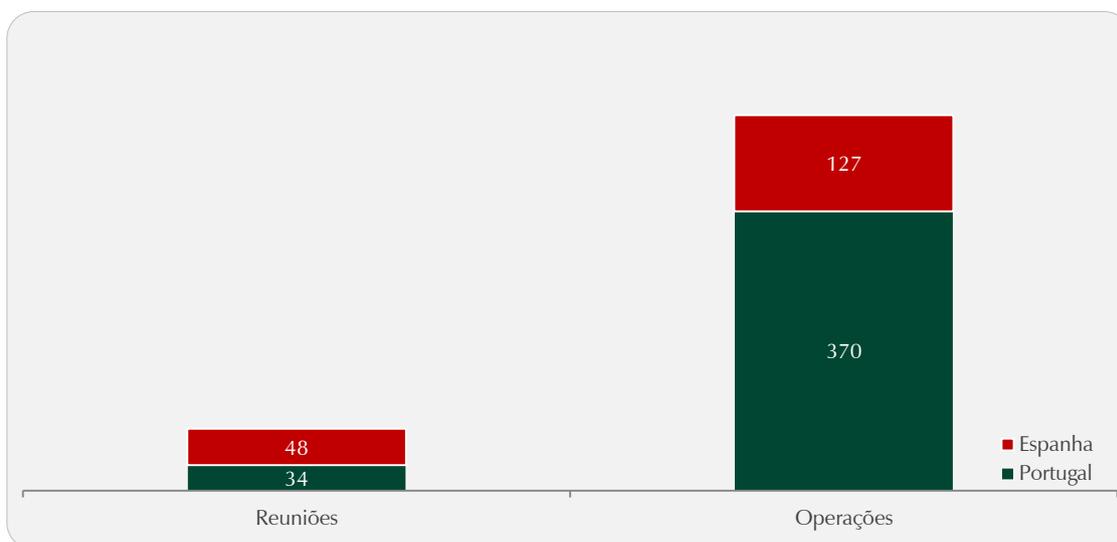


Figura 53 – Reuniões e operações de controlos móveis

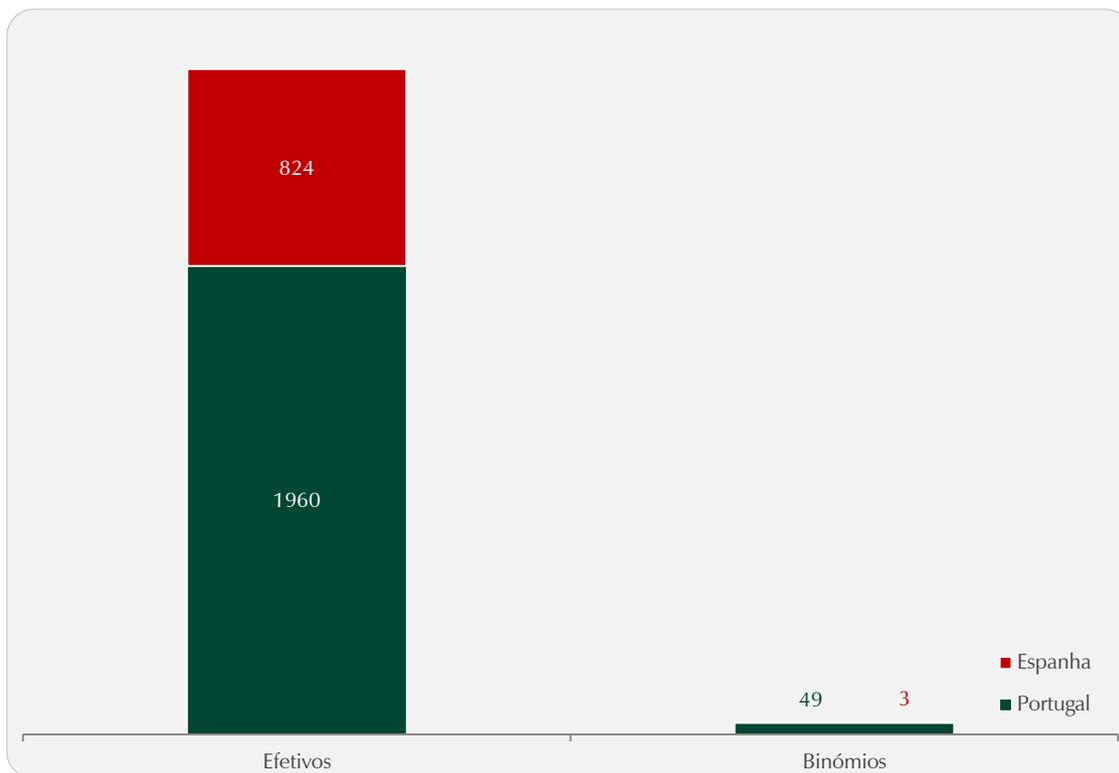


Figura 54 – Mapa de Pessoal para 2014

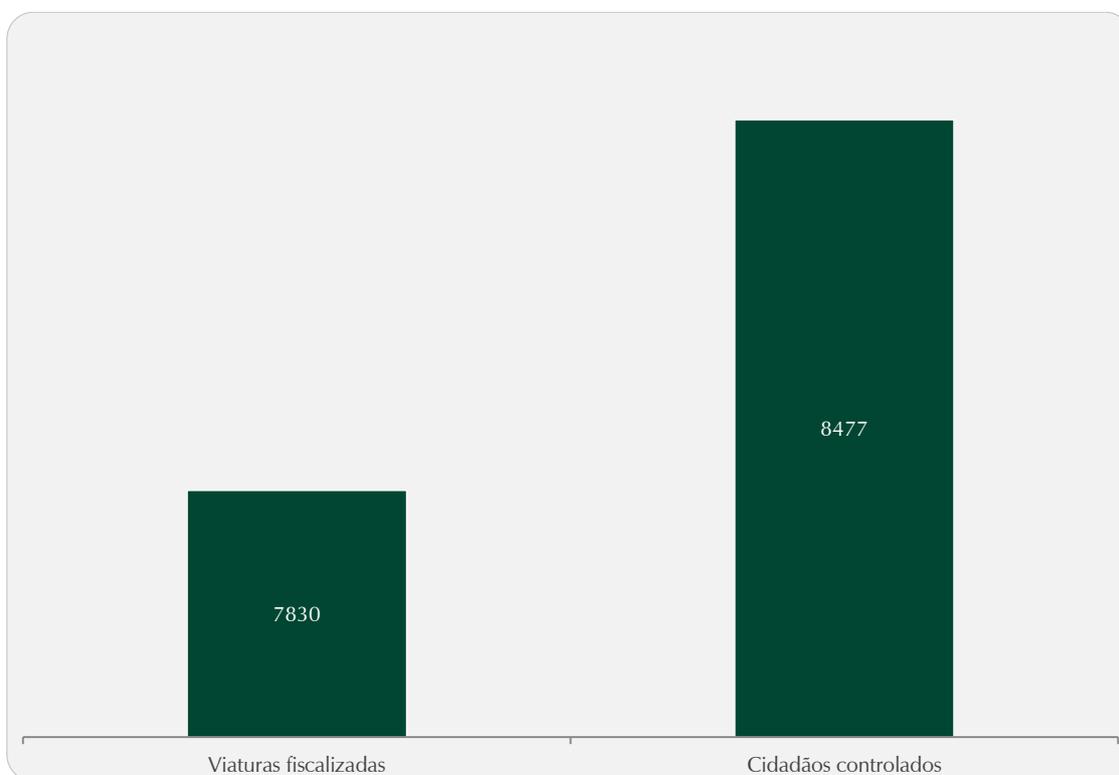


Figura 55 – Controlo de viaturas e cidadãos

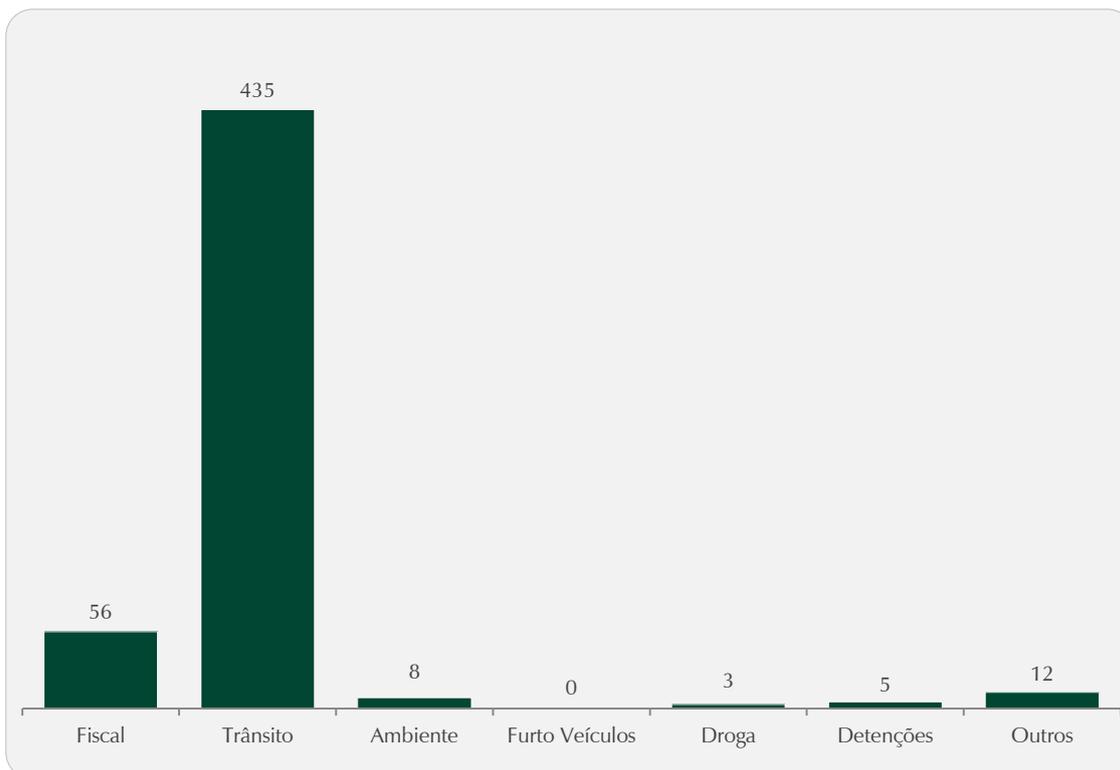


Figura 56 – Autos elaborados

### 3.4.1. OPERAÇÃO CONJUNTA “PÁSCOA 2014”

No âmbito das férias, a Guarda, em coordenação com a GC, desenvolveu ações de fiscalização nos principais itinerários de acesso às fronteiras terrestres de Vilar Formoso, Caia e Vila Real de Santo António, com particular incidência no controlo dos autocarros contratados para o transporte de jovens, com vista à deteção de estupefacientes.

Foram fiscalizados 354 veículos e apreendidas quantidades residuais de haxixe e liamba. As reduzidas quantidades de droga encontradas traduzem a eficácia da ação preventiva desenvolvida nos últimos anos.

### 3.4.2. OPERAÇÃO CONJUNTA “MATERIAIS NÃO PRECIOSOS”

A GNR e a GC realizam uma operação conjunta de fiscalização intensiva aos meios de transporte de metais não preciosos e aos Operadores de Gestão de Resíduos, orientando as ações de fiscalização para as vias potencialmente usadas para o escoamento dos materiais furtados e para os locais suspeitos de efetuar a sua recetação, constituindo para o efeito equipas mistas (GNR e GC).

Foram efetuadas 22 ações em Operadores de Gestão de Resíduos e 65 ações em transportes, das quais resultaram 3 detenções e 1 apreensão de material, bem como, o encerramento de 5 empresas.

## 3.5. EUROSUR

No seguimento da adoção por Portugal, do Regulamento (UE) N.º 1052/2013, desde 2 de dezembro de 2013, que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR), foi formalmente implementado na Guarda Nacional Republicana/Unidade de Controlo Costeiro o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR). Este projeto



pretende contribuir para o reforço da troca de informações e da cooperação operacional entre as autoridades nacionais europeias, com missões de vigilância de fronteiras e a FRONTEX, de forma a assegurar uma eficaz prevenção e repressão contra as atividades ilegais e criminosas imigração irregular, contrabando (incluídos crimes aduaneiros), tráfico de estupefacientes e terrorismo assim como contribuir para garantir a proteção e a salvaguarda da vida dos migrantes nas fronteiras externas marítimas e terrestres da EU.

A Guarda também participou em várias reuniões da UE (DGHOME) e tem vindo a contribuir para a definição do EUROSUR MANUAL EXPERT GROUP (Manual EUROSUR).

### 3.6. INICIATIVAS MULTILATERAIS

Decorrente das relações multilaterais desenvolvidas no quadro da Associação FIEP, a Guarda vem mantendo estreita cooperação com a Jandarma Turca, com a Gendarmerie Jordana, com Gendarmerie Real Marroquina, com a Força de Segurança Interna do Qatar e com a Polícia Real de Omã, essencialmente para as respetivas capacitações nas vertentes de cavalaria e ordem pública, entre outras ações de formação específicas, ministradas em Portugal durante o ano de 2014. Especial destaque para o caso da Jordânia, sendo que, por pedido expresso pelo próprio Rei, a Guarda prestou apoio e assessoria, em exclusivo, para a criação de uma Unidade de Cavalaria no seio da sua Gendarmerie, assim como para a seleção e aquisição, em Portugal, de cavalos lusitanos, num processo que foi maioritariamente desenvolvido durante o ano de 2014. Por outro lado, por especial recomendação da Jordânia, também a Polícia Real de Omã solicitou receber formação, concretamente em ordem pública a cavalo, veterinária, ferração e organização de eventos equestres.

Para além da participação da Guarda na Iniciativa “5+5 Defesa”, na vertente Gendarmeries, destaca-se a participação da Instituição, como Membro desde a sua fundação, na Associação FIEP (cujo objetivo principal consiste em promover a cooperação entre as Forças de Segurança de natureza militar que a integram, especialmente no tocante ao intercâmbio de informações e experiências nomeadamente nos domínios dos recursos humanos, organização do serviço, novas tecnologias e logística e assuntos europeus) e na Força de Gendarmerie Europeia - EUROGENDFOR (Força multinacional vocacionada para a participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais).

### 3.7. CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA

No âmbito dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), a Guarda assumiu a responsabilidade de coordenar a atividade dos mesmos, no período de 2014 a 2016. No período em análise foi desenvolvida a seguinte atividade:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS
Troca Informações (solicitações)	Pedidos	3.276
	Respondidas	2.497
	Identificação pessoas	1.249
	Veículos	1.526
	Armas	32
	Documentação falsa	27
	Outras	1.533
		5.773



ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS		
Controlos Móveis (colaboração com)	GNR	189	1.231	
	SEF	315		
	DGAIEC	158		
	PSP	120		
	PJ	126		
	Guardia Civil	18		
	Cuerpo Nacional Policia	232		
	Aduanas	73		
	Pessoas controladas	40.058		59.809
	Viaturas fiscalizadas	19.751		
Autos	Crime	9	300	
	Contra-Ordenações	291		
Apreensões	Viaturas	1	3	
	Armas	1		
	Documentação falsa	0		
	Mercadoria (1)	0		
	Outras (1)	1		
Detenções	Flagrante delito	6	6	
	Fora flagrante delito	0		
	Mandados	0		

Figura 57 – Atividade desenvolvida nos CCPA

### 3.8.CARGOS E POSIÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2014, a Guarda assegurou os lugares de Oficial de Ligação do MAI em Espanha, Marrocos, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo, ainda, um oficial na representação permanente de Portugal em Bruxelas (REPER).

### 3.9.DIVERSOS

Em 2014, a Guarda participou em diversos projetos internacionais financiados por fundos comunitários, destacando-se, pela sua importância, visibilidade e resultados obtidos os projetos relacionados com a vigilância da costa e do mar territorial, nomeadamente “Open Sea”, “Morcego & Mobile”, “CLOSEYE”, “PERSEUS”, “SAGRES”, “SIVE-SIVICC” e “SEAHORSE Mediterranean”, os quais visam maximizar, potenciar e complementar as capacidades do SIVICC. Além da vertente antes mencionada, importa salientar a participação em ações internacionais promovidas pela UE no âmbito do furto de metais não preciosos, do ambiente (Programa LIFE) e da violência doméstica.



## 4. FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

### 4.1. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Em 2014, um elevado número de profissionais da Guarda frequentou diferentes cursos, estágios e ações de formação que garantiram o ingresso na Instituição, a promoção e a especialização, tendo sempre como finalidade principal o aperfeiçoamento das suas qualificações e a valorização técnico-profissional.

A estratégia formativa desenvolveu-se sob duas tipologias pedagógicas e complementares: a Formação Interna e Formação Externa.

No âmbito da formação interna foram ministradas ações e cursos de formação bem como tirocínios, estágios, instrução complementar e treino consoante a categoria profissional posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

No que respeita à formação externa os militares e civis da Guarda foram objeto de ações pedagógicas e curso de formação de interesse para a sua área de atuação, com duração variável e ministrados por entidades certificadas e reconhecidas para o efeito.

O processo de formação, estatutariamente consagrado na Guarda, está estruturado de forma coerente e assente nas seguintes modalidades:

- Formação Inicial;
- Promoção;
- Especialização ou Qualificação;
- Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização.

A formação de cariz técnico-profissional, com elevada preponderância nos planos dos cursos é, de uma forma geral, transversal a todo o processo formativo com as respetivas especificidades, em função dos objetivos da formação e dos seus destinatários.

Nas diferentes modalidades verificaram-se 60.305 participações de profissionais da GNR em cursos, estágios ou outras ações de formação, representando um acréscimo de 57,7% relativamente ao ano anterior (38.251).

O quadro seguinte possibilita uma visão integrada da atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana neste domínio, visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos dos militares e civis que integram esta força de segurança, necessariamente com o propósito de prestar um melhor e mais qualificado serviço às populações.

CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
CFO <sup>21</sup>					286				
Formação de Inicial CFS <sup>22</sup>		126				7			1274
CFG <sup>23</sup>			852				3		

21 Curso de Formação de Oficiais

22 Curso de Formação de Sargentos (36º; 37.ºCFS)

23 Curso de Formação de Guardas



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
Cursos de Promoção	CPOS <sup>24</sup>				26				255
	CPC <sup>25</sup>		52						
	CPSA <sup>26</sup>		177						
	CPCb <sup>27</sup>								
Cursos de Especialização e Qualificação	FC AMBIENTE <sup>28</sup>		10	90					2540
	FC CAVALARIA <sup>29</sup>	8	12	126					
	FC CINOTÉCNIA <sup>30</sup>			10					
	FC REL. PÚBLICAS <sup>31</sup>				1				
	FC CONDUÇÃO <sup>32</sup>	19	1	438					
	FC FISCAL <sup>33</sup>				7	21			
	FC FORMADOR <sup>34</sup>	47	127	3					
	FC INFORMAÇÕES <sup>35</sup>		1	1	1				
	FC INVESTIGAÇÃO <sup>36</sup>	43	184	455	3	74	156		
	FC MARÍTIMO <sup>37</sup>			4					
	FC PLANEAMENTO <sup>38</sup>	2				5	1		
	FC SOCORRO <sup>39</sup>	1		5					
	FC SAÚDE <sup>40</sup>		3	32			6		
	FC SEGURANÇA <sup>41</sup>	64	22	359		17	10	11	
	FC TIC <sup>42</sup>						4		
	FC TRÂNSITO <sup>43</sup>	22	8	83		1	1		
FC TRANSMISSÕES <sup>44</sup>			14		7	16	4		

24 Curso de Promoção a Oficial Superior

25 Curso de Promoção a Capitão

26 Curso de Promoção a Sargento-Ajudante

27 Curso de Promoção a Cabo

28 Formação Contínua em Proteção da Natureza e Ambiente

29 Formação Contínua de Especialização em Cavalaria

30 Formação Contínua de Especialização em Cinotécnica

31 Formação Contínua em Comunicação e Relações Públicas

32 Formação Contínua de Condução de Viaturas

33 Formação Contínua em Fiscal e Aduaneira

34 Formação Contínua de Formação de Formadores

35 Formação Contínua em Informações Policiais

36 Formação Contínua em Investigação Criminal

37 Formação Contínua em Serviço Marítimo

38 Formação Contínua de Planeamento e Gestão

39 Formação Contínua de Proteção e Socorro

40 Formação Contínua em Saúde

41 Formação Contínua em Segurança

42 Formação Contínua em Tecnologias da Informação e Comunicação

43 Formação Contínua de Trânsito

44 Formação Contínua Transmissões e Comunicações



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	Oficiais	Sargentos	Guardas	Civis	
FCAA POL COM <sup>45</sup>	23	190	1878	5					56236
FCAA TIRO <sup>46</sup>	373	1800	22489	459					
FCAA TEC POL <sup>47</sup>	94	322	1976	2					
FCAA MARITIMO <sup>48</sup>	6	89	679	13					
FCAA AMBIENTE <sup>49</sup>	15	132	1066	271					
FCAA INVESTIGAÇÃO <sup>50</sup>	63	508	6295	23					
FCAA INTERVENÇÃO <sup>51</sup>	181	435	4541	16					
FCAA FISCAL <sup>52</sup>	8	49	2389						
FCAA TREINO F <sup>53</sup>	30	192	2266						
FCAA TRÂNSITO <sup>54</sup>	81	726	6525	26					
<b>Total</b>	<b>1080</b>	<b>5114</b>	<b>52628</b>	<b>815</b>	<b>328</b>	<b>165</b>	<b>175</b>		<b>60305</b>

Figura 58 – Atividade Formação e Ensino

Neste domínio, durante o ano de 2014, a Guarda realizou diversas ações de formação que contribuíram decisivamente para o aumento de uma resposta policial mais eficiente e eficaz.

Das várias ações realizadas destacam-se:

No âmbito do treino com armas não letais, os cursos de utilização do bastão extensível em diferentes contextos, obteve 1270 participações na formação interna de especialização e qualificação. Corresponde apenas à fase de arranque em 2013 desta formação contínua de especialização e qualificação, esperando-se que a curto prazo atinja todo o efetivo.

Na vertente técnica da especialidade de Investigação Criminal e policiamento Fiscal e Aduaneiro, contaram respetivamente com 915 na formação externa de especialização e qualificação.

Na especialidade de Trânsito, Intervenção policial, e investigação, obtiveram-se 19420 participações, valores que refletem as ações complementares de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização realizados diretamente pelas Unidades no terreno.

No sentido de otimizar o desempenho dos militares afetos à área operacional, designadamente, no âmbito das atribuições da Guarda nas infraestruturas aeroportuárias das suas Zonas de Ação, habilitaram-se dois Oficiais da Guarda com o Curso de Gestores em Segurança da Aviação Civil para o exercício de funções no âmbito da matéria e apreço e iniciaram-se os procedimentos junto da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC),

45 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização Programas especiais de Policiamento Comunitário  
 46 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Treino com Armas de Fogo  
 47 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Técnica e Policial  
 48 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Serviço Marítimo  
 49 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Proteção da Natureza e do Ambiente  
 50 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Investigação Criminal  
 51 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Intervenção Policial  
 52 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Fiscal e Aduaneira  
 53 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Educação Física  
 54 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Trânsito



para efeitos de certificação e recertificação de 46 militares em Gestores, Formadores e Operadores – Elementos de Segurança.

Considerando a atualização internacional da documentação normativa que regula a atividade de Segurança da Aviação Civil (SAC) bem como os normativos da ANAC, a Guarda iniciou a revisão do seu Plano de Formação em SAC bem como os referenciais de formação homologados por aquela Autoridade em 2012.

Ainda no âmbito da prevenção criminal, a Guarda através do Protocolo de Cooperação com a Agência Portuguesa do Ambiente, operacionalizou um conjunto de ações de formação de especialização e de qualificação dos militares afetos Serviço de Proteção e Natureza e Ambiente da Guarda (SEPNA/GNR). Foi dado particular relevo a conteúdos de intervenção em situação de crimes ou atentados contra a natureza e o ambiente.

No sentido de promover junto da comunidade escolar comportamentos de cidadania responsável e minimizar os riscos de atentados às crianças e jovens no âmbito de uma navegação segura através das novas tecnologias, a Guarda estabeleceu uma parceria com a Microsoft para efeitos de desenvolvimento de um portfólio pedagógico a promover pelos Núcleos de Escola Segura (NES), através de Ações de Sensibilização ao 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

### NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM AÇÕES DE FORMAÇÃO INTERNAS E EXTERNAS

Observando o quadro anterior, verificamos que a formação se estendeu de forma transversal a todas as categorias profissionais, nas modalidades de formação inicial, promoção, especialização e qualificação, e, formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, tanto com origem interna como externa, obtendo um total de 60.305 participações entre militares e civis.

As ações de formação foram asseguradas pelas entidades formadoras da GNR com recurso às próprias instalações (Formação Interna) e, ainda, foram desenvolvidas um conjunto de ações de formação em ambiente externo (Formação Externa), com recurso a instituições de reconhecida competência.

### NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM CURSOS DE FORMAÇÃO DE INGRESSO E CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

#### CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL

No ano de 2014, os diferentes Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia Militar contaram com 286 formandos, tendo ingressado nos Quadros da Guarda 31 Oficiais habilitados com o grau de mestre.

Concomitantemente, decorreram o 35º, 36º e 37º CFS, integrados em diferentes anos letivos (293 formandos), tendo ingressado na Categoria de Sargentos 163 militares que terminaram o 35º Curso.

Na categoria de Guardas, 855 militares frequentaram o curso de ingresso na GNR, 432 militares já concluíram o curso com aproveitamento.

#### CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

As ações de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização (FCAA), obtiveram, 56.236 participações distribuídas pelas diferentes áreas temáticas de missão com especial ênfase nas especialidades de trânsito,



fiscal e aduaneiro, investigação criminal e proteção ambiental, e, nos programas especiais de policiamento comunitário e de treino com armas de fogo.

A FCAA, representa a fase de aperfeiçoamento e atualização para o desenvolvimento das competências e especialidades. Corresponde à fase do treino essencial ao sucesso das forças no terreno cujo quantitativo de participações é necessariamente maior comparativamente às restantes modalidades de formação.

#### DISCRIMINAÇÃO POR ÁREAS TÉCNICO-POLICIAIS E OUTRAS

Da análise dos dados obtidos com a edição dos cursos de especialização e qualificação, e, com a formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, ambos com elevada preponderância na componente técnica e policial, obtiveram-se 58.776 participações de profissionais na formação.

Esta parte do ciclo de formação, pretende garantir que existe formação até se atingir os objetivos de desenvolvimento e manutenção da competência e aptidão para cada especialidade ou valência que contribuem para o cumprimento da missão da GNR, em prol do serviço público e do país.

As medidas que decorrem do planeamento estratégico e do desenvolvimento da componente operacional foram acompanhadas pela respetiva componente formativa.

Na formação interna, através de formação no âmbito das especialidades e em áreas técnicas como é o caso do emprego de meios não letais, com particular incidência nos cursos de utilização do bastão extensível em diferentes contextos, conforme referido.

Ainda na formação interna, especial realce para o número de participações na formação de atualização e aperfeiçoamento no âmbito dos programas especiais de policiamento comunitário com 2.096 participações em ações de formação.

Ainda no contexto da formação interna, com o objetivo de potenciar as ações de prevenção/fiscalização no âmbito rodoviário, a GNR formou, no âmbito do Curso de Trânsito para Guardas, 113 militares do dispositivo da Guarda.

Na formação externa, especial destaque para a formação de especialistas em Investigação Criminal (IC). A Guarda continua a investir na formação de especialistas nesta área temática, tendo obtido 915 participações, representado um acréscimo de 9% face a 2013, ano em que se registou um aumento de 58%.

A formação na valência fiscal e aduaneira, no âmbito dos programas especiais de policiamento comunitário e no âmbito da proteção ambiental, foram aquelas que ocuparam os lugares seguintes em número de participações na formação externa de especialização e qualificação.

## 5. GESTÃO INTERNA E DE APOIO OPERACIONAL

A GNR dispôs de recursos financeiros provenientes do OE, tendo assegurado, na medida das limitações do *plafond* atribuído, todas as atividades inerentes ao funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiros de suporte a toda a atividade operacional. Adiante a afetação de recursos humanos, financeiros e materiais será convenientemente afluída.

## 6. BENEFICIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

### 6.1. INFRAESTRUTURAS

O património imobiliário afeto à GNR, embora muito vasto, evidencia níveis de degradação muito elevados, necessitando de intervenções céleres, de forma a assegurar um acréscimo qualitativo das condições em que é exercida a sua atividade, com reflexos substanciais na qualidade e eficácia da sua atuação junto das populações.

No que diz respeito à execução de beneficiações de infraestruturas constantes do Plano de Obras para 2014, que fazia parte integrante do respetivo Plano de Atividades, embora a implementação da atual Lei Orgânica da GNR, implicasse a adaptação, reabilitação e modernização das infraestruturas e equipamentos, registou-se em 2014 uma taxa de concretização muito abaixo das expectativas e das reais necessidades da GNR. Por outro houve necessidade de adaptar o Plano de Execução de 2014 de forma a direcionar os recursos financeiros disponíveis para a execução de um conjunto de intervenções alvo de candidatura ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial da DGTF, e outras consideradas como urgentes e necessárias. Em 2014, foram realizadas as obras previstas no Plano de Instalações e Equipamentos para 2014, constantes nos quadros abaixo:

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2014		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CTer Aveiro	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTER de Lourosa	140.000,00	X		S <sup>55</sup>	0,00
CTer Aveiro	Pintura e Reparação de Fachadas do Edifício do CTer de Aveiro.	140.000,00	X		N	0,00
CTer Beja	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTER de Vila Nova de Mil Fonte	90.000,00	X		N	0,00
CTer Braga	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTER de Caldas das Taipas	90.000,00	X		N	0,00
CTer Bragança	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do Edifício do CTer de Bragança	120.000,00	X		N	0,00
CTer de Coimbra	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTER de Penacova	140.000,00	X		S <sup>19</sup>	0,00
CTer Guarda	Substituição da Cobertura e Reparações de Fachadas do PTER de Manteigas	95.000,00	X		S	107.010,00
CTer Lisboa	Impermeabilização das coberturas do edifício do CTer de Lisboa	100.000,00	X		N	0,00
CTer Porto	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTER de Lever	120.000,00	X		N	0,00
CTer Santarém	Reparação e Pintura de Fachadas do Edifício do CTer de Santarém.	140.000,00	X		N	0,00
CTer Setubal	Substituição da Cobertura e Substituição de vãos do edifício do Destacamento de Intervenção Almada	150.000,00	X		S	156.702,00
CTer Vila Real	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTER de Vila Pouca de Aguiar	90.000,00	X		N	0,00
CTer V. do Castelo	Substituição da Cobertura do Edifício do CTer de Viana do Castelo	145.000,00	X		N	0,00
CTer Viseu	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTER de Cinfães.	110.000,00	X		N	0,00
EG/CFFoz	Substituição da Cobertura de Edifício do Centro de Formação da Figueira da Foz	150.000,00	X		S	0,00
UCC	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas no Forte da Cacula -UCC	95.000,00	X		N	0,00
USHE	Substituição de Cobertura de Edifício da USHE	150.000,00	X		N	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>2.065.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>263.712,00</b>

Figura 59 – Candidaturas inscritas no Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial para 2014

<sup>55</sup> Intervenção realizada em 2013



UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2014		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
Centro Clinico	Remodelação de Instalações no Centro Clinico	100.000,00	X		S	181.506,36
CARI	Remodelação da Cozinha Geral do CARI.	50.000,00	X		N	0,00
CARI	Remodelação da Sala de Guardas no CARI	50.000,00	X		N	0,00
CTer Açores	Reparações Diversas no Edifício do CTer dos Açores	150.000,00	X		N	0,00
CTer Castelo Branco	Reparações Diversas no DTer de Idanha-a-Nova	50.000,00	X		N	0,00
CTer Évora	Remodelação da Cozinha do CTer Évora	90.000,00	X		N	0,00
CTer Faro	Remodelação do Edifício do PTer de Salir	150.000,00	X		N	0,00
CTer Guarda	Reparação da Cobertura e Instalação elétrica do PTer de Seia	80.000,00	X		N	0,00
CTer Leiria	Remodelação de PTer do CTer de Leiria	50.000,00	X		N	0,00
CTer Lisboa	Remodelação de Instalações do SubDTER de Alcabideche	80.000,00	X		N	0,00
CTer Madeira	Remodelação das Instalações Elétricas do CTer Madeira	40.000,00	X		N	0,00
CTer Vila Real	Substituição da Cobertura e Reparações Diversas do PTer de Alijó	159.000,00	X		N	0,00
EG	Remodelação do Sistema de AQS nas instalações Sanitárias de 6 casernas na Escola da Guarda	100.000,00	X		N	0,00
EG	Reparação de Cobertura de Edifício do CF de Portalegre.	90.000,00	X		N	0,00
UAG	Pintura e Reparação de Fachadas do Convento da Graça	150.000,00	X		N	0,00
UI	Reparação da vedação periférica do Quartel do Grafanil -UI	50.000,00	X		N	0,00
UNT	Substituição de Vãos do Edifício da UNT em Queluz	50.000,00	X		N	0,00
USHE	Substituição de Cobertura de edifício na USHE	120.000,00	X		N	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.609.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>181.506,36</b>

Figura 60 – Execução do Plano de Instalações para 2014 (obras de conservação)

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2014		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CG	Remodelação de Instalações para o Museu da Guarda no Quartel do Carmo	250.000,00	X		N	0,00
CTer Açores	Reparação Diversas no DTer da Horta.	50.000,00	X		N	0,00
EG	Construção de Telheiro para Viaturas na EG	120.000,00	X		N	0,00
EG	Substituição da Cobertura de Edifício no CF Portalegre	100.000,00	X		N	0,00
UAF	Construção de Telheiro para viaturas no edifício de Comando da UAF	50.000,00	X		N	0,00
UI	Construção de Clínica Veterinária na EG	150.000,00	X		N	0,00

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2014		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
UI	Construção de Edifício para Grupo Cinotécnica da UI na EG	95.000,00	X		N	0,00
UNT	Construção de Arrecadação e Telheiro para viaturas da UNT na EG	170.000,00	X		N	0,00
USHE	Remodelação de edifício para instalação do 2º Esquadrão da USHE no Quartel da Ajuda	350.000,00	X		S	111.748,50
USHE	Remodelação de caserna/vestiários na USHE.	150.000,00	X		N	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.390.000,00</b>	-	-		<b>111.748,50</b>

Figura 61 – Execução do Plano de Instalações para 2014 (construções diversas)

Por determinação do Exmo. GCG foram contudo realizadas as intervenções abaixo discriminadas que embora não constassem do Plano de Obras para 2014, foram devidamente justificadas por motivos de impreterível necessidade.

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2013		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CTer Setúbal	Remodelação de Instalações para CCCO do CTER de Setúbal	70.000,00	X		S	85.896,29
UCC	Adaptação de Sala Técnica para Projeto "SEAHORSE MEDITERRANEAN"	79.500,00	X		S	97.169,45
CTER Viana do Castelo	Substituição da Cobertura e Reparções Diversas no PTER de Monção.	149.000,00	X		S	171.904,80
CARI	Remodelação de Instalações Eletromecânicas em edifício do CARI.	148.000,00	X		S	129.816,24
UI	Reforço estrutural do armazém nº14 no Quartel do Grafanil - UI.	35.000,00	X		S	35.635,56
	<b>TOTAL</b>	<b>2.133.500,00</b>	-	-		<b>520.422,34</b>

Figura 62 – Outras Obras executadas em 2014

No âmbito de competências da Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos do MAI (DGIE) e posteriormente da Secretária-geral do MAI, foram assumidos um conjunto de investimentos programados que traduzem o esforço de qualificação do parque de edifícios afetos à GNR, fundamentais para o apoio operacional, proporcionando uma atuação mais eficiente e qualificada.

Algumas das intervenções resultaram de Protocolos assinados com os Municípios para a cedência de instalações, tendo em vista a sua adaptação/remodelação/ampliação para Quartel da GNR.

Durante o ano 2014 foram intervencionadas, via DGIE/MAI e SG/MAI, as seguintes instalações:



INTERVENÇÕES EM INFRAESTRUTURAS (DGIE E SG/MAI)			
GRAU DE EXECUÇÃO	NOVOS QUARTÉIS	GRANDES INTERVENÇÕES (REMODELAÇÕES)	MÉDIA INTERVENÇÃO
Rececionadas	DTer de Palmela	PTer de Ferreira do Alentejo	PTer de Sernancelhe
	PTer de Lourinhã		
	PTer Lordelo/Paredes	Empreitada de Construção da rede de	
	DTer de Estremoz	Distribuição de Água na Escola da	
Em curso	PTer de Penedono	Guarda em Queluz	PTer de Telheiro/Monsaraz
	DTer de Mangualde	Remodelação de Instalações para Consultas e Medicina Física e de Reabilitação – Centro Clinico da GNR – Janelas Verdes	
	PTer de Arcos de Valdevez		
	PTer de Armamar		
	PTer de Satão		
Iniciadas	PTer de Barroelas	PTer de Mira de Aire	
	PTer de Vila Verde		
	DTer de Fafe		
	PTer de Castelo de Vide		
	DTer de Amarante		
	PTer de Tabuaço		
	PTer de Alpendorada/M. de Canavezes		
Previstas (2015)	PTer de Serpa	PTer de Porto de Mós	
	PTer Salvaterra de Magos		
	PTer da Ericeira		
	PTer de Freixo de Espada à Cinta		
	PTer Torre D.Chama		
	PTer do Alandroal		

Figura 63 – Obras executadas em 2013



## 7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

### 7.1. TECNOLOGIAS APLICADAS À ATIVIDADE OPERACIONAL

Durante o ano de 2014 a Guarda prosseguiu a sua aposta no desenvolvimento sistémico e estruturado das novas tecnologias da informação e das comunicações, com vista à qualificação do seu produto operacional.

A este nível, tem-se procurado seguir um padrão de interoperabilidade entre sistemas, de forma à informação poder fluir independentemente da plataforma tecnológica.

Numa lógica de continuidade, manteve-se o esforço no âmbito dos programas específicos de policiamento e prevenção, na sua vertente tecnológica, nomeadamente, queixa eletrónica, perdidos e achados, violência doméstica, contraordenações de trânsito, polícia automático, alargamento do Sistema AFIS, bem como, à manutenção do sítio da GNR e do recrutamento eletrónico.

#### 7.1.1. SISTEMA DE QUEIXA ELETRÓNICA (SQE)

Este Sistema visa facilitar a apresentação de queixas relativas a um conjunto de dezoito crimes, num suporte que garanta uma maior proximidade da Administração Pública ao cidadão.

#### 7.1.2. SISTEMA DE CONTRAORDENAÇÕES DE TRÂNSITO (SCOT)

A execução deste programa esteve a cargo da vertente de Trânsito da GNR e tem vindo a consolidar a sua posição como instrumento principal no apoio à atividade operacional, nas matérias atinentes à fiscalização rodoviária, constituindo-se como elemento catalisador no quadro de renovação de métodos e procedimentos operacionais. No final do ano de 2010 entrou em produção o módulo respeitante às contraordenações indiretas, permitindo uma maior celeridade processual no tratamento dessas infrações.

#### 7.1.3. POLÍCIA AUTOMÁTICO

O sistema automático de leitura de matrículas designado «Polícia Automático», preconiza um aumento de eficácia operacional na prevenção da criminalidade associada ao furto e roubo de veículos, falsificação de matrículas, mas também na verificação e combate às situações de ilegalidade relativas ao seguro de responsabilidade civil automóvel.

Apesar dos desígnios que este visava alcançar, têm surgido algumas incompatibilidades que impossibilitam a otimização do sistema. Essas incompatibilidades radicam no alojamento da base de dados que serve o sistema (em entidade externa à Guarda), sendo-lhe reconhecidas algumas deficiências, nomeadamente relacionadas com a qualidade, atualidade e disponibilidade dos dados nela insertos.

Em todo o caso, esperando que as deficiências venham a ser rapidamente corrigidas, o sistema continuará a operar apoiando o dispositivo da Guarda na fiscalização rodoviária.



## 7.2. TECNOLOGIAS APLICADAS ÀS ATIVIDADES DE APOIO

### 7.2.1. REESTRUTURAÇÃO DO SITE DA GNR NA INTERNET

Tendo por objetivo contribuir para a modernização da imagem da Instituição, bem com garantir a publicação de conteúdos de forma mais orientada às necessidades do cidadão, em 2014 foram efetuadas melhorias no *Site Oficial* da GNR.

Um objetivo inerente à existência do site da GNR e às reformas que lhe têm sido implementadas é a comunicação com o cidadão e a melhoria do *e-Government* enquanto veículo indispensável ao exercício da Cidadania Digital em Portugal.

Tendo por objetivo a continuidade da inovação durante 2014 foram realizados estudos e revistos processos de forma a otimizar o serviço disponibilizado ao cidadão.

Através de uma mudança de tecnologia, de melhores técnicas para implementar a segurança da informação, de uma revisão do interface gráfico e de novos serviços a disponibilizar, esta revisão contribuiu para em 2014 se ter lançado uma nova versão do sítio da GNR.

Paralelamente implementaram-se formas de interação com as redes sociais e disponibilizou-se uma maior quantidade de serviços on-line ao cidadão.

Esta plataforma *Web* possibilitou ainda publicar as peças dos procedimentos pré-contratuais realizados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

### 7.2.2. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS (SIGRI)

O SIGRI é uma plataforma modular, integrando transversalmente os sistemas de informação dos órgãos com responsabilidade na administração de recursos internos, que disponibiliza serviços essenciais para a tomada de decisão nas principais áreas da atividade administrativo/logística da GNR, nomeadamente, pessoal, vencimentos, logística, financeira, assistência na doença, infraestruturas e património, bem como a disponibilização de informação ao utente como é o caso dos Portais Social e de Recrutamento, permitindo entre outros:

- Otimização e controlo de processos;
- Maior disponibilidade da informação;
- Redução de custos;
- Normalização de procedimentos;
- Eliminação de erros de sincronização entre sistemas;
- Incremento na segurança da informação.



### 7.2.3. PORTAL DA FORMAÇÃO

O portal da formação continua a constituir uma mais-valia formativa disponibilizada a todos os intervenientes no processo formativo.

Este conjunto de funcionalidades interativas e colaborativas, disponibilizado na UTIS (RNSI), potenciam a melhoria da qualidade da formação e os próprios resultados da avaliação individual, nomeadamente através do acesso a repositórios multimédia, fóruns de discussão, agendas multiutilizadores e atividades de grupo.

A utilização do portal regista um maior impacto de utilização no que toca à formação que recorre ao regime e-learning e b-learning.

Para os gestores da formação, o portal funciona como uma ferramenta de apoio e monitorização do processo pedagógico que permite disponibilizar indicadores de acesso e utilização seletiva.

Foram adicionalmente incluídos no Portal da Formação conteúdos e ações formativas relacionadas com a formação ADESVET (Detecção de Veículos Furtados) potenciando a utilidade desta ferramenta no auxílio na fiscalização de veículos, nacionais e estrangeiros, através do acesso a conteúdos multimédia (Vídeos, imagens e documentos reais) contribuindo para a criação e desenvolvimento de procedimentos de fiscalização mais eficazes.

### 7.2.4. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE FORMAÇÃO

O projeto SIGFORM, consiste na conceção, desenvolvimento e implementação de uma ferramenta de software de gestão integrada da formação, incluída na plataforma eletrónica do sistema integrado de gestão de recursos internos (SIGRI), interagindo com os sistemas de informação, particularmente, com o Sistema Integrado de Gestão de Pessoal (SIGPES).

Iniciou-se em 2013 a construção do primeiro módulo apoiado no sistema integrado de gestão de recursos internos. Após um ano de exploração numa base de *work in progress*, regista-se uma clara melhoria na qualidade dos processos, maior rigor e uniformidade aliada a uma visão colaborativa e de partilha de informação associada ao processo de gestão da formação.

O planeamento da formação anual tem-se revelado uma ferramenta crucial e um contributo essencial para o planeamento de gestão anual da Guarda. Identificar as necessidades de formação de forma participada, envolvendo todos os níveis hierárquicos na gestão, é uma metodologia eficiente, a qual visa a disponibilização da oferta formativa por via eletrónica aos utentes e clientes internos.

A implementação completa do projeto SIGFORM permitirá de forma integrada, validada e consolidada, o processamento da informação relativa ao sistema formativo da GNR, desde o diagnóstico e análise de necessidades de formação, elaboração participada do Plano Anual de Formação (PAF), seleção, e ainda, a efetivação das ações de formação, com a correspondente afetação no registo biográfico dos servidores da GNR e manutenção atualizada da Bolsa de Formadores.

Espera-se continuar o esforço de alargamento e desenvolvimento de novas funcionalidades, com base na oferta formativa da Guarda, desenvolver o workflow de administração do processo formativo com vantagens de integração numa dinâmica de exploração vertical.



### 7.2.5. SISTEMA DE GESTÃO DE RECEITAS DA GNR (SGRE/GNR)

Com o objetivo de permitir um controlo eficaz e fiável de todos os fluxos financeiros da receita, o SGR/GNR garante o registo e cobrança da receita nos cerca de 600 locais onde é possível aos utentes efetuarem pagamentos pela venda de bens, prestação de serviços e cobrança de taxas, sendo igualmente garantido todo o fluxo documental até ao registo centralizado das receitas da GNR, no GeRFiP e, à entrega ao Estado no Sistema de Gestão das Receitas, da Direção Geral do Orçamento.

Numa perspetiva de melhoria contínua e de reengenharia de processos, foram efetuados diversos desenvolvimentos no sistema SGR/GNR, que permitiram ganhos de eficiência e eficácia na gestão da receita da GNR, bem como incrementos ao nível do Controlo Interno, designadamente:

- A integração da receita, registada no SGR/GNR no sistema GeRFiP, passou a ser efetuada através de um interface (RAR – Registo Automatizado de Receita), que permitiu a automatização deste processo, diminuindo a possibilidade da ocorrência de erros por falha humana. Esta alteração possibilitou ainda uma maior celeridade na entrega das receitas ao Tesouro, bem como uma poupança anual de aproximadamente 72.000,00€, com o cancelamento de cerca de 30 Licenças SAP (GeRFiP).
- Decorrente das competências atribuídas à GNR para aplicação de coimas no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006 (Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios), foram desenvolvidas melhorias no sistema com vista a permitir um melhor e mais eficaz controlo e gestão dos pagamentos no âmbito de processos de contraordenação.
- Ao nível da prestação de contas passou a ser disponibilizado, em SGR/GNR, um novo output de justificação de saldos que simplificou o processo de prestação de contas e permitiu a substituição de diversos mapas.

### 7.2.6. SOLUÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM MODO PARTILHADO (GERFIP)

Nos termos do disposto no artigo 14º do Decreto-lei n.º 29-A/2011, 1 de março, que estabeleceu as normas para execução do Orçamento de Estado para 2011, tornou-se obrigatória a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) nos serviços integrados, mediante a adesão a uma das modalidades disponibilizada pela Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP).

Nessa conformidade, a Guarda Nacional Republicana (GNR) optou pela solução GeRFiP em modo partilhado, tendo aderido ao ambiente de produção GeRFiP no início de 2012.

Esta solução normalizou os processos e apoia as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado, tendo sido desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, sendo parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRALL), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

Na organização do processo de prestação de contas e gestão das Messes e Bares, das unidades da GNR, as gerências administrativas e Secções Recursos Logísticos e Financeiros processam registos contabilísticos em Sistemas de Informação distintos, que funcionam de forma isolada, em redes locais ou integradas, tais como: GeRFiP, WinMax, WinRest e SGR, o que dificulta o processo de controlo e supervisão das gerências administrativas dos Bares e Messes.

Para aperfeiçoar o controlo e eficiência na gestão das Messes e Bares da GNR, a DRF, com o apoio da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), estão a desenvolver esforços para centralizar no GeRFiP toda a informação de gestão financeira e patrimonial das gerências administrativas das Messes e Bares da Guarda.



### 7.2.7. PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (VORTALNEXT)

As Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública (PECP) são peças fundamentais no objetivo de auxiliar a tramitação procedimental pré-contratual. Servem de suporte basilares às várias fases dos procedimentos, sob o comando direto das entidades adjudicantes, nos termos e dentro dos limites da legislação em vigor.

Em 04 de fevereiro de 2013, entrou em funcionamento na Guarda uma nova PECP, a *Vortalnext*, substituindo a *Vortal*, com melhorias significativas que permitiram conjunto de ações traduzidas em potencialidades para o utilizador e para a entidade adjudicante, designadamente: um ambiente de trabalho mais intuitivo, bem como um diretório de empresas (inscritis), onde é possível encontrar mais facilmente os potenciais operadores económicos que forneçam bens ou serviços em linha com as necessidades da Guarda, realidade outrora fora do nosso conhecimento e por vezes de difícil acesso.

Além da PECP *Vortalnext*, a Guarda utiliza ainda a plataforma *Gatewit*, que permite o desenvolvimento e a formalização de procedimentos aquisitivos ao abrigo dos Acordos Quadros (AQ).

Neste contexto, no ano económico de 2014, foram desenvolvidos nesta plataforma 32 (trinta e dois) procedimentos aquisitivos relativos à formação e celebração de contratos públicos ao abrigo dos AQ.

Ainda, no contexto da utilização dos sistemas e tecnologias de informação e decorrente da obrigação legal de publicação dos relatórios de formação, e conseqüente execução, dos procedimentos aquisitivos desenvolvidos, procedeu-se à publicação no portal dedicado aos contratos públicos de 92 relatórios de formação de contratos (37 Ajustes Diretos, 52 Concursos Públicos e 3 Acordos Quadro) e 110 relatórios de execução (44 Ajustes Diretos, 64 Concursos Públicos e 2 Acordos Quadro).

### 7.2.8. SISTEMA DE RECOLHA E VALIDAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O «*Sistema de Recolha e Validação de Informação*» é uma ferramenta *online* de informação a prestar obrigatoriamente por entidades que realizem procedimentos aquisitivos ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela ESPAP, em três áreas distintas, designadamente, ao nível dos relatórios de faturação, de contratação e o respetivo reporte estatístico anual.

Assim, durante 2014, aquela ferramenta foi utilizada para reporte da informação associada aos procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela Guarda, pelo que foram elaborados 8 relatórios de contratação.

De referir ainda, no que respeita aos procedimentos desenvolvidos pela UMC-MAI e pela ESPAP, que a sua publicação á da responsabilidade daquelas entidades.

### 7.2.9. SISTEMA DE GESTÃO DO PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO (SGPVE)

A Guarda aderiu, em 2011, ao SGPVE (Sistema de Gestão de Parque de Veículos do Estado), nos termos do Decreto-lei n.º 170/2008, de 26 de agosto e da Portaria n.º 382/2009, de 12 de março.

Esta aplicação é gerida pela ESPAP com o objetivo de integrar num sistema único toda a informação da frota do Estado e garantir as seguintes atividades na sua gestão: pedidos, carregamentos e abates de veículos, informação mensal sobre quilómetros, manutenções, IPO's, sinistros e consumos de combustível, controlo de cartões de combustível e controlo da frota de veículos apreendidos ou perdidos a favor do Estado e considerados «com interesse para o PVE».



#### 7.2.10. PROGRAMA DE PRESCRIÇÃO MÉDICA ELETRÓNICA “ GLINT”

Tendo como objetivo a melhoria no atendimento ao utente no Centro Clinico, foi adquirido o programa de prescrição médica eletrónica “Glint”.

A plataforma (programa) informática permite um maior apoio aos utentes do Centro Clinico da GNR, dando uma resposta rápida na gestão de consultas, exames e de acesso imediato aos processos clínicos. Permite ainda de forma célere e eficiente colaboração com entidades externas à GNR.

A introdução desta plataforma constitui o início do processo de informatização do Centro Clinico na vertente do utente/ doente.



## 8. SAÚDE, BEM-ESTAR, ASSISTÊNCIA NA DOENÇA E VETERINÁRIA

Engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda, a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, de animais e a manutenção desse efetivo.



## 9. PROJETOS COFINANCIADOS POR PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

Durante o ano 2014, a Guarda procurou encontrar fontes de financiamento alternativas para colocar em prática os seus projetos, tendo efetivado, no quadro dos programas comunitários, diversas candidaturas a Projetos, bem como ainda participou noutros na qualidade de entidade parceira ou de *end user*.

Por outro lado, iniciaram-se os trabalhos respeitantes à criação do portfólio de programas e projetos da Guarda, entretanto já terminados, bem como se direcionou toda a estrutura e atividades conexas com projetos para os objetivos determinados pelo Exmo. Comandante Geral no âmbito da estratégia Guarda 2020 – Uma Estratégia de Futuro.

Iniciaram-se, igualmente, os contactos com diversos parceiros, nacionais e internacionais, com o objetivo de maximizar a utilização dos fundos disponibilizados no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020, que se assumem como fulcrais para a realização do portfólio de programas e projetos e para a implementação da estratégia definida.

Em relação aos projetos nos quais a Guarda participou em 2014, os mesmos encontram-se identificados no quadro abaixo. À semelhança dos anos anteriores, o principal esforço da Guarda centrou-se nas atividades relacionadas com a vigilância da fronteira externa da União Europeia, sobretudo nas áreas da Imagem Operacional Comum, partilha de informação, aquisição de novas capacidades ou renovação de meios.

O esforço da Guarda também se estendeu aos projetos relacionados com a prevenção e o combate da criminalidade, mais concretamente na área do furto de metais não preciosos e do furto de identidade bem como, aproveitando o início de um novo ciclo no programa comunitário LIFE, na área do ambiente.

7.º PROGRAMA QUADRO	
AIRBEAM	
	Desenvolver uma <i>tool box</i> para a gestão de crises, através da utilização de satélites e plataformas aéreas não tripuladas
CLOSEYE	
	Vigilância da fronteira externa da UE - Combate à imigração irregular
ISITEP	
	Conseguir a interoperabilidade entre os sistemas de comunicações TETRA E TETRAPOL
PREFER	
	Utilização de dados satélite no apoio à prevenção e à recuperação pós-incêndios
SAGRES	
	Vigilância da fronteira externa da UE - Combate à imigração irregular por via marítima, com recurso a imagens satélites
SOTERIA	
	Desenvolver um sistema de comunicações móveis e <i>online</i> para emergências



**BLOCO COOPERAÇÃO - TEMA SEGURANÇA**

**PERSEUS**

Desenvolver e testar um sistema europeu de vigilância marítima através da integração dos sistemas nacionais e europeus existentes

**FUNDO FRONTEIRAS EXTERNAS - AÇÕES COMUNITÁRIAS**

**SATELLITES**

Vigilância da fronteira externa da UE - Combate à imigração irregular

**SEAHORSE MEDITERRÂNEO**

Vigilância da fronteira externa da UE - Estabelecer uma ligação entre os NCC EUROSUR e a rede SEAHORSE

**LIGAÇÃO SIVE-SIVICC**

Vigilância da fronteira externa da UE - Intercâmbio do quadro situacional entre os NCC de Portugal e de Espanha

**FUNDO FRONTEIRAS EXTERNAS - AÇÕES NACIONAIS**

**OPEN SEA**

Vigilância da fronteira externa da UE – Potenciar as capacidades do SIMICC

**MORCEGO & MOBILE**

Vigilância da fronteira externa da UE - Incrementar a capacidade de identificação de alvos em ambiente marítimo noturno

**H2020**

**EUCISE2020**

Vigilância da fronteira externa da UE - Troca de informações sobre as fronteiras marítimas europeias

**LIFE**

**LIFE IMPERIAL**

Conservação e proteção dos habitats à Águia Imperial



PREVENIR E COMBATER A CRIMINALIDADE (ISEC)
EFI - Economic and Financial Investigator
Formação no âmbito das investigações tributárias e financeiras
Pol-PRIMETT II
Combate ao furto de metais não preciosos
VISIT
Combate ao furto de identidade

LEONARDO DA VINCI
International Mobility for Better Skills and Safer European Society
Formação em regime de intercâmbio com militares da Jandarma Romena
Standardized tools of domestic violence risk assessment - Strengthening the professional capacity of European police officers
Formação na área da violência doméstica

Ao nível do portfólio de programas e projetos, os trabalhos desenvolvidos permitiram o estabelecimento das dinâmicas necessárias à preparação atempada dos planos de projetos cujo impacto organizacional é maior, nas suas diversas vertentes, nomeadamente nos planos operacionais, cultural, de proteção e socorro, tecnológico e de formação.





# Capítulo IV

RECURSOS DISPONÍVEIS

### III.C. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

#### 1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

##### 1.1. RECURSOS HUMANOS

A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio - o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009 de 14 de outubro. Conforme se dispõe nos artigos 19º da LOGNR e 5º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhe aplicável o estatuto dos funcionários e agentes da administração pública.

Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas” aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, cuja entrada em vigor ocorreu em 01 de agosto de 2014.

Os militares da Guarda agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

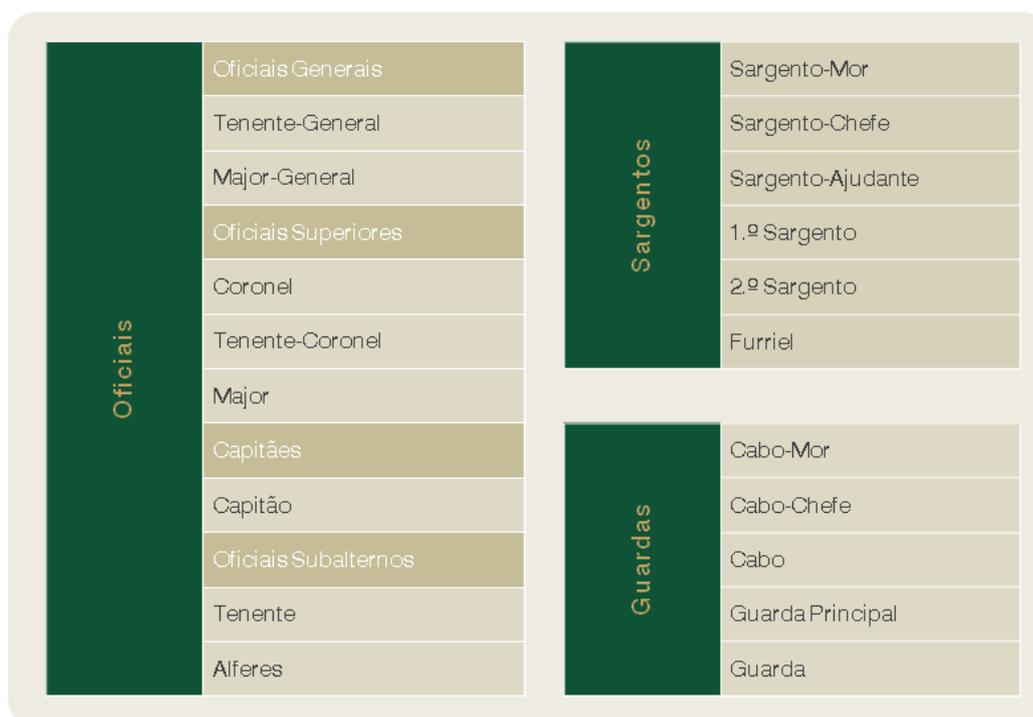


Figura 64 – Categorias profissionais militares da GNR

A situação de pessoal militar, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa Geral de Pessoal Militar da Guarda Nacional Republicana, aprovado por Sua Excelência o MAI, através do Despacho n.º 8.372/2010, de 18 de maio.

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2014, de 23.038 elementos na situação de ativo, entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares 22.160 (834 oficiais, 2.664 sargentos e 18.662 guardas) e 878 civis, dos quais 71 em regime de prestação de serviço (avenças).



Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2014, ao contrário do que sucedeu em 2013, a Guarda sofreu um aumento, ainda que ligeiro, do seu efetivo, fruto, em particular, da redução substancial de passagens à situação de reserva de militares, em número bastante inferior ao de novas entradas no Quadro.

Iniciou-se assim, uma tendência que se estima seja mantida até ao ano de 2016 (inclusive), sendo que a partir de 2017 e a manter-se o ritmo de um CFG de apenas 400 elementos/ano, muito provavelmente, a Guarda iniciará, novamente, um ciclo de decréscimo do seu efetivo militar.

As mudanças operadas, a partir do final de 2013, nos critérios de deferimento dos requerimentos de passagem à situação de reserva, contribuíram para tal cenário. Toda a presente análise se efetua tendo por base as regras que atualmente constam no EMGNR:

Em 2015 ingressarão nos quadros da Guarda, 33 Oficiais Subalternos e 400 Guardas, provenientes dos respetivos Cursos de Formação, o que também contribuirá para a inversão da diminuição do número de efetivos militares.

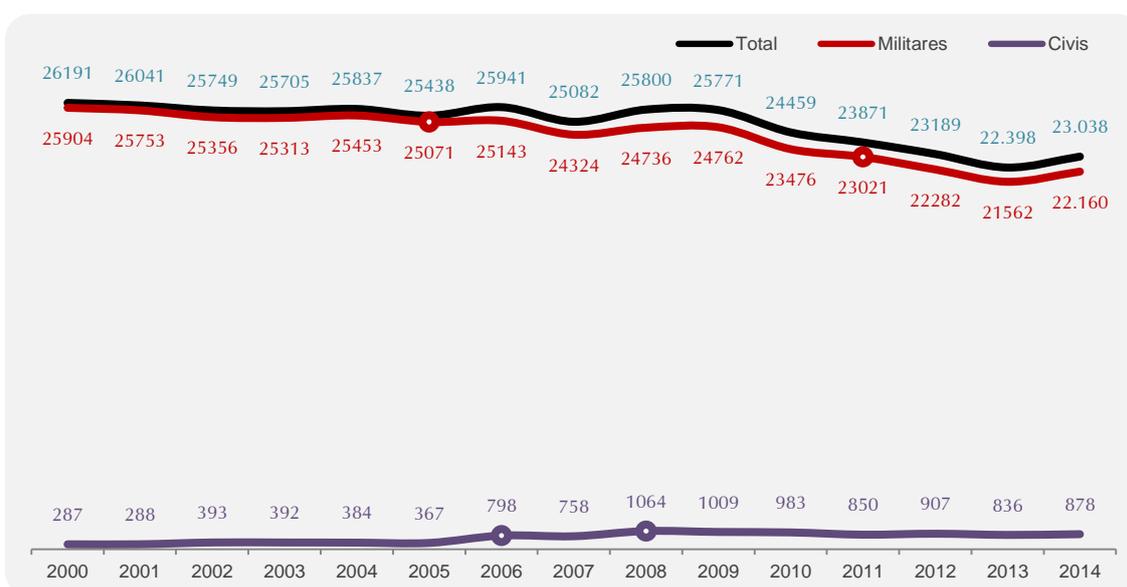


Figura 65 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 – 2014

Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular no efetivo militar, este tem registado um decréscimo acentuado. Pese embora a tendência de subida verificada em 2014 e que se espera se mantenha em 2015 e em 2016, não são ainda assim suficientes para alcançar o efetivo militar que já atingidos, na situação de ativo, em anos anteriores.

Um aspeto de primordial importância para o funcionamento da Guarda, no que respeita ao ano de 2014, são as promoções realizadas no efetivo militar e que se traduzem no quadro infra. De notar que, como se pode constatar, algumas promoções, embora tenham ocorrido em 2014, dizem respeito a vagas de anos anteriores:

CATEGORIAS	VAGAS ANOS ANTERIORES	VAGAS 2014	TOTAL
OFICIAIS	176	128	304
SARGENTOS	427	406	833
GUARDAS	1.062	958	2.020
Total	1.665	1.492	3.157

Figura 66 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 – 2014



As promoções em apreço ocorreram após a obtenção de despacho prévio favorável por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Interna, tal como dispunha a LOE para o ano de 2014.

Refira-se que tais promoções se afiguram essenciais e imprescindíveis para o normal funcionamento da Guarda, tendo em conta a sua estrutura fortemente hierarquizada e a definição das funções correspondentes a cada um dos postos dos militares que integram esta Força de Segurança.

No que concerne ao processamento de vencimentos, o mesmo teve necessidade de ser adaptado às alterações legislativas decorrentes da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, (Orçamento de Estado para 2014), ao Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014, de 26 de junho de 2014, à Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, principalmente no que concerne à aplicação das diversas modalidades de redução remuneratória que vigoraram em 2014 e, ainda, da aplicação da Lei 35/2014, de 20 de junho, (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

Para além da aplicação das alterações impostas no âmbito da sua atividade principal, supramencionadas, o processamento de vencimentos teve um impulso significativo na forma de interagir com outras entidades, nomeadamente, Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. Merecem destaque neste particular as alterações profundas na forma de reporte dos valores processados à Autoridade Tributária, os contributos dados para respostas da Guarda a solicitações do Ministério da Administração Interna e da Direção Geral do Orçamento sobre valores processados e ainda os contributos para a orçamentação de despesas com pessoal relativamente ao ano de 2015.

## 1.2. ATIVIDADES CONEXAS À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 1.2.1. SAÚDE E BEM-ESTAR

Este ponto engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda, a aquisição de equipamentos para serviços de saúde.

No quadro apresentado consta o conjunto de atividades principais desenvolvidas neste âmbito.

INSPECÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
CURSO PROMOÇÃO OFICIAL SUPERIOR	51
CURSO PROMOÇÃO A CAPITÃO	14
PROMOÇÃO A SARG. CHEFE/AJUDANTE	107
CURSO FORMAÇÃO DE SARGENTOS	67
CURSO DE PATRÃO LOCAL	08
CURSO DE BATEDOR MOTO	29
CANDIDATOS AO CURSO DE C.R.M.O.P.	13
CANDIDATOS CURSO DE BTT/P. CICLO	91
CANDIDATOS CURSO INTERVENÇÃO RÁPIDA	05
CANDIDATOS A MOTORISTA	85
CURSO DE. MERGULHADOR	09
HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR	166
MISSÕES ESTRANGEIRO	22



INSPEÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
ÂMBITO DA MEDICINA PREVENTIVA	3.123
CANDIDATOS À GNR	1.010
CANDIDATOS CURSO MINAS E ARMADILHAS (EOD)	29
<b>TOTAL</b>	<b>4.829</b>

Figura 67 – Inspeções Médicas Realizadas (Medicina Preventiva)

### 1.2.2. JUSTIÇA E DISCIPLINA

Processos	Instaurados							Concluídos						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Proc. Disciplinares	1088	826	805	776	875	979	860	876	610	707	684	694	702	860
Proc. Averiguações	677	573	637	635	545	707	690	643	494	616	623	635	622	690
Proc. Ac. em serviço	744	657	757	837	918	947	1046	608	533	624	916	776	806	1046
Proc. Administrativos	747	668	819	916	888	1121	1040	530	442	574	913	782	633	1040
Proc. Inquérito	14	16	6	11	15	14	18	13	12	6	5	6	4	18
Proc. Estatutário	2	2	5	3	3	0	1	2	1	1	22	46	2	-

Figura 68 – Análise de processos desenvolvidos

RECOMPENSAS/PUNIÇÕES	EXECUTADOS						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Louvores	2956	1147	656	941	2969	2945	2597
Referência Elogiosa	90	53	-	0	63	214	640
Licença de Mérito	1244	1198	-	-	1181	1488	1082
Repreensão Escrita	105	52	60	73	86	64	88
Repreensão Escrita Agravada	36	27	19	18	43	30	25
Suspensão	309	171	153	149	133	147	165
Suspensão Agravada	5	0	2	0	1	2	6
Reforma Compulsiva	8	15	10	13	42	31	3
Separação do Serviço	4	10	2	5	2	3	4

Figura 69 – Análise de recompensas vs punições desenvolvidas



OUTRAS	EXECUTADOS						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pareceres por recurso para Exmo. TGCC e S.Ex <sup>a</sup> MAI	123	189	219	162	168	203	167
Patrocínios Judiciários	42	39	33	74	84	30	26

Figura 70 – Análise de outras atividades desenvolvidas



## 2. RECURSOS MATERIAIS

A logística está intimamente ligada à estratégia da Guarda e traduz-se na capacidade para fazer acontecer, pois constitui um processo transversal a toda a organização, assente numa rede de fluxos físicos e informacionais, que visa responder no momento, na quantidade e no local apropriados, potenciando o desempenho operacional.

Deste modo, a gestão dos recursos materiais deve orientar-se para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos assente, por um lado, no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

Nessa conformidade, durante o ano 2014 procurou-se consolidar o novo conceito logístico, assente numa lógica de serviços partilhados, onde uma entidade gestora central promove as funções de planeamento, gestão e controlo dos recursos logísticos, em articulação com os órgãos de gestão local, com a Direção de Serviços da Unidade Ministerial de Compras do MAI e com a ESPAP.

Ao nível estratégico, a logística procurou contribuir para um melhor alinhamento entre os principais instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Anual de Atividades, o Orçamento, o Plano Anual de Investimento e o Plano Anual de Compras, pois só garantindo as fontes de financiamento indispensáveis ao desenvolvimento oportuno das aquisições de bens e serviços será possível suprir as principais necessidades identificadas pelo dispositivo da Guarda.

Em termos operacionais, foram introduzidos procedimentos que pretenderam agilizar o ciclo de reabastecimento, foram desenvolvidos procedimentos aquisitivos transversais ao dispositivo, para além de se procurar racionalizar a gestão da manutenção e dos transportes

Foi também através de uma política de gestão criteriosa dos recursos materiais que a Guarda cumpriu, com êxito, a sua Missão.

Enquanto entidade gestora de um vasto património, cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, a implementação de um novo conceito logístico permitiu dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa na Guarda.

Não seria verdade, se não disséssemos que com mais certamente faríamos melhor. No entanto, com os recursos disponíveis, a Guarda Nacional Republicana procurou continuar a garantir uma melhor funcionalidade dos seus serviços e um ambiente de maior segurança.

### 2.1. PLANEAMENTO E REABASTECIMENTO

O planeamento logístico visa prever e atuar sempre em antecipação. Assim, só planeando o apoio logístico é possível obter, em tempo útil, no local apropriado e na quantidade e qualidade devidas, os recursos necessários ao bom desempenho operacional.

Neste âmbito, o planeamento passou a dispor de uma lógica consolidada através da agregação de necessidades promovida pelo Plano Anual de Compras, em alinhamento com a proposta de Orçamento e o Plano de Atividades da Guarda.

Através da função logística/reabastecimento foi possível desenvolver um conjunto de atividades cujo objetivo é o de fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e permitir a atuação das Forças da Guarda.

No âmbito do reabastecimento foi dada prioridade, em 2014, à otimização e antecipação do planeamento das necessidades logísticas. Procurou-se, ainda, desenvolver e melhorar as especificações técnicas dos procedimentos



aquisitivos, bem como reforçar os mecanismos de controlo da execução material dos contratos, em articulação com as Unidades.

Em 2014, foi ainda elaborado o Anuário Estatístico da Logística relativo ao ano 2013, organizado pelas funções logísticas e respetivos materiais e serviços que estão sob a sua responsabilidade, que almejou atingir os seguintes objetivos:

- Partilhar a informação – Na atual sociedade do conhecimento o valor da informação é diretamente proporcional à sua partilha, pelo que se mostra de grande relevância estratégica para a Guarda, a disponibilização da informação logística constante deste documento;
- Apoiar a decisão – As crescentes exigências que se colocam à boa gestão dos recursos pressupõem uma melhoria da qualidade das decisões públicas, pelo que o presente documento pretende disponibilizar a todos os níveis de Comando informação consistente e pertinente para a tomada de decisão;
- Prestar contas - O Anuário que aqui se apresenta soma à imperatividade legal a obrigação ética que as estruturas públicas têm de prestar contas (*accountability*) dos recursos públicos que consomem e da forma como os gerem, assegurando, desta forma, o princípio da transparência e da responsabilidade;
- Acrescentar valor - Na economia do conhecimento, a vantagem competitiva das organizações passou a residir na sua capacidade para inovar e aprender de forma contínua. Surgem, assim, as denominadas “organizações aprendentes” que colocam no centro dos seus valores a aprendizagem, que constitui a principal força motriz para assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

## 2.2.AQUISIÇÕES

No decurso do ano em análise, a GNR, por intermédio da Direção de Recursos Logísticos (DRL), manteve a estratégia adotada em 2013, assumindo-se como entidade coordenadora da estratégia de compras da Guarda, nomeadamente no que respeita à execução do Plano Anual de Compras, aprovado pelo Exmo. Comandante-Geral.

Naqueles termos, aquela direção agregou um conjunto de procedimentos para a aquisição de bens e serviços junto dos demais Órgãos da GNR, privilegiando a centralização dessas compras junto da UMC/MAI.

No quadro infra são reportados, de forma global, os procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela GNR, bem como aqueles de que foi beneficiária, correndo a sua formalização por parte da UMC/MAI e ESPAP.

Com efeito a Figura 71 reflete os procedimentos aquisitivos realizados no decurso do ano de 2014, por tipologia. Por sua vez, a Figura 72 traduz o seu valor em euros<sup>56</sup>:

<sup>56</sup> O quadro identificativo do conjunto discriminado dos procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela GNR durante o ano de 2014 é incluído em anexo B, por motivos de extensão.



PROCEDIMENTOS	ADS	AD	CP	AQ	CE	CP AL.	PND AL	TOTAL
PAC2013		2						2
PAC2014	51	39	39	17	6			152
PAI2012			1	5				6
PAI2013		3	1	8				12
PAI2014		2		2				4
FEFE2013			1					1
FEFE2014		7						7
ALIENAÇÃO						3	3	6
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>53</b>	<b>42</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>190</b>

Figura 71 – Procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela DRL em 2014 por tipologia

PROC.	ADS	AD	CP	AQ	CE	CP AL.	PND AL	TOTAL (€)
PAC2013		134.104						134.104
PAC2014	61.318	2.198.038	5.076.064	17.900.972	732.784			25.969.176
PAI2012			0	434.171				434.171
PAI2013		174.943	81.005	4.746.646				5.002.594
PAI2014		97.169		817.138				914.307
FEFE2013			0					0
FEFE2014		224.481						224.481
ALIENAÇÃO						77.998	508	78.506
<b>TOTAL</b>	<b>61.318</b>	<b>2.828.735</b>	<b>5.157.069</b>	<b>23.898.926</b>	<b>732.784</b>	<b>77.998</b>	<b>508</b>	<b>32.757.339</b>

Figura 72 – Valor dos procedimentos de Aquisição/Alienação formalizados em 2014

Da análise aos quadros acima é possível verificar a diversificada distribuição dos procedimentos por tipologia de contratação, bem como, o valor aplicado em termos globais, representando a formalização de 190 procedimentos aquisitivos, no montante global de despesa de € 32.678.832,68 e de receita de € 78.505,87.

De salientar a exclusão dos procedimentos aquisitivos iniciados em 2014, no total de 30 procedimentos, cuja conclusão se prevê ocorra no corrente ano económico, dos quais há a destacar a aquisição de munições, cujo valor estimado é de € 702.829,00.

De referir ainda, a continuidade do paradigma nas aquisições efetuadas pela GNR, uma vez que esta Força de Segurança tem como principal objetivo, na área da aquisição de bens e/ou serviços, diminuir as aquisições através do recurso ao procedimento por Ajuste Direto, potenciando o recurso aos procedimentos abertos a todos os interessados que reúnam as condições de participação exigidas, facto que garante, nomeadamente, os princípios da igualdade e da livre concorrência.

### 2.3. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Em 2014, à semelhança do que sucedeu no ano anterior, consolidou-se a estrutura decorrente da nova Lei Orgânica da GNR, o que permitiu cimentar o novo conceito logístico alicerçado no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE).

A Guarda desenvolveu ainda obras de pequena envergadura e trabalhos de manutenção, com recurso a meios próprios num património vasto e bastante antigo. Sem este valioso recurso, a degradação das infraestruturas seria muito maior e implicaria o dispêndio de maiores verbas em intervenções tardias. Para além das necessárias intervenções de manutenção, muito ainda há a fazer quanto a trabalhos de modernização, aspeto fundamental e melhoria da funcionalidade com o objetivo último de garantir um serviço público de qualidade e excelência.

Também através da função logística manutenção se desenvolveu um conjunto de atividades com o objetivo de conservar o material em condições de operacionalidade e assegurar tais condições ao material que as não possui, por modernização, aperfeiçoamento ou modificação.

### 2.4. MEIOS DE TRANSPORTE

Através da função logística transportes foi desenvolvido um conjunto de atividades que englobam o deslocamento de pessoal, de animais e de material, bem como a sua direção e a gestão do equipamento e das instalações a ele associadas. O parque de veículos da Guarda tem uma dimensão, dispersão e complexidade ímpares na Administração Pública, cobrindo todas as especificidades impostas pela sua missão.

Nesse parque de meios de transporte encontram-se viaturas auto para o patrulhamento e transporte de pessoal, viaturas especiais destinadas a valências específicas (a proteção da natureza e do ambiente, investigação criminal e intervenção e socorro, entre outras), viaturas blindadas para situações especiais e especialmente destinadas à participação em missões internacionais, viaturas de transportes gerais, viaturas de transporte de solípedes e canídeos e embarcações para controlo e patrulhamento do mar territorial e vigilância da orla marítima, entre muitas outras.

#### 2.4.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O Parque de viaturas da Guarda, composto na sua maioria por viaturas ligeiras e motociclos, totalizam 5.517 unidades, cuja evolução durante o ano de 2014 foi marcada pela aquisição de 272 viaturas novas. Durante esse ano a taxa média de inoperacionalidade das viaturas cifrou-se em 16,5 %.

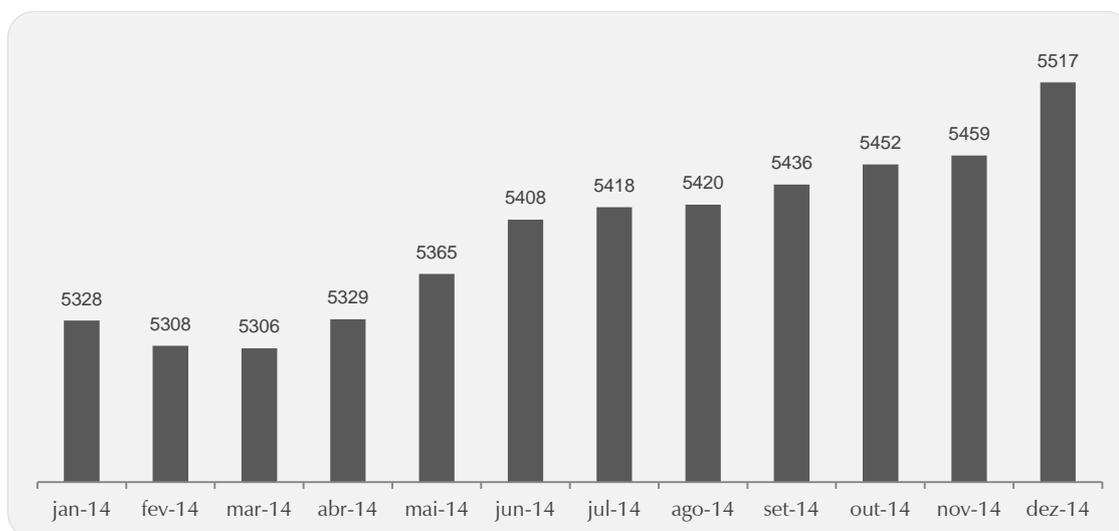


Figura 73 – Evolução do parque automóvel durante o ano de 2014 (viaturas e motociclos)



Durante o ano de 2014, as viaturas afetas ao parque auto da Guarda percorreram em média 215.703 Km diários, conforme quadro infra. Considerando o total de viaturas da Guarda e a taxa média de inoperacionalidade, cada viatura operacional da Guarda percorreu 17.093 km por ano.

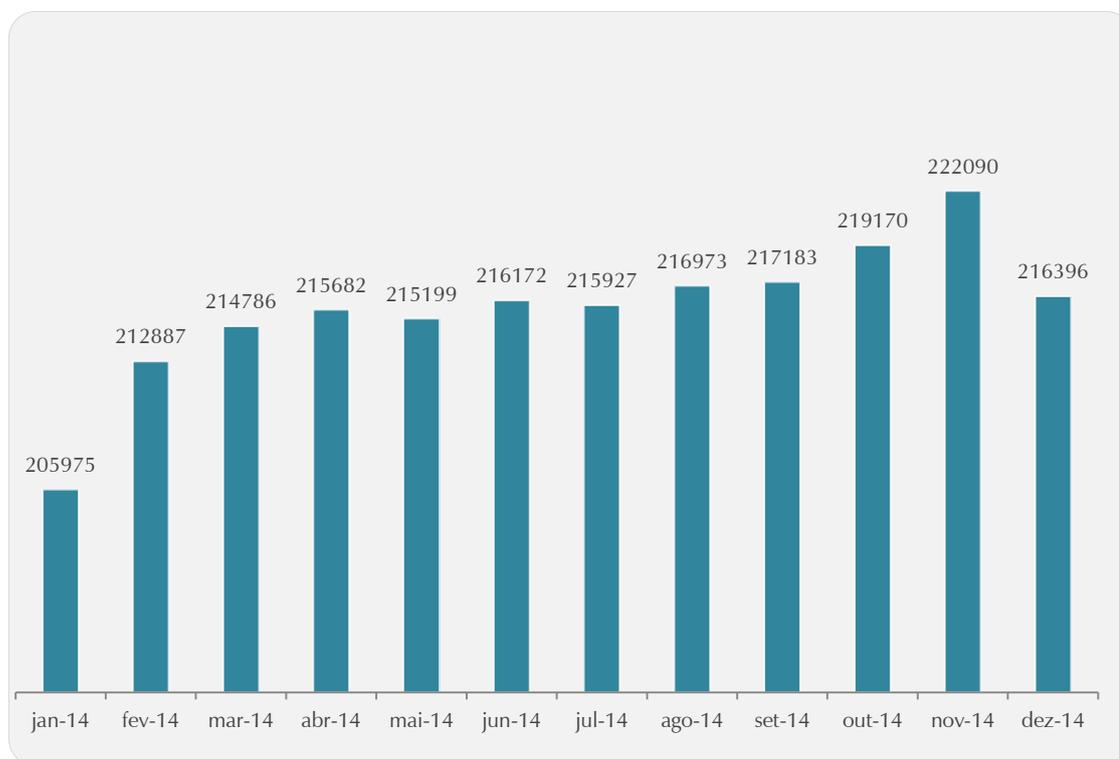


Figura 55 – Média diária de Km percorridos

Uma das grandes preocupações no que concerne a veículos, refere-se à idade do respetivo parque, com evidentes reflexos no desempenho operacional, conforme se pode constatar no quadro abaixo:

IDADE DAS VIATURAS	VIATURAS POR TIPOLOGIA				TOTAL	%
	Pesados (mercadorias)	Pesados (passageiros)	Ligeiros	Motociclos		
Até 5 anos	8	0	306	63	377	6,84
De 5 a 10 anos	10	1	1.323	320	1.654	29,98
Mais de 10 anos	73	64	2.809	540	3.486	63,18
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>65</b>	<b>4.438</b>	<b>923</b>	<b>5.517</b>	<b>100,00</b>

Figura 55 – – idade das viaturas da GNR

Ainda durante o ano de 2014, a DRL concluiu 35 processos de integração de viaturas no Parque de Viaturas do Estado (PVE), provenientes de doações, protocolos de comodato e viaturas perdidas a favor do Estado em resultado de processos-crime ou contra-ordenacionais, conforme quadro abaixo.

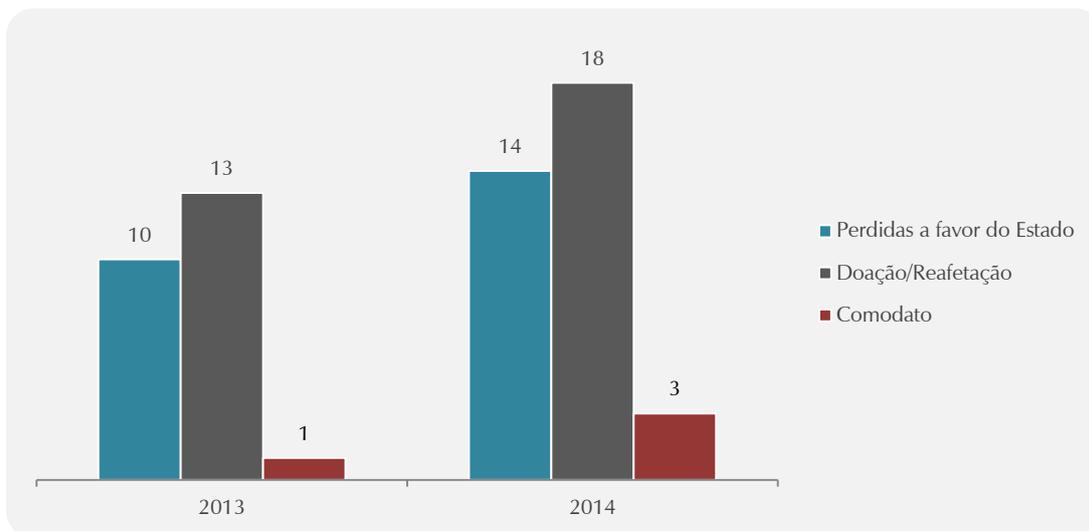


Figura 74 -- Evolução das viaturas legalizadas

### 2.4.2. MEIOS MARÍTIMOS

Para desenvolver a sua missão nesta área de responsabilidade, nomeadamente no controlo e vigilância costeira, proteção da natureza e ambiente e proteção e socorro, a Guarda dispõe dos seguintes meios marítimos:

Unidades	Idade dos meios marítimos (média)	Tipologia dos meios		
		Fibra	Semirrígidos	Total
UCC	8	26	16	42
UI	6		4	4
CTer	6	3	23	26
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>29</b>	<b>43</b>	<b>72</b>

Figura 75 – Frota meios marítimos da GNR

### 2.5.EFETIVO ANIMAL

Outra das especificidades que diferenciam a Guarda das demais instituições públicas e a tornam única, são as valências de cavalaria e cinótecas, as quais revestem cuidados especiais nomeadamente com a saúde e alimentação deste efetivo.

Neste sentido, face à evolução registada nos três últimos anos ao nível do efetivo associada à sua crescente utilização nos mais diversos cenários e missões (gráfico abaixo), prevê-se para o ano 2015 que as necessidades de aquisição e manutenção do efetivo animal (e material específico) se cifrem em € 1.059.306,00.

No gráfico abaixo mostra-se a evolução destes efetivos entre 2009 e 2014, bem como a sua respetiva distribuição. Durante o ano 2014 foram aumentados ao efetivo 45 cães e 40 cavalos, e abatidos 53 cães e 48 cavalos.

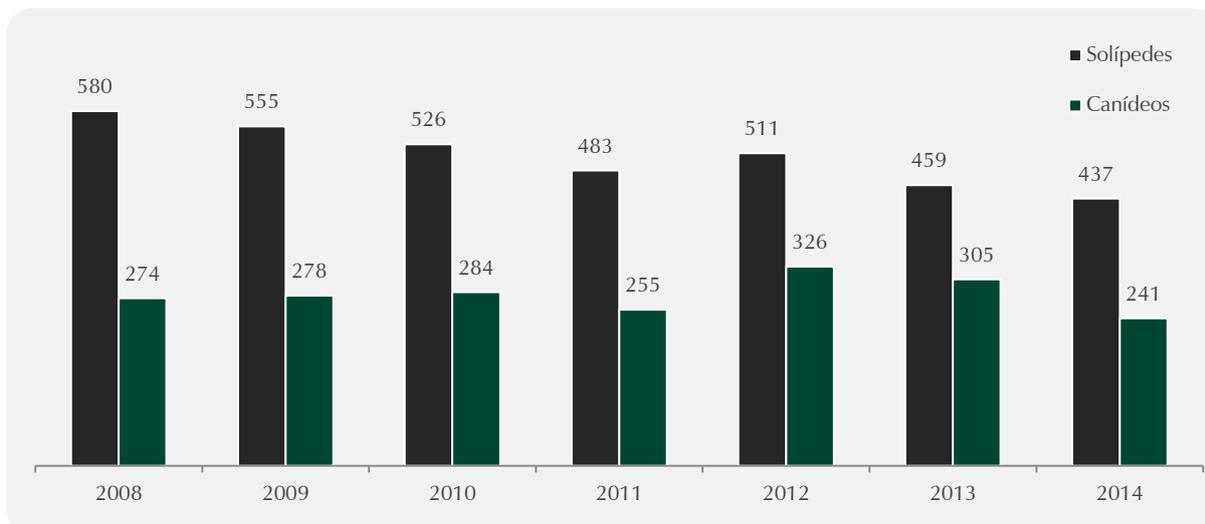


Figura 76 – Efetivo Animal 2008-2014

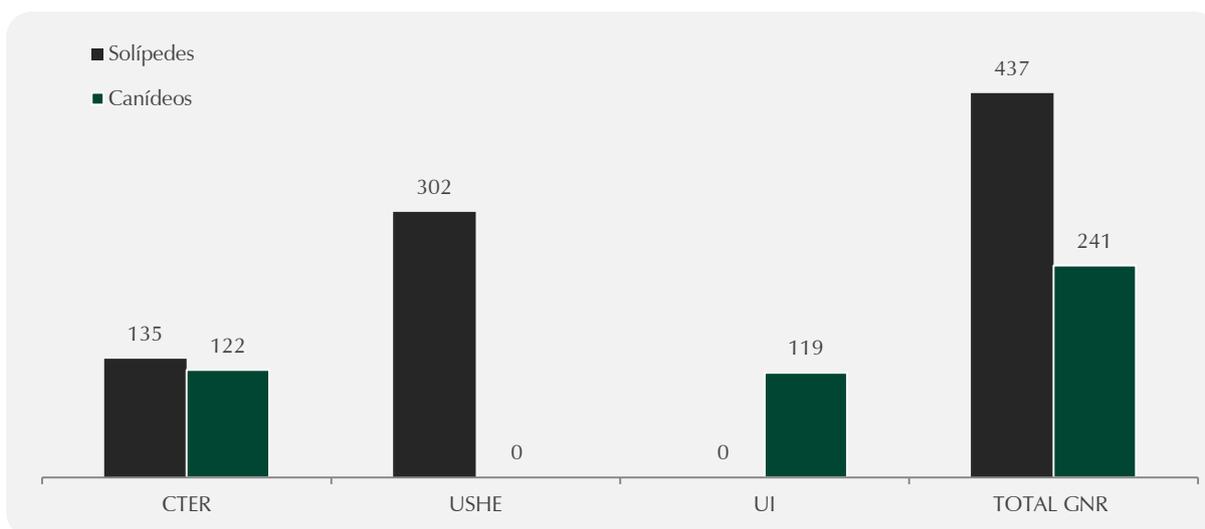


Figura 77 – Distribuição do Efetivo Animal 2014

Em 2015 o Comando da Guarda irá promover ao reajustamento do efetivo de solípedes, ponderando para o efeito as suas necessidades operacionais. Visando garantir a operacionalidade de utilização deste meio, ponderando os custos com a sua manutenção, a Guarda fixará um quadro de referência de 400 solípedes.

### 3. RECURSOS FINANCEIROS

#### 3.1. PROPOSTA DO ORÇAMENTO E OE APROVADO

A Proposta de Orçamento da GNR para 2014 foi elaborada em obediência aos limites definidos pela Tutela e, em particular, às instruções divulgadas pela Direção-Geral de Orçamento (DGO), através da sua Circular n.º 1374, Série A, de 9 de agosto de 2013.

A etapa de planeamento do Orçamento da GNR concretizou-se em duas fases:

- A primeira correspondeu à recolha das necessidades globais previstas para 2014, junto de todas as Unidades/Estabelecimentos/Órgãos, destacando-se a interação entre o órgão de planeamento estratégico (DPERI) e o órgão financeiro (DRF), e os órgãos responsáveis pela gestão de recursos humanos (DRH) e pelos recursos logísticos (DRL), determinada pelo peso relativo das despesas processadas por cada uma delas, no que respeita ao cálculo das despesas decorrentes do processamento de vencimentos e relativamente ao cálculo das necessidades logísticas.
- A segunda fase, e após determinação do Plafond pela Tutela, consistiu no ajuste do planeamento inicial realizado, respeitando as regras previstas na Circular supra referida e o valor tuteladamente definido para a GNR.

Após a GNR ter carregado o seu Orçamento no Sistema de Orçamento de Estado (SOE), foram realizadas diversas alterações ao Plafond inicial atribuído, levando à alteração da proposta apresentada pela GNR, conforme o quadro que se segue. Do montante proposto, a GNR viu a sua proposta ser reduzida em 62.996.962€.

AGRUPAMENTO	VALOR PROPOSTO	VALOR APROVADO <sup>57</sup>	DIFERENÇA	%
Pessoal	843.871.277,00	782.778.978	61.092.299	-7,24
Bens e Serviços	53.084.257,00	51.179.594,00	1.904.663	-3,59
Transferências Correntes	440.243	440.243	0	0
Outras Despesas Correntes	1.424.189	1.424.189	0	0
Investimento	175.000	175.000	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>898.994.966</b>	<b>835.998.004</b>	<b>62.996.962</b>	<b>-7,01</b>

Figura 78 – Alterações ao Plafond inicial – Orçamento proposto versus orçamento aprovado

#### 3.2. ORÇAMENTO DA DESPESA INICIAL

##### 3.2.1. Alterações iniciais em sede da Publicação da LOE para 2014

Após a aprovação do Orçamento, e conforme previsto na circular Circular n.º 1374, todos os Organismos e Serviços da Administração Central tiveram de realizar uma provisão no valor de 2,5% do montante orçamentado. Importa referir que o cálculo da reserva não incide sobre as despesas cobertas por financiamento comunitário, nem sobre as Dotações Específicas, (Serviço de Assistência na Doença (SAD) e Pensões de Reserva).

<sup>57</sup> 835.998.004 = 827.297.376 + 860.905 (reserva FF 123) + 162.784 (reserva FF 129) + 7.676.939 (cativação)



O quadro seguinte espelha os montantes relativos à constituição da Reserva.

CARATERIZAÇÃO DA DOTAÇÃO	F.F.	MONTANTE PROPOSTO	MONTANTE APROVADO	RESERVA DE 2,5%
Dotação Não Específica	111	663.964.277	618.641.283	
	123	34.436.192	26.936.192	860.905
	129	6.511.352	6.511.352	162.784
<b>DOTAÇÃO NÃO ESPECÍFICA TOTAL</b>		<b>704.911.821</b>	<b>652.088.827</b>	<b>1.023.689</b>
Pensões de Reserva	111	156.522.588	146.348.620	0
<b>PENSÕES DE RESERVA TOTAL</b>		<b>156.522.588</b>	<b>146.348.620</b>	<b>0</b>
Dotação Específica	111	15.912.670	15.912.670	
	SAD			
	123	21.647.887	21.647.887	0
<b>SAD TOTAL</b>		<b>37.560.557</b>	<b>37.560.557</b>	<b>0</b>
<b>DOTAÇÃO ESPECÍFICA TOTAL</b>		<b>194.083.145</b>	<b>183.909.177</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>898.994.966</b>	<b>835.998.004</b>	<b>1.023.689</b>

Figura 79 – Cálculo da Reserva FF 123 e 129

No quadro anterior não é espelhada a Reserva da FF 111, no montante de 16.501.324€ que, de acordo com a Circular n.º 1374, se encontra no orçamento de atividades da Entidade Coordenadora (MAI).

À Reserva acima referida e de acordo com o art.º 3.º da LOE 2014, ao orçamento da GNR, foi ainda cativado o montante de 7.636.439€, no agrupamento de Bens e Serviços.

Em conformidade, o orçamento líquido de cativos/reserva ascendeu ao montante de 827.337.876€, conforme o mapa que se segue:

AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	CATIVOS	RESERVA	ORÇAMENTO CORRIGIDO INICIAL
Pessoal	782.778.978			782.778.978
Bens e Serviços	51.179.594	7.636.439		43.543.155
Transferências Correntes	440.243			440.243
Outras Despesas	1.424.189		1.023.689	400.500
Investimento	175.000			175.000
<b>Total Geral</b>	<b>835.998.004</b>	<b>7.636.439</b>	<b>1.023.689</b>	<b>827.337.876</b>

Figura 80 – Orçamento Corrigido

### 3.3.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2014 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No decorrer da execução do OE\GNR 2014 verificaram-se diversas alterações para a prossecução da Missão desta Instituição, tal como se pode verificar na análise do quadro seguinte:

AGRUPAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO INICIAL	TRANSIÇÃO SALDOS	CRÉDITO ESPECIAL	REFORÇOS	ANULAÇÃO	GESTÃO FLEXÍVEL	DOTAÇÃO CORRIGIDA FINAL
Pessoal	782.778.978	966.841	13.802.989	46.715.878	-3.000.000	-1.947.772	839.316.914
Bens e Serviços	43.543.155	3.358.337	1.472.080	6.000.000		-4.215	54.369.356
Transferências Correntes	440.243						440.243
Outras Despesas	400.500					2.846.603	3.247.103
Investimento	175.000	10.178.988				2.105.384	12.459.372
<b>Total Geral</b>	<b>827.337.876</b>	<b>14.504.166</b>	<b>15.275.069</b>	<b>52.715.878</b>	<b>-3.000.000</b>	<b>3.000.000</b>	<b>909.832.988</b>

Figura 81 – Alterações ao orçamento aprovado

Pela análise do quadro supra, verificaram-se as alterações orçamentais indicadas nos pontos seguintes.

#### 3.3.1. TRANSIÇÃO DE SALDOS

No final do ano de 2013, foi entregue no Tesouro mais receita do que a sua execução na despesa, verificando-se um saldo de 14.504.366€ (76.671.539 - 62.167.173). Deste saldo apenas foi autorizada a transição pelo valor de 14.504.166€, residindo um saldo não autorizado de 200€.

O saldo transitado na fonte de financiamento FF 121 "Saldos de receitas próprias transitados" foi no montante de 13.982.357€, na FF 280 "Financiamento da União Europeia – Outros" no montante de 447.130€ e na FF 290 "Financiamento Europeu por conta de Fundos Nacionais" no montante de 74.679€.

#### 3.3.2. CRÉDITO ESPECIAL

##### PESSOAL

- A Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, regula o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, estabelecendo as regras e a tramitação do processo prévio ao acordo de cessação do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o qual prevê a atribuição de uma compensação aos trabalhadores que o aceitem. Com base nesses parâmetros, foram apresentados requerimentos para cessação do contrato de trabalho, por alguns colaboradores civis, o que levou a um reforço ao Orçamento Inicial de 23.914€.
- Em cumprimento ao Decreto-Lei n.º 46/2014, de 24 de março, o qual atualiza a comparticipação de fardamento aos militares da Guarda de 300 para 600€ anuais, o Orçamento da GNR foi reforçado a 8 de agosto de 2014, no valor de 6.279.075€.



- O Orçamento Inicial da despesa sofreu um corte aquando da sua aprovação, no valor de 7.500.000€ nas rubricas que acomodam os encargos a suportar com os serviços remunerados, tendo sido repostos este montante com a aprovação do Orçamento Retificativo de 2014.

### BENS E SERVIÇOS

- Uma vez que não estavam orçamentados os fundos comunitários FF 280 e FF 242, foi necessário proceder-se ao registo do crédito especial pelo valor recebido em 2014, no montante de 243.880€.
- Em 2014, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) transferiu para a GNR o montante de 1.228.200€, dividido em duas tranches, uma de 1.000.000€, em novembro, e outra de 228.200€ em dezembro. Este valor não estava previsto inicialmente pelo que houve a necessidade de se registarem dois créditos especiais nestes mesmos montantes.

### 3.3.3. REFORÇOS

- Pessoal - Atendendo à suborçamentação que o Orçamento sofreu aquando da sua publicação, bem como ao impacto que o Acórdão do Tribunal Constitucional trouxe ao considerar inconstitucional a redução remuneratória exercida até então, o orçamento da GNR apresentava um enorme défice orçamental impossibilitando os pagamentos de vencimentos aos militares da GNR no mês de dezembro. Nesse sentido a Guarda foi reforçada pelo valor de 46. 715.878€.
- Bens e Serviços - A 14 de outubro o Orçamento da GNR, em funcionamento, foi reforçado no valor de 6.000.000€, oriundos da Descativação de Receitas Gerais, por despacho de sua Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (SEAO) de 13 de outubro.

### 3.3.4. ANULAÇÃO

- O n.º 4 do Despacho Conjunto n.º 12674/2014, entre o Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna (SEAMAI) e o Secretário de Estado da Saúde, refere que os subsistemas deveriam transferir até 30 de novembro, o valor de 6.000.000€, para a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS).
- O valor de 3.000.000€ da GNR para a ACSS foi autorizado a 27 de novembro por despacho do SEAO, exarado na Informação n.º 61/DA-MAI/2014.



### 3.4.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2014 - DESPESA

No que concerne à execução orçamental, e pela análise do quadro seguinte, pode concluir-se que a dotação corrigida atribuída foi executada quase na sua totalidade.

AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTOS		COMPROMISSOS		PAGAMENTOS	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Pessoal	839.316.914	833.008.665	99%	833.008.648	99%	832.805.609	99%
Bens e Serviços	54.369.356	53.080.478	98%	52.875.304	97%	52.776.972	97%
Transferências Correntes	3.295.441	3.293.297	100%	3.293.297	100%	3.293.297	100%
Outras Despesas Correntes	391.905	391.756	100%	391.756	100%	391.756	100%
Investimento	12.459.372	8.326.721	67%	8.326.721	67%	8.164.593	66%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>909.832.988</b>	<b>898.100.916</b>	<b>99%</b>	<b>897.895.725</b>	<b>99%</b>	<b>897.432.228</b>	<b>99%</b>

Figura 82 – Execução orçamental 2014

Dos agrupamentos analisados, quanto à sua execução de pagamentos, o Agrupamento de Investimento é o que apresenta uma taxa de execução mais reduzida, devido à não concretização de todos os procedimentos aquisitivos tendentes à aquisição de viaturas. Importa referir, que a maioria, destes procedimentos decorrem fora da Guarda.

#### 3.4.1. TRANSIÇÃO DE SALDOS / APLICAÇÃO NA DESPESA

A tabela seguinte apresenta o nível de execução dos saldos transitados do ano de 2013:

FF	AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	PAGAMENTOS	SALDO
121	Pessoal	966.841	965.394	1.447
	Bens e Serviços	3.358.337	3.337.458	20.882
	Investimento	9.657.179	6.111.289	3.545.887
	<b>TOTAL</b>	<b>13.982.357</b>	<b>10.414.141</b>	<b>3.568.216</b>
280	<b>TOTAL</b>	<b>447.130</b>	<b>318.342</b>	<b>128.788</b>
290	<b>TOTAL</b>	<b>74.679</b>	<b>69.895</b>	<b>4.784</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>14.504.166</b>	<b>10.802.378</b>	<b>3.701.788</b>

Figura 83 – Execução de pagamentos da receita transitada em saldos da gerência anterior



### 3.5. Orçamento da Receita

No que concerne à cobrança de receita, e respetiva entrega no Tesouro, verifica-se um aumento significativo em relação ao período homólogo de 2013 (17.277.747€), atingindo um acréscimo de 23%, bem como em relação às Previsões Iniciais em que o aumento foi de 50%, como se pode verificar no quadro seguinte, discriminadamente:

CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	POE 2014 (1)	RECEITA 2013 (2)	RECEITA 2014 (3)	DIFERENÇA I (4)=(3)-(1)	% (5)	DIFERENÇA II (6)=(3)-(2)	% (7)
0303990106	Contribuições para CGA/SS/SAD	21.647.887	12.523.934	28.500.064	6.852.177	32%	15.976.131	128%
0401999906	Taxas diversas	2.940.214	2.935.447	3.461.691	521.477	18%	526.243	18%
0402010106	Juros de mora	26	26	843	817	3.144%	818	3.204%
0402030106	Multas e coimas	14.346.069	11.293.873	10.473.877	-3.872.192	-27%	-819.996	-7%
0402049906	Coimas e penalidades	1.034.211	1.099.582	3.528.879	2.494.668	241%	2.429.297	221%
0402999906	Multas e penalidades diversas	94.787	115.497	31.099	-63.688	-67%	-84.398	-73%
0502010106	Bancos e outras instituições	0	0	0	0	0%	0	0%
0603010106	Transferências correntes estado AC (ANSR)	4.500.000	6.722.699	14.695.300	10.195.300	227%	7.972.601	119%
0603079906	Transferências correntes (SFA)	2.011.352	2.531.442	2.043.538	32.186	2%	-487.904	-19%
0609010306	Transferências correntes (FSE - POPH)	0	1.313.693	15.726	15.726	100%	-1.297.967	-99%
0609010506	Transferências correntes o. Fundos (FEFE)	0	0	327.545	327.545	100%	327.545	100%
0701039906	Venda de publicações	16.630	13.688	18.701	2.071	12%	5.012	37%
0701040106	Venda de fardamento e artigos pessoais	453.730	321.243	412.216	-41.514	-9%	90.973	28%
0701050106	Bens inutilizados	9.332	9.116	95.948	86.616	928%	86.832	953%
0701060106	Produtos agrícolas	3.900	7.773	6.682	2.782	71%	-1.091	-14%
0701070106	Produtos alimentares e bebidas	981.318	842.736	900.617	-80.701	-8%	57.882	7%
0701110106	Explorações oficiais	3.359	167.378	6.949	3.590	107%	-160.429	-96%
0702060106	Serviços de reparações	9.228	10.078	10.725	1.497	16%	647	6%
0702070106	Alimentação e alojamento	1.803.573	1.570.573	1.900.446	96.873	5%	329.872	21%
0702999906	Outros serviços (srem)	11.598.342	11.170.022	10.990.883	-607.459	-5%	-179.138	-2%
0703019906	Rendas de habitações	1.907	738	246	-1.661	-87%	-492	-67%
0801990206	Restituição do iva	0	0	1.065.645	1.065.645	100%	1.065.645	100%
0801999906	Outras receitas	1.138.447	1.398.934	951.690	-186.757	-16%	-447.243	-32%
0904030106	Outros bens de investimento	1.109	9.858	5.612	4.503	406%	-4.246	-43%
<b>SUBTOTAL</b>		<b>62.595.421</b>	<b>54.058.328</b>	<b>79.444.921</b>	<b>16.849.500</b>	<b>27%</b>	<b>25.386.592</b>	<b>47%</b>
1601050206	Transição De Saldos	0	22.613.211	14.504.366	14.504.366	100%	-8.108.845	-36%
<b>TOTAL</b>		<b>62.595.421</b>	<b>76.671.539</b>	<b>93.949.287</b>	<b>31.353.866</b>	<b>50%</b>	<b>17.277.747</b>	<b>23%</b>

Figura 84 – Comparação da receita com o período homólogo





# Capítulo V

## BALANÇO SOCIAL 2014



## V.A. BALANÇO SOCIAL

### 1. ANÁLISE SINTÉTICA DO BALANÇO SOCIAL

No presente capítulo pretende-se apresentar de uma forma sucinta, a envolvente do Balanço Social nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, relevando os aspetos mais importantes, relegando para anexo os quadros e gráficos que serviram de suporte.

Nesse sentido, relativamente ao Balanço Social do ano 2014, da análise realizada aos indicadores nele constantes, tecem-se as seguintes considerações, salientando alguns dos aspetos considerados mais relevantes:

- Em 31 de dezembro de 2014, contabilizavam-se 23.133 trabalhadores, o que representa um aumento de 735 trabalhadores em relação ao ano anterior, sendo de considerar 418 militares do CFG 2014/15;
- No que respeita à caracterização dos trabalhadores por género, verifica-se um predomínio do género masculino, decorrente das características da Instituição. De facto, dos 23.133 colaboradores, apenas 1755 são mulheres, o que corresponde a 7,59% do total de efetivos;
- O Índice de Enquadramento revelou uma ligeira descida, resultante de entradas na categoria de Guardas;
- O Nível Etário Médio apresenta uma ligeira subida tendencial e situa-se nos 38,38 anos de idade;
- Os grupos Etários mais representativos estão no intervalo dos 35-39 anos, com 5.189 trabalhadores, seguido do intervalo 30-34, com 4.573 trabalhadores;
- A Taxa de Envelhecimento situa-se nos 1,65%, apresentando uma subida face ao antecedente. Este facto é imputável à reduzida passagem de militares à situação de reserva, o que eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores;
- O Nível Médio de Antiguidade (AP) subiu para 19,37 anos. Esta subida aparentemente algo elevada, tem em consideração os acréscimos de tempo de serviço que decorrem da Lei);
- A Taxa de Reposição, subiu para 160,64%, em virtude da diminuição de saídas face ao número de entradas;
- A Taxa de Promoções subiu em relação ao ano anterior;
- Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma taxa de habilitação superior, na ordem dos 7,65% e os restantes 92,35% com habilitação até ao 12º ano. De realçar o aumento de 459 elementos com formação superior face ao ano anterior;
- A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário trabalho na modalidade «Específico», aplicável aos militares. De relevar ainda que ambos os géneros (433 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade de «Flexível».
- À semelhança do ano 2013, cerca de 2/3 dos trabalhadores encontram-se situados nos 2 escalões remuneratórios 1001-1250€ e 1251-1500€, sendo o último mais representativo com 33,45%.
- No que respeita à formação profissional, constata-se que apesar das limitações orçamentais, foi proporcionado a um universo de 17.148 trabalhadores a formação considerada adequada, representando uma taxa de 74,12 % de entre os efetivos.
- O número de horas prestadas em «trabalho suplementar» diminuiu, no ano em análise, traduzindo-se numa redução de 287 horas em comparação com o ano anterior.
- A Taxa de Absentismo é de 4,38%, tendo-se verificado uma subida face aos anos anteriores.



- A Taxa de Gravidade Disciplinar diminui para 26,88% em 2014, tendo esta taxa registado em 2013 o valor 39,74% e em 2012 o valor 41,76%;
- Igualmente no âmbito disciplinar realça-se o aumento da Taxa de Celeridade da Ação Disciplinar que registou em 2014 o valor 45,15%, tendo em 2013 registado o valor 31,12% e em 2012 o valor 36,69%.

Apresentam-se em seguida os principais indicadores de comparabilidade no triénio 2012-2014:

Outros Indicadores do Balanço Social					
Indicador	Fórmula de cálculo		2014	2013	2012
Taxa de Feminização	Total de efetivos femininos / Total de recursos humanos	%	7,59	7,32	7,32
Nível etário	Soma das idades / Total de recursos humanos	Anos	38,38	38	37,38
Leque etário	Trabalhador mais idoso / Trabalhador menos idoso	Valor	3,83	3,63	3,83
Índice de envelhecimento	Número de recursos humanos com idade > 55 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	1,65%	1,40%	1,35%
Nível Antiguidade (AP)	Soma das antiguidades (AP) / Total de efetivos	Anos	19,37	15,66	15
Índice de rotação	Número de Recursos humanos em 31 de dezembro / Número de recursos em 1 de janeiro + entradas + saídas	Valor	1	1	0,81
Taxa de reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	160,64%	72,69%	82,66%
Taxa de absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis <sup>58</sup> x Número total de recursos humanos	%	4,38%	3,92%	3,93%
Taxa de trabalho extraordinário	Número anual de horas de trabalho extraordinário x 100 / Total de horas trabalháveis por semana <sup>**59</sup> x 47	%	0,02%	0,00%	0,01%
Leque salarial ilícido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	10,44	13,13	12,95
Taxa de Habilitação Superior	Número de técnicos superiores x 100 / Total de recursos humanos	%	7,64%	5,84%	5,52%
Índice de Enquadramento	Número de Dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	%	14,79%	15,34%	14,69%
Taxa de Promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	8,02%	5,61%	24,71%
Taxa de Progressões	Número de efetivos com progressão x 100 / Total de efetivos	%	0,04%	68,85%	2,41%
Taxa de Incidência de acidentes no local de trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	4,24%	3,80%	3,62%
Taxa de incidência de doenças profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100/Total de recursos humanos	%	0,24%	0,20%	0,16%
Taxa de gravidade disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	26,88%	39,74%	41,76%
Taxa de celeridade de ação disciplinar	Total de processos decididos x 100 / Total de processos transitados ano anterior + Total de processos instaurados no ano	%	45,15%	31,12%	36,69%

<sup>58</sup> Retirados os dias de férias

<sup>59</sup> Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 40 horas por semana.





# Capítulo VI

NOTA FINAL



## VI. AVALIAÇÃO FINAL

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição ímpar no quadro da administração pública Portuguesa. A sua longa história, intimamente ligada a momentos marcantes da sociedade portuguesa, as suas tradições, a sua dimensão e dispersão territorial, a sua ligação profunda às populações, a sua inserção no tecido social, a multiplicidade das suas atribuições e valências, a forma altamente prestigiante como tem representado o país nos cenários internacionais e, acima de tudo, a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, às novas realidades sociais e aos novos desafios, tornam-na numa Instituição de referência, que desempenha um papel primordial no âmbito da segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

O ano de 2014 permitiu, mais uma vez, demonstrar a vitalidade e capacidade de adaptação da Guarda a um mundo em rápida mudança e evolução.

Com efeito, a Guarda, num quadro de restrição orçamental significativa, agravado pelas contingências que ditaram a formalização do pedido de assistência financeira pelo Estado Português, foi capaz de cumprir a sua missão com total êxito, mantendo os níveis elevados de operacionalidade e, deste modo, respondendo de forma qualificada ao aumento de certos tipos de criminalidade grave e/ou com alto impacto social.

Em 2014, prosseguindo o trabalho realizado nos anos transatos, definiram-se objetivos claros, numa lógica de gestão moderna e num quadro de negociação e de responsabilização mútua, entre a Guarda e a Tutela.

O QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2014 contemplava 7 objetivos estratégicos, 11 objetivos operacionais com medição através de 26 indicadores, abrangendo os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidimos aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

Sabíamos que não seria fácil atingir todas as metas, mas tínhamos a certeza de que, mais uma vez, a Instituição daria o seu melhor, e que as suas mulheres e os seus homens se entregariam de corpo e alma à nova filosofia de gestão e de avaliação da performance e do mérito.

Estávamos conscientes, também, que a grandeza e o amplo espectro das atribuições da Guarda não poderiam ser medidas, exclusivamente, em função dos objetivos constantes do QUAR.

E, por fim, estávamos convictos de que, em caso algum, deixaríamos de nos empenhar e dar todo o nosso melhor a uma área da missão ou a um Projeto só porque não constava do QUAR ou, ao contrário, canalizaríamos todo o nosso esforço e todos os nossos recursos para uma determinada área, em detrimento de outras vitais, só para podermos afirmar que foram cumpridos os objetivos traçados.

Neste momento, em que o dirigente máximo do Serviço avalia o trabalho desenvolvido ao longo de um ano e em consideração ao exposto, podemos afirmar que a Guarda cumpriu o que o país necessitou e satisfaz as expectativas, do essencial, das populações que servimos. Foram melhorados os serviços e fez-se uma utilização criteriosa, profissional e adequada dos recursos. Sentimos que fomos eficientes, que fizemos mais com menos e existe bastante força anímica para enfrentar mais e novos desafios.

A avaliação global da Guarda em sede do QUAR é o reflexo da tenacidade evidenciada. No seguimento da atuação que nos tem caracterizado, demos passos sólidos e significativos via à futura prossecução dos nossos objetivos estratégicos, superámos totalmente as metas fixadas em sede de objetivos operacionais, com uma taxa de realização



final global de 123 %, o que redundou na superação, em toda a linha, das metas dos parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Ponderados os fatores condicionantes referidos, podemos pois concluir que a Guarda ultrapassou na plenitude os resultados esperados, nomeadamente daqueles cuja concretização dependia exclusivamente da sua atuação ou da utilização de recursos humanos e materiais já disponíveis.

Além do desempenho nitidamente positivo, identificado em sede de autoavaliação, o presente Relatório espelha, claramente, toda uma atividade operacional e um esforço de melhoria qualitativa e de racionalização de estruturas e de procedimentos que, não podendo ser refletidos diretamente no QUAR, não podem deixar de ser devidamente ponderados na hora do balanço anual. Salientam-se aqui as várias Parcerias que integramos, os diversos Programas de policiamento comunitário que mantivemos, o número de ações operacionais que executamos, o número de autos que levantámos, quer por crimes quer por contraordenações, os impressionantes números da nossa atuação em matéria de proteção da natureza e do ambiente, proteção e socorro, investigação criminal, fiscal e aduaneira, vigilância e controlo costeiro e segurança rodoviária e ainda, o esforço da Guarda para o cumprimento dos desígnios da política externa portuguesa e da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, a multiplicidade de fóruns em que a Instituição se fez representar, a nível nacional e a nível internacional, a forma eficiente como foram geridos os, sempre escassos, recursos humanos, materiais e financeiros e o energia despendida no sentido de se encontrarem fontes de financiamento alternativas.

No cômputo, merece ainda destaque a adequada valoração de alguns fatores que, durante o ano de 2014, condicionaram a prossecução dos objetivos definidos. Falamos da necessidade de dar respostas a fenómenos criminais emergentes e inesperados, geradores de sentimentos de insegurança generalizados, o que evidencia notória capacidade e flexibilidade Institucional.

Nesta dinâmica, importa relevar o reconhecimento que a Guarda, no desempenho da sua nobre missão, tem merecido das mais diversas entidades com quem prava, quer a nível nacional, quer além fronteiras.

Se a nível nacional o reconhecimento tem sido manifestado pelos órgãos que a tutelam e pelos cidadãos em geral, a nível externo, a participação em diversos fóruns, nomeadamente de boas práticas, tem merecido o reparo elogioso dos seus parceiros internacionais.

Não podemos, ainda, deixar de prestar homenagem aos 200 militares da Guarda que, ao longo do ano, foram vítimas de atos violentos quando se encontravam ao serviço de Portugal e da segurança dos portugueses. Eles são o testemunho mais evidente da especificidade da função policial, dos riscos que a mesma encerra, da total entrega dos militares da Guarda à sua missão e à causa da segurança e da ordem pública e dos valores que norteiam a Instituição.

Por tudo o referido, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, face aos resultados atingidos no QUAR 2014, alvo de autoavaliação a toda a atividade desenvolvida à margem dos objetivos fixados e expressa no capítulo II do presente Relatório e pela manutenção dos níveis de excelência atingidos nos anos transatos, propõe a atribuição à Instituição, no ano de 2014, a menção de «BOM».

Mas a Guarda encontra-se já focalizada no futuro. Neste contexto, salientamos os principais desafios e objetivos para o ano de 2015. Nessa lógica, em alinhamento com a política e as orientações estratégicas superiormente definidas em matéria de segurança interna, consideramos que, em termos genéricos, a atuação da Guarda, deve continuar a privilegiar o combate aos fenómenos criminais mais relevantes e de maior impacto social, com vista ao aumento da segurança das populações. O nosso intento é contribuir para a redução da sinistralidade rodoviária e consequências advenientes e garantir a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, considerando como vetores fundamentais para tais desideratos, a prevenção dos ilícitos, a manutenção do esforço de valorização e qualificação dos seus recursos



internos, nomeadamente os humanos, e de alargamento da disponibilidade e da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação. Para tal, torna-se crucial a captação de fundos provenientes de cofinanciamento.

Estas são, neste momento, as principais preocupações do Comandante-Geral, na certeza de que se tratam de questões fundamentais para a prossecução dos objetivos traçados.

Paralelamente, continuaremos empenhados na progressiva implementação do ciclo de gestão e do novo modelo de avaliação, baseado no SIADAP e adaptado à especificidade das Forças e Serviços de Segurança. Da implementação deste plano resultará, certamente, uma organização mais eficiente, alinhada estrategicamente com a visão e os objetivos institucionais e capaz de responder positivamente aos novos desafios, de transformar as ameaças em oportunidades e de superar as suas próprias vulnerabilidades, a bem do país e da segurança de todos os cidadãos que a Guarda serve.

Por fim, decorridos seis anos sobre o início da implementação da atual estrutura orgânica, concretizado o balanço e reflexão relativamente ao novo modelo de funcionamento, julgamos ser hora de proceder aos adequados ajustamentos e correções, rumo a uma Guarda ainda mais operacional e eficiente, determinada a prestar um serviço de qualidade à segurança dos Portugueses e em contribuir para a segurança do espaço Europeu em que nos inserimos e, em última análise, para um mundo mais seguro, justo e livre.

Lisboa, Quartel do Carmo, 15 de abril de 2015

Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto | **COMANDANTE-GERAL**







# Capítulo VII

ANEXOS





# Anexo 1

## AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009



Anexo 2 – Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009	S	N	Parcial	Obs.
<b>Ambiente de controlo:</b>				
Valorização de valores éticos e de integridade	X			
Controlos financeiros efetivos	X			
Incentivos ao desenvolvimento de boas práticas	X			
Contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas	X			
Existência ou não de controlos externos e/ou de fiscal único.	X			
<b>Estrutura organizacional:</b>				
Obedece às regras definidas legalmente;	X			
Responde satisfatoriamente à evolução da atividade do serviço;	X			
São reconhecidas as responsabilidades, autoridade e delegação no seio do serviço;	X			
O pessoal do serviço é avaliado de acordo com o SIADAP;			X	Apenas funcionários civis Militares: inexistência de adaptação do Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da GNR ao SIADAP
Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas.	X			
<b>Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:</b>				
O diploma orgânico encontra-se integralmente regulamentado;	X			
São reconhecidos e formalizados os fluxos de informação e comunicação intersectivos;	X			
Possui manual de controlo interno e/ou de contabilidade;			X	Substituídas por normas de Execução Permanente (NEP), Circulares e Diretivas
A competência para autorização da despesa está claramente definida;	X			
Está implementado um sistema de rotação de funções entre os trabalhadores;			X	Cargos direção, comando e chefia: determinadas em função das características dos postos; restantes situações: polivalência de funções.
As responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas;	X			
Os circuitos dos documentos estão claramente definidos.	X			
<b>Fiabilidade dos sistemas de informação:</b>				
O nível de abrangência e integração das diferentes aplicações;			X	Especificidades e complexidade do serviço operacional e de apoio operacional dificultam integração; Existe integração ao nível dos diversos ERP.
Os mecanismos que garantem a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas;			X	Determinada pela inexistência de um ERP único.
A informação produzida e utilizada nos processos de decisão;	X			
São identificados os requisitos de segurança para acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço;	X			
Está salvaguardada a informação dos computadores de rede;	X			
Garante-se a segurança na troca de informações e software.	X			







# Anexo 2

## PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS

DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JAN.  
REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 278/2009, DE 2 DE OUT.



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
<b>PLANO DE ANUAL DE COMPRAS DE 2013</b>		
<b>Ajuste Direto</b>		
7/2013	Manutenção estação AFIS	4.287,53
60/2013	Remodelação de instalações eletromecânicas CARI	129.816,24
<b>PLANO DE ANUAL DE COMPRAS DE 2014</b>		
<b>Ajuste Direto Simplificado</b>		
1/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	1.120,00
2/2014	Matérias-primas para oficina de sapataria e correios	2.687,73
3/2014	Pilhas para aparelhos de fiscalização rodoviária	691,01
4/2014	Condecorações - Medalha de ordem militar de Avis - grau grande oficial	489,54
5/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	0,00
6/2014	Aplicação de reforços nos calções de serviço/representação	5.166,00
7/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	49,20
8/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	60,00
9/2014	Peças para manutenção das espingardas HK	1.038,12
10/2014	Cilindros ETANOL	2.986,71
11/2014	Peças para manutenção de alcoolímetros SD400	1.706,01
12/2014	Aquisição de livro de cheques – IGCP	4,00
13/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	225,00
14/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	600,00
15/2014	Livros de reclamações	1.822,68
16/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	130,00
17/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	30,00
18/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	180,00
19/2014	Material para caracterização de viaturas	6.085,77
20/2014	Carregadores de bateria Yamaha	998,59
21/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	60,00
22/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	0,00
23/2014	Confeção de calções brancos (Jarrões)	5.595,89
24/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	252,50
25/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	0,00
26/2014	Elaboração de Dossier técnico - "Blusão de Serviço" - CITEVE	2.890,50
27/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	30,00
28/2014	Consumíveis de laboratório para revelação e tratamento de vestígios	3.135,91
29/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	55,00
30/2014	Elaboração de regulamento técnico - Caracterização de viaturas	0,00
31/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	300,00
32/2014	Carregamento de cilindros com mistura gasosa de etanol	1.137,21
33/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	110,00
34/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	1.065,00



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
35/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	30,00
36/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	355,00
37/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	97,50
38/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	110,00
39/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	130,00
40/2014	Condecorações - Medalha de ordem militar de Avis - grau grande oficial	510,45
41/2014	Certificação digital IGCP	82,74
42/2014	Pagamento de emolumentos - recusa do TC - camaras térmicas	137,31
43/2014	PLOTER DESIGNJET T1500 36-IN EPRINTER	5.289,00
44/2014	Elaboração de Dossier técnico - "Pólos de Patrulha"	1.722,00
45/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	138,40
46/2014	Renovação da licença de software para avaliação de viaturas	622,38
47/2014	Pedido de 2.ª via do DUA e alteração de cor de 3 viaturas	120,00
48/2014	Legalização de veículos doados ou perdidos a favor do Estado (GNR)	315,00
49/2014	Verificação anual periódica de sonómetros	5.750,15
50/2014	Aquisição de pontes eletrónicas para viaturas	5.092,20
S/N	Elaboração de parecer técnico - blusão de serviço – CITEVE	1.291,50
S/N	Aquisição de livro de cheques – IGCP	4,00
<b>Ajuste Direto</b>		
3/2014	SIGRI e Portal Social (na sequência do CLPQ)	495.444,00
4/2014	Manutenção intermédia W6 - LVI CONSOLAÇÃO	Revogado
5/2014	Limpeza das cavalariças da USHE (JAN/FEV14)	71.750,84
6/2014	Manutenção anual de equipamentos de fiscalização de trânsito	261.043,88
8/2014	Verificação anual periódica de balanças ORA 10	6.259,44
9/2014	Verificação anual periódica de equipam/ fiscalização de trânsito	161.721,70
10/2014	Cartões SAD/GNR	9.460,00
11/2014	Coronhas para a Espingarda Mauser 904	Sem efeito
12/2014	Dólmán de grande uniforme para oficial M e F	42.988,50
13/2014	Manutenção SIIOP	Sem efeito
14/2014	Reparações diversas no piso 2 do Centro Clínico	181.506,37
16/2014	Blocos Numerados	Sem efeito
17/2014	Autos de contraordenação em bloco	Sem efeito
18/2014	Sobrescritos	16.758,10
19/2014	Seguro para Operação Floresta Segura	35.507,47
20/2014	Munições de Iniciação elétrica Impulse 12,7 x 99 para canhão Disruptor Tel 220	14.823,96
21/2014	Aquisição de serviço de manutenção do sistema de gestão de receita da GNR	28.847,56
22/2014	Aquisição de Balança para a fiscalização rodoviária	Sem efeito
24/2014	Substituição da cobertura e reparações diversas do PT Monção	171.904,80
25/2014	Reforço Estrutural do armazém n.º 14 do Quartel do Grafanil da UI	35.635,56



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
26/2014	Autos de contraordenação em bloco	22.300,00
27/2014	Peças para manutenção de alcoolímetros drager	62.360,99
28/2014	Substituição da cobertura e reparações PTer Manteigas	107.010,00
29/2014	Manutenção SIIOP	31.365,00
30/2014	Substituição da cobertura e reparações DI Almada	156.702,00
31/2014	Testes de viana	12.286,22
32/2014	Memórias para upgrades de computadores*	Revogado
33/2014	Sistemas de comunicações para capacete SCHUBERTH C3	9.840,00
34/2014	Acessórios para rádios portáteis motorola MTH800	21.475,80
39/2014	Calções de serviço/representação	20.577,90
41/2014	Remodelação de instalações DRF/DIE do CARI	161.584,12
42/2014	Substituição da Cobertura e Reparações diversas no edifício para parque de motos do 2º esquadrão USHE (Passa para 2015)	Passou para 2015
43/2014	Serviço manutenção do IBM POWER7 2014/2016	2.451,57
44/2014	Aquisição de brasões e distintivos GNR viaturas	11.070,00
45/2014	Aquisição de uma balança para fiscalização rodoviária - (ANSR)	13.530,00
47/2014	Mobiliário de Escritório para a DRF e a DIE/CARI/GNR	31.098,41
49/2014	Aquisição da renovação do licenciamento e assistência técnica do sistema de informação geográfica ARCGIS	11.819,19
50/2014	Equipamento suplementar para viaturas VW PASSAT	11.347,43
<b>Concurso Público</b>		
1/2014	Palha para solípedes	471.763,60
2/2014	Ração para solípedes	381.055,08
3/2014	Matérias-primas para oficina de sapataria e correeiros	336.560,90
4/2014	Condecorações	231.898,05
5/2014	Ração para canídeos	100.761,85
6/2014	Boinas	81.795,00
7/2014	Limpeza das cavaliças do CTerPorto, CTerÉvora e CTerCoimbra	107.614,64
8/2014	Agulhetas, fiadores metálicos para apito, molas para gravata, charlateiras, peúgas, etc.	45.940,50
9/2014	Armas de peito e distintivos de posto em velcro, símbolos para a IC e indicativo de identificação individual	106.315,30
10/2014	Pólos de Patrulha	706.266,00
11/2014	Vestuário e calçado para o serviço de cozinha, calções para ciclista, coletes para a IC, barretes e boinas	50.855,60
12/2014	Fatos para motociclista	226.727,13
13/2014	Calças para motociclista e calções do uniforme patrulha a cavalo	90.424,68
14/2014	Uniforme de educação física e camisola de lã, de cor azul-escuro	86.924,10
15/2014	Coletes refletores	90.183,60
16/2014	Blusões de Serviço*	Revogado
17/2014	Calças, calções e sais	Sem efeito
18/2014	Camisas brancas de gala e de grande uniforme e camisolas de interior de cor preta	Sem efeito
19/2014	Camisas e calças de instrução/patrulha	412.911,00



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
20/2014	Camisolas de interior de cor preta	46.125,00
21/2014	Limpeza das cavalariças da USHE - abr a jul	139.708,66
22/2014	Peças para manutenção de alcoolímetros drager	Revogado
23/2014	Capacetes para instrução e patrulhamento a cavalo	35.793,00
24/2014	Dólman de grande uniforme e de serviço/representação	350.304,00
25/2014	Manutenção de Tablet's PC IBM X41	24.901,93
26/2014	Manutenção e desenvolvimento de novos módulos do SIIOP*	Revogado
27/2014	Aquisição de camisas brancas de gala e de grande uniforme	10.574,37
28/2014	Aquisição de calças, calções e saias	72.576,15
29/2014	Agulhetas, carteiras de senhora, peúgas, suspensão honorífica, suspensórios brancas e boinas várias, etc.	41.961,45
30/2014	Projecto Seahorse Mediteranean Network - Nó Nacional	Passou para 2015
31/2014	Aquisição de uniformes n.º3 para a carreira Florestal do SEPNA	71.958,08
32/2014	Aquisição de Blusões e Calças impermeáveis	276.627,00
33/2014	Aquisição de Blusões de Cabedal	Passou para 2015
34/2014	Aquisição e instalação de fontes de alimentação autónoma	Sem efeito
35/2014	Aquisição de botas para motociclista e botas modelo "GNR"	331.106,15
36/2014	Munições biénio 2014/2015	Sem efeito
37/2014	Manutenção intermédia W6 - LVI CONSOLAÇÃO	Sem efeito
38/2014	Coronhas para a Espingarda Mauser 904	72.385,50
40/2014	Munições calibre 9mm	74.046,00
<b>Acordo Quadro</b>		
1	Limpeza das instalações da GNR (8 locais) de 01jul a 31dec14	16.216,52
2	Periféricos para pc desktop e portáteis	9.910,11
3	Contrato locação equipamento cópia impressão	748.095,70
5	Aquisição de Projetores	Passou para 2015
7	Aquisição de 10 PC leves	Sem efeito
<b>UMC</b>		
C.P. 1/2014	Limpeza das cavalariças da USHE (AGO/DEC14)	149.950,90
1/2013	Eletricidade	1.119.130,00
5/2013	Combustíveis rodoviários	10.975.572,00
Proc. 1/2014	Serviço móvel terrestre	201.859,54
4/2014	Limpeza e higienização das instalações da GNR	3.563.177,78
17/2014	Papel para fotocópia e impressão	293.668,91
5/2012	Consumíveis de impressão - Renovação	296.332,90
2/2013	Consumíveis de impressão - Lotes não renovados	30.504,07
10/2012	Economato	136.724,97
1/2011	Produtos de higiene e limpeza (1.º semestre)	92.157,62
2/2014	Produtos de higiene e limpeza (2.º semestre)	88.244,34
<b>Contratação Excluída</b>		



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
1/2014	Licenciamento GeRFIP	274.861,95
2/2014	Fardamento alunos da GNR na AM	21.629,86
S/N	Serv. Externo - Transporte de pessoal CP - 1º semestre 2014	238.595,31
S/N	Serv. Externo - Transporte de pessoal CP - 2º semestre 2014	170.919,73
S/N	Publicações de anúncios em DR	24.230,17
S/N	Indemnização referente a processo de alienação veículos em fim e vida	926,73
<b>PLANO DE ANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2012</b>		
<b>Concurso Público</b>		
32/2012	4 Camaras térmicas portáteis de visão noturna	Revogado
<b>Acordo Quadro</b>		
2	Minibus	Passou para 2015
2	Pronto Socorro Lig. Plat. 6 metros	Passou para 2015
2	Transportes de solípedes	Passou para 2015
3	Ligeiros de passageiros descaraterizados (IC)	434.171,00
4	Minibus	Passou para 2015
<b>PLANO DE ANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2013</b>		
<b>Ajuste Direto</b>		
2/2013	Aplicação informática e licenciamento de suporte para o Centro Clinico	Sem efeito
15/2013	Aplicação informática e licenciamento de suporte para o Centro Clinico	89.047,08
72/2013	Remodelação de Instalações para o CCCO do CT Setúbal	85.896,29
<b>Concurso Público</b>		
39/2013	Bastidores e UPS	81.004,70
<b>Acordo Quadro</b>		
3	Computadores portáteis (119Un protocolo ANSR)	Sem efeito
6	Computadores portáteis (115Un protocolo ANSR)	Sem efeito
141	Viaturas patrulhamento 4P Caraterizados (Toyota) (ANSR) AQ-VAM 141/01/2013	1.637.740,85
142	Viaturas patrulhamento 4P Caraterizados (100) AQ-VAM 142/01/2013	2.717.138,00
142	Motos com carenagem (15) AQ-VAM 142/01/2013	229.095,67
150	42 Motociclos (ANSR) AQ-VAM 150/01/2014	162.671,14
UMC	Viaturas para Transporte de pessoal - Furgão Longo (25)	Passou para 2015
UMC	Viaturas Pick Up com cabine dupla (66)	Passou para 2015
<b>Plano de Anual de Investimentos de 2014</b>		
<b>Ajuste Direto</b>		
7/2014	Licenciamento e assistência técnica dos produtos ARGIS	Sem efeito
23/2014	Sala Técnica para o projecto SEA HORSE – UCC	97.169,45
<b>Acordo Quadro</b>		
3	Serviços de viagens, transporte aéreo e alojamento AQ ANCP Lote 1	70.000,00
149	Viaturas Rodov. p/prevenção Rodoviária - Fundo Garantia Automóvel	747.137,56
<b>Fundo Europeu de Fronteiras Externas (FEFE 2013)</b>		



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
<b>Concurso Público</b>		
32/2013	4 Camaras térmicas portáteis de visão noturna – Projeto Morcego & Mobile)	Revogado
<b>FUNDO EUROPEU DE FRONTEIRAS EXTERNAS (FEFE DE 2014)</b>		
<b>Ajuste Direto</b>		
35/2014	Câmara térmica portátil de visão noturna*	Revogado
36/2014	Duas embarcações*	Revogado
37/2014	Cinco motores e acessórios para equipar as embarcações de vigilância e intervenção “eav´s” e semi-rígidos	87.133,20
38/2014	Cinco unidades de radar portátil e acessórios/componentes para viaturas	69.894,75
40/2014	FEFE - Aquisição de artigos diversos - Coletes Capacetes e óculos	Não Adjudicado
46/2014	Duas embarcações	67.453,20
48/2014	Câmara térmica portátil de visão noturna*	Revogado
<b>ALIENAÇÕES</b>		
<b>Procedimento por negociação direta</b>		
1/2014	Alienação de 3 Veículos em fim de vida	223,00
2/2014	Alienação de 2 Veículos em fim de vida	160,00
3/2014	Alienação de 2 Veículos em fim de vida	125,00
<b>Concurso Publico de Alienação</b>		
1/2014	Alienação de Veículos em fim de vida	32.675,37
2/2014	Alienação de invólucros e munições	45.322,50
3/2014	Alienação de efluentes pecuários (estrumes)	1.743,60

No âmbito das atribuições da DRL/DA, de acordo com o artigo 32.º do Despacho n.º 32021/2008, de 27 de novembro, compete-lhe «promover e organizar, sob o aspeto administrativo e financeiro, os procedimentos para a aquisição de bens e serviços...». Desta forma, existem procedimentos aquisitivos remetidos pelas diversas unidades da GNR, cuja verificação e publicitação são realizadas pela Divisão de Aquisições:

N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
<b>Ajuste Direto (9 procedimentos)</b>			
UN	UI	Mercearia para a messe da Unidade de Intervenção	53.330,00
UN	UI	Pneumáticos	58.400,00
UN	CCLIN	Empreitada para construção do beirado e respetiva cimalha do edifício do CCLIN	8.500,00
UN	CCLIN	Material diverso para a medicina veterinária	42.162,84
UN	UI	Serviços de hotelaria e concessão dos bares da UI	48.600,00
UN	CTer Coimbra	Pneus para as viaturas do Comando Territorial de Coimbra	32.510,00
UN	UI	Carnes frescas, produtos de charcutaria e derivados de carne	34.965,00
UN	UI	Peças auto para as viaturas	37.310,00
UN	UI	Peixe fresco para as messes da UI	36.990,00
<b>SUBTOTAL</b>			<b>352.767,84</b>



N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
<b>Concurso Publico (35 procedimentos)</b>			
UN	SGG	Serviço de restauração para as messes da Secretaria-Geral da Guarda	52.789,00
UN	UI	Peças auto	48.720,00
UN	SGG	Peixe fresco	27.700,00
UN	EG	Serviços de restauração para as messes da Escola da Guarda e do Centro de Formação da Figueira da Foz	83.300,00
UN	UI	Serviços de restauração para as messes da Unidade de Intervenção e GIPS	51.525,00
UN	CCLIN	Reagentes laboratoriais	68.809,94
UN	SGG	Peixe congelado, moluscos, crustáceos e salgados	38.600,00
UN	SGG	Carne para as messes da Secretaria-Geral da Guarda	39.850,00
UN	EG	Carne fresca para o Curso de Formação de Guardas	40.000,00
UN	EG	Pescado fresco e congelado para o Curso de Formação de Guardas	40.000,00
UN	UCC	Aquisição de peças para reparação/manutenção das embarcações da Unidade de Controlo costeiro	29.762,00
UN	SGG	Aquisição de bebidas para as messes e bares da Secretaria-Geral da Guarda	28.000,00
UN	SGG	Serviços de restauração para as messes da Secretaria-Geral da Guarda	68.945,28
UN	UCC	Carne fresca e produtos de charcutaria	27.934,57
UN	UCC	Peixe fresco, congelado, seco e salgado...	22.904,97
UN	UCC	Artigos de mercearia	13.122,90
UN	UCC	Frutas e legumes frescos	17.920,00
UN	USHE	Carne Fresca para confeccionar	110.317,06
UN	UCC	Serviços de restauração	28.057,48
UN	EG	Gás natural canalizado para o CFP e CFFF	50.000,00
UN	EG	Carne fresca das messes da Escola da Guarda	191.300,00
UN	EG	Pescado fresco para as messes da Escola da Guarda	56.600,00
UN	EG	Pescado congelado para as messes da Escola	71.000,00
UN	EG	Gás propano a granel	61.401,50
UN	UCC	Gás em botija propano e butano	9.756,10
UN	EG	Fruta fresca e legumes frescos para as messes da EG, CFP e CFFF	93.800,00
UN	EG	Serviços de restauração para as messes da EG e CFFF	86.033,19
UN	UCC	Pneumáticos para as viaturas da UCC	19.512,20
UN	EG	Produto de Mercearia para as messes da Escola da Guarda, CFP e CFFF	43.500,00
UN	EG	Bacalhau para as messes da EG, CFP e CFFF	34.500,00
UN	SGG	Bolos de sobremesa e pastelaria fresca variada para a messe	21.000,00
UN	EG	Refrigerantes, cerveja e água para as messes da EG, CFP e CFFF	84.460,00
UN	EG	Pão para as messes da EG, CFP e CFFF	58.000,00
UN	EG	Produtos congelados para as messes da EG, CFP e CFFF	36.200,00
SUBTOTAL			1.755.321,19
TOTAL			2.108.089,03



N.º	UNIDADE	DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA (€)
<b>Ajuste Direto - Concessão (2 procedimentos)</b>			
UN	EG	Concessão de exploração dos bares da Escola da Guarda, em Queluz (Jan e Fev 2015)	720,00
UN	EG	Concessão de exploração dos bares do Centro de Formação da Figueira da Foz (Jan e Fev 2015)	240,00
SUBTOTAL			960,00
<b>Concurso Publico - Alienação/Concessão (7 procedimentos)</b>			
UN	UCC	Alienação do material do sistema LAOS em fim de vida	6.216,00
UN	USHE	Alienação de efluentes pecuários (Estrume)	150,00
UN	USHE	Concessão de exploração de 6 bares da USHE	s/efeito
UN	EG	Alienação de chumbo e latão	11.093,00
UN	UCC	Concessão de exploração de espaços para colocação máquinas venda automática de bens alimentares	9,00
UN	EG	Concessão de exploração Espaços para colocação de máquinas de venda automática bens alimentares	1.300,00
UN	EG	Concessão de exploração dos bares da Escola Guarda, CFP e CFFF	30,00
SUBTOTAL			18.798,00
<b>Procedimento por Negociação Direta (2 procedimentos)</b>			
UN	CTLSB	Alienação de papel e material ferroso	s/efeito
UN	CTSTR	Alienação de material de diverso material incapaz	25,00
SUBTOTAL			25,00
<b>TOTAL</b>			<b>19.783,00</b>





# Anexo 3

## PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 47/2010,  
DE 8 DE JUNHO



## PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

No presente anexo pretende-se apresentar de uma forma sucinta os dados referentes às ações de publicidade institucional desenvolvida pela GNR, no âmbito da contratação pública.

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
Publicação do Concurso Público n.º 01/SCG/2014 - Aquisição de serviços de restauração para as messes da Secretaria-Geral da Guarda, durante o período de 01 de abril a 31 de dezembro 2014.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 258,93	16-01-2014
Publicação do Concurso Público n.º 03/SRLF/UI/2014 - Aquisição de frutas e legumes para as messes da Unidade de Intervenção para o ano de 2014.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 260,75	21-01-2014
Publicação do Concurso Público n.º 12/DRL/DA/2014 - Aquisição de fatos para motociclista.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 258,27	30-01-2014
Publicação do Concurso Público n.º 15/DRL/DA/2014 - Aquisição de Coletes Refletores.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 257,20	31-01-2014
Publicação do Concurso Público n.º 09/DRL/DA/2014 - Aquisição de Armas de Peito em Velcro, Distintivos de Posto em Velcro, Símbolos para a Investigação Criminal e Indicativo de Identificação Individual - Pac 2014.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 361,53	03-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 02/SCG/2014 - Aquisição de peixe fresco, durante o ano de 2014, para as messes da Secretaria-Geral da Guarda.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 256,62	04-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 10/DRL/DA/2014 - Aquisição de pólos de patrulha.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 260,83	07-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 16/DRL/DA/2014 - Aquisição de blusões de serviço - PAC 2014.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 258,11	10-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 19/DRL/DA/2014 - Aquisição de camisas e calças de instrução/patrulha.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 262,56	10-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 06/EG/2014 - Aquisição de Serviços de restauração para as messes da Escola da Guarda, em Queluz e para o Centro de Formação da Figueira da Foz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 307,80	10-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 08/DRL/DA/2014 - Aquisição de Agulhetas, fiadores metálicos para apitos, molas de gravata, luvas, charlateiras de Oficial, etc.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 552,64	11-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 13/DRL/DA/2014 - Aquisição de calças para motociclista e calções do uniforme de patrulha a cavalo.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 331,18	11-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 14/DRL/DA/2014 - Aquisição do uniforme de educação física e camisola de lã de cor azul escura.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 397,22	13-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 11/DRL/DA/2014 - Aquisição de calças para motociclista e calções do uniforme de patrulha a cavalo.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 458,61	14-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 20/DRL/DA/2014 - Aquisição de camisolas interiores de cor preta.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 252,42	20-02-2014
Publicação do Concurso Público n.º 06/SRLF/UI/2014 - Aquisição de peças auto.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 462,48	04-03-2014
Publicação do Concurso Público n.º 03/SCG/2014 - Aquisição de peixe congelado, molúsculos, crustáceos e salgados, durante o ano de 2014, para as messes da Secretaria-Geral da Guarda.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 294,62	04-03-2014
Publicação do Concurso Público n.º 04/SRLF/UI/2014 - Aquisição de serviços de restauração e hotelaria para as messes e bares de oficiais e sargentos da Unidade.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 267,75	07-03-2014
Publicação do Concurso Público n.º 02/SRLF/UI/2014 - Aquisição de frutas e legumes frescos para as messes da Unidade.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 374,94	07-03-2014
Publicação do Concurso Público n.º 21/DRL/DA/2014 - Serviços de limpeza as cavalações da UHSE de abril a julho de 2014.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 277,97	12-03-2014



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
Publicação do Concurso Público n.º 01/CCLIN/SRF/2014 - Aquisição de reagentes laboratoriais para a especialidade de imunologia.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 314,81	24-03-2014
Publicação do Concurso Público n.º 04/SGG/2014 - Aquisição de carnes para as messes da Secretaria-Geral durante o ano de 2014.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 322,55	26-03-2014
Publicação do Concurso Público n.º 01/DRL/DA/2014 - Alienação de 320 veículos em fim de vida.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 169,19	04-04-2014
Publicação do Concurso Público n.º 23/DRL/DA/2014 - Aquisição de capacetes para instrução e patrulhamento a cavalo, com logótipo "GNR".	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 254,98	15-04-2014
Publicação do Concurso Público n.º 10/EG/2014 - Aquisição de pescado fresco e congelado para o curso de formação de guardas.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 294,04	15-04-2014
Publicação do Concurso Público n.º 09/EG/2014 - Aquisição de carne fresca para o curso de formação de guardas.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 308,05	15-04-2014
Publicação do Concurso Público n.º 29/DRL/DA/2014 - Aquisição de agulhetas, carteiras de senhora, peúgas, etc.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 437,68	12-06-2014
Publicação do Concurso Público n.º 28/DRL/DA/2014 - Aquisição de calças, calções e saias.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 362,85	19-06-2014
Publicação do Concurso Público n.º 31/DRL/DA/2014 - Aquisição do uniforme n.º 3 da carreira florestal.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 365,74	20-06-2014
Publicação do Concurso Público n.º 24/DRL/DA/2014 - Aquisição de dólman de grande uniforme.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 330,46	23-06-2014
Publicação do Concurso Público n.º 33/DRL/DA/2014 - Aquisição de blusões de cabedal.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 259,26	24-06-2014
Publicação do Concurso Público n.º 32/DRL/DA/2014 - Aquisição de blusões e calças impermeáveis.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 265,85	30-06-2014
Publicação do Concurso Público n.º 04/SRLF/UCC/2014 - Aquisição de lubrificantes para viaturas e embarcações.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 316,04	02-07-2014
Publicação do Concurso Público n.º 02/SRLF/UCC/2014 - Aquisição de dois depósitos para o combustível da embarcação LVI "APÚLIA".	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 349,42	02-07-2014
Publicação do Concurso Público n.º 38/DRL/DA/2014 - Aquisição de coronhas para a espingarda Mauser 904, calibre 7,9mm.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 282,50	29-07-2014
Publicação do Concurso Público n.º 35/DRL/DA/2014 - Aquisição de botas para motociclista e botas, modelo GNR.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 303,76	12-08-2014
Publicação do Concurso Público n.º 02/DRL/DA/2014 - Alienação de invólucros de munições.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 209,24	20-08-2014
Publicação do Concurso Público n.º 25/DRL/DA/2014 - Aquisição de serviços de manutenção dos tablet's PC IBM x41 para fiscalização de trânsito para o ano de 2014.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 265,77	28-08-2014
Publicação do Concurso Público n.º 03/DRL/DA/2015 - Aquisição de ração para canídeos para o ano de 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 277,56	01-09-2014
Publicação do Concurso Público n.º 04/DRL/DA/2015 - Aquisição de serviços de limpeza das cavalariças do Destacamento de Intervenção dos Comandos Territoriais do Porto e Coimbra.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 311,34	02-09-2014
Publicação do Concurso Público n.º 08/EG/2014 - Alienação de chumbo e latão.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 155,18	05-09-2014
Publicação do Concurso Público n.º 02/SRLF/UCC/2015 - Aquisição de serviços de carne fresca e produtos de charcutaria.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 381,81	06-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 03/SRLF/UCC/2015 - Aquisição de peixe fresco, peixe congelado e ultracongelado, salgado e seco, cefalópodes congelados, crustáceos e bivalves.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 359,72	06-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 01/DRL/DA/2015 - Aquisição de munições.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 578,02	06-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 26/DRL/DA/2014 - Aquisição de serviços de manutenção e desenvolvimento de novos módulos do sistema integrado de informações operacionais de polícia (SIOP).	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 275,83	13-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 04/SRLF/UCC/2015 - Aquisição de mercearia para a secção de alimentação da	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 304,09	13-10-2014



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
UCC.				
Publicação do Concurso Público n.º 05/SRLF/UCC/2015 - Aquisição de frutas e legumes frescos para a secção de alimentação da UCC.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 300,14	13-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 40/DRL/DA/2014 - Aquisição de munições calibre 9mm - 115 grains.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 265,11	13-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 01/DRL/DA/2015 - Aquisição de palha para os solípedes da Guarda Nacional Republicana para o ano de 2015	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 266,27	17-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 05/DRL/DA/2015 - Aquisição de serviços de reparação/manutenção intermédia W6 - LVI Consolação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 271,13	17-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 02/DRL/DA/2015 - Aquisição de ração para solípedes da Guarda Nacional Republicana.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 256,46	20-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 39/DRL/DA/2014 - Aquisição de Bastidores e UPS.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 303,10	22-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 10/DRL/DA/2014 - Aquisição de Dolman's de Serviço/Representação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 252,50	27-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 03/SRLF/UCC/2014 - Concessão de exploração de espaços nos edifícios da Unidade de Controlo Costeiro, mediante instalação de máquinas de venda automática de bens alimentares.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 433,72	28-10-2014
Publicação do Concurso Público n.º 06/2014/SGG - Aquisição de bebidas para as messes e bares da Secretaria-Geral da Guarda, durante o ano de 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 292,47	06-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 06/SRLF/UCC/2015 - Aquisição de gás em botija para a UCC.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 267,83	06-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 12/DRL/DA/2015 - Aquisição de distintivos de posto, fiadores, gravatas, luvas, suspensão de espada, agulhetas, armas de peito, etc.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 621,29	11-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 13/DRL/DA/2015 - Aquisição de capacete integral com abertura frontal para motociclista e capacetes para ciclista.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 315,55	14-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 05/SGG/2014 - Aquisição de serviços de restauração para as messes da Secretaria-Geral, para o ano de 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 259,51	17-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 07/SRLF/UCC/2014 - Aquisição e montagem de pneumáticos para as viaturas da Unidade de Controlo Costeiro.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 270,06	18-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 09/DRL/DA/2015 - Aquisição de matérias-primas para as Oficinas de sapataria e correios.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 696,86	20-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 07/2014/SGG - Aquisição de Bolos de Sobremesa e Pastelaria fresca.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 307,06	25-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 12/EG/2015 - Aquisição de Bacalhau para as messes da escola e centros de formação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 334,50	25-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 01/DRL/DA/2015 - Alienação de efluentes pecuários (estrupe) produzidos pelos solípedes da Guarda Nacional Republicana, durante o ano de 2015.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 214,76	25-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 07/SRLF/UCC/2014 - Aquisição e montagem de pneumáticos para as viaturas da Unidade de Controlo Costeiro retificação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 330,85	27-11-2014
Publicação do Concurso Público n.º 05/EG/2015 - Aquisição de pescado fresco para as messes da escola e centros de formação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 325,27	03-12-2014
Publicação do Concurso Público n.º 06/EG/2015 - Aquisição de pescado congelado para as messes da escola e centros de formação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 326,34	04-12-2014
Publicação do Concurso Público n.º 14/EG/2015 - Aquisição de produtos congelado para as messes da escola e centros de formação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 377,44	04-12-2014



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
Publicação do Concurso Público n.º 02/EG/2015 - Aquisição de gás natural canalizado para a escola e centros de formação.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 303,02	04-12-2014
Publicação do Concurso Público n.º 08/DRL/DA/2015 - Aquisição de matérias-primas para a oficina de alfaiataria.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 761,14	04-12-2014
Publicação do Concurso Público n.º 08/EG/2015 - Aquisição de gás propano a granel para a escola da Guarda em Queluz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 254,48	05-12-2014
Publicação do Concurso Público n.º 01/EG/2015 - Concessão de exploração de espaços nos edifícios da escola da Guarda, mediante instalação de máquinas de venda.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 334,34	12-12-2014
Publicação do Concurso Público n.º 04/EG/2015 - Aquisição de carne fresca para as messes da escola da Guarda em Queluz e para os centros de formação de Portalegre e Figueira da Foz.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 544,89	12-12-2014
Publicação do Concurso Público n.º 01/SRLF/UCC/2015 - Aquisição de prestação de serviços de restauração.	Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	500792887	€ 275,91	19-12-2014
<b>TOTAL</b>			<b>€ 24.230,17</b>	





# Anexo 4

## MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI N.º 73/2014, DE 13 DE MAIO

## V.A. Modernização administrativa

Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna exarado na Informação n.º 21/14 anexa ao Ofício n.º 3335/2014/MAI, de 30 de Maio, a Guarda procedeu, envolvendo os seus órgãos internos, à análise e estudo das repercussões das medidas de modernização administrativa introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio, evidenciando o conjunto de medidas a adotar, sintetizadas pelos domínios prioritários inscritos no artigo 46.º da referida disposição legal.

O subcapítulo seguinte dedicado às Medidas de Modernização Administrativa, identifica algumas das atividades desenvolvidas neste âmbito no decurso de 2014, embora apesar destas medidas de modernização administrativa constarem nas Grandes Opções do Plano para 2014, a produção de efeitos legais apenas se iniciou com a publicação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio.

A este propósito foram já indicadas no Plano de Atividades da Guarda para o ano em curso, e de uma forma sistemática, as repercussões expectáveis ao nível do funcionamento dos serviços, bem como as medidas que importa adotar futuramente.

Salienta-se que a maioria das medidas previstas no referido quadro legal são já uma realidade, encontrando-se já implementadas e em uso nesta Instituição. Releva-se, para o efeito, em alinhamento com os princípios de ação constantes no artigo 2.º, os mecanismos de delegação e subdelegação de competências existentes disseminados até ao nível de decisão operacional, a divulgação de um conjunto vasto de informação administrativa privilegiando as plataformas digitais internas e externas (intranet e internet) e, por fim, de entre outras medidas, destaca-se a aposta na qualificação dos militares que prestam serviço de atendimento direto ao público.

Outras medidas de modernização administrativa porém, revelam-se pelo seu carácter transversal e estruturante, fundamentais para a Guarda. Entre tais medidas podemos eleger o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP) que enquanto ferramenta integrada, a sua extensão a todas unidades da Guarda permitirá a partilha de informação policial e criminal com a Plataforma de Interoperabilidade da Investigação Criminal (PIIC), com reflexos ao nível da celeridade no atendimento ao utente-cidadão. Tal projeto implica, em paralelo a capacidade de integrar e cablar os 206 postos da GNR que ainda se encontram fora da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI), constituindo um desiderato premente para a Guarda no quadro do seu posicionamento no Sistema de Segurança Interna.

O sucesso da concretização das medidas de modernização administrativa e da administração eletrónica no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, em muito depende da celeridade processual entre as entidades intervenientes, sobretudo nas questões relacionadas com a obrigatoriedade de submissão dos projetos a parecer prévio da Agência para a Modernização Administrativa (AMA, I.P.), nos termos da Medida 6 inscrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro.

Ao nível de outras medidas inscritas neste normativo, salienta-se a adaptação que foi desenvolvida na estrutura do presente Plano de Atividades e dos futuros Relatórios de Atividades Institucionais (conforme preceitua o n.º 2 do artigo 40.º), através da introdução do presente capítulo autónomo. Este capítulo sintetiza assim o conjunto de medidas de modernização administrativa, designadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação planeadas desenvolver, visando a avaliar a sua aplicação, bem como a desenvolver uma previsão das poupanças associadas a tais medidas. Além desta medida, a Guarda desenvolverá os esforços necessários ao desenvolvimento, a prazo, de Cartas de Qualidade previstas no do artigo 44.º do citado decreto-lei.

É, pois, manifesto o alinhamento da Guarda com o desígnio político da modernização e simplificação administrativa expressa nas linhas de orientação estratégicas do Comandante-Geral para 2015-2020, existindo consciência que tal desiderato implica não só empenho, mas também o compromisso ao nível dos investimentos que são necessários desenvolver para alcançar tão importantes desafios.



## ANEXO D – MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA IMPLEMENTADAS – Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio

De uma forma sucinta apresentam-se em seguida algumas medidas de modernização administrativa implementadas em 2014, além das já apresentadas no *Capítulo III - 7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO*:

**DIREÇÃO DE RECURSOS LOGISTICOS**

No decurso do ano manteve-se o enfoque na implementação e consolidação de uma Cultura digital, aproveitando as ferramentas colocadas à disposição do órgão logístico da Guarda, obtendo-se ganhos de produtividade através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e das mudanças organizacionais que estas proporcionaram, permitindo uma reconfiguração das metodologias oferecendo a oportunidade de transição para um modo de funcionamento com operações desmaterializadas e completamente digitais, de forma a garantir a participação cívica e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos e das empresas. Esta cultura constituiu, também, um estímulo para a desintermediação e supressão de passos que não acrescentavam valor aos processos de contratação.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2009, de 2 de Outubro, foi implementada uma rede colaborativa de agentes da Administração Pública, a Rede Interministerial para as Tecnologias de Informação e Comunicação, presidida pela AMA, que a Guarda por imperativo legal aderiu, que visava definir normas e diretrizes transversais a todas as entidades da Administração Pública para a utilização uniforme das TIC, permitindo uma uniformização de práticas aos diversos níveis de execução e prestação do serviço público, ou seja, uma comunicação mais eficaz entre os vários organismos, informação mais fiável e segura e processos de trabalho mais ágeis. Em suma, criou condições para se reduzir os custos operacionais e aumentar a qualidade dos serviços disponíveis a cidadãos e empresas, tornando-se proactiva, eficiente e transparente.

Conforme o referido, e de acordo com as orientações saídas do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) e que foram acolhidas nas orgânicas dos Serviços, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) foi investida de novas e importantes atribuições e competências, no âmbito das funções comuns e transversais aos organismos do Ministério da Administração Interna (MAI), passando a SGMAI a ser o organismo central com competências administrativas e de prestação de serviços de suporte ao funcionamento do MAI.

Assim, pelo Despacho n.º 11088-A/2014, de 28 de agosto de 2014, publicado no DR, 2ª Série – N.º 167, de 01 de setembro, foi estabelecida a estrutura orgânica flexível da SGMAI, bem como as respetivas atribuições e competências, pelo que a partir do dia 01 de setembro de 2014, a Guarda Nacional Republicana passou a ter de remeter à SGMAI, para efeitos de levantamento e agregação de necessidades e posterior elaboração do Plano de Compras anual do MAI, todos os processos aquisitivos (bens, serviços e empreitadas) de valor superior a € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), conforme estabelecido na alínea b) do artigo 4.º do supracitado despacho.

**UNIDADE DE APOIO GERAL**

A Unidade de Apoio Geral implementou o sistema de pagamento através de multibanco na Loja de Vendas de Fardamento, o que permite uma nova modalidade de pagamento para além das duas já existentes.

Também no âmbito do fardamento a Unidade iniciou as diligências necessárias à criação de uma plataforma informática com ligação à internet, que permitirá aos militares de todo o dispositivo aceder aos dados da loja, sabendo que peças de fardamento estão disponíveis para venda e efetuar a sua requisição a partir de sua casa ou local com acesso à internet.

**CENTRO CLÍNICO**

A aquisição do programa da prescrição eletrónica vai permitir em 2015 a concretização da informatização do processo clínico, na Unidade hospitalar da G.N.R.





# Anexo 5

BALANÇO SOCIAL 2014

DECRETO-LEI N.º 190/96, DE 9 DE OUTUBRO



## VI.A.4. BALANÇO SOCIAL 2014

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente Balanço Social, relativo ao ano de 2014, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, diploma que regulamenta a elaboração deste documento na Administração Pública (AP), que, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 8º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, passa a integrar o Relatório de Atividades, incluído no respetivo ciclo anual de gestão. O Balanço Social foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2014 e em observância às determinações emanadas pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Com a finalidade de acrescentar valor à tomada de decisão, designadamente em matéria de gestão do capital humano, foram concebidos diversos indicadores que pretendem avaliar de uma forma sistemática a eficiência da sua gestão, fator fundamental para a consolidação da Visão, dos Valores e dos Objetivos Estratégicos definidos pela Guarda Nacional Republicana.

O Balanço Social, para além de constituir uma fonte de informação privilegiada, é também um extraordinário instrumento de apoio ao planeamento e gestão de efetivos, pois reúne dados qualitativos e quantitativos onde se refletem os condicionamentos e as potencialidades da Instituição, permitindo-lhe corrigir assimetrias que eventualmente e naturalmente possam ocorrer num Organismo com mais de 23.000 ativos.

Por uma questão de coerência na divulgação de dados estatísticos relativos aos Recursos Humanos, na elaboração do presente documento, levou-se em linha de conta a informação constante na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE). Assim, também este instrumento de gestão procura ir ao encontro dos critérios definidos pela DGAEP.

O conteúdo do Balanço Social compreende tabelas e informações gráficas sucintas com dados estatísticos elementares, relativos aos Recursos Humanos, acompanhados da respetiva análise descritiva que pretende aprofundar e esclarecer alguns dos valores apresentados.

Assim, o presente documento pretende ser, acima de tudo, uma ferramenta útil e de fácil leitura, que demonstre a realidade da Guarda, e do seu quadro de efetivos com um valor global de mais de 23.000 elementos.

De forma a permitir uma análise comparativa, elencaram-se os dados estatísticos referentes aos anos de 2012, de 2013 e de 2014. Para alguns dos indicadores apresentados, utilizaram-se gráficos para apresentação dos resultados, sendo ainda apresentado um conjunto de indicadores de gestão - índices e taxas - que, para facilitar a consulta, se encontram sintetizados num ponto autónomo no final do presente Balanço Social.



## 2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio - o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009 de 14 de outubro. Conforme se dispõe nos artigos 19º da LOGNR e 5º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhe aplicável o estatuto dos funcionários e agentes da administração pública.

Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas” aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, cuja entrada em vigor ocorreu em 01 de agosto de 2014.

Os militares da Guarda agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

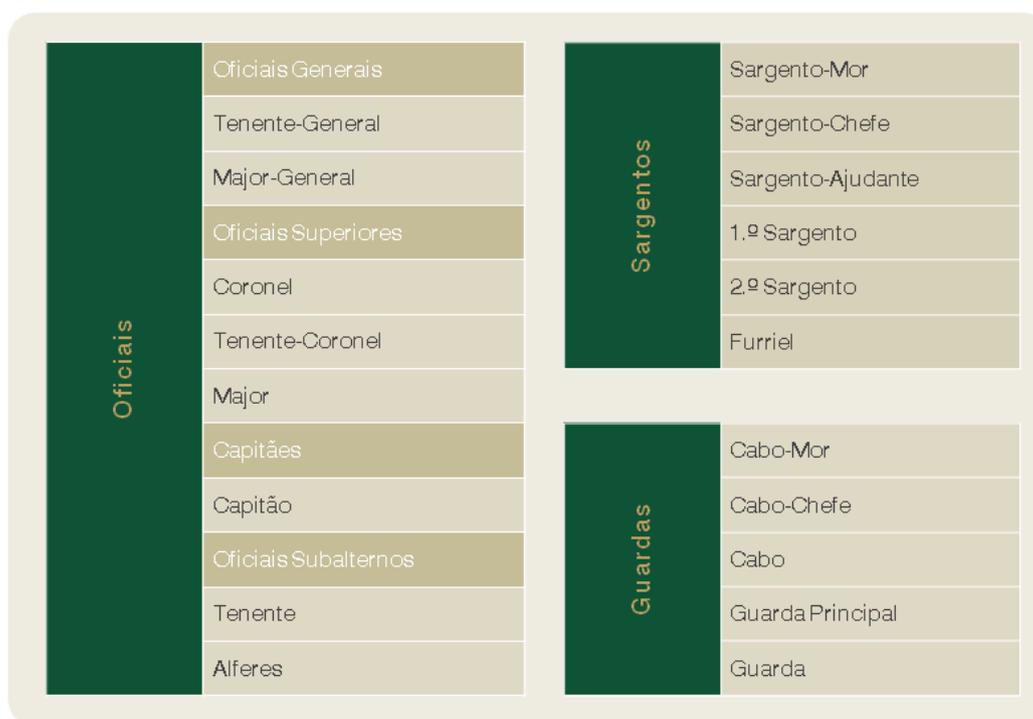


Figura 85 – Categorias profissionais militares da GNR

A situação de pessoal militar, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa Geral de Pessoal Militar da Guarda Nacional Republicana, aprovado por Sua Excelência o MAI, através do Despacho n.º 8.372/2010, de 18 de maio.

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2014, de 23.038 elementos na situação de ativo, entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares 22.160 (834 oficiais, 2.664 sargentos e 18.662 guardas) e 878 civis, dos quais 71 em regime de prestação de serviço (avenças).

Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2014, ao contrário do que sucedeu em 2013, a Guarda sofreu um aumento, ainda que ligeiro, do seu efetivo, fruto, em particular, da redução substancial de passagens à situação de reserva de militares, em número bastante inferior ao de novas entradas no Quadro.

Iniciou-se assim, uma tendência que se estima seja mantida até ao ano de 2016 (inclusive), sendo que a partir de 2017 e a manter-se o ritmo de um CFG de apenas 400 elementos/ano, muito provavelmente, a Guarda iniciará, novamente, um ciclo de decréscimo do seu efetivo militar.

As mudanças operadas, a partir do final de 2013, nos critérios de deferimento dos requerimentos de passagem à situação de reserva, contribuíram para tal cenário. Toda a presente análise se efetua tendo por base as regras que atualmente constam no EMCNR:

Em 2015 ingressarão nos quadros da Guarda, 33 Oficiais Subalternos e 400 Guardas, provenientes dos respetivos Cursos de Formação, o que também contribuirá para a inversão da diminuição do número de efetivos militares.

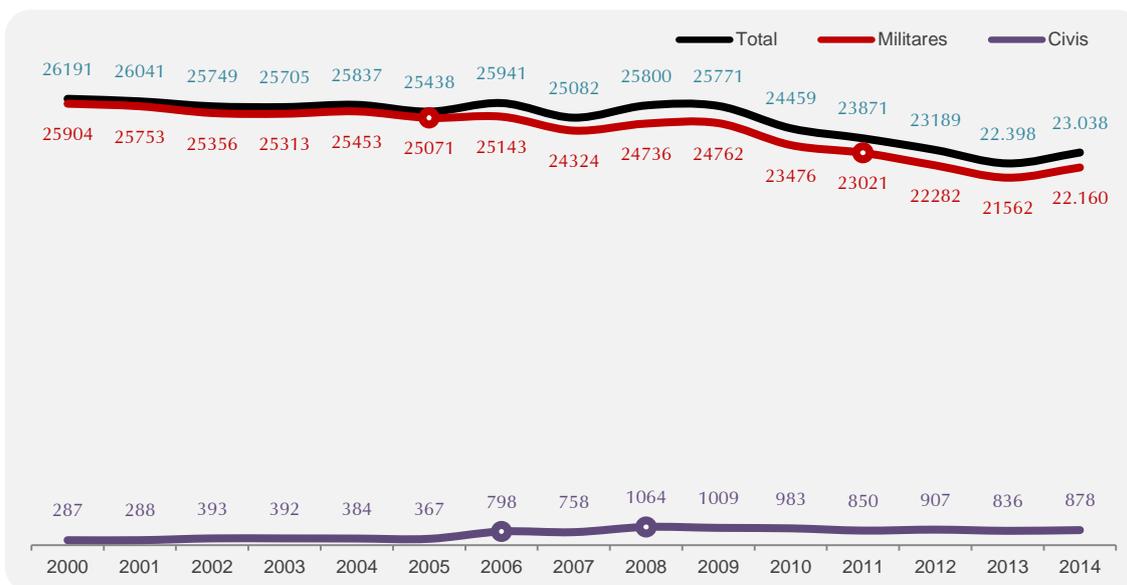


Figura 86 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 – 2014

Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular no efetivo militar, este tem registado um decréscimo acentuado. Pese embora a tendência de subida verificada em 2014 e que se espera se mantenha em 2015 e em 2016, não são ainda assim suficientes para alcançar o efetivo militar que já atingidos, na situação de ativo, em anos anteriores.



## 2.1.RECURSOS HUMANOS

### 2.1.1. CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO E GÉNERO (QUADRO 1 – DGAEP)

Grupo/Cargo/ Carreira	Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória p/ Tempo Determinado		CT em Funções Públicas p/ Tempo Indeterminado		CT em Funções Públicas a Termo Certo		Total p/ Género		Total	%
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.		
Técnico Superior					3	16			3	16	19	0,08%
Assistente técnico; Técnico de nível intermédio; Pessoal administrativo					11	64			11	64	75	0,32%
Assistente operacional; operário; Auxiliar					11	307			11	307	318	1,37%
Informático					3	2			3	2	5	0,02%
Educ. Infância; Doc. do Ens. Básico e Secundário					1	10			1	10	11	0,05%
Médico					7	6		1	7	7	14	0,06%
Enfermeiro						1			0	1	1	0,00%
Téc. Diagnostico e Terapêutica						6			0	6	6	0,03%
Forças Armadas - Oficial	26								26	0	26	0,11%
GNR - Oficial	710	56							710	56	766	3,31%
GNR - Sargento	2504	126							2504	126	2630	11,37%
GNR - Guarda	17417	1.092	356	62					17773	1154	18927	81,82%
Outro Pessoal de Segurança	329	6							329	6	335	1,45%
Total p/ Vínculo e Género	20986	1280	356	62	36	412	0	1	21378	1755	23133	100,00%

Tabela 1 – Trabalhadores p/ vínculo laboral e género

Dos 23.133 trabalhadores em funções na Guarda a 31 de dezembro de 2014, verifica-se que cerca de 96,25% (22.266 trabalhadores) se encontram em regime de Nomeação Definitiva.

Em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado encontram-se 1,94% (448 trabalhadores), sendo que os restantes 1,81% se encontram ao abrigo de outros regimes.

Em regime de prestação de serviços/avença encontram-se 71 colaboradores, que se dividem em Grupo/Cargo/Carreira: Médica, Técnico Superior e Técnico de Diagnóstico e Terapêutica.

O número de trabalhadores em exercício de funções na GNR, registou um acréscimo de 735 trabalhadores, cerca de 3,18% do efetivo global, em relação ao ano de 2013. São considerados neste efetivo 418 militares a frequentar os Cursos de Formação de Guardas.

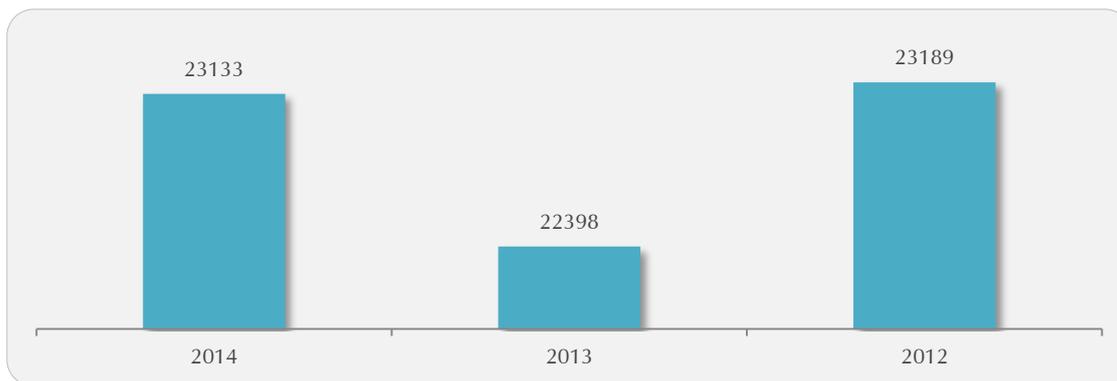


Gráfico 1 -Efetivo em exercício de funções no triénio 2014/2012

Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, constata-se que, fruto da sua natureza, a Guarda Nacional Republicana é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, representando estes, em 31 de dezembro de 2014, 96,61% (22.349 militares), sendo a categoria de Guardas a mais representativa, com 81,82% (18.927) do total de militares. Em relação ao pessoal civil, os Grupos/Cargos/Carreiras mais representativas são a de «Outro Pessoal de Segurança» onde estão inseridos os Guardas-Florestais, com cerca de 1,45% (335 trabalhadores), seguida dos «Assistentes Operacionais» com 1,37% (318 trabalhadores).

No que se refere ao Índice de Enquadramento que, no caso da GNR, expressa a relação entre o total de efetivos e o número de profissionais pertencentes ao pessoal que exerce funções de Comando, de Direção ou de Chefia (Oficiais e Sargentos), verifica-se um decréscimo do valor em 2014 (14,79%).

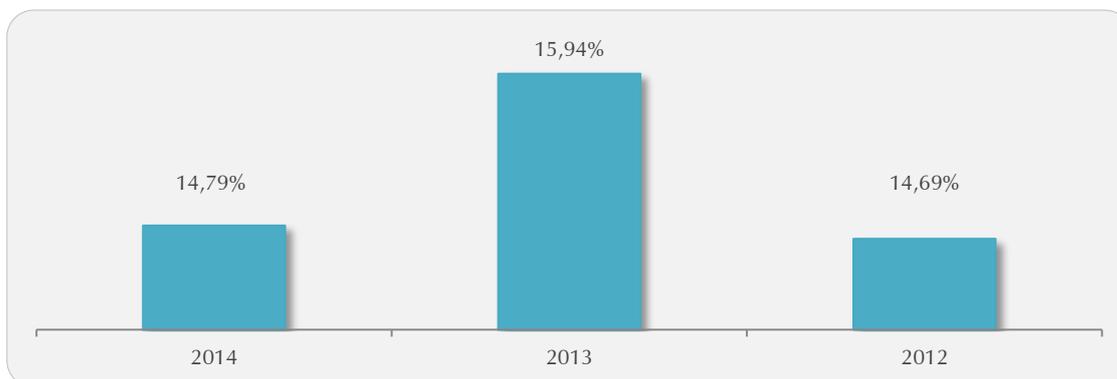


Gráfico 2 – Índice de Enquadramento

A Taxa de Feminização registou um ligeiro incremento face aos anos em análise, situando-se nos 7,59%. Este facto explica-se, principalmente, pelo recrutamento externo com destino ao Curso de Formação de Guardas (CFP), onde o género feminino veio a ocupar 68 vagas das 418 disponíveis.

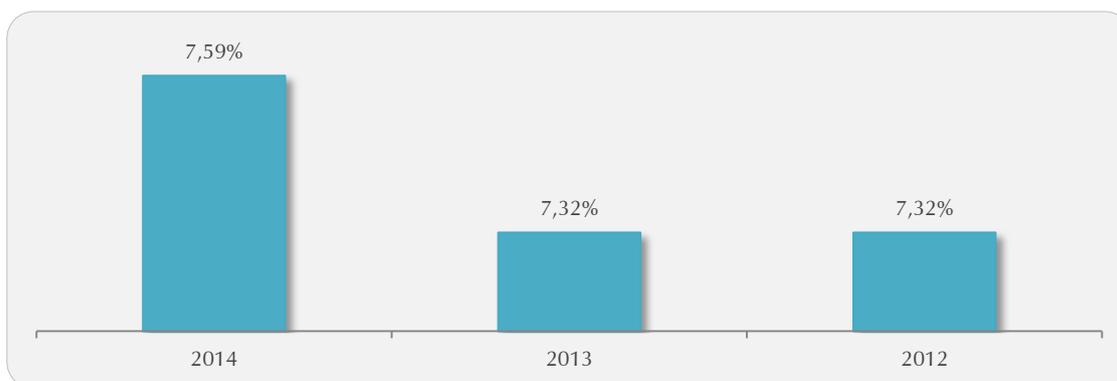


Gráfico 3 – Taxa de Feminização

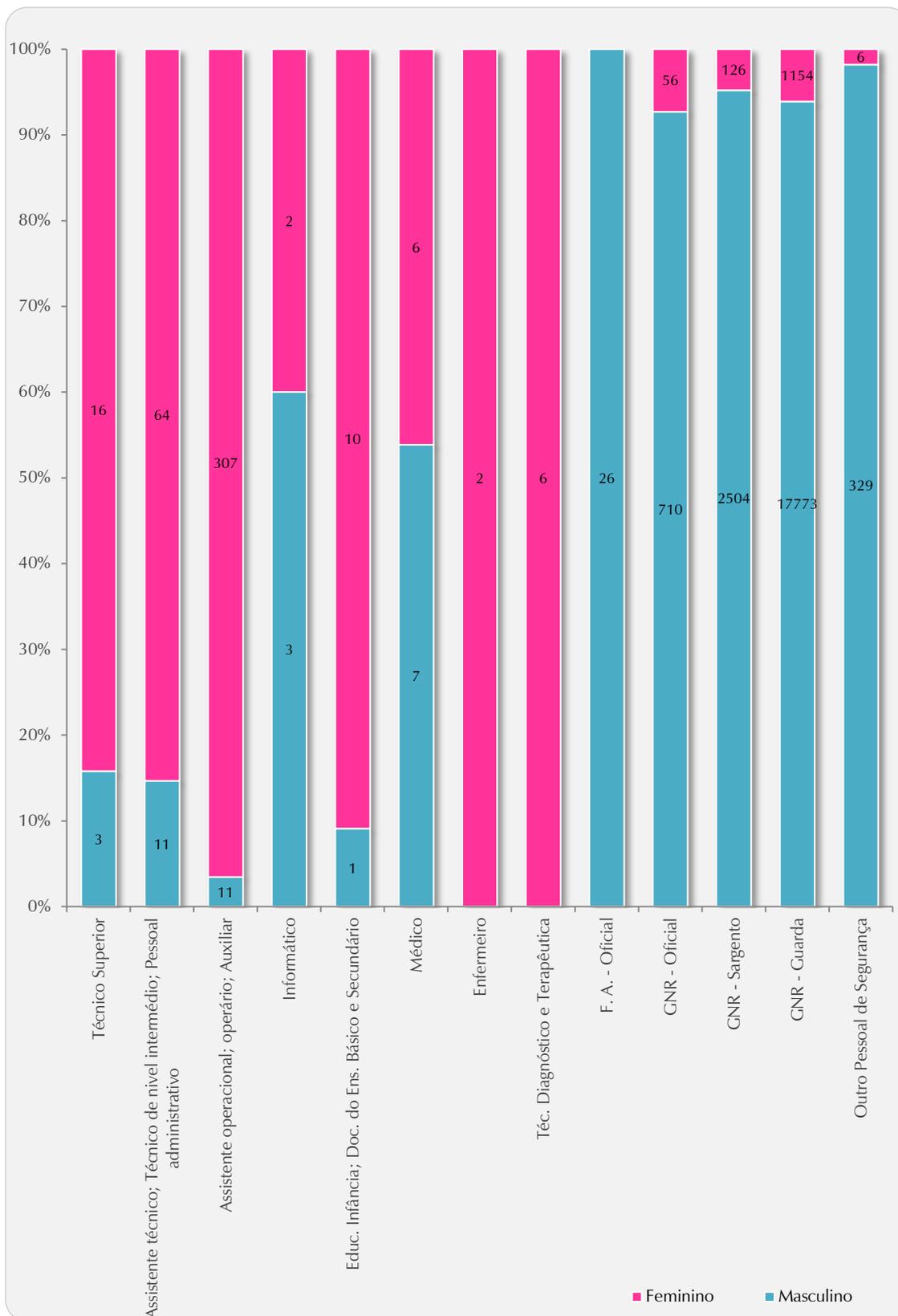


Gráfico 4 – Taxa de trabalhadores por Carreira e Género

**2.1.2. CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO (QUADRO 2 – DGAEP)**

O Escalão Etário mais representativo, situou-se em 2014, no intervalo dos 35-39 anos, com 5.189 trabalhadores, representando 22,43% do efetivo global, seguido do intervalo 30-34. Contudo, estes dois escalões perderam expressão face ao ano 2013, para o escalão 40-44, que tem vindo a aumentar. Este facto pode ser explicado pelo número de novas admissões ter sido inferior ao antecedente e as saídas do quadro também terem sofrido uma diminuição.

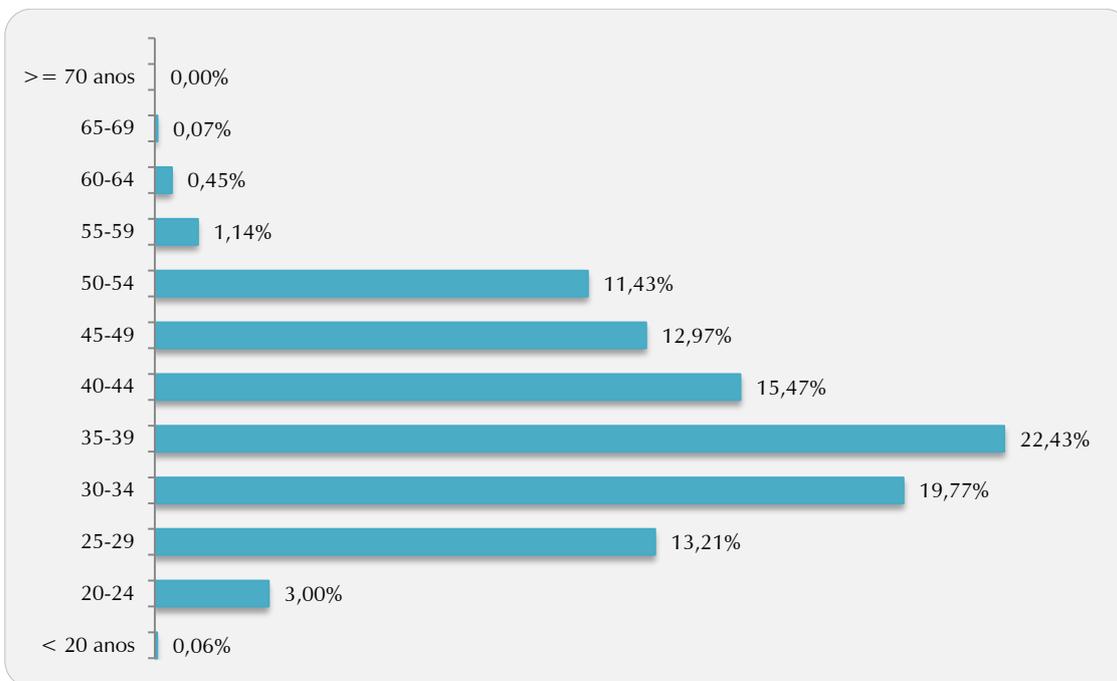


Gráfico 5 - Distribuição percentual do efetivo por escalão etário

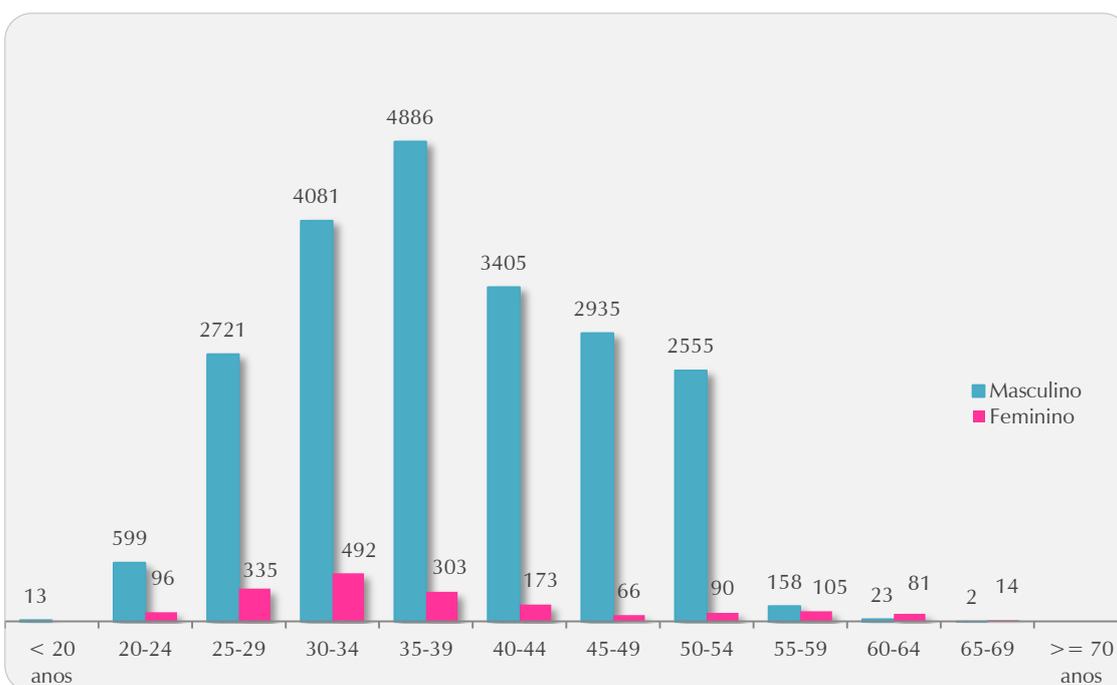


Gráfico 6 - Pirâmide etária da Guarda Nacional Republicana p/ género



O Nível Etário, no ano em análise, é de 38,38 anos, aumentando ligeiramente face ao ano anterior. Tal deve-se ao facto de ter existido um decréscimo acentuado no número de militares que passaram à situação de reserva. Contudo, o ingresso nos quadros da Guarda Nacional Republicana, de militares provenientes do Curso de Formação de Guardas e do Curso de Formação de Oficiais, ajudou a mitigar a propensão de subida deste nível.

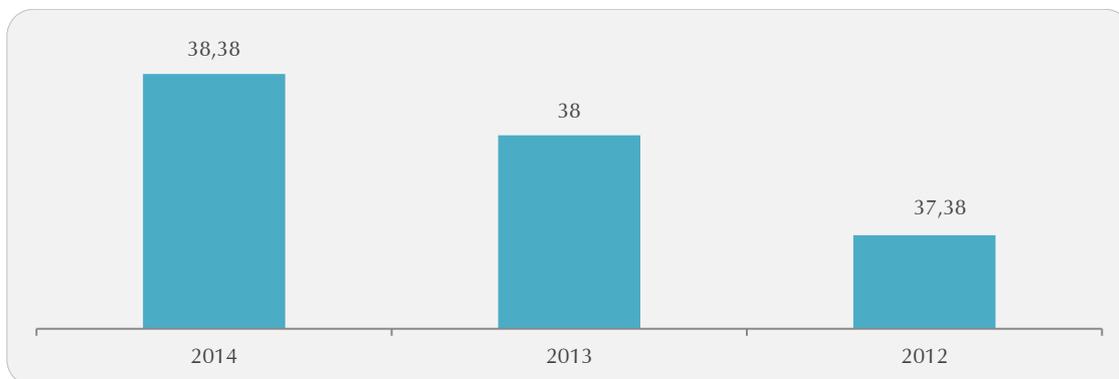


Gráfico 7 – Nível Etário

O Leque Etário é de 3,83 e tem uma amplitude de 51 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (18 anos) e o mais velho (69 anos), tendo-se assinalado uma subida ligeira em relação ano de 2013.

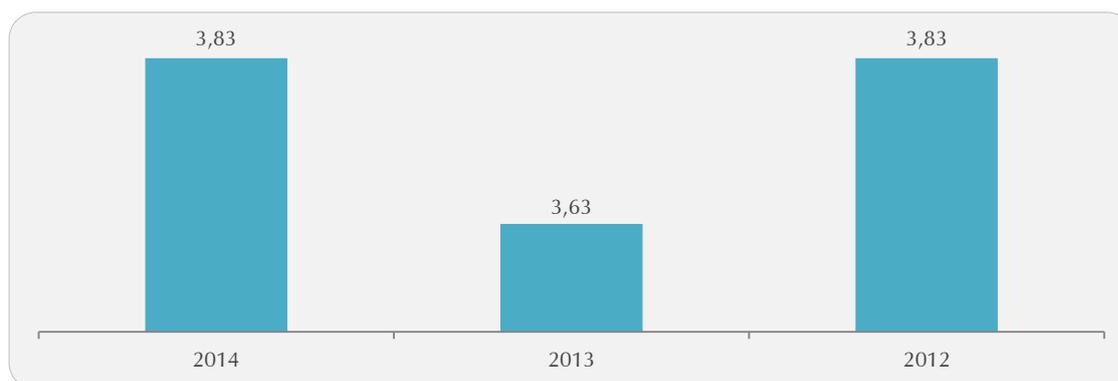


Gráfico 8 – Leque Etário

O Índice de Envelhecimento, que tem como referência os trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos x 100, sobre o total de trabalhadores ao serviço, situa-se nos 1,65%. Esta taxa revela uma tendência de subida, facto imputado às poucas passagens à situação de reserva.

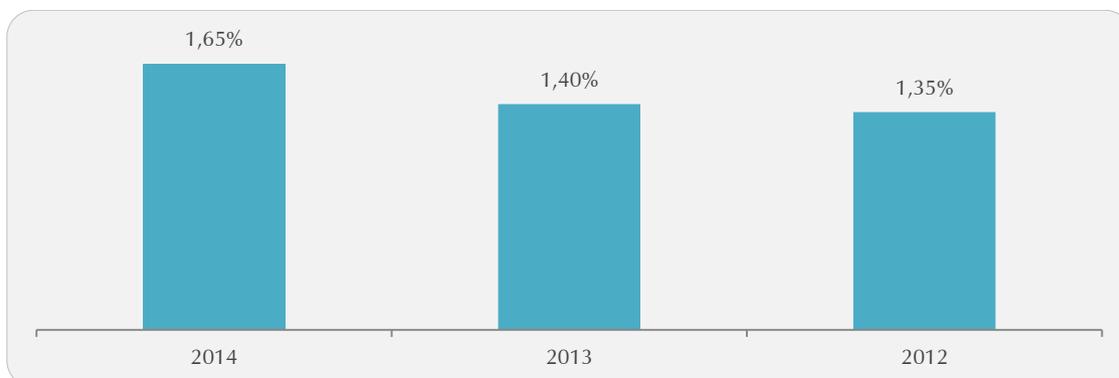


Gráfico 9 – Índice de Envelhecimento

2.1.3. CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE E GÉNERO (QUADRO 3 – DGAEP)

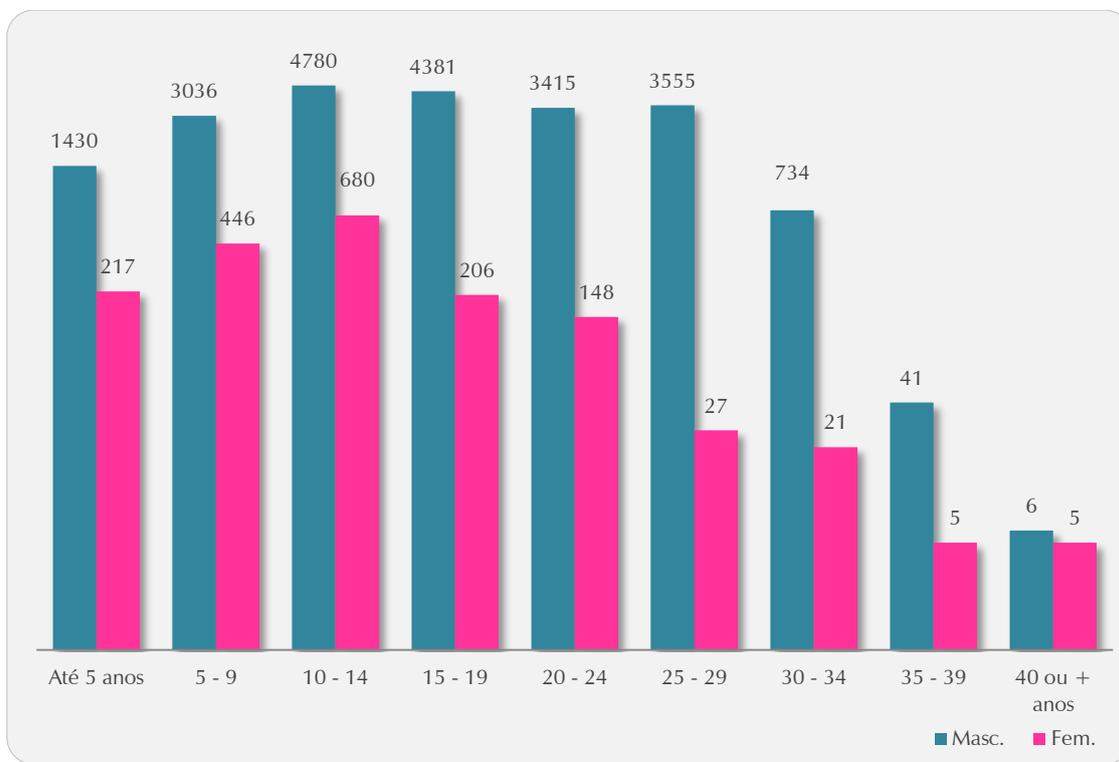


Gráfico 10 - Efetivo segundo Antiguidade e Género

O Nível de Antiguidade mais representativo, situa-se no intervalo dos 10-14 anos, com 5.460 trabalhadores, representando 23,60% do efetivo global, logo seguido pelo intervalo dos 15-19 anos, com 4.587 trabalhadores (19,83%).

O Nível Médio de Antiguidade na Administração Pública, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos, é de 19,37 anos. À semelhança do ano anterior também 2014 revelou, um incremento face aos anos antecedentes. A explicação para este facto prende-se com os critérios, agora aplicados à generalidade dos militares e ao pessoal da carreira Guarda Florestal.

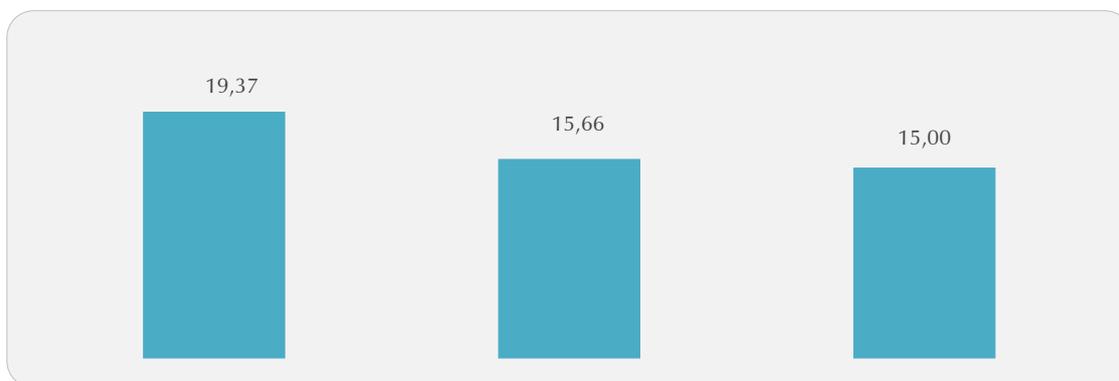


Gráfico 11 - Antiguidade Média na A.P.



2.1.4. CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO (QUADRO 4 – DGAEP)

Grupo/Cargo/ Carreira	Nível de Escolaridade e Género																				Total p/ Género	Totais p/ Carreira	
	Menos de 4 anos de esc.		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9º ano ou equivalente		11º ano		12º ano		Bacharel		Licenc.		Mestr.		Dout.				
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M			F
Técnico Superior														1	2	13	1	2			3	16	19
Assistente técnico; Téc. de nível intermédio; Pessoal administrativo			2	2	3	1	8	2	9	5	40	1	1		1						11	64	75
Assistente operacional; operário; Auxiliar	15	8	170		75	1	40			2	7										11	307	318
Informático								1		1	2	1									3	2	5
Educ. Inf.; Docente Ens. Bas./Secundário															1	8		2			1	10	11
Médico															7	7					7	7	14
Enfermeiro																1					0	1	1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																6					0	6	6
F. A. - Oficial														2	17		7				26	0	26
GNR - Oficial								3		73		24	371	29	237	27	2	710	56	766			
GNR - Sargento						561	10	257	7	1459	70	15	5	197	31	14	3	1	2504	126	2630		
GNR - Guarda		149		1796		6751	196	1684	146	6823	665	34	6	484	129	51	12	1	17773	1154	18927		
Outro Pessoal de Segurança		33		68		97		21	1	97	4	1	1	11		1				329	6	335	
Total p/ Nível de Escolaridade	15	190	172	1866	78	7411	254	1968	163	8460	788	78	14	1090	225	311	46	4	21378	1755			
Total em %	0,06%	1,56%		8,40%		33,13%		9,21%		39,98%		0,40%		5,68%		1,54%		0,02%		100%			

Tabela 2 - Efetivo p/ Escolaridade e Género

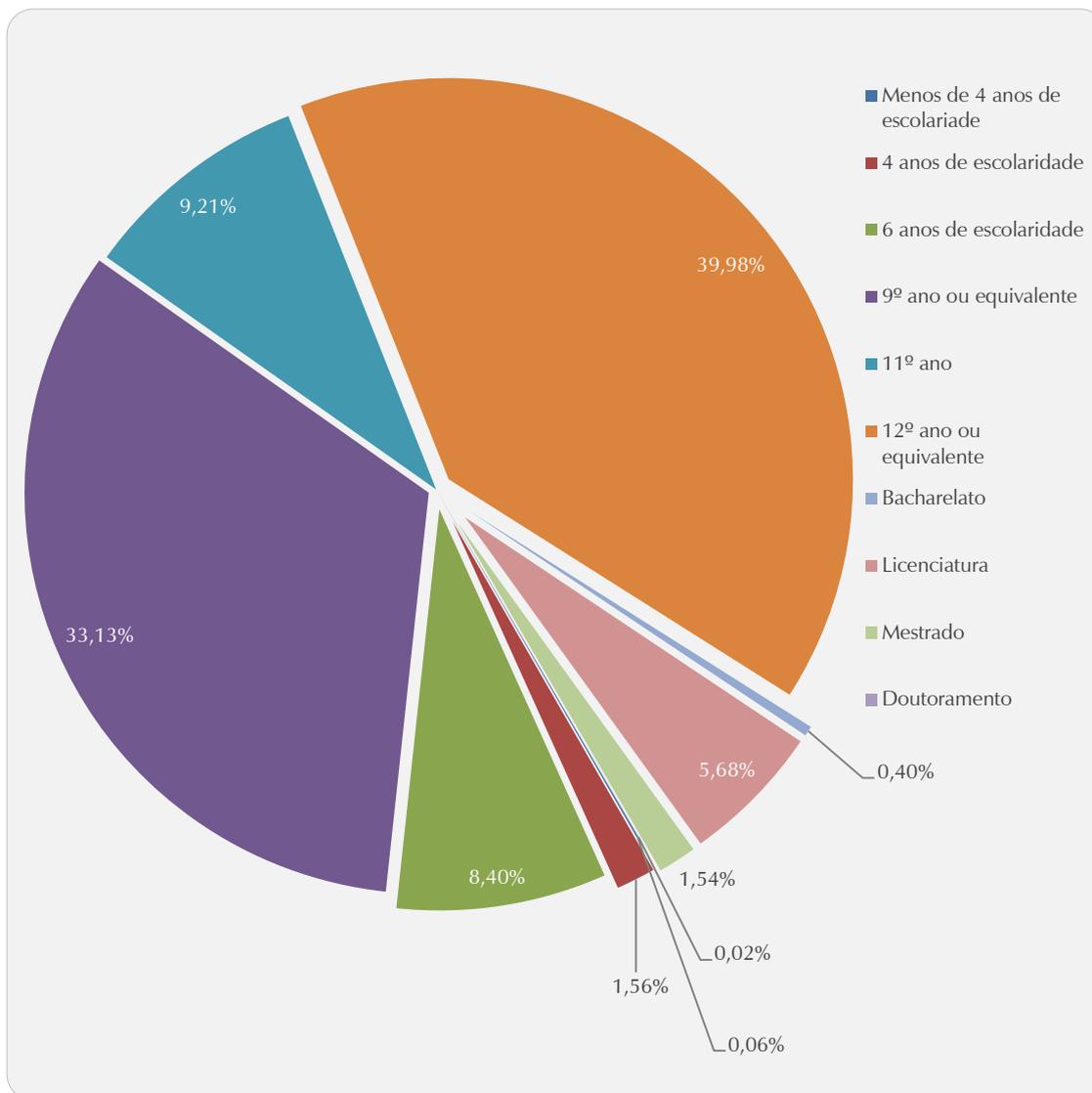


Gráfico 12 - Níveis de Escolaridade na Guarda

O 12.º ano ou equivalente é o Nível de Escolaridade mais representativo, correspondendo a 9.248 trabalhadores, representando cerca de 39,98% do total dos trabalhadores.

A seguir, surge como habilitação mais representativa, o 9.º ano de escolaridade, que é detida por 7.665 trabalhadores, representando cerca de 33,13% do total dos trabalhadores. Este nível de escolaridade sofreu um decréscimo face aos anos anteriores. Este facto deve-se, em grande medida, ao investimento que o efetivo tem feito na sua formação académica, reflexo disso é também o aumento do número de elementos com formação superior.

#### 2.1.5. CONTAGEM DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A NACIONALIDADE E GÉNERO (QUADRO 5 – DGAEP)

Em 2014, não se registou a admissão ou existência de trabalhadores de nacionalidade estrangeira, isto explica-se, em grande medida, pela obrigatoriedade de ser necessário possuir nacionalidade Portuguesa para ingressar na carreira de militar da Guarda.



2.1.6. CONTAGEM DOS TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO (QUADRO 6 – DGAEP)

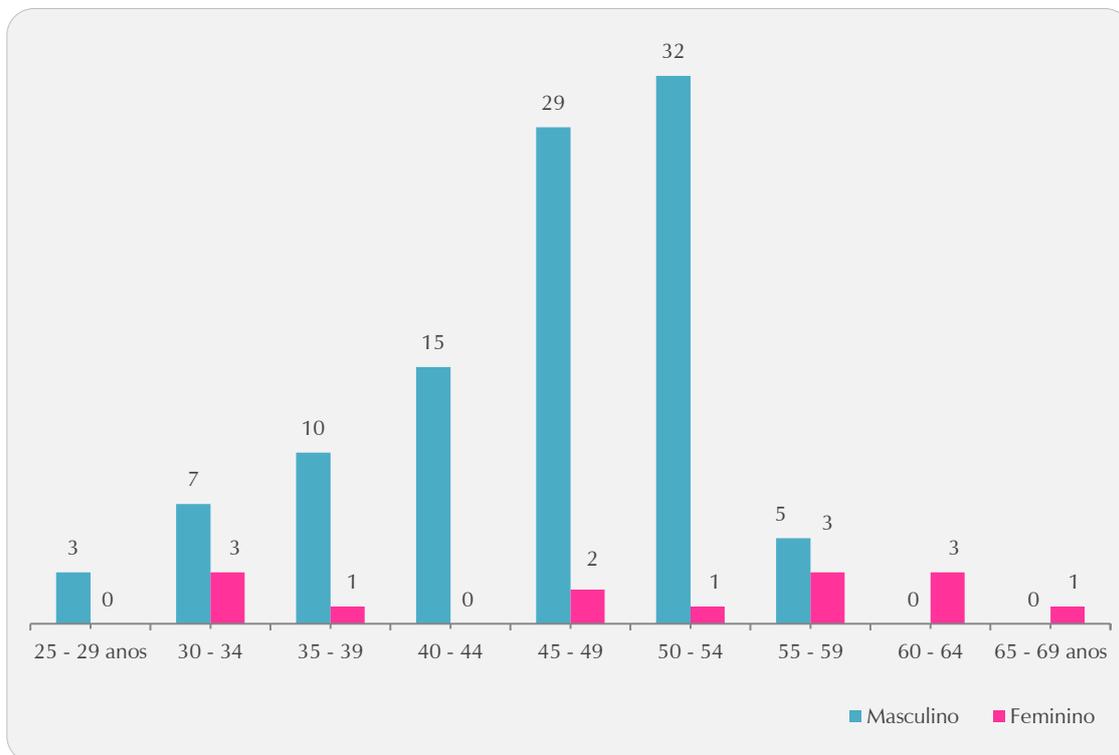


Gráfico 13 - Trabalhadores Portadores de deficiência p/ escalão etário

No ano de 2014, os trabalhadores portadores de deficiência totalizam 115, sendo 101 do género masculino e 14 do género feminino.

Estes trabalhadores representam 0,50% do total dos efetivos, sendo a categoria profissional de Guardas, a mais representativa do efetivo portador de deficiência com 75,65%, face às restantes Categorias/Grupos/Carreiras, onde se regista a existência de trabalhadores na mesma situação.

2.1.7. CONTAGEM DOS TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS DURANTE O ANO POR GRUPO/CARGO/CARREIRA E GÉNERO, SEGUNDO O MODO DE OCUPAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO OU MODALIDADE DE VINCULAÇÃO (QUADRO 7 – DGAEP)

De registar durante o ano de 2014, a admissão ou o regresso de 1.947 militares e civis no efetivo desta Guarda, sendo que 924 se reportam a Vigilantes Florestais contratados para as fases Bravo e Charlie da época de vigilância aos incêndios florestais.

De realçar que em outubro de 2014, ingressaram nos quadros desta Força de Segurança 31 Oficiais Subalternos das Armas e dos Serviços, que concluíram com aproveitamento o CFO/AM, mais 430 Guardas provenientes do CFG 2014, tendo ingressado no CFG 2014/15, 418 militares.

Na coluna “Outras Situações”, inserem-se os 926 Vigilantes Florestais classificados na categoria de Assistentes Operacionais, com Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo, contratados com a finalidade de reforçar e pôr em funcionamento a Rede Nacional de Postos de Vigia.

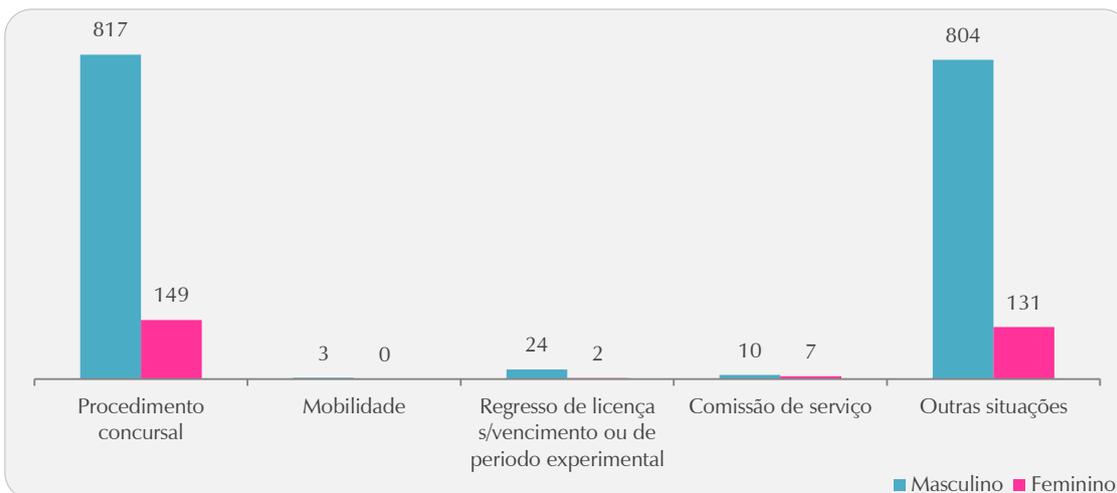


Gráfico 14 - Trabalhadores admitidos segundo modalidade de vinculação

No âmbito da Taxa de Reposição, esta regista uma subida acentuada que passou de 72,69 % (representa um valor negativo, registado no ano transato) para 160,64%, registada no ano em análise. Este valor percentual não se traduz num aumento de efetivo significativo, mas na reposição de efetivo saído, traduzindo-se ainda assim, num acréscimo do número de admissões em relação às saídas efetivadas.

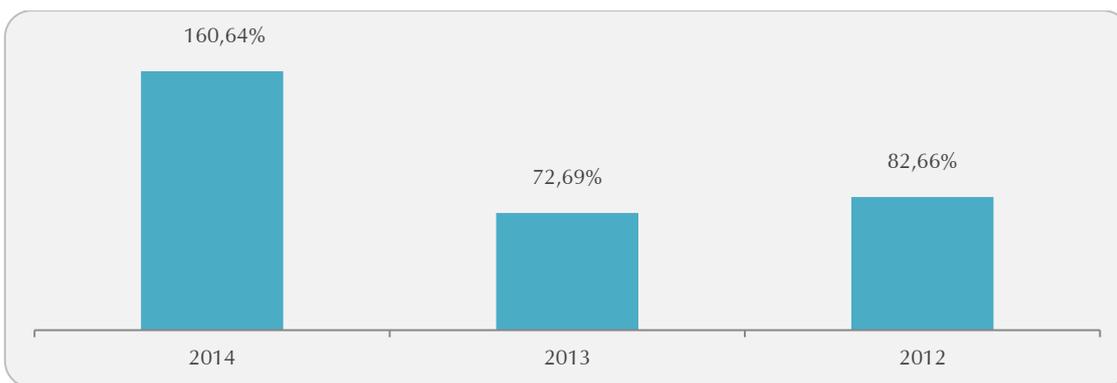


Gráfico 15 - Taxa de Reposição

De relevar a inversão da tendência de diminuição do efetivo militar no ano em análise face ao antecedente. Para este facto contribuiu a redução drástica de saídas para a situação de reserva e o ingresso de efetivos via CFG e CFO/AM. Destaca-se então o aumento de 787 militares em exercício de funções a 31 de dezembro de 2014, dos quais 418 são Guardas Provisórios a frequentar o CFG.

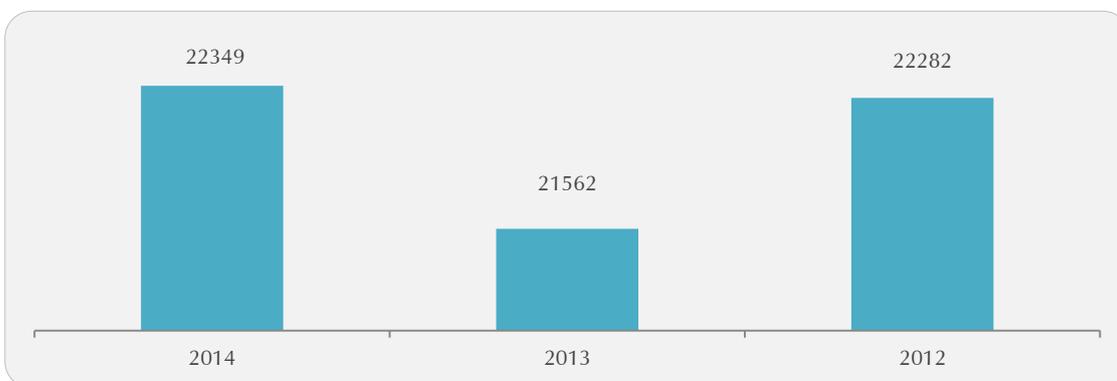


Gráfico 16 - Efetivo Militar em exercício de funções



2.1.8. CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES NOMEADOS OU EM COMISSÃO DE SERVIÇO POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE SAÍDA E GÉNERO (QUADRO 8 – DGAEP)

A registar durante o ano de 2014, a saída de 256 elementos. Destes, merece destaque a passagem à situação de reserva de apenas 23 militares. Importa referir que neste quadro são registadas as “saídas” dos militares da categoria de Guardas para a categoria de Sargentos, quando são graduados no posto de Furriel, no âmbito do CFS. A respetiva admissão na categoria de Sargentos faz-se no quadro 7 - DGAEP.

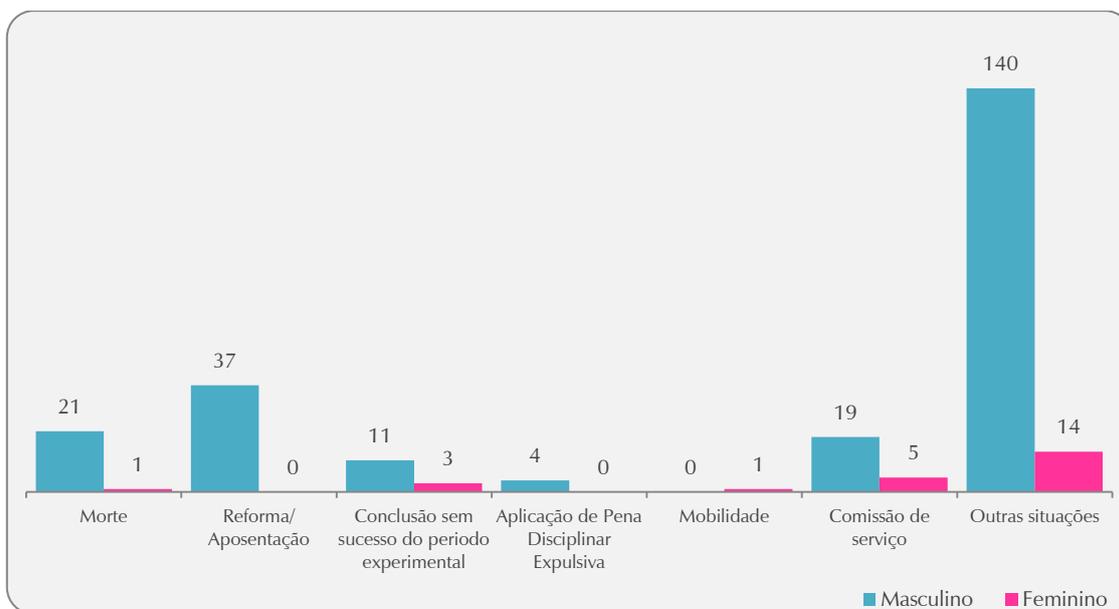


Gráfico 17 - Saídas de efetivo Nomeados/Comissão de Serviço

2.1.9. CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES CONTRATADOS POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE SAÍDA E GÉNERO (QUADRO 9 – DGAEP)

A registar durante o ano de 2014, a saída de 965 civis do efetivo desta Guarda, dos quais 953, são Assistentes Operacionais e destes 924 são Vigilantes Florestais.

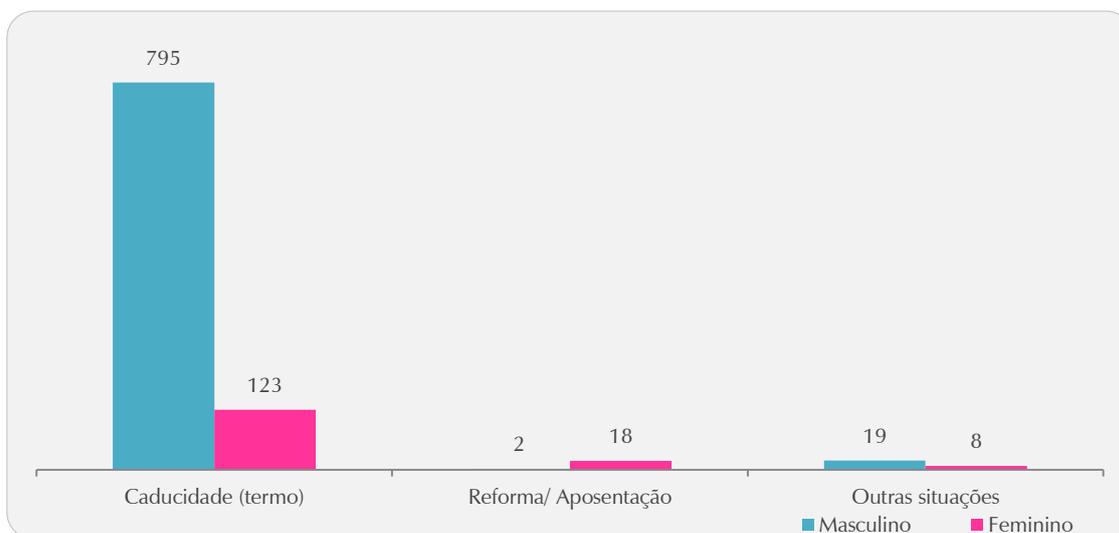


Gráfico 18 - Saídas efetivo Contratados p/ Motivo e Género

2.1.10. CONTAGEM DOS POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO (QUADRO 10 – DGAEP)

Para o período em observação, o Mapa de Pessoal da GNR prevê 1.899 lugares para o pessoal civil, destes, 924 destinam-se aos Vigilantes Florestais que ingressam na Guarda em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com a finalidade de ocupar os postos de vigia, durante as fases Bravo e Charlie da época de vigilância aos incêndios florestais. Neste sentido, os lugares previstos e não ocupados registam-se nas carreiras infra mencionadas. Ficaram por ocupar 162 lugares.

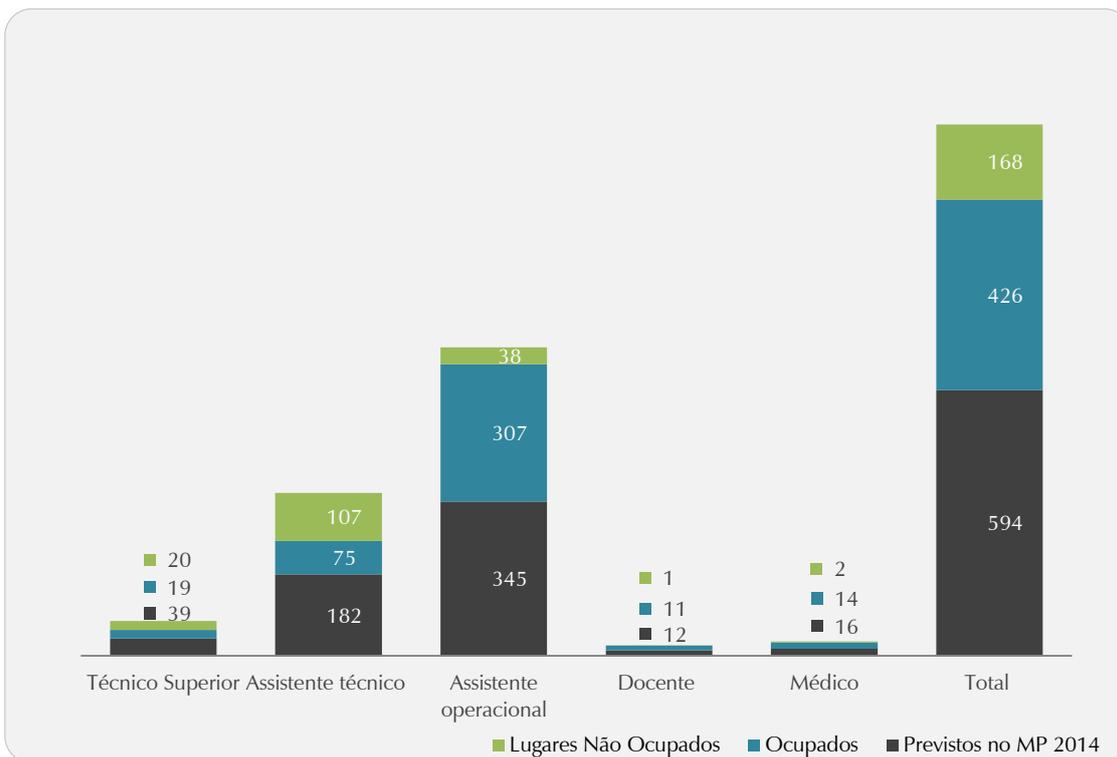


Gráfico 19 – Postos trabalho Previstos e Não Ocupados p/ Carreiras Pessoal civil

2.1.11. CONTAGEM DAS MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO E GÉNERO (QUADRO 11 – DGAEP)

Relativamente ao ano em análise, efetivaram-se 1.857 promoções no efetivo militar, sendo que 357 destas referem-se a anos anteriores.

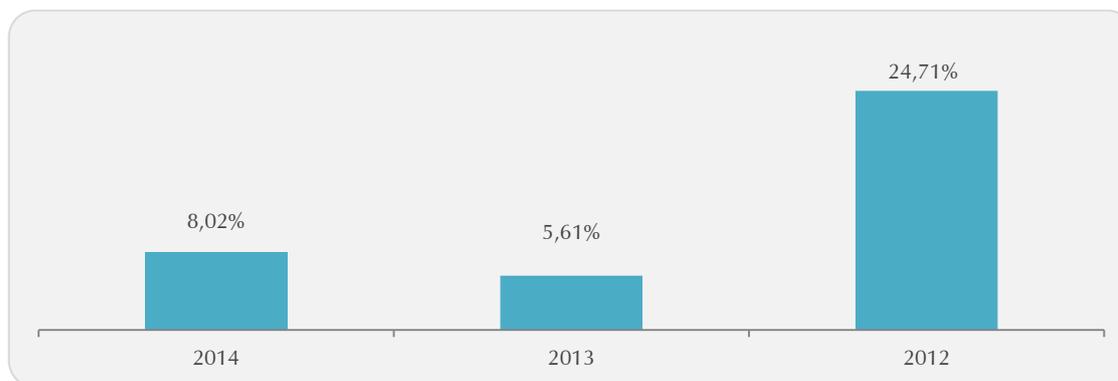


Gráfico 20 - Taxa de Promoções



2.1.12. CONTAGEM DOS TRABALHADORES, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO E GÊNERO (QUADRO 12 – DGAEP)

Tendo em conta a especificidade da missão atribuída a esta Guarda, o efetivo militar não está sujeito a horário de trabalho rígido ou outro, enquadrando-se, a maioria, no que se denomina de “ Horário Específico”.

Grupo/Cargo/Carreira	Modalidade de Horário de Trabalho p/ Género										Totais p/ Carreira	
	Rígido		Flexível		Jornada Contínua		Específico		Total p/ Género			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Técnico Superior	3	16								3	16	19
Assistente técnico; Téc. de nível intermédio; Pessoal administrativo	11	64								11	64	75
Assistente operacional; operário; Auxiliar	11	69		238						11	307	318
Informático	3	2								3	2	5
Educ. Infância; Docente Ens. Básico/Secundário		1	1	9						1	10	11
Médico	4	6	3	1						7	7	14
Enfermeiro		1								0	1	1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		6								0	6	6
F. A. - Oficial							26			26	0	26
GNR - Oficial				1			710	55		710	56	766
GNR - Sargento			5	10			2499	116		2504	126	2630
GNR - Guarda			42	123			17731	1031		17773	1154	18927
Outro Pessoal de Segurança					329	6				329	6	335
<b>Total p/ Modalidade</b>	<b>32</b>	<b>165</b>	<b>51</b>	<b>382</b>	<b>329</b>	<b>6</b>	<b>20966</b>	<b>1202</b>	<b>21378</b>	<b>1755</b>		
												<b>23133</b>
<b>Total em %</b>	<b>1%</b>		<b>1,87%</b>		<b>1,45%</b>		<b>95,83%</b>		<b>100%</b>			

Tabela 3 - Efetivo p/ Modalidade de Horário de Trabalho

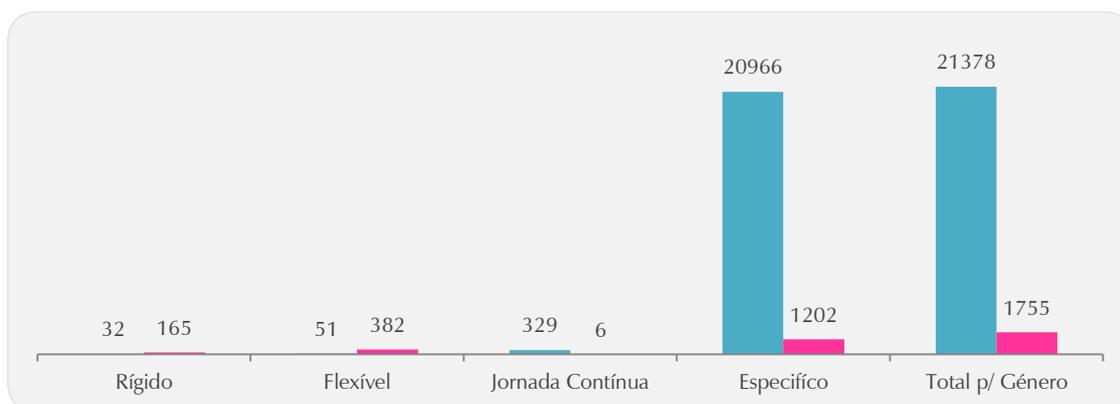


Gráfico 21 - Efetivo p/ Modalidade Trabalho e Género



2.1.13. CONTAGEM DOS TRABALHADORES, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E GÉNERO (QUADRO 13 – DGAEP)

O militar da Guarda Nacional Republicana, e considerando o disposto no EMG NR que o sujeita à condição militar, encontra-se permanentemente disponível para o serviço, estando esta disponibilidade acima de qualquer outra prerrogativa, pelo que se constata que os militares não se encontram sujeitos a horário definido ao contrário do pessoal civil que tem a distribuição apresentada na Tabela 6.

Grupo/Cargo/Carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo						Sem horário de referência		Total p/ Género		Totais p/ Carreira
	35 Horas		40 Horas		22 Horas		Tempo parcial ou outro regime especial		9H - 14H		15H - 19H						
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior			3	16											3	16	19
Assistente técnico; Téc. de nível intermédio; Pessoal administrativo			11	64											11	64	75
Assistente operacional; operário; Auxiliar			11	69				4	34		200				11	307	318
Informático			3	2											3	2	5
Educ. Infância; Docente Ens. Básico/Secundário					1	10									1	10	11
Médico	4	6					3	1							7	7	14
Enfermeiro				1											0	1	1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica				6											0	6	6
F. A. - Oficial													26		26	0	26
GNR - Oficial													710	56	710	56	766
GNR - Sargento													2504	126	2504	126	2630
GNR - Guarda													17773	1154	17773	1154	18927
Outro Pessoal de Segurança			329	6											329	6	335
<b>Total p/ Período Normal Trabalho (PNT)</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>357</b>	<b>164</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>200</b>	<b>21013</b>	<b>1336</b>	<b>21378</b>	<b>1755</b>	<b>23133</b>
<b>Total em %</b>	<b>0,04%</b>		<b>2,25%</b>		<b>0,05%</b>		<b>0,03%</b>		<b>0,15%</b>		<b>0,86%</b>		<b>96,61%</b>		<b>100%</b>		

Tabela 4 - Distribuição de efetivo p/ Período Normal de Trabalho (PNT)

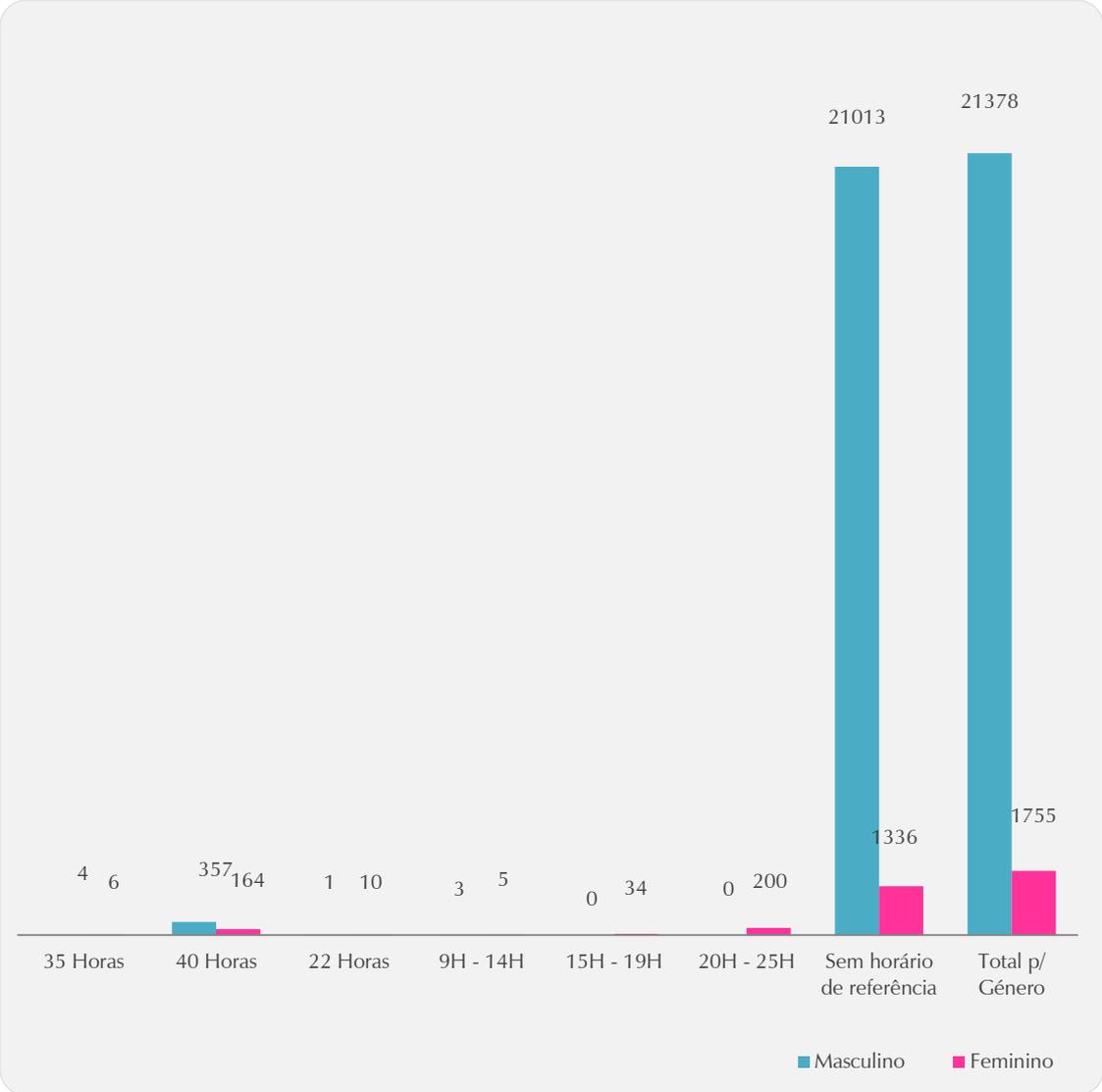


Gráfico 22 - Distribuição de efetivo p/ PNT

2.1.14. CONTAGEM DAS HORAS DE TRABALHO SUPLEMENTAR DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO E GÉNERO (QUADRO 14 – DGAEP)

Em 2014, registaram-se 225 horas de trabalho suplementar diurno, refletindo-se numa taxa de trabalho extraordinário de 0,021 %, aplicável apenas ao pessoal civil.

2.1.15. CONTAGEM DAS HORAS DE TRABALHO NOTURNO, NORMAL E SUPLEMENTAR DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O GÉNERO (QUADRO 14.1 – DGAEP)

As 1.537 horas de «Trabalho noturno normal», foram efetuadas pelo efetivo da Carreira de Outro Pessoal de Segurança (Guardas-Florestais).

No ano em análise não foi efetuado «Trabalho noturno suplementar».

2.1.16. CONTAGEM DOS DIAS DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE AUSÊNCIA E GÉNERO (QUADRO 15 – DGAEP)

No ano de 2014, o motivo mais expressivo do absentismo, tal como em anos anteriores, que representa 53,80% das ausências ao serviço, num total de 157.651 dias, foi a “Doença”. O segundo motivo identificado como razão de ausência ao trabalho foi o de “Proteção na Parentalidade”, com um total de 66.453 dias de ausência ao trabalho que corresponde a 22,68%. Os valores decorrentes da análise estatística às causas da ausência ao trabalho, permitem-nos concluir que as medidas de proteção social decorrentes das normas legais e também subscritas pelos diplomas especiais que regulam a Instituição, efetivamente garantem a assistência e proteção social necessária ao efetivo da Guarda.

No ano de 2014, os dias de ausência ao trabalho totalizaram 293.045.

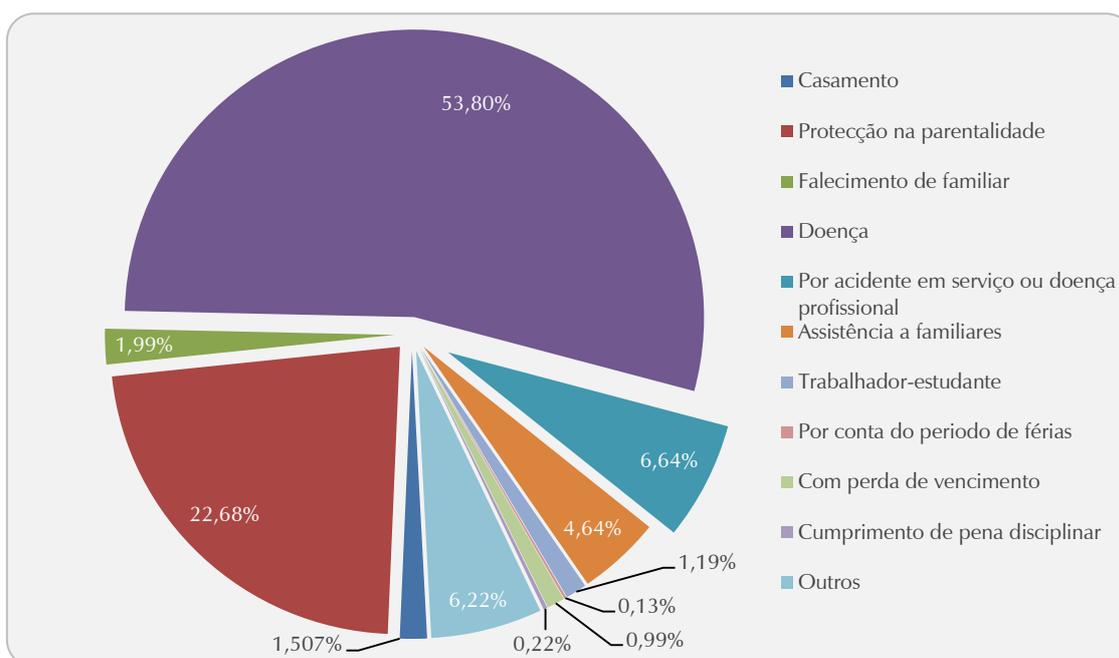


Gráfico 23 - Distribuição percentual por Motivos de ausência



Na globalidade, constata-se que, relativamente ao ano anterior, a Taxa de Absentismo regista uma ligeira subida percentual, sendo que os motivos que mais contribuíram para esta diferença foram a «Doença» e a «Proteção na Parentalidade».

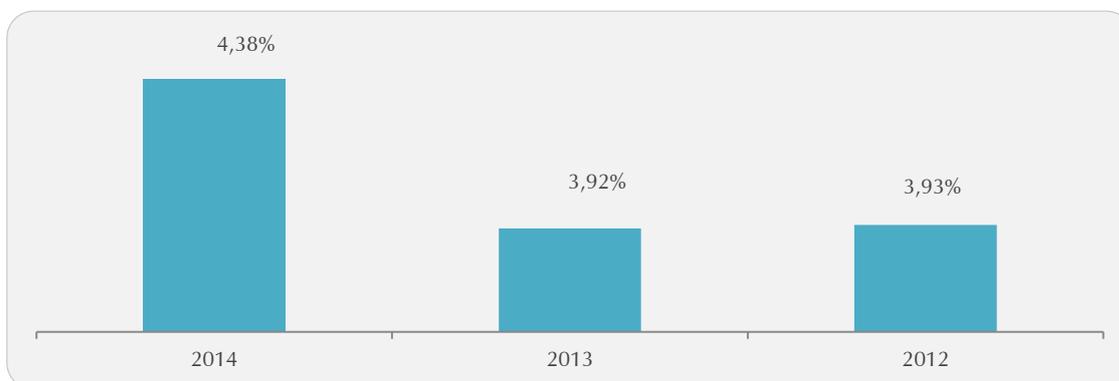


Gráfico 24 - Taxa de Absentismo

#### 2.1.17. CONTAGEM DOS TRABALHADORES EM GREVE, POR ESCALÃO DE PNT E TEMPO DE PARALISAÇÃO (QUADRO 16 – DGAEP)

Em relação à participação dos trabalhadores em greves laborais, não foram registadas quaisquer faltas.

## 2.2.REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

### 2.2.1. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA POR GÉNERO (QUADRO 17 – DGAEP)

O Quadro 17-A foi elaborado tendo em conta a posição remuneratória dos trabalhadores, independentemente de terem ou não recebido o vencimento ou outros abonos no mês de dezembro, tal como consta nas instruções da DGAEP.

As remunerações consideradas foram, a Remuneração Base e o Suplemento por Serviço nas Forças de Segurança com a redução remuneratória prevista nos artigos 2º e 4º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabelece os mecanismos para as reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, relativamente às componentes referidas.

Para este quadro não foram considerados os militares na situação de reserva, militares e civis a aguardar aposentação e trabalhadores em regime de avença, ou seja, foram apenas considerados os que se encontravam em efetivo exercício de funções na Guarda.

As remunerações mínimas e máximas constantes na parte B deste Quadro 17 da DGAEP, são referentes a militares e civis que prestam serviço em regime de trabalho a tempo completo.

Analisando as remunerações íliquidas que têm como período de referência o mês de dezembro, verifica-se que 33,45% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre €1251 - €1500, sendo este o mais representativo.

Este escalão abrange 7.737 trabalhadores, 7.445 dos quais do género masculino e 292 do género feminino, de referir que face ao ano de 2013 houve uma redução do número de trabalhadores neste intervalo remuneratório.

A remuneração mínima auferida nesta Guarda é de 505,00€, atribuída a trabalhadores do género feminino e 518,35€ atribuído ao género masculino. A remuneração máxima é de 5.273,94€ atribuída a um trabalhador do género masculino e 2.946,12€ atribuída a um trabalhador do género feminino.

O Leque Salarial Ilíquido situou-se, em 2014, nos 10,44, baixando em relação aos anos anteriores.

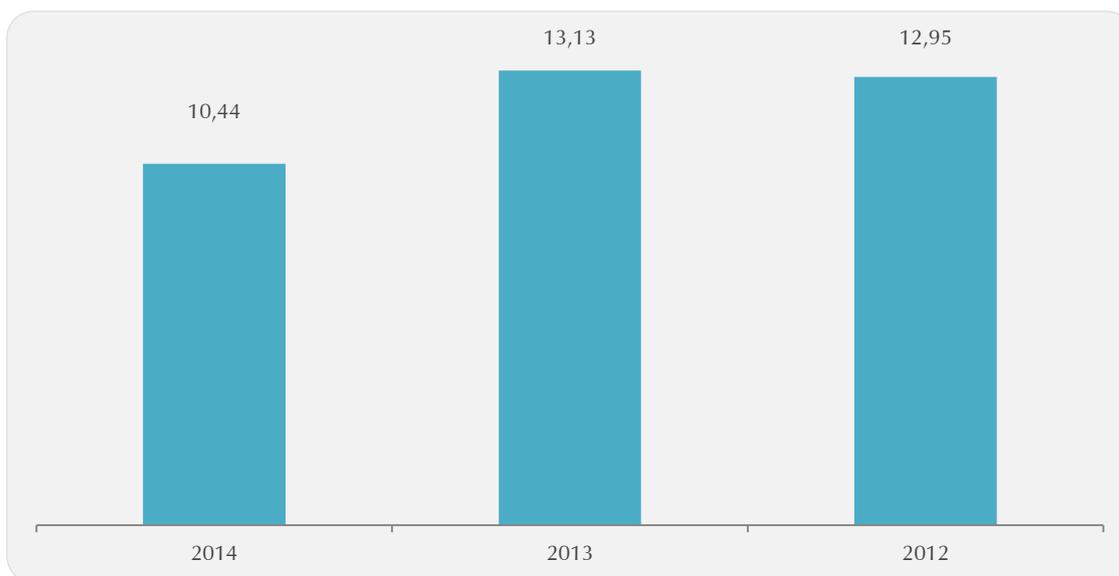


Gráfico 25 - Leque salarial ilíquido

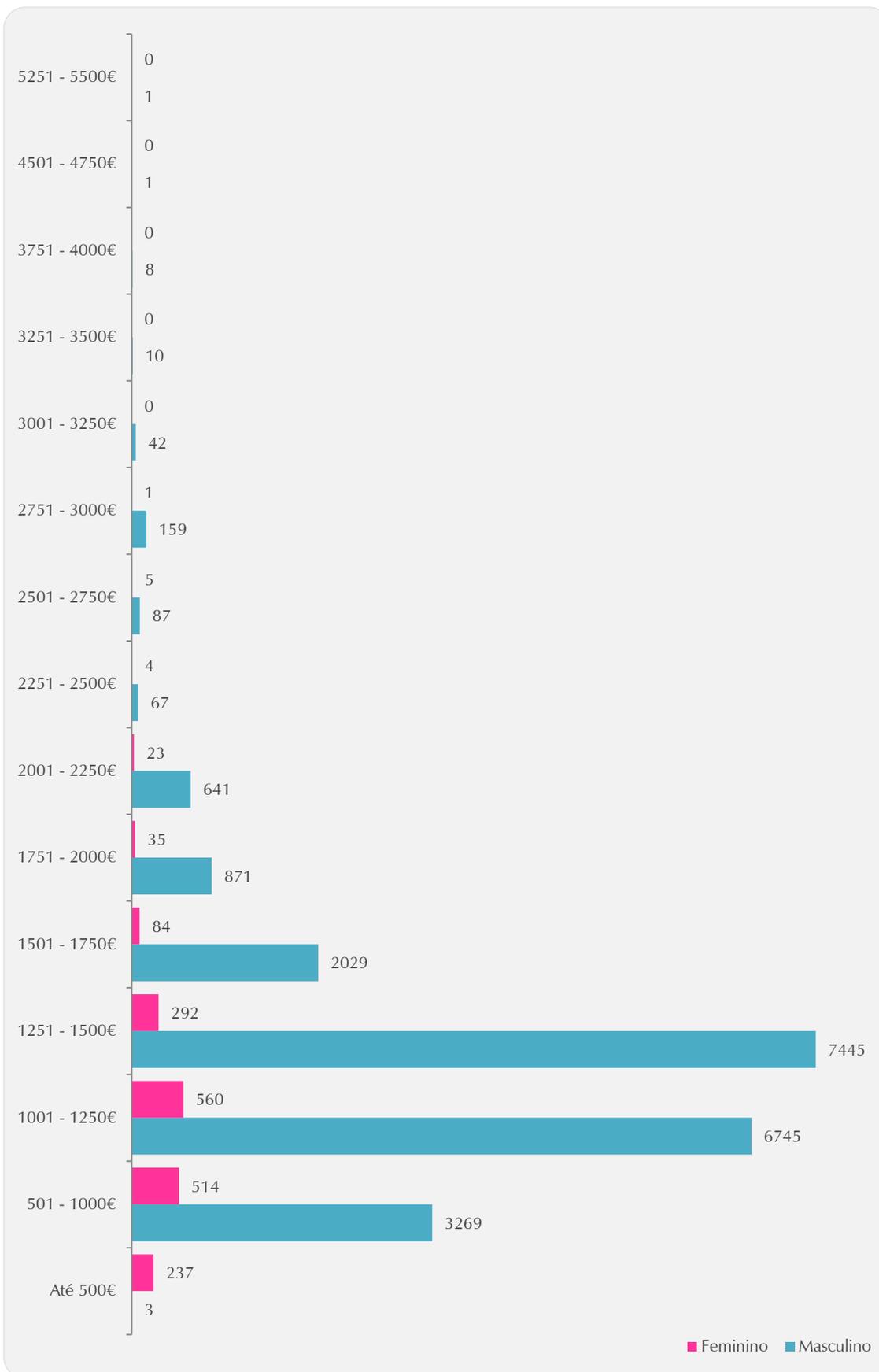


Gráfico 26 - Estrutura remuneratória

### 2.2.2. TOTAL DOS ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO (QUADRO 18 - DGAEP)

Para o preenchimento dos quadros 18 a 18.3 foram considerados todos os encargos com vencimentos, incluindo o valor despendido com militares na situação de reserva e militares e civis a aguardar reforma/aposentação.

Em 2014, os encargos com o pessoal totalizaram 805.210.096,76 €, valor inferior ao despendido em 2013, que foi de 806.379.945,94 €. Deste modo, mantiveram-se praticamente inalteráveis os valores do ano transato.

A Remuneração Base, 536.439.090,98 €, representa 66,62% do total dos encargos com pessoal, proporção que diminuiu face ao ano transato (69,44%). Neste item inclui-se o “Suplemento por Serviço nas Forças de Segurança”.

No que respeita aos “Suplementos Remuneratórios” o encargo despendido foi de 56.911.675,24 € valor inferior ao despendido em 2013, que foi de € 59.243.567,58 €.

As Prestações Sociais em 2014 ascenderam a 50.531.388,10 € e os Encargos com Benefícios Sociais fixaram-se nos 13.699.079,62 €, valores superiores aos registados no ano anterior, 47.365.724,01 € e 7.615.108,49 € respetivamente.

No que respeita aos “Outros Encargos com Pessoal”, o valor despendido foi de 147.628.862,82 €, valor superior ao despendido em 2013, que foi de 132.178.032,46€.

Relativamente ao valor dos “Outros Encargos com Pessoal”, estes incluem os encargos da entidade patronal com a Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Publica (ADSE), com a Caixa Geral de Aposentações (CGA), com a Segurança Social (SS) e pagamento de serviços remunerados entre outros menos expressivos.

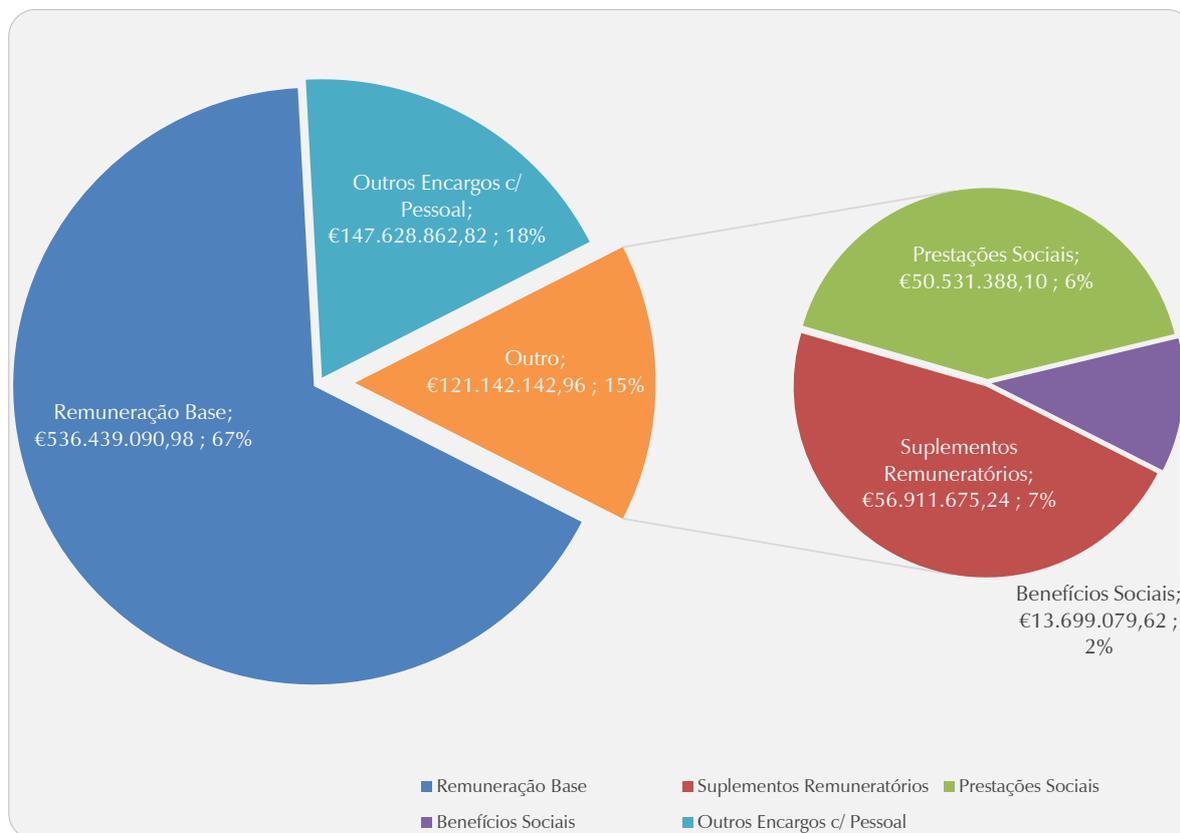


Gráfico 27 - Total de Encargos Anuais com Pessoal



2.2.3. SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS (QUADRO 18.1 – DGAEP)

O suplemento onde incidiu o maior dispêndio foi na “Disponibilidade Permanente” com 29.492.097,05 €, de seguida surge o suplemento de “Risco, Penosidade e Insalubridade que foi de 21.836.337,04 €. De relevar que, face ao ano de anterior, houve uma acentuada redução nos encargos com o «Trabalho suplementar», passando dos 126.113,37 € em 2013, para os 33.180,50 € de 2014.

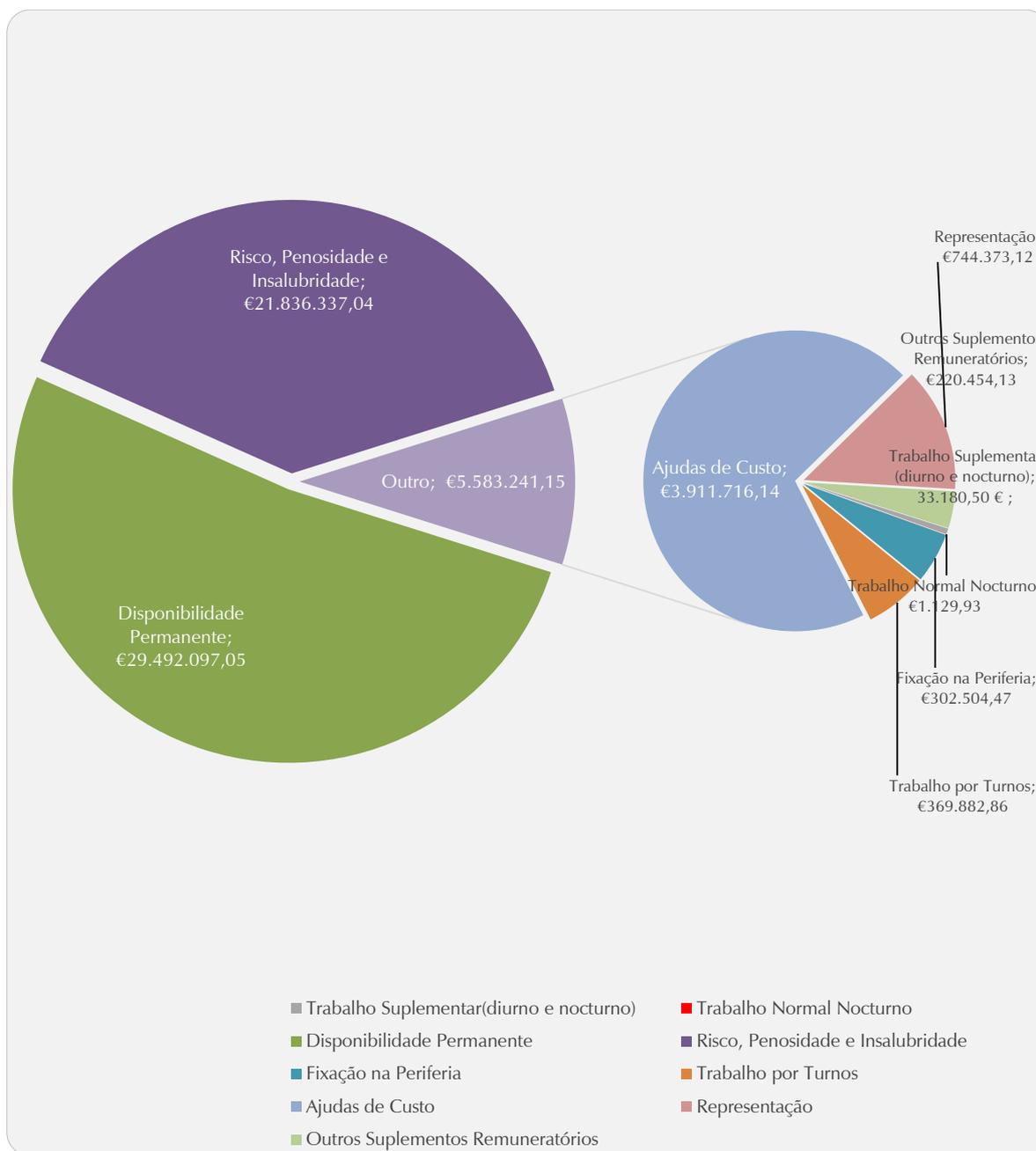


Gráfico 28 - Encargos com Suplementos Remuneratórios

2.2.4. ENCARGOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS (QUADRO 18.2 – DGAEP)

Em matéria de encargos com Prestações Sociais, constata-se que durante o ano em análise, as parcelas com maior relevância são o «Subsídio de Refeição e outras prestações sociais» onde se incluem Pensões, «Proteção da Parentalidade» e o «Abono de Família».

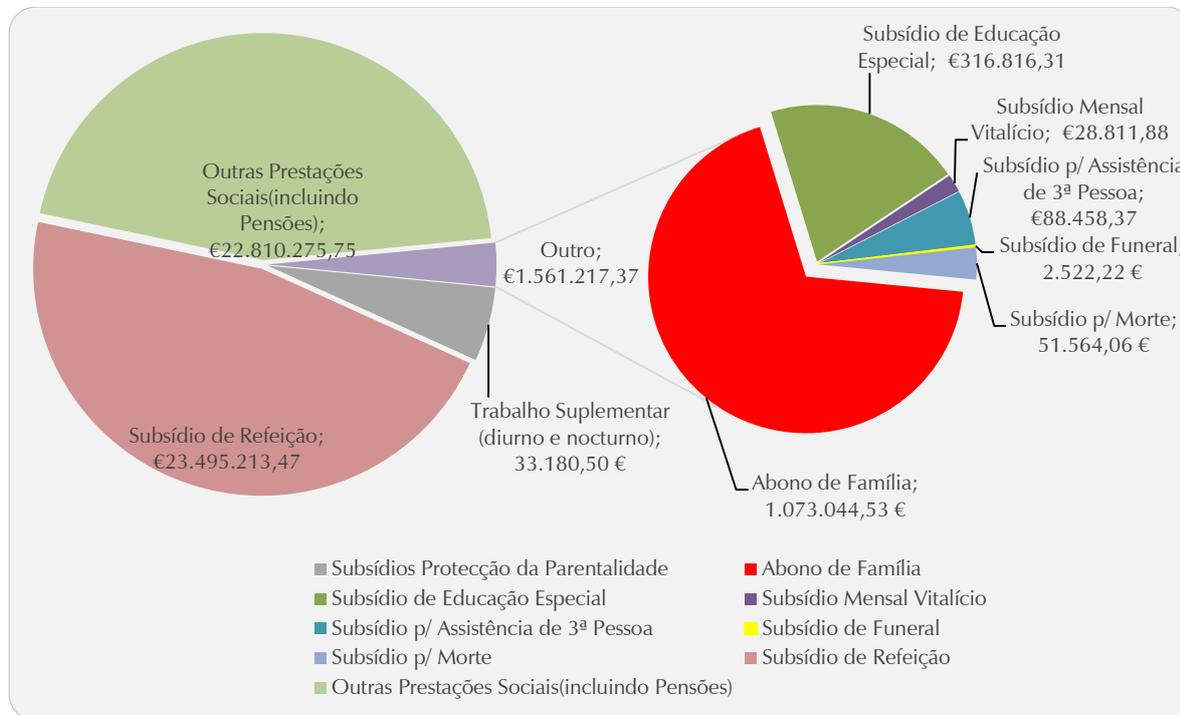


Gráfico 29 - Encargos com Prestações Sociais

2.2.5. ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS (QUADRO 18.3 - DGAEP)

Em matéria de Encargos com Benefícios Sociais, verifica-se que durante o ano de 2014, as parcelas mensuradas são os Outros Benefícios Sociais e o Subsídio de Estudos, não existindo outros encargos com benefícios sociais.

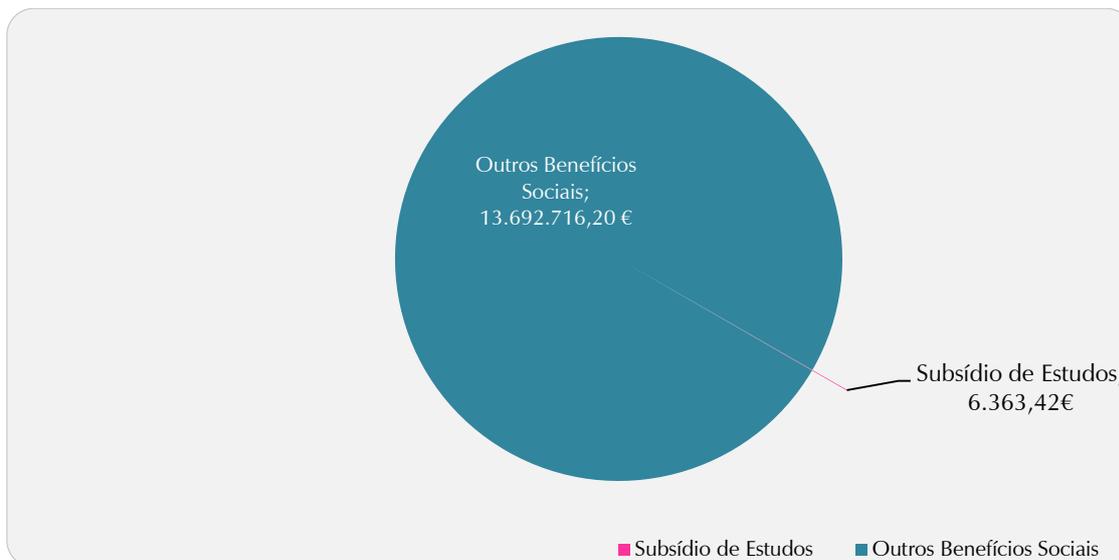


Gráfico 30 - Encargos com Benefícios Sociais



### 2.3.HIGIENE E SEGURANÇA

#### 2.3.1. NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO E DE DIAS DE TRABALHO PERDIDOS COM BAIXA, POR GÉNERO (QUADRO 19 – DGAEP)

No âmbito do número de acidentes no local de trabalho, regista-se um aumento da taxa de incidência de acidentes no local de trabalho. Esta referência passou de 3,80%, registada no ano transato, para 4,24%, registados no ano em análise, o que significa um aumento de 129 acidentes.

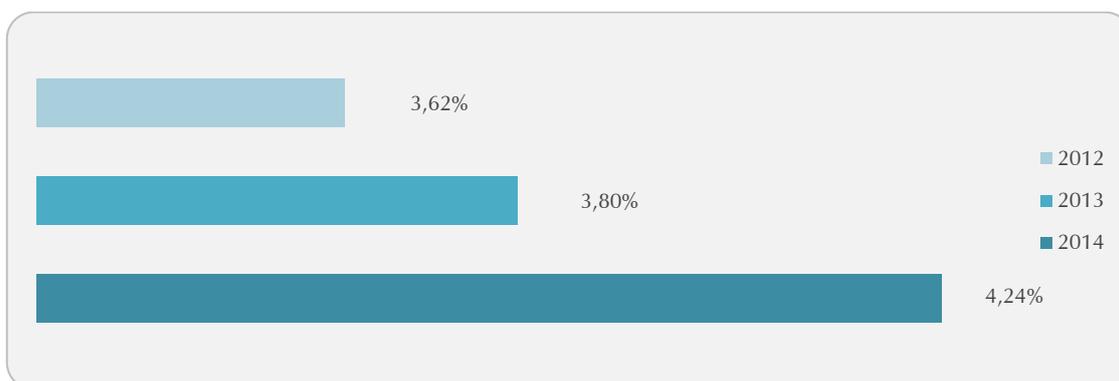


Gráfico 31 - Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho

#### 2.3.2. NÚMERO DE CASOS DE INCAPACIDADE DECLARADOS DURANTE O ANO, RELATIVAMENTE AOS TRABALHADORES VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRABALHO (QUADRO 20 – DGAEP)

Em 2014 foram declarados 7 casos de «incapacidade permanente», os quais se inserem na «incapacidade parcial», sendo que a «incapacidade absoluta» e a «incapacidade absoluta para o trabalho habitual», não registaram qualquer caso.

No que concerne à «incapacidade temporária e absoluta», ocorreram 34 registos e no respeitante à «incapacidade temporária e parcial», 82 registos, o que perfaz um total de 123 casos.

#### 2.3.3. NÚMERO DE SITUAÇÕES PARTICIPADAS E CONFIRMADAS DE DOENÇA PROFISSIONAL E DE DIAS DE TRABALHO PERDIDOS (QUADRO 21 – DGAEP)

No ano de 2014 foram participados 56 casos de situações de Doença Profissional, que originaram 855 dias de ausência.

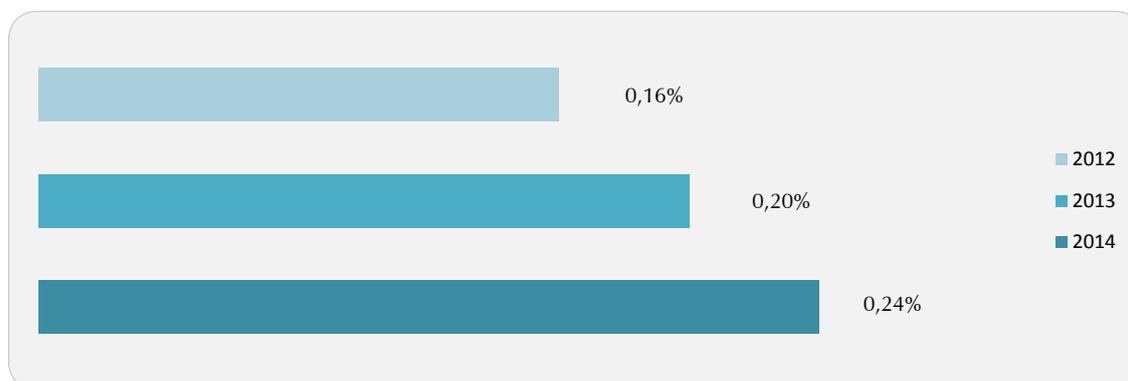


Gráfico 32 - Taxa de Incidência de Doenças Profissionais



#### 2.3.4. NÚMERO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DE MEDICINA NO TRABALHO OCORRIDAS DURANTE O ANO (QUADRO 22 – DGAEP)

No ano de 2014, foram efetuados 1862 exames médicos distribuídos da seguinte forma:

- Exames de admissão 1.011;
- Exames periódicos 739;
- Exames ocasionais e complementares 67;
- Exames de cessação de funções 45.

Em matéria de encargos com estas atividades foram despendidos 191.259,04€.

#### 2.3.5. NÚMERO DE INTERVENÇÕES DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO OCORRIDAS DURANTE O ANO, POR TIPO (QUADRO 23 – DGAEP)

Não existem dados a registar.

#### 2.3.6. NÚMERO DE TRABALHADORES SUJEITOS A AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL EM RESULTADO DE ACIDENTES DE TRABALHO OU DOENÇA PROFISSIONAL (QUADRO 24 – DGAEP)

Não existem dados a registar.

#### 2.3.7. NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (QUADRO 25 – DGAEP)

No ano de 2014, no âmbito das ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho foram realizadas 6 ações, tendo sido abrangidos por estas ações 726 trabalhadores.

#### 2.3.8. CUSTOS COM A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS (QUADRO 26 – DGAEP)

No ano de 2014, no âmbito dos encargos com «Segurança e Saúde no Trabalho», despendeu-se 22.456,57€ com a «Estrutura de Medicina e Segurança no Trabalho», este item envolve a organização dos serviços/modificação dos espaços de trabalho.

No que concerne ao item «Equipamento de Proteção», que engloba os encargos na aquisição de bens e equipamentos, houve um gasto de 41.817,70€.



## 2.4.FORMAÇÃO PROFISSIONAL

### 2.4.1. CONTAGEM RELATIVA A PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DURANTE O ANO, POR TIPO DE AÇÃO, SEGUNDO A DURAÇÃO (QUADRO 27 – DGAEP)

Em 2014 registaram-se 60.342 participações de formação profissional, registando-se um aumento significativo, de 22.091 ações em relação ao ano de 2013, o que revela uma aposta continuada na valorização dos profissionais da Guarda.

Note-se que 98,21% das participações levadas a efeito, foram internas e as restantes 1,79% externas.

A maior parte das ações de formação profissional teve duração inferior a 30 horas. Neste intervalo de horas registaram-se 54.801 participações internas e 700 participações externas.

### 2.4.2. CONTAGEM RELATIVA A PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO (QUADRO 28 – DGAEP)

Em 2014 participaram em ações de formação 17.148 trabalhadores, sendo a Categoria de Guardas a mais representativa com 14.493 participantes (84,52%).

### 2.4.3. CONTAGEM DAS HORAS DESPENDIDAS EM FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO (QUADRO 29 – DGAEP)

Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 1.567.577,95 horas registando-se um aumento considerável em relação ao ano de 2013.

Analisando as horas despendidas em formação, verifica-se que aqueles que perfizeram mais horas de formação (cerca de 70,92%) foram os militares da categoria de Guardas.

Na Guarda Nacional Republicana, a formação assume uma importância vital, existindo por isso um forte investimento nesta vertente, patente no número de horas despendidas em ações internas e externas em 2014.

### 2.4.4. DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO (QUADRO 30 – DGAEP)

Os custos totais com a formação, em 2014, foram de €4.733.411,38 dos quais €3.375.214,19 foram gastos em ações internas e €1.358.197,19 foram gastos com ações externas.



## 2.5.RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

### 2.5.1. RELAÇÕES PROFISSIONAIS (QUADRO 31 – DGAEP)

Existem 204 trabalhadores civis, o equivalente a 26,02% do total destes, que descontam mensalmente do seu vencimento, de forma direta e automática, um determinado montante para efeitos de pagamento de quotas para sindicatos.



2.5.2. DISCIPLINA (QUADRO 32 – DGAEP)

No âmbito da ação disciplinar, merece realce a redução da Taxa de Gravidade Disciplinar, que passou de 39,74%, registados no ano transato, para 26,88%, registados no ano em análise, o que significa que da totalidade dos processos disciplinares decididos foram aplicadas menos penas.

A Taxa de Gravidade Disciplinar das infrações disciplinares cometidas, face a 2013 reduziu 12,86%.

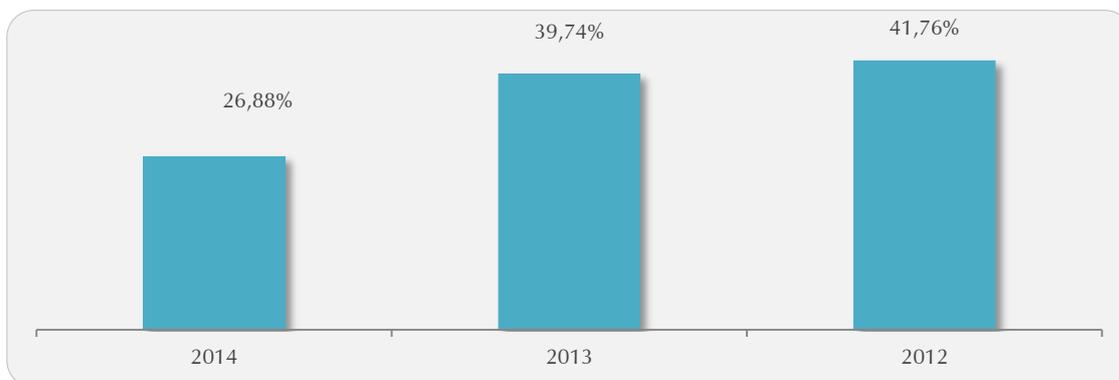


Gráfico 33 - Taxa de Gravidade Disciplinar

A Taxa de Celeridade de Ação Disciplinar, teve um aumento, passando dos 31,12% do ano 2013, para os 45,15% de 2014. Este facto, é revelador do empenho da Guarda na condução dos processos de âmbito disciplinar.

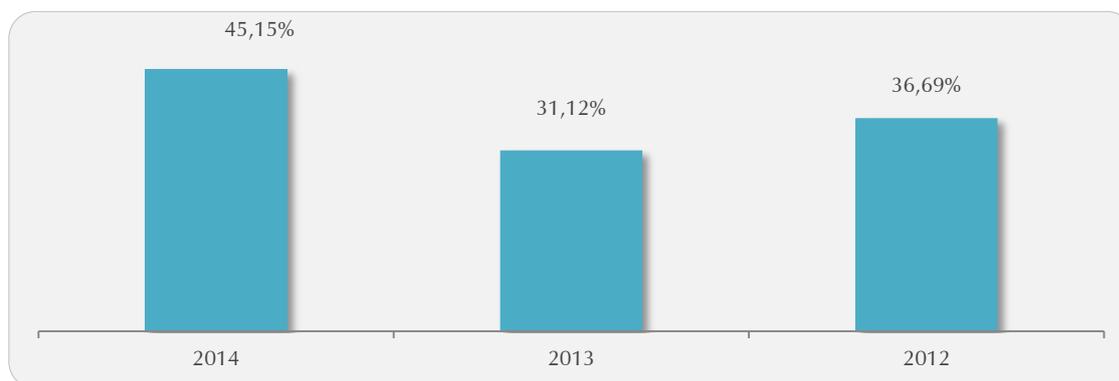


Gráfico 34 - Taxa de Celeridade da Ação Disciplinar

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao apresentado, e da análise dos indicadores do Balanço Social do ano de 2014 da Guarda Nacional Republicana, importa referir, alguns dos aspetos que se consideram mais relevantes:

Em 31 de dezembro de 2014, contabilizavam-se 23.133 trabalhadores, o que representa um aumento de 735 trabalhadores em relação ao ano anterior, sendo de considerar 418 militares do CFG 2014/15;

No que respeita à caracterização dos trabalhadores por género, verifica-se um predomínio do género masculino, decorrente das características da Instituição. De facto, dos 23.133 colaboradores, apenas 1755 são mulheres, o que corresponde a 7,59% do total de efetivos;

O Índice de Enquadramento revelou uma ligeira descida, resultante de entradas na categoria de Guardas;

O Nível Etário Médio apresenta uma ligeira subida tendencial e situa-se nos 38,38 anos de idade;

Os grupos Etários mais representativos estão no intervalo dos 35-39 anos, com 5.189 trabalhadores, seguido do intervalo 30-34, com 4.573 trabalhadores;

A Taxa de Envelhecimento situa-se nos 1,65%, apresentando uma subida face ao antecedente. Este facto é imputável à reduzida passagem de militares à situação de reserva, o que eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores;

O Nível Médio de Antiguidade (AP) subiu para 19,37 anos. Esta subida aparentemente algo elevada, deve-se em muito, à forma como passamos a contabilizar a antiguidade para generalidade dos militares e para o pessoal da carreira de Guarda Florestal, ou seja, nos termos da lei foram considerados os acréscimos de tempo de serviço;

A Taxa de Reposição, subiu para 160,64%, em virtude da diminuição de saídas face ao número de entradas;

A Taxa de Promoções subiu em relação ao ano anterior;

Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma taxa de habilitação superior, na ordem dos 7,65% e os restantes 92,35% com habilitação até ao 12º ano. De realçar o aumento de 459 elementos com formação superior face ao ano anterior;

A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário trabalho na modalidade «Específico», aplicável aos militares. De relevar ainda que ambos os géneros (433 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade de «Flexível».

À semelhança do ano 2013, cerca de 2/3 dos trabalhadores encontram-se situados nos 2 escalões remuneratórios 1001-1250€ e 1251-1500€, sendo o último mais representativo com 33,45%.

No que respeita à formação profissional, constata-se que apesar das exíguas dotações orçamentais, foi proporcionado a um universo de 17.148 trabalhadores a formação considerada adequada, representando uma taxa de 74,12 % de entre os efetivos.

O número de horas prestadas em «trabalho suplementar» diminuiu, no ano em análise, traduzindo-se numa redução de 287 horas em comparação com o ano anterior.

A Taxa de Absentismo é de 4,38%, tendo-se verificado uma subida face aos anos anteriores.

A Taxa de Gravidade Disciplinar diminuiu para 26,88% em 2014, tendo esta taxa registado em 2013 o valor 39,74% e em 2012 o valor 41,76%;



Igualmente no âmbito disciplinar realça-se o aumento da Taxa de Celeridade da Ação Disciplinar que registou em 2014 o valor 45,15%, tendo em 2013 registado o valor 31,12% e em 2012 o valor 36,69%.

Após análise aos indicadores expostos neste documento, entende que deve ser visto com alguma preocupação o aumento do efetivo nos escalões etários mais altos, nomeadamente na carreira militar, face ao sentido e alcance da sua missão.

Constitui também uma preocupação o não refrescamento do efetivo militar, o que se verifica de a alguns anos a esta parte e que se traduz num défice superior a 3.000 militares face ao MGPM GNR, estando a categoria de Oficiais deficitária nos postos intermédios. A categoria de Sargentos é a única que se encontra quase totalmente preenchida. No que diz respeito à categoria de Guardas esta revela um acentuado défice face ao MGPM GNR.

Os défices registados nos quadros de pessoal condicionam o desempenho da Missão atribuída à Guarda. No cômputo geral, o Balanço Social da Guarda Nacional Republicana, relativo ao ano de 2014, revela dados estatísticos que continuam a posicionar a Guarda como uma Instituição impar no seio da Administração Pública.



## 4. OUTROS INDICADORES

Outros Indicadores do Balanço Social					
Indicador	Fórmula de cálculo		2014	2013	2012
Taxa de Feminização	Total de efetivos femininos / Total de recursos humanos	%	7,59	7,32	7,32
Nível etário	Soma das idades / Total de recursos humanos	Anos	38,38	38	37,38
Leque etário	Trabalhador mais idoso / Trabalhador menos idoso	Valor	3,83	3,63	3,83
Índice de envelhecimento	Número de recursos humanos com idade > 55 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	1,65%	1,40%	1,35%
Nível Antiguidade (AP)	Soma das antiguidades (AP) / Total de efetivos	Anos	19,37	15,66	15
Índice de rotação	Número de Recursos humanos em 31 de dezembro / Número de recursos em 1 de janeiro + entradas + saídas	Valor	1	1	0,81
Taxa de reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	160,64%	72,69%	82,66%
Taxa de absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis <sup>60</sup> x Número total de recursos humanos	%	4,38%	3,92%	3,93%
Taxa de trabalho extraordinário	Número anual de horas de trabalho extraordinário x 100 / Total de horas trabalháveis por semana <sup>**61</sup> x 47	%	0,02%	0,00%	0,01%
Leque salarial ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	10,44	13,13	12,95
Taxa de Habilitação Superior	Número de técnicos superiores x 100 / Total de recursos humanos	%	7,64%	5,84%	5,52%
Índice de Enquadramento	Número de Dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	%	14,79%	15,34%	14,69%
Taxa de Promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	8,02%	5,61%	24,71%
Taxa de Progressões	Número de efetivos com progressão x 100 / Total de efetivos	%	0,04%	68,85%	2,41%
Taxa de Incidência de acidentes no local de trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	4,24%	3,80%	3,62%
Taxa de incidência de doenças profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100 / Total de recursos humanos	%	0,24%	0,20%	0,16%
Taxa de gravidade disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	26,88%	39,74%	41,76%
Taxa de celeridade de ação disciplinar	Total de processos decididos x 100 / Total de processos transitados ano anterior + Total de processos instaurados no ano	%	45,15%	31,12%	36,69%

<sup>60</sup> Retirados os dias de férias

<sup>61</sup> Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 40 horas por semana.



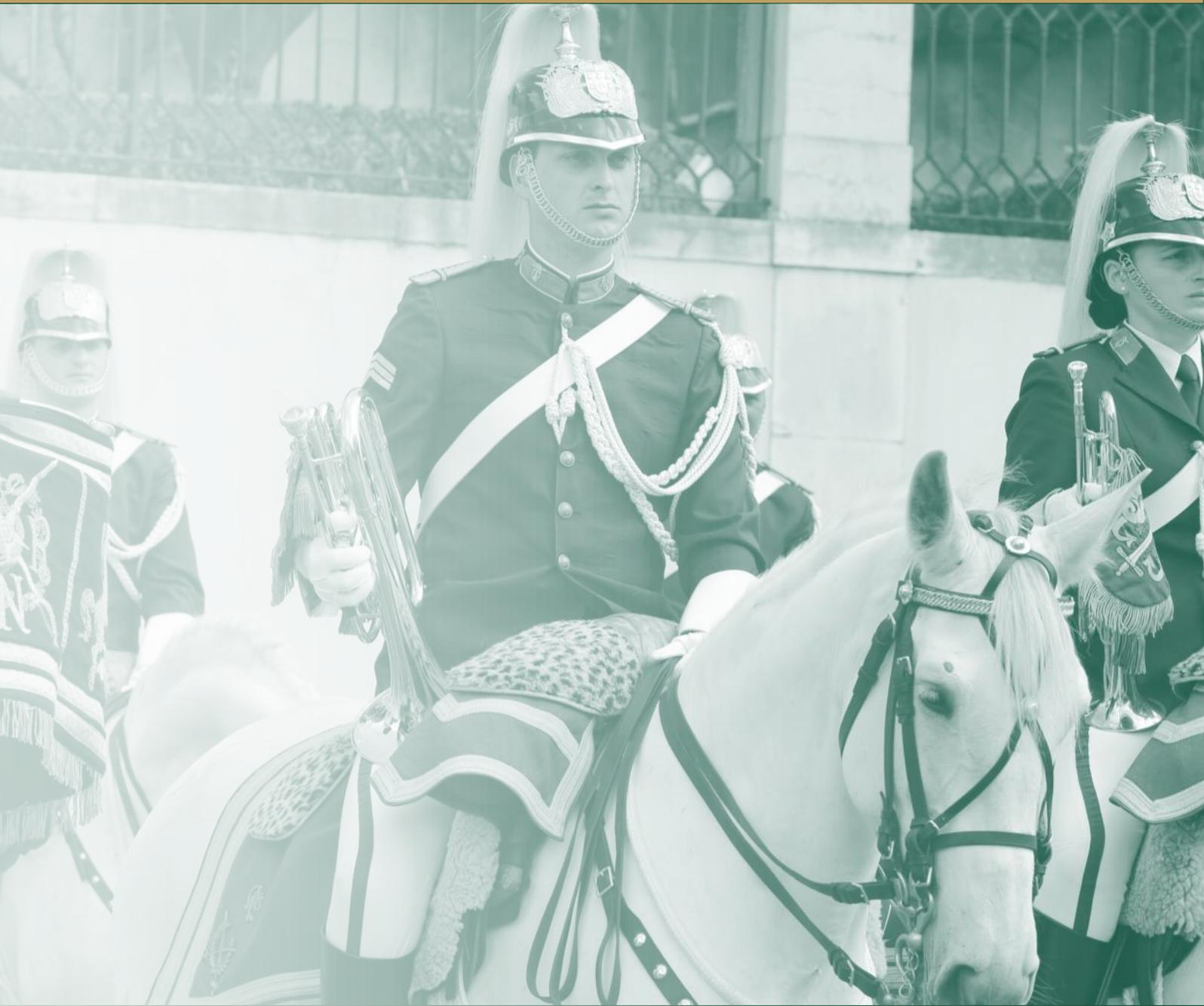
# GUARDA NACIONAL

*Mais e melhor segurança  
para a prossecução do  
Interesse Público*

# REPUBLICANA

Humana, Próxima e de Confiança





GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Largo do Carmo, 1200-092 LISBOA - PORTUGAL

Email: [dperi@gnr.pt](mailto:dperi@gnr.pt)